

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

RENATA MENASCHE

**OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O RISCO À MESA:**  
um estudo antropológico das representações sociais  
sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2003

RENATA MENASCHE

**OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O RISCO À MESA:**  
um estudo antropológico das representações sociais  
sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Eunice Maciel

Porto Alegre

2003

### **Catálogo na Fonte**

572.08:631.52

Menasche, Renata

Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul.

Porto Alegre: Ufrgs, 2003. 279f. – Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### **Referência Bibliográfica**

Menasche, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização desta pesquisa, contei com o apoio de várias instituições e pessoas, a quem expresso aqui minha gratidão.

Ao CNPq e à CAPES. A partir da concessão de bolsas de estudos, o primeiro viabilizou os anos iniciais de dedicação a este trabalho, enquanto a segunda oportunizou a realização de estágio doutorado-sanduíche junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris.

Ao Laboratoire d'Anthropologie Sociale (LAS), da EHESS, que me acolheu no estágio doutorado-sanduíche; à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Françoise Zonabend, que, recebendo-me no LAS e oportunizando o acesso a outras instituições de pesquisa francesas, contribuiu para tornar produtivo o período de estudos em Paris; aos diversos pesquisadores com quem, naquele período, tive oportunidade de discutir meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS) que, através de seus professores e funcionários, ofereceu-me a possibilidade de avançar em minha formação, bem como na reflexão sobre a vida acadêmica. Gostaria de mencionar particularmente as funcionárias Rosemeri Nunes Feijó e Andreia de Barros Aguirre, pela rara combinação de profissionalismo e calor humano; o Prof. Dr. Carlos Alberto Steil, que, sempre que solicitado, generosamente me ofereceu sua escuta, perspicácia e entusiasmo antropológicos; a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Fonseca, inicialmente minha orientadora, pelo estímulo à mudança de tema de tese, ocorrida em abril de 2000. Agradeço especialmente à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Eunice Maciel, minha orientadora, pelo apoio e confiança que dedicou a mim e a meu trabalho.

À Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) e à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), instituições em que desde há um ano venho exercendo minhas atividades profissionais, pelo apoio ao processo de elaboração da tese. Sou especialmente grata a Rosane Maia Machado e Pedro Miguel Cinel Filho que, sucedendo-se à frente da Divisão de Pesquisa da FEPAGRO, possibilitaram minha dedicação, particularmente na fase final, a este trabalho; aos vários colegas da FEPAGRO e da UERGS que souberam ser solidários; aos meus alunos da Unidade de Encantado, da UERGS, que têm me oportunizado a prazerosa tarefa de ensinar aprendendo.

Aos informantes. Palavra fria essa, para fazer referência aos agricultores e agricultoras, aos moradores e moradoras de Porto Alegre, que se dispuseram a abrir a uma estranha a janela para um pedacinho de suas vidas, e cujos nomes não serão identificados neste trabalho. Agradeço de forma particularmente calorosa às duas famílias de agricultores que me acolheram em sua convivência, em suas casas, durante a realização da pesquisa etnográfica.

Aos colegas da Pós-Graduação, com quem pude compartilhar o entusiasmo e as alegrias, mas também digerir as decepções, da descoberta da aventura antropológica. A Valéria Soares de Assis, Andrea Quadrelli e Eloísa Martin, amigas queridas, que ficam para a vida. À Valéria agradeço, ainda, pela dedicação e sabedoria com que me presenteou na fase final deste trabalho, dom tão grande que não sei se serei, um dia, capaz de retribuir.

A Freda (*in memoriam*), Ibrahim, Maurício, Ceíça e Nadir – mãe, pai, irmão, cunhada e sogra –, e especialmente a Régis, parceiro da minha vida e interlocutor deste trabalho, que sempre acreditaram em mim, não deixando que eu me perdesse. A Danilo e Maíta, sobrinhos amados, que me aquecem com sua ternura.

Aos muitos amigos e amigas. Que compartilharam, ao longo de minha trajetória, a sensibilidade em relação à temática da agricultura familiar. Que me apoiaram quando a realização do Doutorado em Antropologia era ainda um projeto. Que, em Paris, partilhando o viver e estudar em outro país, contribuíram para que essa fosse uma experiência maravilhosa. Que me possibilitaram a identificação e o acesso aos informantes. Que, de muitos lugares, me forneceram informações, fontes, idéias, críticas, sugestões, traduções, mas também poemas, confiança e afeto. Que, sobretudo, me ofertaram o sentimento de ser uma pessoa afortunada, por poder contar com tanta gente.

A todos que me ensinaram a discernir entre as coisas que passam e as que ficam, tornando a vida – e o processo de realização deste trabalho – mais leve.

*Nossos corpos, plantas e animais; nosso ar, água, terra e solo não são commodities, não são passíveis de patenteamento e não estão à venda. Quando um sistema de produção de alimentos viola os direitos dos cidadãos e a ordem natural dos ecossistemas do planeta é fundamental que nós, povos, façamos uso de nossa inalienável liberdade de corrigir tais abusos.*

(Trecho da Declaração de Vancouver sobre a Industrialização e a Globalização da Agricultura, junho de 1998)

## RESUMO

Este estudo pretende analisar as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados. Para isso, as visões e comportamentos de consumidores e agricultores observados são interrogados a partir de perspectivas que se propõem a apreender suas percepções de risco, suas representações referentes à alimentação e suas interpretações e estratégias diante de uma das dimensões presentes no debate sobre o tema, a política, a partir da qual seria constituída a legitimidade das lavouras transgênicas ilegais. As noções de medo e risco evidenciar-se-iam centrais para a reflexão. Os dados analisados neste trabalho foram obtidos através de pesquisa etnográfica desenvolvida junto a agricultores de duas distintas regiões rurais do Rio Grande do Sul e de entrevistas em profundidade realizadas junto a moradores de Porto Alegre.

**Palavras-chave:** transgenia, representações sociais, percepções de risco, antropologia da alimentação, campesinato, consumo, mídia, política, Rio Grande do Sul

## **ABSTRACT**

This study is an endeavour to analyse the social representations of Rio Grande do Sul consumers and farmers about genetically modified foods and crops. The perspective from which the views and the behaviour of the consumers and farmers are ascertained is one that enables their perceptions of risk, the role that food plays in their social representations, and their interpretations and strategies with respect to one of the dimensions in the debate, politics, to be captured. This dimension is especially relevant because legitimacy of illegally cultivated GM crops would be built upon politics. Fear and risk emerged as the central concepts in this analysis. The data analysed in this work were obtained through ethnographic research carried out with farmers from two very different rural areas in Rio Grande do Sul and through in-depth interviews with Porto Alegre inhabitants.

**Key words:** genetic modification, social representations, risk perceptions, food anthropology, peasantry, consumption, media, politics, Rio Grande do Sul

## RÉSUMÉ

Cette étude envisage d'analyser les représentations sociales des consommateurs et des agriculteurs *gauchos* sur les aliments et cultures génétiquement modifiés. Les visions et les comportements des consommateurs et des agriculteurs interrogés sont analysés à partir des perspectives qui se proposent de connaître leurs perceptions du risque, leurs représentations concernant l'alimentation et leurs interprétations et stratégies face à une des dimensions présentes dans le débat sur le thème: la politique. C'est à partir de cette dernière que serait constituée la légitimité des plantations transgéniques illégales. Les notions de peur et de risque se révèlent essentiels pour la réflexion. Les données analysées dans ce travail ont été obtenues grâce à une recherche ethnographique menée auprès d'agriculteurs de deux zones rurales distinctes de l'Etat du Rio Grande do Sul et à des entretiens en profondeur réalisés auprès d'habitants de Porto Alegre.

**Mots-clés:** transgénie, représentations sociales, perceptions de risque, anthropologie de l'alimentation, paysannerie, consommation, média, politique, Rio Grande do Sul

## ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – Capa da revista Superinteressante, 14(11), novembro 2000	46
Figura 1.2 – Charge publicada em Zero Hora, 27/6/2003	47
Figura 1.3 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, em que são indicadas as regiões produtoras de soja	73
Figura 4.1 – Produtos importados contendo transgênicos, disponíveis em supermercados brasileiros	153
Figura 5.1 – Ação do MST em Não-Me-Toque, em 26/01/2001	204

## QUADROS

Quadro 1.1 – Nota de esclarecimento aos compradores de soja da safra 1999-2000	61
Quadro 1.2 – Cronologia dos episódios referentes aos transgênicos no Rio Grande do Sul, contextualizados em relação aos principais eventos ocorridos em âmbito nacional e internacional	72
Quadro 3.1– Opinião pública sobre transgênicos: dados comparativos entre a região Sul e o conjunto do Brasil (em % dos entrevistados) – 2001 e 2002	103
Quadro 4.1 – Alimentos contendo transgênicos são denunciados por Greenpeace e Idec	154
Quadro 4.2 – Relato de acidente supostamente ocorrido a partir da utilização de forno micro-ondas	161
Quadro 4.3– Trechos da carta do Presidente da União Brasileira de Avicultura, contestando informação veiculada sobre suposta utilização de hormônios na alimentação de frangos	172
Quadro 5.1 – Trecho de reportagem que exemplifica o tratamento conferido pela mídia gaúcha ao MST	211
Quadro 6.1 – Produtores rejeitam replantio de soja	241

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABLV – Associação Brasileira do Leite Longa Vida
- BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina
- CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
- CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns
- CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DNA – Ácido Desoxiribo Nucleico
- EIA-RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
- EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA – Estados Unidos da América
- FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
- FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
- FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul
- FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
- FSM – Fórum Social Mundial
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IRGA – Instituto Rio-Grandense do Arroz
- MA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OCNI – Objeto Comestível Não Identificado
- OGM – Organismo Geneticamente Modificado

ONG – Organização Não-Governamental

PT – Partido dos Trabalhadores

RBS – Rede Brasil Sul de Notícias

RR – Roundup Ready

RS – Rio Grande do Sul

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1. OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O RISCO À MESA: contextualizando o tema</b>	<b>40</b>
1.1. Um tema em debate	41
1.2. O conflito gaúcho: a soja pirata no Estado livre de transgênicos	55
1.3. Uma cronologia da disputa	65
1.4. Mapa das regiões produtoras de soja do Rio Grande do Sul	73
<b>2. FRANKENFOODS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação</b>	<b>74</b>
2.1. Biotecnologia e percepções públicas	77
2.2. Natureza, alimentação e representações sociais	83
2.3. Transgênicos e a sacralidade do íntegro	98
<b>3. TRANSGÊNICOS, CIÊNCIA E RISCO</b>	<b>102</b>
3.1. Ciência e risco nas sociedades contemporâneas	107
3.2. Risco de poluição genética e mídia: a construção do efeito borboleta	115
3.3. Incerteza científica e percepções de risco: leigos com a palavra	122
3.4. No campo, em risco o controle das sementes	132
3.5. Agrotóxicos, percepções de risco e ética do trabalho	142

<b>4. RISCO À MESA: alimentos transgênicos, no meu prato não?</b>	<b>153</b>
4.1. Somos o que comemos: a cultura na alimentação	156
4.2. O paradoxo do onívoro e o desconhecido na comida	159
4.3. Sujo e limpo: representações sobre a comida industrializada	176
4.4. O natural e as representações do rural	188
<b>5. OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O TRABALHO DA MÍDIA</b>	<b>199</b>
5.1. Não-Me-Toque e o francês: um episódio lembrado	200
5.2. Os usos da fogueira: o trabalho da mídia na amplificação do conflito	213
<b>6. AGRICULTORES, ESTADO E ESTRATÉGIAS: deboche, malandragem e legitimidade dos cultivos ilegais</b>	<b>225</b>
6.1. O Estado percebido como ameaça	226
6.2. Deboche, malandragem e a construção da impunidade	230
6.3. A legitimidade da ilegalidade	240
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>254</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>261</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM PORTO ALEGRE</b>	<b>277</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados.

No Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, o tema organismos geneticamente modificados tem tido sua atualidade destacada através de polêmicas nos mais diversos campos. Ciência, política, religião, economia, meio ambiente, saúde: quando o tema em questão são os transgênicos, o que há em comum entre as perspectivas apontadas pelas diferentes áreas é a inexistência de consenso. Governantes, legisladores e juízes; cientistas e religiosos; organizações de agricultores, de consumidores e ambientalistas têm se posicionado contrária ou favoravelmente às aplicações na agricultura e na alimentação da técnica que possibilita a introdução em organismo hospedeiro de genes originários de outro organismo. É assim que o assunto tem se tornado objeto de leis, estudos, reportagens, seminários, livros, filmes, exposições artísticas, declarações, manifestações, debates e embates em que temos evidenciadas dimensões materiais e simbólicas relativas ao tema.

A dimensão de ordem econômica da questão confere relevância ao Brasil nesse debate internacional. O País é o único dos três grandes exportadores de soja – ingrediente presente em cerca de 60% dos alimentos industrializados – em que os cultivos geneticamente modificados em escala comercial não são autorizados. A condição brasileira de não-produtor de grãos geneticamente modificados assegura, assim, aos mercados compradores que estabelecem restrições ao consumo de alimentos produzidos a partir dessa tecnologia a possibilidade de acesso a grãos não-transgênicos.

Ao mesmo tempo, a dimensão da questão que explica a importância do Rio Grande do Sul nesse debate é centralmente política. Isso porque durante o período compreendido entre 1999 e 2002 o assunto seria objeto de disputa política entre Governo Federal e Governo Estadual, na medida em que os governantes gaúchos estabeleceriam como diretriz de sua ação no tema o propósito de tornar o Rio Grande do Sul território livre de transgênicos. Ainda, como é de conhecimento público, o fato de os cultivos geneticamente modificados não terem sido – ainda? – legalmente autorizados em território brasileiro não tem se traduzido na ausência de grãos transgênicos entre os colhidos nos campos de soja nacionais, especialmente os gaúchos.

Vale mencionar que é tendo presente a relevância das ações governamentais na conformação do debate sobre os organismos geneticamente modificados que o recorte temporal deste trabalho seria estabelecido. Dessa forma, o período em foco seria o compreendido entre os anos de 1999 e 2002, quando eram vigentes os mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República e de Olívio Dutra no Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O propósito deste trabalho não é analisar as múltiplas facetas do debate sobre os organismos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul. Desse modo, as vozes a serem aqui ouvidas não são as daqueles que falam “por” ou “para” no debate público sobre o tema. Os posicionamentos de políticos, cientistas, profissionais, lideranças contrárias e pró-transgênicos apenas tornar-se-ão relevantes neste estudo na medida em que contribuam para evidenciar o ambiente em que estariam imersas as “pessoas comuns”<sup>1</sup>, consumidores e agricultores gaúchos, sujeitos desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Como em Bott (1976, p.35), que se propõe a estudar “famílias comuns”.

É assim que entre os aspectos a serem investigados temos os elementos que informam os agricultores observados em sua decisão de semear ou não soja transgênica, bem como suas estratégias diante da ilegalidade dessas lavouras. Dessa forma, em relação aos agricultores, entre as questões para as quais serão buscadas respostas, podemos elencar as que se referem à manifestação de atitude otimista frente às inovações tecnológicas na agricultura; à diferenciação de valoração no que concerne ao que plantam e ao que comem; à adesão à soja transgênica enquanto fator de aceitação social; à existência de correspondência entre suas percepções sobre os cultivos clandestinos e os termos em que se constitui o debate público sobre o tema; à diferenciação de estratégias construídas por diferentes tipos de agricultores diante da ilegalidade das lavouras geneticamente modificadas.

No que diz respeito aos moradores de Porto Alegre entrevistados, buscar-se-á interpretar suas reações diante dos alimentos geneticamente modificados. Como nelas interferem suas percepções da ciência e das tecnologias modernas? A partir de sua relação com a alimentação oferecida pela sociedade contemporânea, quais os alimentos considerados desejáveis, saudáveis, prejudiciais, perigosos? Suas representações do rural agiriam na valoração dos alimentos? Como percebem o debate sobre o tema transgênicos?

A delimitação do objeto tem por pressuposto que é através de análises que privilegiem a apreensão de valores e representações sociais que poderemos buscar entender a aceitabilidade ou não dos alimentos e cultivos geneticamente modificados. É assim que as visões e comportamentos de consumidores e agricultores observados serão, neste estudo, interrogados a partir de perspectivas que se propõem a apreender suas percepções de risco, suas representações referentes à alimentação e suas interpretações e estratégias diante de uma das dimensões presentes no debate sobre o tema, a política, a partir da qual seria constituída a legitimidade das lavouras transgênicas ilegais. A partir da análise dos dados coletados na pesquisa

etnográfica, medo e risco constituir-se-iam em noções centrais para a reflexão aqui desenvolvida.

Cabe mencionar que meu envolvimento com o tema transgênicos é bastante anterior à sua escolha como tema de tese, em abril de 2000, e mesmo ao ingresso no Programa de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em março de 1999.

O universo da agricultura familiar do Sul do País e das temáticas a ele concernentes se constituiria em centro de minha vida profissional a partir de 1985, quando, à época agrônoma recém-formada, passaria a atuar junto a Organizações Não-Governamentais dedicadas à assessoria de agricultores familiares e suas organizações; e em centro de minhas atividades de pesquisa a partir de 1992, quando do ingresso no Programa de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Essa trajetória conduzir-me-ia, em 1997 e 1998, à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na condição de assessora parlamentar do deputado estadual que viria a ser autor do projeto de lei – o primeiro apresentado em âmbito estadual em todo o País – propondo a interdição do cultivo e comercialização de organismos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul.

É dessa forma que, desde 1998, tenho realizado o acompanhamento do debate internacional, nacional e estadual sobre o tema, bem como das proposições legislativas e ações governamentais que têm por objeto sua regulação e da cobertura conferida ao assunto pela mídia. As informações coletadas sobre o tema a partir desse acompanhamento constituiriam o pano de fundo a partir do qual os dados obtidos através de pesquisa etnográfica seriam interpretados neste trabalho.

Vale, ainda, menção à oportunidade que tive de imersão em uma sociedade em que, naquele momento ainda mais do que usualmente, o tema alimentação estava em evidência. Refiro-me ao período compreendido entre novembro de 2000 e maio de 2001, quando, em estágio doutorado-sanduiche, seria bolsista junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Além das valiosas contribuições que me aportariam seminários, bibliotecas, pesquisadores, abordagens e fontes cujo acesso me seria possibilitado durante a estada na França, seria extremamente enriquecedora a experiência de conviver em uma sociedade que, no período que imediatamente se sucedia à ocorrência da segunda crise da vaca louca na Europa, colocava seus medos à mesa. Para uma idéia da dimensão dos temores despertados pela doença da vaca louca naquele período, basta mencionar que nos dois últimos meses de 2000 e primeiros meses de 2001 o consumo de carne bovina decresceria entre 48 e 80% nos países da União Européia (MILLÁN, 2002, p.283).

Nesse contexto, era impossível ficar imune aos medos alimentares com que convivia a sociedade francesa. Assim, embora carnívora convicta, durante aqueles seis meses ver-me-ia na condição de comer carne bovina pouquíssimas vezes, apenas quando em casa de um agricultor orgânico ou de parentes que, adeptos da alimentação *kascher*, tinham assegurada a procedência do alimento.

Naquele momento, a intrigante situação de aderir ao medo que estudava levou-me à reflexão sobre um episódio ocorrido no Brasil em julho de 2000, quando tivera oportunidade de apresentar um trabalho a respeito das representações sociais sobre transgênicos – minha primeira aproximação ao tema enquanto objeto de estudo e que, mais tarde, se constituiria na base do que hoje é o Capítulo 2 deste trabalho –, em um evento científico de Antropologia. Concluída a exposição, minha expectativa consistia em que o debate das questões teóricas e metodológicas lançasse luzes para a pesquisa que então se iniciava. Mas, para minha surpresa – e, então, frustração –, ao invés de críticas e sugestões sobre o tema a partir das perspectivas oferecidas

pela Antropologia, os comentários e perguntas dos antropólogos ali presentes praticamente se restringiriam a suas inquietações, curiosidades e especulações sobre os próprios organismos geneticamente modificados!

As duas experiências que vêm de ser relatadas não me deixariam dúvidas: nesse tema, somos todos nativos. Mas, como há muito debatido nas Ciências Sociais e lembrado por Velho (1978, p.36),

A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada.

No entanto, minha familiaridade com o tema era ainda mais intensa na medida em que vinha de uma inserção profissional – e militante – que me situava em um dos pólos do debate a respeito dos transgênicos no Rio Grande do Sul. Colocava-se, assim, de forma amplificada o desafio de desnaturalizar, estranhar, relativizar. Como construir o distanciamento necessário?

Por um lado, a opção por privilegiar enquanto universo de estudo “pessoas comuns” em detrimento de lideranças gaúchas contrárias e pró-transgênicos mostrar-se-ia acertada. Não apenas por me parecer mais rica e interessante, mas também dados os riscos metodológicos com os quais teria que me defrontar caso meus interlocutores fossem pessoas cujos posicionamentos julgava conhecer de antemão e/ou para quem minha visão sobre o tema era já presumida.

Por outro lado, a postura assumida diante dos agricultores e consumidores com quem interagiria na pesquisa etnográfica me possibilitaria escutar o que eles tinham a dizer. Eu era percebida como alguém que buscava aprender do informante seu modo de fazer a agricultura, ou seu modo de fazer a alimentação.

Passo, a seguir, a descrever o processo de realização da pesquisa, cabendo desde já anunciar que ao final desta Introdução cada um dos informantes merecerá uma breve apresentação e que muitas das situações de pesquisa serão descritas ao longo do trabalho, dessa forma melhor contribuindo para a reflexão a ser desenvolvida. Vale ainda notar que com o

objetivo de preservar o anonimato dos informantes, os nomes utilizados ao longo deste estudo são todos fictícios.

Primeiramente junto aos agricultores, a pesquisa seria desenvolvida – em junho, agosto e setembro de 2000 – em duas localidades, situadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, norte e centro-sul, duas das regiões em que havia, à época, notícia da presença do cultivo de soja transgênica. Evitando estabelecer como *locus* da pesquisa a região centro-norte do Estado, que em 1999 protagonizara os conflitos referentes ao tema, buscava fugir de ambiente em que o forte tensionamento no tema possivelmente prejudicaria a interação com informantes<sup>2</sup>.

Em ambas as regiões rurais em que a pesquisa teria lugar, a produção de soja realizada a partir da utilização intensiva de insumos e maquinário é atualmente uma das principais atividades agrícolas. No entanto, as dimensões das lavouras difeririam bastante em uma e outra região, sendo bem mais extensas na região centro-sul.

A região norte do Estado, cuja formação social se dera, do final do século XIX até os anos 1930, a partir da destinação de pequenos lotes de terra a colonos descendentes de imigrantes europeus, predominantemente italianos, é caracterizada pela presença da agricultura familiar.

Já na região centro-sul do Estado, a terra fora originalmente distribuída a tropeiros e militares de origem portuguesa, que constituíram estâncias de gado. Nessa região, mais intensamente a partir dos anos 1940, se expandiriam as lavouras irrigadas de arroz (BESCOW, 1986). Nos anos 1970, ao mesmo tempo em que chegavam à região descendentes de imigrantes europeus vindos de regiões de agricultura colonial do Estado – entre as quais a região norte –, seria introduzida a soja que, do mesmo modo que o arroz, seria predominantemente cultivada em áreas arrendadas, de propriedade de criadores de gado, que muitas vezes as utilizam para pastagens no inverno.

---

<sup>2</sup> Encontram-se no final do Capítulo 1 uma cronologia dos principais episódios referentes ao tema, bem como o mapa em que são situadas as regiões aqui mencionadas.

Cabe notar que, diferentemente dos agricultores familiares do norte gaúcho, os produtores da região centro-sul do Estado entrevistados identificar-se-iam com os produtores da região centro-norte em vários aspectos: do tamanho de propriedade, passando pelo modelo tecnológico, chegando à posição política majoritariamente oposicionista ao Governo Estadual e correspondente referência às posições expressas por lideranças pró-transgênicos.

Em cada uma das duas localidades rurais em que seria realizada a pesquisa etnográfica, seria hospedada, em períodos de aproximadamente uma semana de duração, por família de agricultores, que através de suas redes de vizinhança e parentesco me oportunizariam o acesso aos demais agricultores e famílias com quem interagiria.

Além da realização de visitas a agricultores em suas casas, a observação participante consistiria na convivência cotidiana com as famílias que me hospedavam, bem como na presença em espaços de sociabilidade de suas comunidades, tais como missas, reunião de clube de mães ou reunião de agricultores.

Eu chegara a cada uma das duas famílias hospedeiras através de parentes muito próximos a elas – em um caso um filho da casa, em outro um irmão –, o que possibilitaria que fosse recebida não apenas com poucas reservas, mas de forma acolhedora, vindo a ser apresentada por meus anfitriões a seus vizinhos e parentes como amiga.

Em ambas as localidades, minha presença seria inicialmente justificada pela realização de uma pesquisa sobre as características, história e situação atual da agricultura e do modo de vida dos agricultores, o que possibilitaria que o tema transgênicos surgisse com a tranquilidade necessária. Dada a situação de ilegalidade das lavouras transgênicas e o receio existente entre agricultores diante das atividades de fiscalização, declinar-se-ia da gravação das conversas.

Cabe mencionar o acesso que me seria possibilitado a algumas entrevistas com lideranças rurais pró-transgênicos, realizadas em julho de 2000 pelo cineasta francês Jean-Bernard Andro, a quem agradeço a cessão das fitas-cassete e autorização de utilização de seu conteúdo. O recurso a essas entrevistas apenas se justifica na medida em que, de outro modo, essas lideranças não seriam ouvidas, não só porque teria dificuldades de acesso a elas, ou por se encontrarem geograficamente fora das regiões estudadas, mas também por não se situarem entre os informantes que escolhera escutar. O cineasta recolhia material para a produção de um documentário sobre o tema, a ser veiculado em meio televisivo e, dessa forma, os entrevistados estavam cientes de que o que dissessem tornar-se-ia público. Alguns trechos desses depoimentos, utilizados neste trabalho apenas de modo complementar, serão reproduzidos na parte final do Capítulo 6, sempre remarcando sua origem e assegurando o anonimato dos informantes.

Junto aos consumidores, o desenvolvimento de um estudo sobre hábitos alimentares seria o motivo para a solicitação de entrevistas a moradores de Porto Alegre. Nessas entrevistas, o tema transgênicos seria abordado a partir do desenvolvimento de conversa sobre o tema englobante hábitos alimentares, quando os informantes eram convidados a discorrer a respeito de suas práticas de escolha, aquisição, preparação e consumo de alimentos, bem como das de suas famílias<sup>3</sup>.

As entrevistas com moradores de Porto Alegre, em profundidade, semi-estruturadas, registradas em fitas-cassete que seriam integralmente degravadas, seriam realizadas em visitas únicas a cada informante, com duração média de duas horas. Além do detalhamento dos hábitos alimentares, aí inclusas memórias sobre hábitos alimentares da infância, e de questões específicas sobre alimentos geneticamente modificados, as entrevistas

---

<sup>3</sup> Compreende-se aqui que, como sugerido por Cazes-Valette (1997), mesmo quando algumas das refeições são realizadas fora do ambiente familiar por um ou mais membros da família, esta permanece sendo a *unidade de consumo*.

englobariam aspectos relacionados ao perfil sociológico do entrevistado e de sua família, ao seu modo de vida, bem como fragmentos de história de vida<sup>4</sup>.

Mesmo, em vários momentos, tratando dos temas em referência ao conjunto da família e/ou a seus diversos membros, apenas um indivíduo de cada família seria entrevistado. Ainda assim, em sete dos casos haveria a participação, em algum momento da entrevista, de outro membro da família.

Durante as visitas previamente agendadas, na maior parte dos casos seria possível observar os objetos, utensílios e decoração da cozinha e, eventualmente, acompanhar a preparação de alguma refeição, ou verificar cadernos de receitas. Poder-se-ia, ainda, em algumas das visitas, observar os produtos usualmente consumidos pela família, bem como o modo como os alimentos costumam ser estocados.

Tendo presente as limitações impostas pelas condições em que se realizaria a pesquisa, uma vez que não seria possível, por razões óbvias, participar do cotidiano dos informantes e de suas famílias – o que permitiria a observação direta de comportamento –, e ciente da fragilidade decorrente de tomar as descrições dos informantes de seu próprio comportamento como fatos, buscar-se-ia como medida de segurança para aceitar o comportamento dos informantes por seu valor nominal, como sugerido por Bott (1976), estimular a descrição de acontecimentos simples e concretos (ao invés de complexos e abstratos), e que tivessem lugar no presente ou passado recente (ao invés do passado distante). Dessa forma, os trechos de depoimentos em que seriam expressas opiniões, ou reações a situações hipotéticas, poderiam ter sua consistência avaliada a partir do comportamento observado, bem como das descrições referentes a situações simples, concretas e recentes.

---

<sup>4</sup> O roteiro de questões que orientaria essas entrevistas encontra-se ao final deste trabalho (Apêndice A).

Seriam, no período compreendido entre novembro de 2001 e março de 2002, vinte e cinco os moradores de Porto Alegre entrevistados: mulheres e homens, de diferentes classes sociais, faixas etárias, inserções profissionais, situações familiares, religiões, locais de nascimento e de moradia, escolaridades.

Da mesma forma que os agricultores observados em relação às duas regiões rurais estudadas, os moradores de Porto Alegre entrevistados e suas famílias não constituem amostra representativa da população urbana gaúcha, ou da capital. Assim sendo, do mesmo modo que nos estudos realizados por Bott (1976) e Ossipow (1997a), as interpretações apresentadas neste trabalho podem ou não ser válidas para outros consumidores – assim como para outros agricultores – gaúchos.

Ainda, da mesma forma que nos universos de pesquisa delimitados por Bott (1976) e Ossipow (1997a), os moradores de Porto Alegre entrevistados e suas famílias não seriam englobados por quaisquer grupos organizados, mas somente em redes. O critério de escolha de informantes inicialmente estabelecido visava garantir sua diversidade. Assim, por exemplo, a partir da indicação de um informante membro de determinada igreja, chegaria a outros informantes pertencentes àquela igreja; a partir da indicação de um informante originário de determinada região do Estado, chegaria a outros informantes oriundos daquela região; a partir da indicação de um informante de determinado bairro, chegaria a outros daquela vizinhança... e assim por diante.

A maior parte dos moradores de Porto Alegre entrevistados seriam mulheres, e não apenas porque elas demonstrariam maior interesse pelos assuntos referentes à alimentação, dispondo-se mais facilmente a falar – e a conceder entrevista – sobre o tema.

Alguns estudos que têm se dedicado à análise das escolhas alimentares (CAZES-VALETTE, 1997; LAHLOU, 1998; MILLÁN, 2002) destacam a noção de *porteiro*, explicando que a entrada dos alimentos em um *canal* se efetua graças a e sob controle de indivíduos que estão em interação com as pessoas que se

alimentam. No caso da família, entendida como *unidade de consumo*, essa noção é associada à figura de esposa/mãe/dona-de-casa, sendo dona-de-casa aqui compreendida não como caracterização restrita às esposas/mães que não exercem atividade remunerada no mercado de trabalho, mas como papel social usualmente atribuído, em nossa sociedade, às mulheres, correspondendo aos estereótipos construídos a partir das relações sociais de gênero.

Compreendendo, assim, como sugerido por Cazes-Valette (1997), Lahlou (1998) e Millán (2002) a importância das representações da dona-de-casa sobre a escolha dos alimentos da família, bem como de suas representações sobre as necessidades e desejos dos demais membros da família e de seus papéis sociais, é que teríamos, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, um significativo número de mulheres.

Dadas as características desta pesquisa, em que seriam analisadas as representações de agricultores e consumidores gaúchos, buscar-se-ia, com o objetivo de reduzir a disjunção entre os mundos rural e urbano, privilegiar entrevistar, entre moradores de Porto Alegre, pessoas que tivessem sua origem no meio rural.

Também por entender que as visões de consumidores e agricultores comporiam, complementarmente, o objeto deste estudo, é que a análise aqui desenvolvida buscaria apreendê-las não a partir de sua apresentação em capítulos separados, mas, na medida do possível, e tendo sempre presente sua inserção em universos de referência distintos, integrando-as através de recortes outros que a oposição cidade-campo. Tal perspectiva pode ser percebida através da estrutura dos Capítulos deste trabalho, apresentada na seqüência.

Através da apresentação dos principais eventos relacionados aos organismos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul ocorridos durante o período de análise recortado neste trabalho, bem como da inserção do caso gaúcho no cenário internacional e no contexto nacional sobre o tema,

buscar-se-á, no Capítulo 1, delinear o campo do debate estadual sobre os transgênicos, evidenciando os agentes sociais que nele tomam parte, assim como seus principais argumentos.

Já no Capítulo 2, a partir de uma reflexão a respeito de percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação, serão apontados elementos e perspectivas de análise que, ao longo do trabalho, deverão perpassar a apreensão das representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos a respeito dos alimentos e cultivos transgênicos.

O Capítulo 3 é dedicado à interpretação de visões e comportamentos de consumidores e agricultores através, centralmente, do enfoque que busca evidenciá-los a partir da análise de suas percepções de risco; enquanto que, no Capítulo 4, a ênfase, através do privilegiamento da abordagem proposta pela antropologia da alimentação, é colocada nas representações sobre alimentação, buscando relacioná-las às reações ante os alimentos geneticamente modificados.

No Capítulo 5, buscar-se-á evidenciar o trabalho realizado pela mídia gaúcha na construção de representações sociais que conformam a polarização política sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul. Nesse Capítulo, veremos como seria constituída uma imagem ameaçadora do Governo Estadual enquanto força de coerção agindo no sentido da garantia do cumprimento da lei, que proíbe os cultivos transgênicos no País. Isso feito, o Capítulo 6 será dedicado a mostrar a existência de correspondência dessa ameaça no imaginário social de agricultores que convivem com a soja transgênica clandestina, bem como a apreender as estratégias por eles construídas para lidar com esse temor. Ainda nesse último Capítulo, buscar-se-á na análise da argumentação das lideranças pró-transgênicos gaúchas e na identificação dos elementos que conformam a polarização política sobre o tema no Estado, apontar a vinculação entre o modo como se desenrola o debate público referente aos transgênicos no Rio Grande do Sul e as estratégias constituídas por agricultores para, em seu cotidiano, conviver com o medo da ameaça representada pelo Estado.

Cabe ainda comentar que, tendo presente que o tema deste estudo é complexo e multifacetado, o exercício analítico impõe que as opiniões e práticas dos consumidores e agricultores observados sejam interrogados a partir de três diferentes dimensões, correspondentes às perspectivas que se propõem a apreender suas percepções de risco, suas representações referentes à alimentação e suas interpretações e estratégias diante de uma das dimensões presentes no debate sobre o tema, a política. Mas, se a separação das percepções referentes, grosso modo, aos riscos, à alimentação e à política é requerida para a condução do exercício analítico, faz-se importante frisar, desde já, que as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos sobre alimentos e cultivos transgênicos não poderão ser entendidas como somatório de suas percepções a partir das diferentes dimensões em que o tema é imerso. Afinal, suas experiências, vivenciadas em suas culturas, obviamente não se pautam pela fragmentação do exercício analítico.



## APRESENTAÇÃO DOS INFORMANTES

### ❖ Moradores de Porto Alegre

**Álvaro** (13, 20/2/02)<sup>5</sup>: Aos 43 anos, vive com a esposa e o casal de filhos pré-adolescentes. Descendente de alemães, nascido no meio rural, em região de agricultura colonial, mudou-se para Porto Alegre há 20 anos. É luterano, praticante. Trabalha em escritório, e hoje cursa faculdade de Administração. A renda familiar, composta por seu salário e o da esposa, perfaz um total de cerca de R\$ 3.000,00.

**Angelina** (6, 10/12/01): Moradora de bairro popular na zona sul da cidade, Dona Angelina, 68 anos, negra, católica praticante, vive, em casa própria, com o marido e a filha mais velha, solteira, aposentada por invalidez. Nascida no meio rural – seu pai era tropeiro, na região centro-sul do Estado –, mudou-se para Porto Alegre há 40 anos, já então casada e mãe de seus quatro filhos. Hoje aposentados, Dona Angelina trabalhou como faxineira e seu marido na construção civil. A renda familiar, somando as três aposentadorias, é de cerca de R\$ 600,00. Dona Angelina alfabetizou-se após os 60 anos.

**Armando** (24, 3/4/02): Aos 49 anos, é zelador de um elegante edifício na região nordeste da cidade. Católico – não costuma frequentar a Igreja –, é natural da região da Fronteira, onde foi peão de fazenda até os 17 anos. Nesse período completou o primeiro grau, mudando-se para Porto Alegre para servir o Exército. Vive com a esposa, que complementa o orçamento familiar com serviços de faxina, e o filho pré-adolescente. A família habita o apartamento cedido pelo condomínio, com uma renda mensal em torno de R\$ 800,00.

**Carla** (18, 18/3/02): Solteira, vivendo sozinha em um apartamento próprio no centro da cidade, Carla, 42 anos, batizada católica, é descendente de italianos e alemães. Nascida no meio rural, em região de agricultura colonial, cursou

---

<sup>5</sup> O número que antecede a data de realização da entrevista corresponde ao número de registro da entrevista.

Universidade e foi professora, vindo, recentemente, a aposentar-se como funcionária de órgão vinculado ao Legislativo Estadual. Sua renda mensal é de R\$ 1.800,00.

**Clara** (15, 13/3/02): Aos 50 anos, é dona-de-casa, vivendo com o marido (aposentado) e a filha (estudante universitária) em apartamento próprio localizado na zona sul da cidade. Descendente de italianos e católica praticante, Clara é natural do meio rural, de região de agricultura colonial (Serra Gaúcha). Ainda criança, acompanhando a família, mudou-se para a região metropolitana de Porto Alegre, onde completou o segundo grau. A renda familiar é de cerca de R\$ 2.000,00.

**Cleomar** (23, 3/4/2002): 37 anos, adventista do sétimo dia praticante, nascida no meio rural – o pai era plantador de arroz –, quando adolescente empregou-se como doméstica em casa de família, em cidade do interior, para estudar, chegando a concluir o segundo grau. Vive há dez anos em Porto Alegre. Casada, mãe de duas crianças, mora com a família em bairro popular da zona norte da cidade. Cleomar é empregada doméstica. O marido trabalha na construção civil, e como não tem emprego fixo, a renda familiar mensal oscila entre R\$ 300,00 e R\$ 800,00.

**Cleusa** (4, 1/12/01): Hoje aos 41 anos, nascida no meio rural, região de agricultura colonial (norte do Estado), descendente de italianos, católica – diz que de vez em quando vai à missa –, Cleusa mora desde os 18 anos em Porto Alegre, tendo vindo para cursar a Universidade. Bancária, vive com o marido, representante comercial, e o casal de filhos, ainda crianças. A renda familiar é de cerca de R\$ 2.300,00 reais mensais.

**Denise** (12, 21/2/02): Solteira, 25 anos, descendente de alemães, nascida no meio rural, em região colonial (noroeste do Estado), Denise foi criada como luterana. Após completar o segundo grau, mudou-se para a cidade, e desde então é comerciária. Divide as despesas do apartamento alugado, no centro de Porto Alegre, com outras três moças. Sua renda mensal é de R\$ 500,00.

**Dirce** (11, 15/2/02): Solteira, 21 anos, descendente de alemães, católica “não muito praticante”, Dirce é natural do meio rural, região de agricultura colonial (noroeste do Estado). Aos 18 anos, mudou-se para Porto Alegre, onde trabalha como empregada doméstica. Mora na casa de família em que trabalha, em elegante bairro da zona sul, e cursa o segundo grau. Sua renda é de R\$ 400,00.

**Gilberto** (17, 15/3/02): 52 anos, luterano praticante, descendente de alemães, nasceu no meio rural, em região de agricultura colonial (Vale do Taquari), onde concluiu o segundo grau. Vive em Porto Alegre há mais de 20 anos. Divorciado, os dois filhos, estudantes universitários, vivem com ele, em casa própria localizada em bairro popular. Após aposentar-se, Gilberto continua trabalhando em escritório. Sua renda mensal é de R\$ 1.000,00.

**Helena** (5, 5/12/01): Divorciada, 47 anos, sem formação religiosa, Helena vive com um dos dois filhos adultos e com suas duas meninas, em uma casa alugada na zona central da cidade. É nascida em Porto Alegre, sendo que sua família tem origem na região da Campanha. Tendo completado curso superior, é professora na rede pública municipal de ensino. Seu salário responde pela maior parte da renda familiar, que chega a R\$ 5.000,00.

**Jorge** (16, 14/3/02): 52 anos, católico praticante, descendente de italianos, nasceu no meio rural, em região de agricultura colonial (Vale do Taquari). Vive com a esposa, professora aposentada, e os três filhos do casal, o mais velho estudante universitário, os demais em cursinho pré-vestibular. Jorge é professor universitário. A renda do casal gira em torno de R\$ 7.000,00.

**Karen** (3, 31/10/01): Natural de Porto Alegre, descendente de alemães e italianos, 53 anos, divorciada, vive com o atual marido e o casal de filhos do primeiro casamento, ambos já formados em curso superior. Os quatro trabalham em estabelecimento próprio da família, situado em bairro elegante da cidade.

**Laura** (8, 18/12/01): Viúva, 75 anos, católica – considera-se não praticante –, mora sozinha em um pequeno apartamento próprio, em um conjunto

habitacional situado na zona sul da cidade. Nasceu e constituiu família em área rural próxima a Porto Alegre, mudando-se para a cidade quando de sua separação do primeiro marido, aos 50 anos. Aposentada e pensionista do segundo marido, tem por renda mensal cerca de R\$ 500,00.

**Lourdes** (2, 26/10/01): Aos 41 anos, vive com o segundo marido e as duas filhas do primeiro casamento, pré-adolescentes, em casa própria localizada em condomínio fechado na zona sul da cidade. Natural de Porto Alegre, foi criada como católica, considerando-se não praticante. Cursou Universidade, tendo abandonado a profissão para criar as filhas. A renda familiar, composta pelo salário do atual marido e pela pensão que o primeiro marido paga para as filhas, é da ordem de R\$ 2.500,00.

**Luisa** (22a, 26/3/02): 49 anos, natural do interior de São Paulo, de criação católica, Luisa é médium, espiritualista, praticante da umbanda conhecida como de “linha branca”. Trabalha como autônoma. Vive na mesma casa com o marido (aposentado) e os três filhos adolescentes. A renda familiar, composta majoritariamente pela aposentadoria do marido, é de R\$ 3.000,00.

**Margarida** (10, 14/2/02): Aos 21 anos, descendente de alemães, Margarida é católica, considerando-se não muito praticante. É natural do meio rural, região colonial (noroeste do Estado). Veio para Porto Alegre há um ano, trabalhar como doméstica em casa de família, quando concluiu o segundo grau. Há poucos meses vive com o companheiro, em uma casa própria em condomínio popular. Margarida atualmente está desempregada, a renda familiar sendo restrita ao salário do marido, da ordem de R\$ 500,00.

**Marta** (14, 13/3/02): Viúva, 78 anos, católica (não se considera praticante), Dona Marta nasceu no meio rural, em região de agricultura colonial (Serra Gaúcha), onde cursou o primeiro grau incompleto. Aos 20 anos, veio morar em Porto Alegre, trabalhando como doméstica, até que se casou, tornando-se dona-de-casa. Vive com ela uma neta, já moça. É pensionista, tendo por renda aproximada R\$ 6.000,00.

**Nilza** (21, 19/3/02): Viúva, 74 anos, descendente de alemães, luterana praticante, Dona Nilza mora sozinha, em apartamento próprio, uma cobertura. É natural do meio rural, região de agricultura colonial. Funcionária pública aposentada, sua renda mensal gira em torno de R\$ 5.000,00.

**Olga** (20, 19/3/02): Viúva, 77 anos, descendente de alemães, luterana praticante, Dona Olga mora sozinha em um apartamento alugado no centro da cidade. Nascida no meio rural, região de agricultura colonial, quando moça mudou-se para a região metropolitana, trabalhando como comerciária até seu casamento. Mais tarde, retomaria os estudos, formando-se professora, vindo a aposentar-se. Sua renda mensal é de cerca de R\$ 2.000,00.

**Paulo** (22b, 26/3/02): 52 anos, natural do meio rural, região de agricultura colonial, Paulo teve criação luterana, sendo atualmente espírita. Aposentado, atualmente cursa Universidade. Vive em casa própria com a esposa e os três filhos adolescentes. A renda familiar, composta majoritariamente por sua aposentadoria, gira em torno de R\$ 3.000,00.

**Rosane** (1, 24/10/01): Aos 46 anos, espírita, tendo cursado o segundo grau, Rosane trabalha como autônoma. Vive com o marido e o casal de filhos, jovens. Nascida em cidade do interior, mudou-se para Porto Alegre já casada e com o filho mais velho nascido, há pouco mais de vinte anos. A renda familiar é de cerca de R\$ 3.500,00.

**Sônia** (9, 19/12/01): Aos 48 anos, católica (se considera ultimamente não muito praticante), Sônia é bancária recém-aposentada. Nascida em Porto Alegre, sua família tem origem na região da Campanha. Vive com o marido, aposentado que tem um negócio próprio, a mãe e a filha, ainda menina, em uma casa própria em condomínio fechado na zona sul da cidade. A renda mensal da família é de cerca de R\$ 4.500,00.

**Vanilde** (19, 19/3/02): Viúva, 71 anos, luterana praticante, descendente de alemães, Dona Vanilde mora há três anos, sozinha, em um apartamento no centro de Porto Alegre. Veio para a cidade para ficar perto dos filhos e netos. Nasceu no meio rural, região de agricultura colonial (noroeste do Estado), onde

cursou o primeiro grau incompleto. Quando moça, empregou-se como doméstica em casa de família em cidade da região, até que se casou. Sua renda é de cerca de R\$ 1.500,00.

**Zélia** (7, 13/12/01): Aos 67 anos, católica praticante, Dona Zélia nasceu, se criou e constituiu família em cidade do interior, onde seus parentes “tinham campo”. Vive com o marido, aposentado, e quatro de seus sete filhos, todos adultos, em uma casa própria na região central de Porto Alegre, para onde se mudou há 30 anos.

#### ❖ **Agricultores da região Norte do Estado**

**Inácio** (50 anos), **Neusa** (47), **Eduardo** (27) e **Ana** (23): A família que me hospedou, descendente de italianos, católicos, possui uma área de 25 hectares, tendo como principais atividades a produção de soja, milho e leite. O rapaz é agrônomo e a moça professora. Sua origem étnica, religião, tamanho de propriedade e características da produção agrícola são comuns nesta região. Excetuando-se Eliane, mais jovem, os demais informantes desta região pertenceriam à mesma faixa etária de Inácio e Neusa.

**Carlos:** Primo de Inácio, Carlos vive com a esposa e as duas filhas pequenas, em uma propriedade de 80 hectares, considerada grande na região, em que cultiva soja.

**Dirce:** Ela e o marido são vizinhos de Inácio e Neusa.

**Eliane:** Sobrinha de Inácio, mora com o marido e o filho pequeno em uma casa vizinha à de Nilton. Diferentemente da maior parte dos agricultores da região, não cultivam soja, dedicando-se, na pequena área de 7 hectares de sua propriedade, à produção de milho, suínos e leite.

**Ivo:** Plantador de soja, diferencia-se dos vizinhos por ser descendente de alemães, tendo vindo morar na região há 25 anos. Vive com a esposa e a filha, que diariamente deslocam-se à cidade para trabalhar.

**Nilton:** Cunhado de Inácio, vive com a esposa na colônia que fora dos pais dela. O filho do casal mora e trabalha na cidade próxima.

**Vitor e Elza:** Com o casal vive a filha, professora. O filho do casal mudou-se para a cidade próxima, onde trabalha.

#### ❖ **Agricultores da região Centro-Sul do Estado**

**Adriano e Lúcia:** O casal que me hospedou, na faixa dos 60 anos, descendentes de italianos, católicos, vive em uma propriedade de 25 hectares, considerada pequena para a região. Dois de seus filhos moram nas redondezas, enquanto os demais se mudaram para a região metropolitana de Porto Alegre. Seu Adriano cultiva soja na área própria e em mais 40 hectares arrendados, sendo a prática de arrendamento comum nessa região.

**Gustavo:** Descendente de italianos, Seu Gustavo é proprietário de cerca de 300 hectares, sendo considerado um produtor “forte”. É vizinho do filho **Élcio**, que vive com a esposa e o filho pequeno, e trabalha com o pai na lavoura.

**Ivan:** Presidente da comunidade vizinha àquela em que moram Seu Adriano e Dona Lúcia, Seu Ivan possui cerca de 100 hectares. Vive com a esposa – o casal está na faixa dos 60 anos – e o filho, **Clóvis**, solteiro, 30 anos, que trabalha com o pai. Diferentemente da maior parte dos agricultores dessa região com quem conversei, que são descendentes de imigrantes, têm origem em outras regiões do Estado (regiões de agricultura colonial) e cultivam predominantemente soja, Seu Ivan é natural da localidade, tendo como atividades principais a plantação de arroz e a criação de gado.

**João:** Natural da localidade, Seu João vive com a esposa e o filho caçula, rapaz que trabalha com o pai na lavoura, enquanto as duas filhas, já casadas, moram em cidade próxima. O casal está na faixa dos 50 anos. Seu João possui 50 hectares, e arrenda outros 300.

**Mário e Silvane:** Vizinho de Seu Adriano e Dona Lúcia, nascido na Itália, Seu Mário, 73 anos, vive com a esposa. O casal de filhos, já adultos e casados, mora em cidade do interior do Estado. Seu Mário cultiva, com dois irmãos e um sobrinho, uma área arrendada de 150 hectares, bem como uma área própria de mesmo tamanho. O cultivo principal é de soja, mas plantam também arroz e trigo.

**Milton e Erika:** Vizinhos de Seu Adriano e Dona Lúcia, descendentes de alemães, na faixa de 50 anos, o casal vive com o filho, rapaz que trabalha com o pai na propriedade de 9 hectares. A filha, já casada, mora em cidade próxima. Seu Milton arrenda 250 hectares para o plantio de soja, e 50 hectares em que cultiva arroz.

**Ruben:** Descendentes de alemães, ele e a esposa, ambos na faixa dos 50 anos, vivem próximo às casas de dois de seus filhos, já casados. Ruben cultiva 180 hectares, sendo que desses 30 são arrendados.

**Teo:** Descendente de italianos, vive com a esposa e a filha, estudante universitária. Teo é apontado como sendo o maior plantador das redondezas: cultiva 700 hectares de soja, sendo parte da área arrendada.

**Valter e Alice:** Valter é filho de Seu Adriano e Dona Lúcia, vivendo com a esposa e o filho pequeno em casa vizinha à dos pais. Não possuindo terras, Valter planta soja em 130 hectares arrendados.

## **1. OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O RISCO À MESA: contextualizando o tema**

O propósito deste Capítulo consiste em delinear o campo do debate gaúcho sobre os transgênicos, bem como apresentar os agentes sociais que nele tomam parte, evidenciando, assim, o ambiente em que se desenvolve este estudo.

Para isso, tendo como ponto de partida a inserção do caso gaúcho no cenário internacional e no contexto nacional sobre o tema, serão apresentados alguns dos principais eventos relacionados aos organismos geneticamente modificados ocorridos durante o período de análise recortado neste trabalho, qual seja, de 1999 a 2002. Cabe lembrar que esse período é delimitado pela vigência de um mandato governamental, em âmbito estadual e nacional, e, assim sendo, fatos anteriores ou posteriores a ele apenas serão mencionados à medida em que se faça necessário para esclarecer o período focado.

Ao final do Capítulo, de modo a possibilitar a visualização dos eventos em ordem temporal, será apresentada uma cronologia, em que constam os principais episódios referentes aos transgênicos ocorridos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ainda, para oportunizar a localização geográfica das regiões em que ocorrem alguns desses episódios, bem como das regiões rurais em que foi realizada a pesquisa etnográfica para este estudo, será apresentado uma mapa do território gaúcho.

Vale mencionar que, uma vez que se propõe a evidenciar o ambiente em que se encontrariam imersos os informantes para esta pesquisa, este Capítulo deverá contribuir para a compreensão dos que se seguem, mais especialmente no que se refere à análise a ser desenvolvida nos Capítulos 5 e 6.

## 1.1. Um tema em debate

Este item tem por objetivo evidenciar alguns dos elementos que conformam o debate sobre o tema transgênicos no País. Dessa forma, percorrendo assuntos relacionados, por exemplo, à técnica de transgenia e às crises alimentares européias, chegaremos à constatação do ambiente de intensa repercussão do tema no País para, na seqüência, interpretar, a partir da disputa judicial em torno da legalização do cultivo comercial de soja transgênica, os lados desse debate.

Podemos entender a transgenia como uma técnica que possibilita a introdução, em um organismo, de um único gene, ou de um pequeno número de genes<sup>6</sup>, originários de uma outra variedade, de uma outra espécie, de um outro gênero, ou mesmo de um outro reino. Dessa forma, essa técnica é definida como a integração de um fragmento de DNA (Ácido Desoxiribo Nucleico) estrangeiro, proveniente de um animal, de um vegetal, ou de um micro-organismo, em um organismo hospedeiro (RICROCH, 1998, p.12).

Essa técnica foi criada em 1968 (RICROCH, 1998, p.12), sendo que, antes disso, merecem nota a identificação do DNA, em 1944, e de sua estrutura, em 1953 (DAVIS, 1991, p.1). Considera-se, ainda, que a engenharia genética tem como marco os anos 1972-73, quando foi desenvolvida a tecnologia do DNA recombinante (GASKELL et al., 1998a, p.3).

Em 1983, seria criada a primeira planta transgênica, uma variedade de fumo. Já em 1994, o tomate *Flavr Savr*, um tomate longa vida transgênico, seria a primeira planta geneticamente modificada a chegar, nos EUA, ao mercado consumidor (RICROCH, 1998, p.12). No que concerne aos grãos, a

---

<sup>6</sup> Os genes, fitas duplas de DNA, formadas por milhares de nucleotídeos em seqüências muito específicas, contêm todas as informações necessárias à vida, o código genético (LAJOLA; NUTTI, 2003, p.18).

primeira safra comercial de soja transgênica seria, também nos EUA, colhida em 1996 (DEAK, 2003).

Passada, então, quase uma década da chegada dos primeiros alimentos transgênicos ao mercado consumidor, poderíamos indagar por que o tema desperta tão intensamente a atenção da mídia, que traz notícias sobre as descobertas científicas e os negócios que geram, mas também sobre possíveis riscos que trazem à saúde e ao meio ambiente, reações de produtores, consumidores, ambientalistas e políticos nos quatro cantos do planeta, assim como de iniciativas reguladoras dos Estados?

*“Eu não plantei. A gente escuta que vai nascer criança sem cérebro”.* Essa foi a resposta dada por um agricultor entrevistado para esta pesquisa, quando indagado se cultivava soja transgênica. Que medo é esse? Nos próximos três Capítulos, buscaremos algumas respostas para essa questão. Por enquanto, tenhamos que a forma com que a própria questão se insinua é já uma pista para apreender a dimensão alcançada pela repercussão do tema.

Evidenciando a presença, na sociedade brasileira, dos organismos geneticamente modificados enquanto tema em debate, tomemos como ponto de partida uma capa de revista, em que uma banana figura como imagem central. A polpa da fruta é verde-fosforescente, a face interna da casca é cor-de-rosa-choque, enquanto sua face externa se assemelha à das bananas que usualmente encontramos nas feiras e supermercados. Ao centro, em letras garrafais, o título da matéria de capa: COMIDA FRANKENSTEIN. Ao canto, embaixo, a chamada:

Para os geneticistas, os alimentos transgênicos são a salvação. Para os ecologistas, a perdição. Afinal, o que está acontecendo com a comida que você põe em sua mesa?

A referida figura estilizada de banana geneticamente modificada bem poderia ser capa de muitos dos magazines que, na Europa, já há alguns anos, têm apresentado entre suas manchetes temas relacionados a crises, escândalos e pânicos alimentares<sup>7</sup>.

Essas crises não são recentes. Desde os anos 1970, a utilização de hormônios na produção de carnes tem sido motivo de polêmica. A partir de então, vários seriam os temas que, na Europa, ganhariam notoriedade sob o título “escândalo alimentar”, entre os quais as contaminações por nitrato ou salmonela, bem como a listeriose.

No entanto, a intensidade da repercussão dessas crises alimentares teria, em 1996, na primeira crise da vaca louca, um ponto de inflexão. Isso seria atribuído à disseminação e letalidade da doença, mas especialmente ao fato de os riscos serem pouco conhecidos à época (GOUIN; CORDIER, 2001, p.200-201).

A respeito da transmissão da doença da vaca louca – ou encefalopatia espongiforme bovina (BSE) –, cabe esclarecer que, nos anos 1980 e boa parte dos 90, o consenso científico pregava que o vírus da BSE não conseguiria saltar a barreira entre espécies que separa bovinos de seres humanos (CHATEAURAYNAUD; TORNAY, 1999). Apenas em 1999 os cientistas teriam comprovação de que essa barreira entre espécies não cumpre função protetora. A partir de então, a BSE tem sido considerada responsável pelas

---

<sup>7</sup> A título de ilustração, algumas das manchetes de capa de publicações expostas para venda, em 2001, nos quiosques em que são comercializados jornais e revistas em Paris: Le risque alimentaire (**La recherche**, número spécial, fev. 2001); Du productivisme à la vache folle: la détresse paysanne (**Télérama**, 2664, fev. 2001); Europe goes organic: how mad cow mania is spurring a return to natural food (**Newsweek**, fev. 2001); Laitages, vin, conserves, viande... les scandales alimentaires: la liste noire région par région (**L'Express**, 2595, mar. 2001); Heures de gloire et malheurs de la viande (**Historia**, 652, abr. 2001); Peurs et menaces nouvelles (**Manière de voir**, 59, set. 2001). Cabe aqui mencionar que, ao longo deste trabalho, trechos e citações – diferentemente de títulos de artigos e obras – originalmente em outros idiomas serão apresentados, a partir de tradução livre, em português. Ainda, sempre que um termo ou trecho aparecer em destaque, far-se-á referência à autoria do grifo.

crescentes mortes causadas em seres humanos pela doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD)<sup>8</sup>.

Essa doença foi inicialmente detectada na Inglaterra, a partir de onde, através da comercialização de rações contaminadas, seria disseminada em diversos países europeus. Atingindo o cérebro, a doença da vaca louca é adquirida por humanos principalmente através da ingestão de carne de animais infectados, enquanto que esses contraem a doença através da ingestão de rações produzidas a partir de carcaças de animais doentes. Cabe observar que, no que se refere à contaminação humana, estudos mostram que a doença é contraída a partir de pré-disposição genética e, ainda, que há outras formas de infecção além do consumo de carne de animais doentes, o que seria evidenciado pelo falecimento, na Grã-Bretanha, de um vegetariano vítima da CJD (Millán, 2002, p.284).

Como apontado por Gouin e Cordier (2001), a partir da primeira crise da vaca louca conformar-se-ia, na Europa, um ambiente psicológico em que o tratamento como escândalo alimentar dos eventos que ocorreriam a partir de então seria amplificado, como se verificaria nos casos da contaminação por dioxina, em 1999; dos alimentos transgênicos; bem como da segunda crise da vaca louca, em outubro de 2000. Enquanto na Europa, pelas razões antes mencionadas, esse processo ocorre de modo particularmente intenso, podemos supor que esse ambiente se faça também presente, em algum grau, nos demais continentes.

---

<sup>8</sup> Governo geneticamente modificado, **The Economist**, 29/5/1999; Pesquisa tem prova sobre a doença da vaca louca, **Correio do Povo**, 21/12/1999. Vale notar que todas as reportagens de jornais citadas ao longo deste trabalho foram acessadas a partir da internet, ou recebidas através de correio eletrônico, tendo sido arquivadas, em acompanhamento sistemático realizado sobre o tema, desde o final de 1998. Como, ao longo desse acompanhamento da imprensa, deixou-se de realizar o registro dos endereços das páginas da internet em que as notícias foram publicadas, bem como das datas em que foram acessadas, essas informações deixarão aqui de constar das referências das reportagens citadas. Cabe mencionar que, de toda forma, as reportagens apenas permanecem disponíveis na internet no caso dos jornais que mantêm arquivos *on line*, sendo que nesses casos as reportagens poderão ser facilmente consultadas a partir de seus títulos e datas de publicação, informações aqui disponibilizadas.

Voltemos à figura estilizada de banana geneticamente modificada. Temos que a imagem é capa não em publicação europeia, mas em revista brasileira, oferecida aos consumidores nas bancas de jornais e nas gôndolas de algumas das grandes redes de supermercado.



Figura 1.1 – Capa da revista Superinteressante, 14(11), novembro 2000

Disponível em: <[http://superinteressante.abril.uol.com.br/index\\_arquivo00.html](http://superinteressante.abril.uol.com.br/index_arquivo00.html)>. Acesso em: 9 abr. 2003

Se bem é verdade que os efeitos na saúde atribuídos a alguns alimentos vêm sendo objeto de atenção já de longa data, o debate acerca dos organismos geneticamente modificados parece trazer à sociedade brasileira uma nova dimensão do tema alimentação. Ou, em algum momento anterior, teria o assunto estado tão em evidência que não a partir da perspectiva do debate a respeito da insuficiência de alimentos, da fome?

Mencionando pânicos alimentares, transgênicos, critérios de escolhas de alimentos e fome, cabe aqui, desde já, afastar a visão, tão equivocada quanto usual, que entende como excludentes os medos relacionados aos riscos alimentares e aqueles relativos à escassez de alimentos. É a partir da naturalização dessa visão que pode ser compreendido o elemento cômico da charge reproduzida abaixo.



Figura 12—Charge publicada em Zero Hora, 27/6/2003

Em estudo sobre a história dos medos alimentares, Ferrières (2002, p.9-12) demonstra que mesmo nos períodos de maior escassez de alimentos na Europa da Idade Média, inquietações referentes à quantidade de alimentos eram perpassadas por aquelas relacionadas à sua sanidade e qualidade. E se, naquela época, os medos referentes à escassez de alimentos e aos riscos alimentares coexistiam nas visões e comportamentos, não há porque supor que ocorra de modo diferente em sociedades ou grupos sociais – aí inclusas significativas parcelas da população brasileira – que, atualmente, convivem com a escassez de alimentos.

Retornando à discussão sobre a repercussão que têm tido os organismos geneticamente modificados na sociedade brasileira, temos que já em 1999 a introdução do vocábulo *transgênico* no **Dicionário Aurélio Século 21**, bem como a crescente ocorrência do tema nos veículos de comunicação, seriam indicadores da presença do debate sobre o tema no País.

Naquele mesmo ano, o jornal gaúcho **Zero Hora** contabilizaria a evolução do número de vezes em que o termo, inclusas as variações de gênero e grau, aparecia em suas reportagens. Em 1999, teriam sido 1291 os registros do termo – correspondendo a uma média de 3,5 vezes por dia –, enquanto que no ano anterior haviam somado uma quantia dez vezes menor<sup>9</sup>.

Os termos em que se apresenta o debate brasileiro – ou gaúcho – sobre os organismos geneticamente modificados reproduzem os mesmos argumentos pró e contra presentes no debate internacional sobre o tema. Vejamos.

De um lado, afirma-se que os cultivos transgênicos seriam mais produtivos e, dessa forma, teriam importância fundamental em um quadro em que, para combater a fome mundial, far-se-ia necessário aumentar a produção de alimentos. De outro lado, contesta-se que os cultivos geneticamente modificados apresentem, de fato, maiores produtividades, ao mesmo tempo

---

<sup>9</sup> Transgênicos na boca do povo, **Zero Hora**, 24/12/1999.

em que a insuficiente produção de alimentos cede lugar à sua má distribuição, relacionada às desigualdades regionais e sociais, como causa principal da fome no mundo.

Ao tempo em que defensores dos transgênicos argumentam que esses cultivos possibilitam a utilização menos intensiva de agrotóxicos, causando menos danos ao meio ambiente e proporcionando maior rentabilidade aos produtores, aqueles que combatem a tecnologia afirmam que em pouco tempo ervas invasoras e insetos deverão, através de seleção natural, adquirir resistência aos agroquímicos utilizados em seu combate, o que requereria dosagens cada vez mais elevadas, acarretando em maiores danos ao meio ambiente e menor rentabilidade para os produtores.

Enquanto uns afirmam que a adoção da tecnologia significaria a subordinação dos interesses nacionais às grandes corporações transnacionais detentoras das patentes de sementes transgênicas, outros argumentam que a não-adesão à transgenia implicaria em perda de competitividade no mercado internacional.

Ainda, ao mesmo tempo em que organizações de consumidores e ambientalistas evidenciam serem desconhecidos os riscos dos organismos geneticamente modificados à saúde e ao meio ambiente, alertando com relação à possibilidade de alergias, poluição genética e perda de biodiversidade, setores pró-transgênicos negam que qualquer efeito prejudicial tenha sido comprovado, argumentando não ser possível exigir de qualquer tecnologia ou alimento risco zero.

Cabendo mencionar que cada um dos lados conta com cientistas e estudos demonstrando a pertinência de seus argumentos, temos que a polêmica sobre os organismos geneticamente modificados é, certamente, multifacetada, envolvendo aspectos científicos, mas também econômicos, políticos, sociais, ambientais e relativos à saúde humana.

No Brasil, a soja está no centro da polêmica sobre os organismos geneticamente modificados. Em junho de 1998, a soja *Roundup Ready* seria objeto da primeira solicitação de autorização para cultivo transgênico em escala comercial no País, recebendo, em seguida, parecer favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)<sup>10</sup>.

A soja *Roundup Ready* – ou soja RR, como é conhecida –, contém material genético proveniente de quatro diferentes espécies: vírus do mosaico da couve-flor, petúnia e duas agrobactérias (CARGNELUTTI FILHO, 2001). A patente da soja RR é de propriedade da empresa Monsanto, tendo sido modificada geneticamente para ser resistente ao herbicida *Roundup*, produzido pela mesma empresa.

Em seu *site* norte-americano – em que Saint Louis, Missouri, é indicado como local da sede da empresa –, a transnacional Monsanto, destacando ser fabricante do herbicida mais vendido no mundo, o *Roundup*, apresenta-se como uma empresa líder em produtos voltados à agricultura e soluções integradas para os agricultores.

Assim, o que seria interpretado por ativistas e organizações contrárias aos organismos geneticamente modificados como “venda casada” de sementes transgênicas e agrotóxicos, é oferecido pela empresa como uma de suas “soluções integradas”:

---

<sup>10</sup> A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi instaurada em 1996, tendo por função examinar a biossegurança dos organismos geneticamente modificados. A ampliação de suas atribuições tem sido, há anos, objeto de polêmica, chegando a constituir-se em motivo de disputa judicial. No entanto, pode-se afirmar que à CTNBio cabe normatizar, autorizar e fiscalizar experimentos envolvendo organismos geneticamente modificados; assim como, no que diz respeito à sua produção comercial, emitir pareceres técnicos. Aos Ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente seria reservada a competência para a autorização da comercialização de organismos geneticamente modificados para uso humano, animal ou em plantas, bem como para sua liberação no meio ambiente.

Com nossa combinação única de produtos e nossa inovação sem paralelos em biotecnologia vegetal, criamos soluções integradas, que apresentam produtos e tecnologias lado-a-lado para incrementar a produtividade e reduzir os custos agrícolas.<sup>11</sup>

Para uma idéia do lugar ocupado pela Monsanto nos negócios agrícolas mundiais, vale mencionar que, em 1999, era a segunda maior corporação de sementes do mundo (WILKINSON; CASTELLI, 2000, p.32). Evidenciando sua importância no que concerne aos transgênicos, basta observar que, em 2001, a Monsanto seria responsável pelas sementes utilizadas em nada menos que 90% das áreas cultivadas com organismos geneticamente modificados no planeta (GREENPEACE, 2003).

Daí podemos compreender que a Monsanto tenha se constituído, em toda as partes, no alvo principal das organizações contrárias aos organismos geneticamente modificados<sup>12</sup>.

Como anteriormente indicado, em 1998 a Monsanto solicitaria a autorização para cultivo em escala comercial da soja RR, tendo seu pedido acatado pela CTNBio.

Desde então, enquanto no Congresso Nacional a regulamentação do tema transgênicos permanece em debate, a autorização do cultivo em escala comercial da soja RR vem sendo impedida por sucessivas batalhas judiciais, tendo como marco a sentença do Juiz Antônio Souza Prudente, de junho de 2000<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.monsanto.com/monsanto/layout/about\\_us/default.asp](http://www.monsanto.com/monsanto/layout/about_us/default.asp)>. Acesso em: 2 ago. 2003.

<sup>12</sup> Para uma história crítica da empresa e de suas realizações, construída a partir do olhar ambientalista, ver o artigo de Tokar (1998), em **The Ecologist**.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.infojus.com.br/dechtml>>. Acesso em: 5 jun. 2000.

É assim que, reivindicando a aplicação do *princípio de precaução*, que consta do artigo 225 da Constituição Federal, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a organização ambientalista Greenpeace<sup>14</sup> têm tido êxito na manutenção da exigência legal da apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) como condição prévia à autorização do cultivo de soja transgênica em escala comercial no País.

Vale esclarecer que uma definição ampla do *princípio de precaução* foi formulada na reunião realizada em janeiro de 1998, em Wingspread, EUA, em que participaram cientistas, advogados, legisladores e ambientalistas<sup>15</sup>. Segundo a Declaração de Wingspread, o primeiro documento a definir os principais elementos que compõem esse *princípio* e a explicar seus fundamentos, o *princípio de precaução* estabelece que quando uma atividade representa ameaça de danos ao meio-ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução devem ser tomadas, mesmo que algumas relações de causa e efeito não tenham sido cientificamente plenamente estabelecidas. Entre os principais elementos do *princípio de precaução* figuram a precaução diante de incertezas científicas, a exploração de alternativas a ações potencialmente prejudiciais, a transferência do ônus da prova aos proponentes de uma atividade e não às vítimas ou vítimas em potencial daquela atividade e o uso de processos democráticos na adesão e observação do *princípio*, inclusive o direito público ao consentimento informado (SCIENCE..., 1998).

---

<sup>14</sup> Para conhecer as ações dessas ONGs no tema transgênicos, ver seus sites: <<http://server.digipronto.com.br/idec.org.br/consumidores/arquivo/index.htm>>; <<http://www.greenpeace.org.br/>>. A partir do final de 1999 seria constituída a Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”, da qual tomariam parte um conjunto de organizações não-governamentais que passariam a atuar no tema enquanto bloco, entre as quais Idec e Greenpeace.

<sup>15</sup> Cabe mencionar que em 1992, na Declaração do Rio de Janeiro, formulada durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro (conhecida como Eco-92), foram enumerados 27 princípios para explorar os recursos naturais, entre eles o *princípio de precaução*. (Conheça as decisões tomadas na Eco-92, **Folha Online**, 13/08/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u6944.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2003).

A disputa judicial em torno da autorização do cultivo comercial da soja transgênica da Monsanto pode ser considerada emblemática da polêmica sobre os transgênicos no País, uma vez que em torno dela se alinhariam os diferentes agentes sociais presentes no debate. Ainda, é através da observação dos diversos momentos dessa ação judicial que podemos identificar como o Governo Federal se colocaria nesse embate.

Se, em um primeiro momento, havia certa ambigüidade no posicionamento do Governo Fernando Henrique Cardoso – enquanto a União se colocava ao lado da Monsanto na ação judicial, o Ibama, órgão do Ministério do Meio Ambiente, se somaria, em fevereiro de 1999, a Idec e Greenpeace –, essa ambigüidade seria paulatinamente substituída por uma posição única e centralizada, até que, em julho de 2000, ao mesmo tempo em que o Ibama se retirava da ação judicial, o Governo Federal divulgaria nota oficial, assinada por seis ministros, entre os quais o do Meio Ambiente, assumindo abertamente a defesa da adoção dos organismos geneticamente modificados no País.

Temos, então, que durante o período abarcado por este estudo, o tema, objeto de debates parlamentares e de disputas judiciais, permaneceria em suspenso no que se refere à legalidade dos cultivos em escala comercial no País.

Entretanto, e como é de conhecimento público, do fato de não haver qualquer cultivo geneticamente modificado cuja produção em escala comercial tenha sido legalmente autorizada não se pode deduzir a inexistência de lavouras transgênicas no País.

Ao contrário, as áreas semeadas ilegalmente com soja geneticamente modificada, inicialmente cultivadas a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, vêm crescendo ano a ano, especialmente no Rio Grande do Sul, onde os grãos clandestinos originários do País vizinho parecem ter encontrado condições edafoclimáticas mais adequadas a seu desenvolvimento do que em outras regiões do Brasil.

Cabe notar que são pouco precisos os números referentes à participação dos grãos transgênicos no volume total de soja produzida no Rio Grande do Sul. Ainda, na medida em que são utilizadas na disputa política, pode-se supor que além de pouco precisas, essas estimativas sejam também pouco confiáveis. Feita a ressalva, temos que, segundo a mídia local e declarações de setores pró-transgênicos, seria geneticamente modificada cerca de 70% da soja da safra gaúcha 2002-2003, que atingiu cerca de 8 milhões de toneladas<sup>16</sup>. Uma estimativa talvez mais próxima à realidade é a da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (Fecoagro), que, com base na quantidade de sementes de soja convencional comercializada no Estado, avalia que 50% da soja da safra gaúcha 2002-2003 teria sido cultivada com sementes transgênicas.

Vale ainda aqui mencionar que a oferta de soja no mercado internacional é bastante concentrada, sendo que EUA, Brasil e Argentina respondem por 80% da produção e 90% do comércio mundial do grão. O Brasil é, assim, o único dos três países grandes exportadores de soja em que os cultivos transgênicos não são autorizados.

Esse dado indica a dimensão dos interesses econômicos em jogo na polêmica brasileira sobre a soja transgênica, especialmente ao considerarmos que os mercados compradores europeu e asiático têm reiterado suas restrições aos alimentos geneticamente modificados.

---

<sup>16</sup> Soja transgênica deve ser exportada, **Zero Hora**, 8/03/2003; Paraná poderá barrar a soja gaúcha transgênica, **Gazeta Mercantil**, 11/03/2003.

O Estado do Rio Grande do Sul, que delimita a base empírica desta pesquisa, ocuparia posição central no debate brasileiro sobre o tema, não apenas por responder por cerca de uma quinta parte da produção nacional de soja e por ser o Estado em que mais intensamente o cultivo ilegal tem se propagado, mas também porque quando a polêmica estava ainda em sua fase inicial, à época em que Fernando Henrique Cardoso iniciava seu segundo mandato na Presidência da República e Olívio Dutra era empossado Governador do Estado, governos Federal e Estadual assumiriam posturas políticas e medidas que os colocariam em lados opostos no campo do debate em relação ao tema.

Ao mesmo tempo em que a posição contrária aos transgênicos adotada, então, pelo Governo gaúcho conferiria à polarização nacional referente ao tema uma dimensão politicamente amplificada, em âmbito estadual ela se tornaria, como será evidenciado no próximo item, o ponto de partida para o acirramento entre setores favoráveis e contrários aos organismos geneticamente modificados.

## **1.2. O conflito gaúcho: a soja pirata no Estado livre de transgênicos**

Enquanto em âmbito nacional os tribunais eram o palco privilegiado para o exercício da polêmica sobre os organismos geneticamente modificados, no Rio Grande do Sul as disputas legais se dariam em segundo plano, submetidas, especialmente em 1999, à dinâmica dos acontecimentos que teriam lugar junto aos campos de soja, no interior do Estado.

Em março de 1999, o Governador Olívio Dutra, declarando pretender tornar o Rio Grande do Sul Estado livre de transgênicos, assinaria o decreto que determinava a obrigatoriedade de notificação ao poder público estadual das áreas em que houvesse pesquisas com cultivos transgênicos, estabelecendo a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental como condição prévia para a realização de experimentos.

Amparada nesse decreto, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul interditaria dezenas de áreas experimentais de cultivos transgênicos. Os experimentos, apesar de anteriormente autorizados pela CTNBio, não haviam apresentado Estudo e Relatório de Impacto Ambiental<sup>17</sup>.

A área experimental de propriedade do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), situada em Cachoeirinha, em que era testada uma variedade de arroz geneticamente modificado, seria, em abril de 1999, a primeira entre as áreas experimentais interditas pelo Governo Estadual<sup>18</sup>.

É possível identificar nas interdições realizadas pelo Governo Estadual de dezenas de áreas experimentais o ponto de partida para o acirramento do ambiente de conflito referente aos transgênicos no Rio Grande do Sul. Ou, mais precisamente, como será analisado no Capítulo 5, no tratamento conferido pela mídia às ações do Executivo a partir de tais interdições.

Ao mesmo tempo em que a atuação do Governo Estadual se configurava em ameaça às lavouras clandestinas de soja transgênica, o debate sobre o tema era levado ao interior do Estado. Reuniões seriam realizadas por organizações não-governamentais e movimentos sociais dos diversos matizes, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – a Farsul, organização sindical patronal rural –, que podem ser considerados como representativos dos pólos desse debate.

---

<sup>17</sup> Segundo jornais da época, seriam cerca de setenta as áreas experimentais interditas. As empresas de pesquisa e produtoras de sementes obteriam, na Justiça, a suspensão de cada uma das interdições, até que, em fevereiro de 2000, prevaleceria a tese da competência exclusiva da União para legislar sobre a matéria.

<sup>18</sup> Esse episódio será objeto de análise no Capítulo 5.

Na Assembléia Legislativa, deputados pró e contra a adoção da tecnologia apresentavam projetos de lei sobre o tema. Em vários municípios, prefeitos e vereadores aprovavam legislações locais proibindo ou autorizando o cultivo de organismos geneticamente modificados.

Enquanto Greenpeace, acompanhado por uma dezena de entidades ambientalistas, de consumidores e religiosas, promovia campanha de opinião pública – com *outdoors* espalhados por Porto Alegre e 45 mil assinaturas coletadas – pela transformação do Rio Grande do Sul em Estado livre de transgênicos, os Clubes Amigos da Terra, divulgando como benefícios da transgenia supostas reduções nos custos de produção e na utilização de agroquímicos, afirmavam a inevitabilidade da propagação da soja transgênica, estimulando abertamente seu plantio.

Os Clubes Amigos da Terra foram criados a partir dos anos 1980, reunindo produtores – predominantemente médios e grandes – praticantes do sistema de plantio direto na palha.

Conforme me seria explicado, durante a realização da pesquisa de campo, por agricultores que adotam esse sistema de cultivo, no plantio direto as operações de preparo do solo são substituídas pelo plantio direto na palha, que, por sua vez, é possibilitado a partir da aplicação de herbicida secante ou de secagem natural dos resíduos vegetais do cultivo precedente. Após a germinação das sementes, são então utilizados os herbicidas pós-emergentes.

No caso da soja transgênica, dada a resistência ao glifosato – princípio ativo do herbicida *Roundup* –, os herbicidas pós-emergentes seletivos, mais caros, podem ser substituídos por um único tipo de herbicida, de menor custo: o *Roundup*. Muito provavelmente esse é o principal motivo de estarem os Clubes Amigos da Terra entre os mais enfáticos defensores dos cultivos transgênicos, uma vez que é intensa a utilização de herbicidas nesse sistema, o que tornaria significativa a redução de custos supostamente propiciada pela soja *Roundup Ready*.

No Rio Grande do Sul, no que se refere ao tema soja transgênica os Clubes Amigos da Terra mais atuantes seriam os dos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Em torno desses municípios, localizados na parte norte da região central do Estado, ocorreriam os principais episódios de confronto entre Governo Estadual e produtores pró-transgênicos.

À medida em que se aproximava a época de plantio da safra de soja 1999-2000, de lado a lado os ânimos se acirravam, os argumentos se transformando em desafio e ameaça. Os setores pró-transgênicos, amplificados pelos veículos de comunicação, ao mesmo tempo em que divulgavam avaliações que atestavam supostas vantagens competitivas da soja transgênica, propagandeavam como eminente a suspensão da proibição do cultivo comercial das variedades geneticamente modificadas no País e, ainda, a partir da produção de sementes ocorrida na safra anterior, afirmavam que seria inevitável a expansão de lavouras transgênicas no Estado.

Diante do que ia se constituindo como *fato consumado*, o Governo Estadual alertava os produtores, afirmando que garantiria o cumprimento da lei, impedindo a presença de lavouras transgênicas no Estado.

O tom do debate se elevava, como apostas que se sucedessem em uma mesa de jogo. Restava saber quem manteria a aposta até o final.

É nesse contexto que, em outubro daquele ano, pela primeira vez atuando fora dos limites das áreas experimentais, os fiscais da Secretaria de Agricultura coletariam 800 amostras de sementes de soja, que seriam submetidas a teste de transgenia, anunciando que os proprietários de sementes identificadas como sendo transgênicas teriam o produto interdito.

E que, na primeira semana de novembro, as equipes de fiscalização realizariam vistorias em galpões, armazéns e lavouras, ou seja, porteira adentro das propriedades rurais. Os fiscais visitariam 200 propriedades, concentradas predominantemente na região centro-norte do Estado, em torno de Cruz Alta e Tupanciretã, realizando 700 testes de transgenia, apreendendo

mais de três mil sacas de soja transgênica, e encaminhando ao Ministério Público Federal uma lista com nomes de produtores considerados possíveis infratores.

O movimento seguinte seria protagonizado por Clubes Amigos da Terra, Sindicatos Rurais e Farsul. Em novembro e dezembro, centenas de produtores seriam mobilizados, organizados em piquetes e manifestações para impedir a ação dos fiscais do Governo Estadual. Diante de estradas bloqueadas por caminhonetes e tratores, e mesmo de fiscais da Secretaria de Agricultura feitos reféns, o Governo Estadual suspenderia as vistorias, buscando solução negociada para a substituição das lavouras transgênicas por convencionais.

Mas as lideranças pró-transgênicos afirmariam não estarem dispostas a aceitar a proposição formulada pelo Governo Estadual. Rejeitando a solução negociada proposta, orientariam os produtores para que permanecessem mobilizados. Como se pode observar na nota reproduzida a seguir, a intenção do estado de mobilização, declarada por lideranças da região de Cruz Alta, seria, ao impedir a retomada da ação fiscalizadora do Governo Estadual, “evitar que a incineração de lavouras transgênicas atingisse qualquer produtor da região”.

O Sindicato Rural de Cruz Alta pede para que os produtores se mobilizem e, ao menor sinal de vistoria de transgênicos... devem comunicar aos sindicatos. Segundo o presidente da entidade, Décio Teixeira, haverá deslocamento de agricultores e de familiares aos locais fiscalizados. Estas foram as principais conclusões da reunião de ontem em Cruz Alta. Teixeira disse que a intenção é evitar que a incineração de lavouras com soja transgênica atinja qualquer produtor da região. Ele avalia como inteligente a posição do governo gaúcho, que tem evitado entrar em novos choques com os agricultores.<sup>19</sup>

Dessa forma, a ameaça representada pela ação fiscalizadora do Governo Estadual – tema que será objeto de análise no Capítulo 5 –, seria

---

<sup>19</sup> Produtor de soja se mobiliza em Cruz Alta, **Correio do Povo**, 30/12/1999.

utilizada como argumento para produzir a coesão dos produtores, apresentada como necessária para garantir a integridade de suas lavouras.

Ainda no final de 1999, após a suspensão da fiscalização das lavouras suspeitas de transgenia, a Assembléia Legislativa, que, majoritariamente oposicionista, buscava cercear a ação do Executivo Estadual, aprovaria uma lei que restringia a responsabilidade de fiscalização do cultivo de transgênicos ao Governo Federal. Após ter, em abril de 2000, o veto derrubado pela maioria dos deputados, o Executivo gaúcho obteria, no Supremo Tribunal Federal, liminar suspendendo essa lei estadual. Entretanto, isso ocorreria já em novembro de 2000. Dessa forma, o Governo Olívio Dutra permaneceria, por todo um ano, legalmente impedido de realizar vistorias em lavouras semeadas ilegalmente com soja geneticamente modificada.

Nesse meio tempo, em abril de 2000, à época da colheita daquela safra, como resultado de um processo de negociação coordenado pelo Vice-Governador Miguel Rossetto, seria divulgada, durante a Feira Nacional da Soja, em Santa Rosa, a “Nota de Esclarecimento aos Compradores de Soja da Safra 99/2000”.

No documento pactuado, reproduzido a seguir, Governo e amplo leque de entidades comprometiam-se a buscar a completa erradicação da soja transgênica na safra 2000-2001. Naquele momento, dadas a impossibilidade de fiscalização imposta ao Governo gaúcho e a unidade gerada pela necessidade de garantir a comercialização da safra que então se colhia, o ambiente era de distensionamento político.

### **Nota de Esclarecimento aos Compradores de Soja da Safra 99/2000**

Como é do conhecimento de todos, diante da suspeita de plantio de soja modificada geneticamente (transgênica) em algumas regiões, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul agiu no sentido de inibir o seu plantio, em observância à proibição determinada pela Justiça Federal.

Neste sentido, no final de 1999 o Governo do Estado estabeleceu um pacto político com diversas entidades representativas dos produtores rurais conclamando-os a substituir sementes "transgênicas" por cultivares convencionais.

A iniciativa contou com a participação de cooperativas agropecuárias, representantes da maior fatia da produção, obtendo grande sucesso. Destaque-se que foram analisadas amostras de sementes das cooperativas, comprovando a inexistência de semente transgênica nas mesmas. Além disso, as lavouras de soja transgênica identificadas pela fiscalização do Estado foram interditadas.

As providências mencionadas e a vigilância constante para eliminar a soja modificada geneticamente, ou sua mistura com a tradicional, nos permite assegurar que a produção gaúcha enquadra-se nos parâmetros de exigibilidade técnica e legal.

Diante da repercussão distorcida causada pela veiculação da constatação mencionada e das respectivas providências adotadas, bem como pela desconfiança induzida sobre a produção gaúcha, houve por bem o Estado reunir novamente as entidades representativas do setor envolvidas na cadeia produtiva da soja e os agentes de mercado para reafirmar que:

1. A soja produzida no Rio Grande do Sul apresenta o mais elevado grau de qualidade;
2. Não haverá assombro ou embargo na comercialização do produto gaúcho;
3. As entidades envolvidas no recebimento e comercialização zelarão para evitar a mistura da eventual soja transgênica produzida, assegurando o ingresso nos armazéns comerciais do produto regular;
4. O Governo do Estado oferece os armazéns da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - Cesa, aos compradores para o depósito do produto convencional gaúcho;
5. O Governo do Estado orientará a produção e comercialização para produção de sementes, exclusivamente convencionais para o plantio da próxima safra;
6. As entidades subscritoras comprometem-se a continuar empenhadas na orientação aos produtores rurais quanto à proibição do plantio de soja transgênica objetivando sua completa erradicação na safra 2000/2001.

O Governo do Estado e as entidades signatárias desta Nota de Esclarecimento conclamam os demais agentes econômicos envolvidos na comercialização de soja e derivados, bem como as entidades representativas do setor a se somarem neste esforço e viabilizar a comercialização do produto sem sobressaltos.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais do RS (Sindióleo), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação das Cooperativas Agropecuárias do RSLtda. (Fecoagro), Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (Coceargs), Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Central Única dos Trabalhadores (CUT-Departamento Rural), Copalma, Coopermarau, Cotripal, Cotrimaio, Cotrijuí, Agropan, Cotrisul

**Quadro 1.1 – Nota de esclarecimento aos compradores de soja da safra 1999-2000**

É nesse contexto que, em 2000, o centro do debate gaúcho seria deslocado das lavouras clandestinas, passando a se concentrar, em um primeiro momento, em polêmicas sobre áreas experimentais, para, a partir de junho, pautar-se pela agenda nacional. Dois seriam os temas que, então, dividiriam as atenções. Por um lado, as disputas judiciais em torno da internalização de cargas de navios contendo milho geneticamente modificado<sup>20</sup>. Por outro lado, as denúncias, realizadas por Greenpeace e Idec, a respeito da presença, nas prateleiras dos supermercados brasileiros, de alimentos em cuja composição fora detectada a presença de ingredientes transgênicos.

No que se refere às lavouras gaúchas resultantes de sementes transgênicas clandestinas, vimos que, por força de lei estadual, a responsabilidade pela fiscalização da safra semeada em 1999 e colhida em 2000 seria, a partir do final de 1999, atribuição restrita à União, mais especificamente ao Ministério da Agricultura, o mesmo que se posicionara favoravelmente à adoção dos cultivos geneticamente modificados no País.

Em 291 amostras de folhas de soja suspeita de transgenia coletadas, as análises realizadas pela Embrapa atestariam a ausência de casos de transgenia. Os resultados da fiscalização empreendida pelo Ministério da Agricultura seriam, sem êxito, contestados pelo Governo Estadual.

No final de 2000, quando a Justiça restitui ao Governo gaúcho a competência para a fiscalização das lavouras suspeitas de transgenia, já não havia condições políticas para que fosse realizada.

---

<sup>20</sup> Dada a forte seca ocorrida no Sul do País naquele ano, as importações de milho seriam em volume maior que o usual.

Naquele momento, a safra de soja 2000-2001 já havia sido, em boa medida, semeada. No que se refere ao tema Reforma Agrária, ocorria uma intensificação de ações do MST, bem como de reações dos ruralistas a essas ações e às vistorias de terras que o INCRA tentava realizar. Ao mesmo tempo, os agricultores gaúchos defrontavam-se com a perspectiva de grandes perdas, decorrentes de uma intensa seca então em curso. Ainda, um outro elemento contribuía para a elevação do grau de tensionamento no meio rural gaúcho. Durante todo o segundo semestre de 2000, em meio a uma grave crise de febre aftosa ocorrida no Rio Grande do Sul, mais de onze mil animais – entre bovinos, ovinos, suínos e caprinos – seriam abatidos<sup>21</sup>.

A cidade [de Jóia – cabe mencionar, Jóia se situa na região centro-norte do Estado, em que no ano anterior haviam ocorrido as mobilizações pró-transgênicos] foi tomada por dezenas de veículos oficiais. Batalhões de veterinários e policiais militares chegavam ao município para deter o avanço do inimigo invisível, conferindo à movimentação ares de operação de guerra. A simples aproximação de um automóvel branco da Secretaria da Agricultura ainda provoca calafrios nos agricultores, traumatizados pela morte dos animais de vizinhos. Hoje, são mais de 100 veterinários e pelo menos 250 policiais militares atuando na Operação Jóia.<sup>22</sup>

O agente executor do abate sanitário – e, dessa forma, alvo do desgaste dele decorrente – seria o Governo Estadual, que ainda enfrentaria a oposição da Farsul no que concerne à proposta de retomada da vacinação contra febre aftosa no Estado.

Além do grande impacto econômico do abate sanitário entre os produtores, cabe registrar a comoção por ele gerada, especialmente entre agricultores familiares – particularmente as mulheres, responsáveis cotidianamente pelas tarefas relacionadas à produção leiteira –, que, com rebanhos pequenos, comumente identificam individualmente seus animais, guardando afetividade em relação a suas criações.

---

<sup>21</sup> Concluídos os sacrifícios no Estado. **Zero Hora**, 10/10/2000.

<sup>22</sup> Rotina alterada. **Zero Hora**, 24/9/2000.

O abalo psicológico de quem teve animais sacrificados por causa da aftosa está dando trabalho para os médicos. Quando começou a matança em Jóia, os familiares de Fiorinda Andreatta, 80 anos, levaram a aposentada para a casa de uma filha, em Tupanciretã. Na volta, Fiorinda se deparou com o campo e os currais vazios. Sentiu dores de estômago, enjôos e tontura e foi parar no hospital. “Eu nem ajudava a tirar leite, mas tinha algumas cabeças de gado e gostava de ver os bichos perto de casa. Isso me abalou”, confessa. O médico Ivanei Roberto Sausen, que cuidou da aposentada, revela que tratou três casos semelhantes. Na sua opinião, a causa seria depressão. Todas eram mulheres e residentes nas localidades onde ocorreu matança de animais. O posto de saúde de Jóia também registrou um aumento na procura por antidepressivos desde o início do sacrifício.<sup>23</sup>

Dessa forma, no final de 2000, quando a ação fiscalizadora do Governo Estadual junto às lavouras suspeitas de transgenia já não encontrava qualquer cerceamento legal, sua atuação encontraria, como visto, outra ordem de constrangimentos. É assim que as vistorias, que haviam sido suspensas no final de 1999, jamais seriam retomadas pelo Governo Olívio Dutra.

Como inicialmente proposto, através do relato dos principais acontecimentos do período, tivemos aqui delineado o campo do debate sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul e apresentados os agentes sociais que nele tomam parte, evidenciando, assim, o ambiente em que se desenvolve este estudo.

No que se refere ao conflito relacionado ao tema no meio rural gaúcho, cabe mencionar que a análise será aprofundada nos Capítulos 5 e 6. De todo o modo, vale desde já destacar que o quadro aqui desenhado conformaria o contexto em que a força de coerção exercida pelo Governo Estadual junto a produtores seria substituída pela incredulidade frente à ação governamental, tema a ser analisado no Capítulo 6.

---

<sup>23</sup> Aumentam os casos de ansiedade e depressão. **Zero Hora**, 24/9/2000.

### 1.3. Uma cronologia da disputa

De modo a oportunizar a visualização dos eventos em ordem temporal, será aqui apresentada uma cronologia em que constam, embora de forma não exaustiva, os episódios referentes à polêmica dos transgênicos no Rio Grande do Sul, contextualizados em relação aos principais acontecimentos ocorridos em âmbito nacional e internacional.

INTERNACIONAL/NACIONAL	ESTADUAL
	19 96
* <i>março</i> : na Inglaterra, primeira crise da vaca louca	
* <i>junho</i> : a CTNBio é instaurada	
	19 97
* 1997: nascimento da ovelha Dolly	
* <i>dezembro</i> : Greenpeace bloqueia navio com carga importada contendo soja RR (SC)	

19 98

\**abril*: portaria do Governo do PR proíbe entrada de OGMs no Estado

\**junho*: Monsanto solicita à CTNBio autorização para cultivo comercial da soja *Roundup Ready*

\**setembro*: concedida **liminar** que impede autorização do cultivo comercial da soja transgênica no País

\**setembro*: parecer favorável da CTNBio sobre a soja RR

\**outubro*: em Júlio de Castilhos, Polícia Federal apreende soja transgênica (primeiro registro de apreensão de grãos colhidos em território nacional)

\**novembro*: aprovada, pela CTNBio, a realização do primeiro experimento com arroz transgênico em território nacional (Cachoeirinha)

\**dezembro*: no aeroporto de Passo Fundo, Polícia Federal apreende sementes de soja transgênica, suspeitas de terem sido contrabandeadas da Argentina

\**dezembro*: lei municipal proíbe OGMs no município de Espumoso

-----19	99-----
<p><i>*janeiro:</i> posse do Presidente <b>Fernando Henrique Cardoso</b> (PSDB, segundo mandato)</p>	<p><i>*janeiro:</i> posse do Governador <b>Olívio Dutra</b> (PT)</p> <p><i>*fevereiro:</i> projeto de lei de deputado governista propondo proibição de OGMS</p> <p><i>*1999:</i> debate legislativo, apresentadas cinco proposições pró-transgênicos</p> <p><i>*fevereiro:</i> em <b>Júlio de Castilhos</b>, na estação experimental da Fepagro, <b>agricultores queimam 67 pés de soja</b> suspeita de transgenia</p>
<p><i>*1999:</i> no Congresso Nacional, são 18 as proposições em debate sobre o tema</p>	<p><i>*março:</i> em <b>Jóia</b>, no assentamento Rondinha, uma lavoura de soja transgênica (um hectare) é <b>destruída por agricultores ligados ao MST</b></p> <p><i>*março:</i> decreto do Governo Estadual (Eia-Rima como pré-condição para experimentos)</p> <p><i>*março:</i> em Cachoeirinha, Governo Estadual realiza primeira interdição de área experimental</p>
<p><i>*1999:</i> debate legislativo em RJ, SC, DF, MG, MS, PA e SP</p>	<p><i>*março:</i> em Palmeira das Missões, Governo Estadual interdita lavoura cultivada pela Monsanto para produção de sementes de soja RR</p> <p><i>*março:</i> em Cachoeirinha, <b>CTNBio queima os pés de arroz da área experimental</b></p>
<p><i>*fevereiro:</i> IBAMA ingressa na ação pública movida por Idec e Greenpeace</p>	<p><i>*abril:</i> inicio das disputas judiciais a respeito da interdição das áreas experimentais interditadas (em fevereiro/2000 prevaleceria a tese da não competência da Unidade Federativa para legislar a respeito)</p> <p><i>*maio:</i> em Santo Ângelo, Polícia Federal apreende soja suspeita de transgenia</p>

- \**maio*: Parlamento britânico aprova moção de apoio à posição do Governo gaúcho (RS zona livre de transgênicos)
- \**julho*: Greenpeace lança campanha pública – RS Estado livre de transgênicos
- \**julho/novembro*: aprovadas leis municipais autorizando OGMS em Cruz Alta, Jóia, Tupanciretã, Não-Me-Toque e Redentora (consideradas inconstitucionais, seriam suspensas)
- \**outubro*: aprovada lei municipal proibindo OGMS em Pelotas
- \**agosto*: em Millau, na França, *Confédération Paysanne* realiza o desmonte simbólico da loja da rede de *fast food* McDonald's
- \***outubro: em Júlio de Castilhos, Polícia Federal incinera soja transgênica apreendida em 98**
- \**outubro*: Governo Estadual anuncia que a CESA não armazenará grãos transgênicos
- \**outubro/novembro*: fiscais da Secretaria de Agricultura coletam amostras de sementes de soja suspeita de transgenia e apreendem soja
- \**novembro*: Greenpeace e outras 10 ONGs entregam à Assembléia Legislativa abaixo-assinado em defesa do Rio Grande do Sul como Estado livre de transgênicos
- \**novembro*: em Seattle, EUA, manifestações anti-globalização, durante a realização da Rodada do Milênio
- \***novembro/dezembro: em Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Cruz Alta, vistorias em que seriam coletadas amostras de lavouras de soja suspeitas de transgenia são impedidas por mobilizações de produtores. Governo Estadual suspende a fiscalização**
- \**novembro*: constituída, por um conjunto de ONGs, que passariam a atuar no tema enquanto bloco, a Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”
- \**dezembro*: Assembléia Legislativa aprova lei que restringe a responsabilidade de fiscalização do cultivo de transgênicos ao Governo Federal

## 20 00

- \*2000/2002: apreensões de soja transgênica no PR  
\*fevereiro: segundo Embrapa, todas as amostras coletadas para análise de transgenia apresentaram resultado negativo
- \*janeiro: em Montreal (Canadá) assinado por 130 países o Protocolo de Biossegurança da ONU  
\*fevereiro/maio: polêmica em torno de áreas experimentais
- \*abril: na França, festejado por ativistas do Greenpeace e da *Confédération Paysanne*, chega o primeiro carregamento de soja certificada não-transgênica brasileira  
\*abril: Nota de Esclarecimento aos Compradores de Soja da Safra 99/2000
- \*maio/junho: na Europa, denúncia e destruição de lavouras de colza contaminadas por sementes transgênicas  
\*junho/novembro: polêmica judicial sobre internalização de cargas de navios com milho transgênico
- \*junho: anunciada a obtenção do rascunho do genoma humano  
[\*junho: **pesquisa de campo** na região centro-sul do Estado]

**\*junho/novembro:**  
**polêmica judicial sobre**  
**internalização de cargas de**  
**navios com milho**  
**transgênico**

**\*agosto:** crise da febre aftosa

**\*junho:** Idec e Greenpeace  
denunciam presença de  
alimentos contaminados nos  
supermercados brasileiros

[**\*agosto:** **pesquisa de campo** na região norte  
do Estado]

**\*junho:** **sentença do Juiz**  
**Antônio Souza Prudente,**  
contrária a Monsanto e  
União (Eia-Rima como pré-  
condição)

[**\*setembro:** **pesquisa de campo** na região  
centro-sul do Estado]

**\*julho:** **nota oficial do**  
**Governo Federal**  
posicionando-se a favor da  
liberação do cultivo  
comercial / IBAMA se retira do  
processo judicial

**\*outubro:** segunda crise da  
vaca louca

**\*novembro:** Supremo Tribunal Federal suspende  
lei estadual que restringia a responsabilidade de  
fiscalização do cultivo de transgênicos ao  
Governo Federal

## 20 01

- \*2001/2002: polêmica sobre competências da CTNBio
- \**janeiro*: nos EUA, empresa Aventis faz acordo de indenização de agricultores de 17 Estados, que tiveram suas lavouras contaminadas pelo milho transgênico *Starlink*
- \**julho*: Governo Federal publica decreto sobre rotulagem, que será obrigatória sempre que o produto contiver porcentual superior a 4% de material transgênico (regulamentação fica pendente)
- \**janeiro*: em Não-Me-Toque, durante o Fórum Social Mundial, MST e José Bové realizam manifestação em área experimental da Monsanto
- \**outubro*: Assembléia Legislativa aprova lei que institui a rotulagem dos produtos transgênicos no Rio Grande do Sul
- \**novembro*: em Júlio de Castilhos, **Polícia Federal incinera** soja transgênica apreendida em 99
- \**novembro*: Ministério Público determina apreensão de soja transgênica em Soledade
- [\**novembro*: início da **pesquisa de campo** em Porto Alegre]

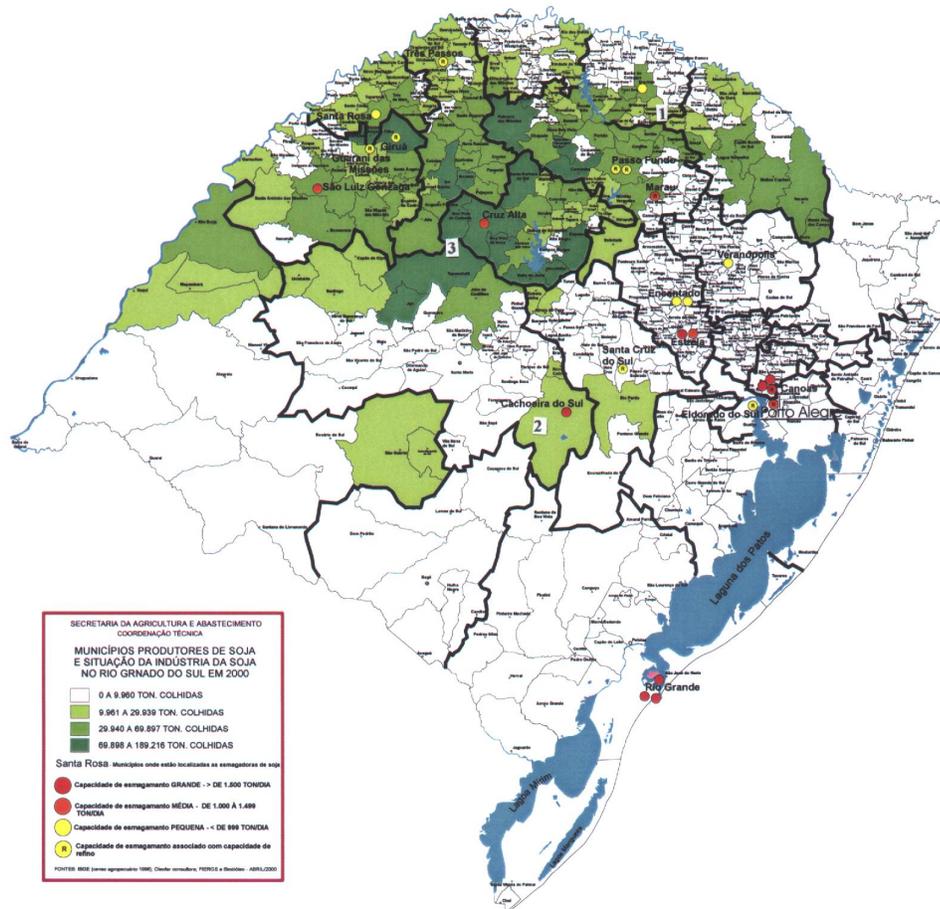
## 20 02

- \**março*: na Câmara dos Deputados, Comissão Especial aprova relatório que regulamenta o plantio e a comercialização de transgênicos no Brasil
- \**março*: em Júlio de Castilhos, **Polícia Federal incinera** soja transgênica apreendida em 1999
- \**março*: em Tupanciretã, produtores de 17 municípios, se mobilizam pela aprovação do relatório em debate no Congresso Nacional, realizam o “Tratoração pela Propriedade Rural”
- [\**março*: conclusão da **pesquisa de campo** em Porto Alegre]

-----20	03-----
* <i>janeiro</i> : posse do Presidente Luís Inácio <b>Lula</b> da Silva (PT)	* <i>janeiro</i> : posse do Governador Germano <b>Rigotto</b> (PMDB)
* <i>março</i> : Governo Federal busca solução jurídica para comercialização da soja transgênica da safra 2002-2003	* <i>fevereiro</i> : na região de Passo Fundo, Polícia Federal realiza vistorias em lavouras e recolhe amostras de soja em armazéns de indústrias e cooperativas
* <i>março</i> : Lula assina a Medida Provisória 113, que libera a comercialização da safra transgênica nos mercados interno e externo	
* <i>março</i> : organizações ambientalistas e de consumidores protestam contra a MP 113	* <i>março</i> : mobilizações (inclusive tratores) organizadas por Farsul e Fetag, buscando garantia para a comercialização da soja transgênica da safra 2002-2003
* <i>abril</i> : decreto presidencial regulamenta rotulagem de produtos transgênicos	
* <i>maio</i> : Monsanto, acusando o Brasil de piratear sua soja transgênica, levanta o tema da cobrança de <i>royalties</i> pela patente das sementes	* <i>março</i> : Movimento dos Pequenos Agricultores realiza a “Marcha por um Brasil sem fome”, reivindicando a proibição dos cultivos transgênicos

**Quadro 1.2 – Cronologia dos episódios referentes aos transgênicos no Rio Grande do Sul, contextualizados em relação aos principais eventos ocorridos em âmbito nacional e internacional**

#### 1.4. Mapa das regiões produtoras de soja do Rio Grande do Sul



**Figura 1.3**– Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, em que são indicadas as regiões produtoras de soja. Em destaque, as regiões em que foi realizada a pesquisa etnográfica (1 e 2) e a região em que tem sido mais intensa a mobilização de produtores pró-transgênicos (3)

## 2. FRANKENFOODS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação

A dúvida foi semeada. O que se esconde por trás das três letras OGM, que suscita tal diversidade de pontos de vista, de debates? Três outras letras, DNA. Os genes seriam responsáveis pelos males que agitam a sociedade neste fim de século: transgressão da ordem natural, artificialização da natureza, manipulação da vida. (RICROCH, 1998, p.11)

*Frankenfoods* é um dos termos que vêm sendo empregados por grupos de ativistas e pela mídia internacional – mas também por cientistas sociais, como Fischler (1998, p.958) – para designar alimentos contendo ingredientes geneticamente modificados. Em 2000, essa seria a definição para *Frankenfood* incluída como verbete no **Oxford English Dictionary**, considerado uma das mais influentes referências da língua inglesa<sup>24</sup>.

Abreviação de *Frankenstein food*, o termo evidencia a existência de associação simbólica entre o monstro de Mary Shelley e a moderna biotecnologia, ambos percebidos como vida criada em laboratório<sup>25</sup>.

Na ficção do século XIX, o “monstro”, construído a partir de órgãos e membros originários de diferentes cadáveres humanos pelo aprendiz de cientista Victor Frankenstein, torna-se independente de seu criador, constituindo-se em ameaça a ele e à sociedade.

---

<sup>24</sup> It's official: Frankenfood is a word. **Cropchoice.com**: an alternative news source for American farmers. Disponível em: <<http://www.cropchoice.com/leadstory.asp?recid=152>>. Acesso em: 11 ago. 2000.

<sup>25</sup> **Frankenstein or the modern Prometheus**, de Mary Shelley, foi escrito na Inglaterra de 1818. Para uma interessante análise em que é discutida a associação entre o protótipo romântico Frankenstein e a moderna biotecnologia, ver Nielsen e Berg (2001).

No mundo globalizado do século *xxi*, o termo *Frankenfood* parece traduzir a desconfiança diante de mais um artefato da ciência, que agora produz, a partir da mistura de genes de diferentes organismos, alterações em espécies vegetais e animais existentes.

*A gente não sabe ainda no que isso vai dar, mas a gente sabe que tudo que é manipulado não é o que a natureza faz, é ruim. É o que tem acontecido.* (Lourdes)

O depoimento da dona-de-casa de Porto Alegre, coletado para esta pesquisa, evidencia que os transgênicos seriam colocados sob suspeita por terem sua origem na manipulação da vida.

A proposta deste Capítulo consiste em, através de um percurso que nos conduzirá por uma reflexão a respeito de percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação, evidenciar elementos e perspectivas de análise que deverão, ao longo deste estudo, contribuir para a apreensão das representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos a respeito dos alimentos e cultivos transgênicos.

Como ponto de partida para essa reflexão, tendo presente as limitações inerentes às pesquisas de opinião pública<sup>26</sup>, serão tomados os dados obtidos a partir dos *Eurobarometer surveys* referentes às percepções públicas sobre biotecnologia, realizados, nos países membros da União Européia, em 1991, 1993, 1996, 1999 e 2002.

---

<sup>26</sup> Para uma análise crítica dos métodos empregados em pesquisas desse tipo, ver Champagne (1998).

Os *Eurobarometer surveys* são enquetes que, conduzidas pela Comissão Europeia e realizadas sistematicamente, buscam aferir a opinião pública das sociedades europeias em temas diversos. No que concerne às percepções públicas sobre biotecnologia, a apresentação e análise dos resultados obtidos pelos *Eurobarometer surveys* realizados de 1996 a 2002 encontram-se em Durant et al. (1998), Gaskell e Bauer (2001), Bauer e Gaskell (2002) e Gaskell et al. (2003)<sup>27</sup>.

Ao longo deste Capítulo, a análise das percepções sobre biotecnologia conduzirá, a partir de ênfases indicadas pelos resultados das referidas pesquisas de opinião pública, à reflexão sobre dois temas, focados em dois diferentes países europeus. A sensibilidade inglesa em relação aos animais e a importância atribuída pelos franceses à alimentação serão, então, discutidas, com o objetivo de evidenciar o pressuposto que orienta este trabalho: é através de análises que privilegiem a apreensão dos valores das sociedades, suas representações sociais, que poderemos buscar apreender as reações aos organismos geneticamente modificados.

Ao final, buscaremos, ainda, na perspectiva proposta por Douglas (1976), mais especificamente em sua interpretação das restrições alimentares prescritas no texto bíblico, algumas das referências que passarão a análise do objeto deste estudo.

---

<sup>27</sup> Cabe mencionar que, para o caso brasileiro, apenas mais recentemente vêm sendo realizadas pesquisas de opinião pública sobre transgênicos (BOPE, 2001, 2002), mas que não podem ser comparadas, em abrangência e profundidade, às enquetes realizadas na Europa. As pesquisas realizadas pelo BOPE serão, no próximo Capítulo, objeto de análise.

## 2.1. Biotecnologia e percepções públicas

A análise da cobertura da imprensa europeia sobre o tema biotecnologia e engenharia genética, desenvolvida por Bauer et al. (1998a, 2001), mostra que ocorre, a partir de 1992, um vertiginoso crescimento do número de reportagens e notícias sobre o assunto. No período 1995-96, biotecnologia já havia se tornado um tema de presença média semanal nos jornais europeus, enquanto que em alguns países sua presença já era diária. Os autores evidenciam, também, que o crescimento do número de reportagens e notícias sobre biotecnologia e engenharia genética na imprensa europeia seria ainda mais intenso no período compreendido entre 1997 e 1999, que sucede o nascimento da ovelha Dolly, amplamente anunciado por marcar a primeira experiência bem sucedida de clonagem de mamífero.

Essa análise – abrangendo os países da União Europeia e compreendendo, em um primeiro momento, o período entre 1973 e 1996, e, em seguida, o período entre 1997 e 1999 – é parte de um estudo mais amplo sobre o tema, em que foram desenvolvidas pesquisas em três arenas de discurso sobre biotecnologia e suas inter-relações: o contexto político, a cobertura da imprensa e as percepções públicas, essas aferidas a partir dos *Eurobarometer surveys*, reunidas em Durant et al. (1998) e em Gaskell e Bauer (2001).

Para entender o destaque conferido ao tema biotecnologia, é necessário ter em conta que, sucedendo a energia nuclear, desenvolvida nas décadas de 1950 e 60, e a tecnologia de informação, dos 1970 e 80, a moderna biotecnologia vem sendo considerada a terceira tecnologia estratégica do período pós-guerra, sendo que, para Gaskell et al. (1998a, p.3), as tecnologias identificadas como estratégicas são as que, em seus dias, são percebidas como portadoras de potencial transformador de nossa vida futura.

Mas é possível supor que não seja apenas um fascínio pela novidade das descobertas científicas e tecnológicas desenvolvidas pela engenharia genética o motivo de tão significativa repercussão do tema junto à opinião pública dos mais variados países.

É isso o que podemos concluir a partir da análise dos resultados dos *Eurobarometer surveys*, que têm mostrado que as percepções dos europeus em relação à biotecnologia se diferenciam das referentes a uma *cultura tecnológica* geral. Vejamos.

Buscando captar as percepções públicas em relação à tecnologia em geral e à biotecnologia em particular, em uma das baterias de questões dos *Eurobarometer surveys* seria apresentada aos entrevistados uma lista em que biotecnologia/engenharia genética consta entre outras tecnologias. Até a enquete realizada em 1996, faziam parte dessa lista: energia solar, computadores e tecnologia de informação, telecomunicações, exploração espacial e internet. Em 1999 energia nuclear seria acrescentada à lista, e em 2002 seriam incluídos telefones celulares e nanotecnologia<sup>28</sup>. Em relação a cada uma destas tecnologias, seria indagado: “você acha que vai melhorar nosso modo de vida nos próximos vinte anos?”, “não vai causar nenhum efeito?” ou “vai tornar as coisas piores?” (GASKELL et al., 1998b, 2001, 2003).

Os resultados de 1996 mostram que, em todos os países em que foi realizada a pesquisa, manifestou-se uma *cultura tecnológica* positiva – isto é, uma atitude que considera os avanços tecnológicos como benéficos no dia-a-dia – e que, em geral, os europeus são mais otimistas em relação às outras tecnologias do que o são em relação à biotecnologia/engenharia genética. Ao mesmo tempo, evidenciou-se um maior pessimismo em relação à biotecnologia/engenharia genética: um em cada cinco europeus acreditava,

---

<sup>28</sup> A nanotecnologia é a manipulação da matéria em escala do nanômetro – a milionésima parte de um milímetro –, ou seja, em escala de átomos e moléculas (Um pequeno bang com enormes consequências, **La Jornada**, 5/04/2003. Disponível em: <[http://www.organicconsumers.org/expand/040503\\_pequeno.cfm](http://www.organicconsumers.org/expand/040503_pequeno.cfm)>. Acesso em: 8 abr. 2003).

naquele momento, que ela iria “tornar as coisas piores” (GASKELL et al., 1998a, p.189-190).

Excetuando-se as percepções referentes à energia nuclear e à nanotecnologia – a primeira por razões óbvias, especialmente a partir de Chernobyl; a segunda por ser desconhecida da maior parte dos entrevistados –, a mesma relação seria verificada nas enquetes realizadas em 1999 e 2002 (GASKELL et al., 2003).

Esses resultados evidenciam, por um lado, que qualquer ceticismo em relação à biotecnologia não pode ser interpretado como sintoma de uma *tecnofobia* generalizada. Por outro lado, sugerem que, se há uma certa sedução exercida pelas tecnologias junto às sociedades estudadas – uma *cultura tecnológica* positiva –, esse encantamento se desfaz quando o assunto é biotecnologia.

Quais os elementos que, diferentemente do que parece ocorrer em relação a outras tecnologias contemporâneas, atuam na conformação de reações contrárias aos organismos geneticamente modificados?

Podemos supor que as polêmicas éticas suscitadas a partir de Dolly e, mais recentemente, pela repercussão dos avanços no seqüenciamento do genoma humano e conseqüente debate sobre clonagem humana, assim como a ocorrência de sucessivos escândalos alimentares na Europa, particularmente as crises da vaca louca, venham contribuindo para uma preocupação crescente com as técnicas que tocam em processos vitais, característica particular da biotecnologia, que a distingue de outras tecnologias.

Essa suposição encontra respaldo na análise de Cheveigné et al. (1998, p.58-59), que, debruçando-se sobre o caso francês, chamam atenção para o fato de que, no senso comum, biotecnologia tem sido associada a outras técnicas ou eventos, como fertilização *in vitro*, doença da vaca louca, clonagem ou AIDS.

Ainda, como reportado na imprensa, pesquisas de opinião mostram que, se antes da doença da vaca louca 25% dos britânicos viam benefícios em alimentos geneticamente modificados, após o escândalo alimentar esse número teria se reduzido a 1%<sup>29</sup>.

Considerando, assim, que a diferenciação entre as percepções a respeito das tecnologias em geral e da biotecnologia em particular possa ser explicada pelo fato da última, diversamente das primeiras, estar intrinsecamente relacionada a processos que dizem respeito à vida, cabe indagar se entre as várias aplicações da engenharia genética – testes genéticos, utilização de animais transgênicos em xenotransplantes<sup>30</sup>, produção de alimentos, cultivo de plantas, produção de medicamentos e vacinas, utilização de animais transgênicos em pesquisas – seria possível identificar algum tipo de variação no que se refere à sua aceitabilidade.

Cabendo mencionar que na enquete realizada em 2002, as aplicações “produção de medicamentos e vacinas” e “utilização de animais transgênicos em pesquisas” seriam substituídas por “enzimas geneticamente modificados” e “clonagem de células humanas”, para cada uma das seis aplicações da engenharia genética, os entrevistados seriam convidados a se manifestar acerca de sua “utilidade”, “risco”, “aceitabilidade moral” e “merecimento de estímulo”.

---

<sup>29</sup> Grupo dos 8 deve discutir segurança alimentar, **O Estado de São Paulo**, 19/6/1999.

<sup>30</sup> Xenotransplante é uma forma de tratamento médico em que são introduzidos no corpo humano células, tecidos e/ou órgãos de animais. Tem-se evidenciado que a utilização da tecnologia da transgenia vem possibilitando – uma vez que confere ao órgão transgênico animal DNA humano – menor rejeição aos órgãos de animais transplantados (LUNDIN, 1999).

Analisando os resultados obtidos, em 1996, a partir desse bloco de questões, Gaskell et al. (1998b, p.197-198) comentam que as considerações positivas quanto à utilidade da tecnologia manifestar-se-iam como pré-condição para sua aceitação; que as pessoas parecem dispostas a aceitar certo risco se a tecnologia é percebida como útil e não sujeita a restrições morais; e – o que é particularmente interessante para a análise que aqui se desenvolve – que as dúvidas morais agem como veto à aceitação, mesmo quando a tecnologia é considerada útil e não arriscada.

Não sem demonstrar certa surpresa, os autores destacam a relativamente pequena importância atribuída pelos entrevistados a questões relacionadas a risco e segurança, sugerindo a existência de uma disjunção entre a argumentação dos especialistas e a argumentação leiga – a primeira supostamente enfocada no risco, enquanto a segunda seria construída a partir de questões morais e éticas (GASKELL et al., 1998b, p.197-198).

Entretanto, o que chama a atenção não é a possível disjunção entre as argumentações perita e leiga, mas sim uma outra, esta conceitual, produzida a partir do modo como é concebida e analisada a questão apresentada aos entrevistados: a contraposição entre riscos e valores.

Os autores aqui comentados não apresentam, em sua análise das percepções públicas em relação à biotecnologia, qualquer discussão acerca da noção de risco empregada em seu trabalho. Entretanto, a contraposição entre riscos e valores assumida por eles remete à visão que tem como pressuposto a associação à noção de risco de características como objetividade e calculabilidade, que seriam próprias à ciência e seus peritos. Tal visão, característica das análises técnico-quantitativas dos riscos, vem sendo questionada, como mostra Guivant (1998, p.4), desde o final da década de 1960, crítica que, veremos no próximo Capítulo, se tornaria ainda mais substancial, no início dos anos 1980, com a formulação da *teoria cultural dos riscos* (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982).

Ainda assim, permanece interessante a observação de Gaskell et al. (1998b, p.197-198), que mostram que as dúvidas morais – ou seja, a valoração simbólica – agem como veto à aceitação das diferentes aplicações da biotecnologia mesmo quando a tecnologia é considerada útil e não arriscada.

Temos, então, que enquanto os elementos que conformam a aceitação ou rejeição aos organismos geneticamente modificados parecem não poder ser apreendidos a partir de eventual fascínio ou fobia em relação às tecnologias em geral, valores agem como veto à aceitação da biotecnologia.

Neste ponto, cabe enfatizar o pressuposto que orienta este trabalho: é através de análises que privilegiem a apreensão dos valores das sociedades, suas representações sociais – aí inclusas as percepções de risco –, que poderemos buscar apreender as visões e atitudes ante os transgênicos.

Com o propósito de aprofundar essa abordagem, e a partir de ênfases que, como veremos, são indicadas pelos resultados das pesquisas referentes às percepções sobre biotecnologia comentadas, serão, a seguir, analisados dois casos, aqui considerados paradigmáticos: a sensibilidade inglesa em relação aos animais e a importância atribuída pelos franceses à alimentação. Através do trajeto proposto, serão percorridas algumas das perspectivas presentes nos debates que enfocam os temas da natureza e da alimentação a partir da análise das representações sociais, o que deverá agregar elementos à reflexão sobre a aceitabilidade dos organismos geneticamente modificados.

## 2.2. Natureza, alimentação e representações sociais

Como há pouco anunciado, neste item nos debruçaremos sobre dois casos aqui tomados por paradigmáticos, que deverão contribuir para a reflexão sobre representações sociais a respeito dos organismos geneticamente modificados. Mas antes, tenhamos presente que do ponto de vista sociológico, o conceito *representações sociais*, referente a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade, tem sua origem em Durkheim, em suas *representações coletivas* (MINAYO, 1995, p.90).

Para Durkheim, essas categorias surgem ligadas aos fatos sociais – que devem ser tratados como coisas (DURKHEIM, 1983, p.76) –, transformando-se elas próprias em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação. É a sociedade que pensa e, assim, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual.

Para compreender a maneira como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos particulares. [...] Os mitos, as lendas populares, as concepções religiosas de todas as espécies, as crenças morais, etc exprimem uma realidade diferente da realidade individual... (DURKHEIM, 1983, p.79)

Lévi-Strauss (1974, p.7), discutindo as contribuições de Marcel Mauss ao método sociológico, mostra que para esse autor

É próprio da natureza da sociedade exprimir-se simbolicamente em seus costumes e em suas instituições; contrariamente, as condutas individuais normais jamais são simbólicas por elas mesmas: são os elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, se constrói.

Ao compreender as representações como fatos sociais, Durkheim entende que se, por um lado, as representações conservam a marca da realidade social, elas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Como evidenciado por Lévi-Strauss (1974, p.7), Mauss indica que a sociedade se exprime simbolicamente em seus costumes e instituições. Isso se realiza através da linguagem, da arte, da ciência, da religião, assim como através das regras familiares, das relações econômicas e políticas.

É dessa forma que, para Durkheim e Mauss, tanto o fato como sua representação seriam objeto das Ciências Sociais. Desde então, inúmeros autores dedicar-se-iam a refutar a separação entre as “objetividades das estruturas” e a “subjetividade das representações” (CHARTIER, 1991); ou a distinção entre o considerado “verdadeiro” e “real” daquilo que seria “ilusório” e “quimérico”, clivagem que reduziria o imaginário a um real deformado (BACZKO, 1985).

Retenhamos ainda a construção, no mesmo sentido, de Castoriadis (1986, p.13), que sugere que

o imaginário... não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.

Explicitadas algumas das concepções que orientam este trabalho, podemos agora focar a atenção nos casos da sensibilidade inglesa em relação aos animais e da importância atribuída pelos franceses à alimentação, anteriormente anunciados.

Retomando os *Eurobarometer surveys* sobre as percepções públicas a respeito da biotecnologia, temos que, em 1996, no que se refere às suas diferentes aplicações, na média geral das respostas dos entrevistados – que considera o conjunto dos países em que foi realizada a pesquisa –, a utilização

de biotecnologia em testes genéticos e produção de medicamentos e vacinas obteria grande apoio. A essas aplicações, seguir-se-iam, em níveis de aceitação decrescente: cultivo de plantas, produção de alimentos, xenotransplantes e utilização de animais em pesquisas, sendo para as três últimas bastante elevado o número de oponentes (GASKELL et al., 1998b, p.210-211).

Dadas modificações introduzidas nas enquetes realizadas após 1996<sup>31</sup>, no que concerne às percepções em relação às diversas aplicações da biotecnologia haveria problemas na comparabilidade dos dados coletados até e após 1996 (GASKELL et al., 2001).

No entanto, os dados mais recentes permaneceriam apontando uma maior aceitação das aplicações da biotecnologia relacionadas à área médica – excetuadas as aplicações que se valem da utilização de animais – em comparação às referentes à produção agrícola e alimentar (GASKELL et al., 2003).

Comentando as variações nacionais e as diferentes lógicas de aceitação ou rejeição às aplicações da engenharia genética, Gaskell et al. (1998b, p.198) chamam atenção para o caso da Grã-Bretanha, onde seria identificada, em 1996, uma relativamente baixa proporção de oponentes a algumas das aplicações da biotecnologia, mas uma proporção relativamente bastante elevada de oponentes à utilização de animais transgênicos em pesquisas e em xenotransplantes.

---

<sup>31</sup> Especificamente, a introdução de uma questão prévia, visando distinguir os entrevistados que manifestavam conhecer determinada aplicação da biotecnologia dos que evidenciavam não conhecê-la, e, ainda, a alteração – já mencionada – da lista das aplicações a respeito das quais os entrevistados seriam indagados.

Ainda referente à Grã-Bretanha, Bauer et al. (1998b, p.169) destacam os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre biotecnologia, realizada na primavera de 1996, a partir de discussão em grupos focais<sup>32</sup>. Nessa pesquisa, salientam os autores, muitos participantes se refeririam a “boa” e “má” genética. Enquanto a “boa genética”, relacionada a aplicações médicas, seria associada a tratamento e boa saúde; as diferentes aplicações da biotecnologia em animais, relacionadas à “má genética”, seriam percebidas como intrinsecamente imorais.

Os autores sugerem que a intensidade dessa reação negativa com respeito às aplicações da biotecnologia em animais talvez possa ser compreendida como reflexo de uma especial sensibilidade dos britânicos em relação a animais em geral e, em particular, à utilização de animais em pesquisas. Os autores ponderam, ainda, que a intensa cobertura da imprensa sobre essas aplicações da biotecnologia na Grã-Bretanha teria contribuído para uma percepção pública mais negativa sobre o tema (BAUER et al., 1998b, p.168-169, 171).

Imagens de ovelhas clonadas ou de camundongos com orelhas humanas vêm, provavelmente, impressionando os mais diversos tipos de pessoas, dos vários continentes. Mas a particular sensibilidade dos britânicos em relação aos animais parece ser bem anterior à tecnologia do DNA recombinante, ou mesmo aos primeiros passos da genética.

Podemos situar a construção dessa sensibilidade a partir do período compreendido entre os séculos XVI e o final do século XVIII, quando ocorre “uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor”, processo esse em que “surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem” (THOMAS, 1988, p.18).

---

<sup>32</sup> Os autores não fornecem outras informações sobre as condições de realização dessa pesquisa.

Na Inglaterra<sup>33</sup> daquele período, a intensificação da separação entre vida urbana e vida rural – e conseqüente idealização dos prazeres do campo –, bem como uma crescente reação contra o ininterrupto avanço das fronteiras agrícolas e a dramática redução da vida selvagem, foram algumas das modificações que se consolidavam à medida em que a natureza, cada vez mais subjugada, deixava de representar essencialmente ameaça: “embora o mundo da natureza devesse ser domesticado, não devia ser completamente dominado e suprimido” (THOMAS, 1988, p.290-326).

O autor cuja análise é aqui tomada por referência mostra que a idéia atual do equilíbrio da natureza tem sua base na teologia: “foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um de seus elos”. E que a inicial combinação de teologia e utilidade foi, a partir do século XVI, dando lugar a argumentos menos utilitários a favor da preservação das espécies selvagens. A contemplação do mundo da natureza passava a ser um dever moral; e a esse impulso moral, explica Thomas, acrescentou-se – a partir do século XVIII, com a popularização da história natural – “a pressão mais persistente da moda e do prazer” (THOMAS, 1988, p.326-335).

A partir das objeções morais, surgiram questionamentos em relação à autoridade humana sobre os animais domésticos, assim como à alimentação carnívora, que para muitos “simbolizava a condição decaída do homem” (THOMAS, 1988, p.340-346).

Podemos perceber, também na análise de Elias (1994, p.128), as mudanças que ocorriam com relação à alimentação carnívora. Esse autor evidencia que, a partir do século XVI, na Inglaterra – mas também em outros países europeus –, o ato de trincar a carne, que antes constituía parte

---

<sup>33</sup> Sobre a abrangência de seu estudo sobre as percepções da natureza, Thomas (1988, p.19) menciona que “seus limites se restringem à Inglaterra, ainda que vários de seus temas possam encontrar paralelos muito próximos na história do País de Gales, da Escócia e da Irlanda, assim como da Europa e da América do Norte”.

importante da vida social da classe alta, crescentemente passa a ser julgado repugnante, passando a ser realizado por especialistas, no açougue ou na cozinha, não mais pelo anfitrião, à mesa.

Thomas (1988, p.340-346) comenta o aparecimento, na Inglaterra de meados do século XVII, de indivíduos que rejeitavam a carne, não por motivos ascéticos, mas por discordância do direito humano de matar animais para sua alimentação<sup>34</sup>.

As mudanças, entre os ingleses, das visões e condutas referentes aos animais domésticos e à alimentação carnívora, bem como às relacionadas à vida selvagem, devem ser compreendidas enquanto inseridas em uma dimensão mais ampla, das transformações das representações em relação à natureza, ocorridas na Inglaterra no período analisado.

[...] no início do período moderno... emergiram aos poucos atitudes face ao mundo natural essencialmente incompatíveis com a direção em que se movia a sociedade inglesa. O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. A recém-descoberta segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural. A independência econômica face à energia animal e o isolamento urbano em relação aos bichos de criação nutriu atitudes difíceis, senão impossíveis, de se conciliar com a exploração dos animais que dava sustento à maior parte das pessoas. Doravante, uma visão cada vez mais sentimental dos animais enquanto bichos de estimação e objetos de contemplação iria acomodar-se mal com a sombria realidade de um mundo no qual a eliminação das "pestes" e a criação de animais para abate ia-se tornando cada dia mais eficiente. (THOMAS, 1988, p.356)

---

<sup>34</sup> É interessante observar que estudos recentes têm evidenciado que o respeito à vida animal é o principal argumento evocado por vegetarianos para justificar sua atual restrição ao consumo de carnes (OSSPOW, 1997b, p.243). Para a análise dos significados simbólicos do consumo de carne, ver, entre outros, Toussaint-Samat (1989) e *Mort et mise à mort des animaux* (1999).

Podemos, dessa forma, compreender a origem da sensibilidade dos ingleses em relação aos animais. A mesma sensibilidade que, na virada do século XXI, parece manifestar-se entre os entrevistados britânicos para a pesquisa sobre percepções a respeito de biotecnologia. Ou, mais precisamente, em sua marcada oposição à utilização de animais transgênicos em pesquisas e xenotransplantes. É, afinal, entre os britânicos que a percepção das aplicações da biotecnologia em animais como sendo intrinsecamente imorais aparece com essa conotação para um número significativo de entrevistados.

Em sua análise das transformações sobre as representações da natureza na Inglaterra, Thomas (1988, p.18) afirma ser “impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas”.

A mesma relação entre representações sociais e identidade pode ser afirmada para o presente, bem como para outros temas que não a natureza, entre os quais a alimentação. Afinal, como já ensinava Lévi-Strauss (1965), “pode-se ter a esperança de descobrir, para cada caso particular, em que é que a cozinha de uma sociedade é uma linguagem na qual traduz inconscientemente a sua estrutura”<sup>35</sup>. Vejamos como essa perspectiva pode contribuir para a análise de nosso objeto.

Retornando às pesquisas sobre percepções públicas a respeito da biotecnologia, para os franceses, a rejeição à utilização de biotecnologia na produção de alimentos é a mais acentuada, atingindo os mesmos elevados patamares alcançados pela oposição britânica às aplicações da biotecnologia

---

<sup>35</sup> A analogia entre sistema culinário e léxico, inventários de pratos e de vocabulário, seria retomada por diversos autores – e aqui cabe menção aos trabalhos de Douglas (1979, 1984, 1987, 1997) sobre o tema –, entre os quais Aymard et al. (1993, p.12), que sugerem que a análise da dimensão cronológica do sistema de refeições permite o acesso ao nível mais escondido e mais determinante da “gramática dos gostos” alimentares, ou, mais precisamente, à sua sintaxe, às regras que não podem ser transgredidas, sob pena de produzir um comportamento alimentar ininteligível e, no limite, desprovido de sentido.

em animais (CHEVEIGNÉ et al., 1998, p.57; GASKELL et al., 1998b, p.210; BOY e CHEVEIGNÉ, 2001).

O homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário: a alimentação conduz à biologia, mas, é evidente, não se reduz a ela; o simbólico e o onírico, os signos, os mitos, os fantasmas também alimentam, e concorrem a reger nossa alimentação. No ato alimentar, homem biológico e homem social são estreitamente, misteriosamente, misturados... Sobre esse ato pesam, com efeito, limitações múltiplas e ligadas por interações complexas: ... bioquímicas, termodinâmicas, metabólicas, fisiológicas; pressões ecológicas; mas também padrões sócio-culturais, preferências ou aversões individuais, representações, sistemas de normas, códigos (prescrições e proibições, associações ou exclusões), “gramáticas culinárias”, que governam a escolha, a preparação e o consumo dos alimentos. (FISCHLER, 1979, p.1)

Tomando por referência a análise de Fischler sobre as associações entre alimentação e imaginário, e trazendo alguns autores que poderão auxiliar na compreensão, por um lado, da especificidade da relação dos franceses com a alimentação e, por outro, de características de processos contemporâneos de mudanças relacionadas aos atos de preparação, consumo e sociabilidade alimentar, buscar-se-á, a seguir, trazer elementos para apreender as razões da enfática resistência dos franceses aos alimentos geneticamente modificados.

Iniciemos esse percurso a partir do trabalho de Lima (1996), que, elegendo como campo etnográfico o belo filme *A Festa de Babette*<sup>36</sup>, interpreta os valores da cosmologia luterana referentes à alimentação. O filme, relata a autora, “narra o modo de vida de um grupo de luteranos dinamarqueses do século XIX e os embates emocionais em que se envolvem quando se expõem a outros estilos de vida”, mais especificamente o de Babette, uma *chef de cuisine* parisiense que, buscando refugiar-se das turbulências da Comuna de

---

<sup>36</sup> O filme *A Festa de Babette* – cujo título original é *Babettes gæstebud* – foi, em 1987, produzido na Dinamarca, tendo sido, no ano seguinte, premiado com o Oscar de melhor filme estrangeiro. O filme é dirigido por Gabriel Axel, a partir de roteiro baseado no conto da romancista Isak Dinesen, pseudônimo da baronesa dinamarquesa Karen Blixen (**Cena por cena**. Disponível em: <<http://www.buscardopor.com.br/filmes>>. Acesso em: 8 abr. 2003).

Paris (1871), passa a viver em uma aldeia litorânea dinamarquesa (LIMA, 1996, p.71-72).

Em sua análise, Lima identifica na simplicidade, humildade e perfeição interior os valores constitutivos da linguagem luterana, base para uma “conduta pessoal normatizada pela austeridade e negação de si”. A autora explica que, para o protestantismo, a regra básica em relação à alimentação é o valor nutritivo da comida. O ato de comer constituir-se-ia, assim, em “resposta utilitária às necessidades de repor as energias corporais”. De modo diverso, para Babette, a recusa aos prazeres corporais não seria requisito para que o espírito prosseguisse justo e correto (LIMA, 1996, p.77-80).

Essa distinção entre a forma com que a alimentação é percebida nas cosmovisões *ascética* e *mundana*, como analisado por Lima, pode, além de elucidar características da relação dos franceses com a comida, ser uma pista interessante para compreender a diferença entre as percepções de ingleses – que passariam a rejeitar significativamente os alimentos transgênicos apenas após 1996, quando ocorre a crise da vaca louca – e franceses quanto aos alimentos geneticamente modificados.

Ainda uma outra diferenciação – não dissociada da anteriormente comentada, mas mais contemporânea – poderá ser útil na análise que aqui se desenvolve. Em um artigo em que discute as reações às novas tecnologias introduzidas na preparação, consumo e socialização de alimentos, Fischler (1998, p.843) pondera que o anterior otimismo em relação ao futuro vem, nos últimos anos, sendo substituído, de acordo com as sensibilidades das diferentes sociedades, por preocupações de dois tipos: saúde e identidade cultural.

A primeira das preocupações a que se refere o autor – saúde –, estaria “mais particularmente espalhada na Grã-Bretanha, nos países escandinavos e no norte da Europa, e sobretudo nos Estados Unidos”. A segunda – identidade cultural –, seria característica de França, Itália, Espanha, assim como de outras regiões de tradição católica, em que é observada uma “relação privilegiada mantida com a alimentação cotidiana, como fonte de prazer, ato de sociabilidade e comunicação” (FISCHLER, 1998, p.843-844).

Essa diferenciação é apontada por outros autores, como Ferrières (2002), ou Garine (1996, p.27-28), que remarca, mencionando a expressão *indulging in food*, a permissividade das culturas católicas do Sul da Europa em contraste, no que se refere à alimentação, com o puritanismo e ascetismo das culturas protestantes do Norte.

Dessa forma, poderíamos supor que, nos processos contemporâneos, que vêm transformando a relação das sociedades com a alimentação, essas mudanças ocorram a partir de ressemantizações de valores anteriores, enraizados nas culturas. Assim, para o caso inglês, a relação de funcionalidade seria agora traduzida na preocupação com a saúde, enquanto que para os franceses a ênfase simbólica se manifestaria na preocupação referente à identidade cultural. Essa suposição vai ao encontro do que vêm afirmando alguns autores que têm detectado que as diferenças tradicionais de comportamento alimentar entre os povos da Europa permanecem extremamente presentes (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p.864).

Ainda, concomitantemente ao processo de globalização, que promove uma uniformização dos produtos consumidos, dos comportamentos alimentares e de seus gostos, estaria ocorrendo uma diversificação em escala local. É o que, tendo em foco as mudanças contemporâneas no consumo e na cidadania, aponta Canclini (1997, p.19). Entendendo a globalização como irreversível, esse autor indica que não se pode entender o global como substituto do local, apontando que a relação da globalização com as culturas

locais e regionais não é apenas de homogeneização: as diferenças podem persistir, sendo muitas vezes apropriadas pelo mercado<sup>37</sup>.

Essa compreensão seria, também, sugerida por Garrigues-Cresswell e Martin (1998, p.13-15). Para esses autores, os comportamentos alimentares revelariam

mais que um jogo sutil entre a resistência e a mudança, entre a tradição e a modernidade, as estratégias que permitem a um grupo e aos indivíduos que o constituem demarcar simultaneamente uma identidade e uma distinção local.

Afinal, como afirma Rocha (1985, p.67), é na esfera do consumo que os objetos – e aí podemos incluir os alimentos – adquirem sentido, produzindo significações e distinções sociais, levando aos consumidores os “universos simbólicos que a eles foram atribuídos”. Dessa forma, a homogeneização dos modelos de consumo – no caso, alimentar – deve ser relativizada, uma vez que

os elementos que têm em comum são, de fato, interpretados segundo a cultura de cada povo e país, inserindo-se em estruturas ainda fortemente marcadas pelas particularidades locais que, por sua vez, foram-se formando na seqüência de um processo histórico longo e articulado. (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p.867)

O caso francês de valorização das cozinhas regionais parece exemplar de como esse processo constitui simultaneamente identidades e distinções locais. Segundo a análise desenvolvida por Csergo (1998, p.809, 814), esse processo ocorre a partir da Revolução Francesa, com a redefinição da relação, real e imaginária, das representações e dos afetos que unem e opõem Paris à província, sendo associado a uma valorização do espaço rural, à construção de “um sistema de representações que transforma as cozinhas regionais na encarnação das tradições da terra e da solidariedade camponesa”.

---

<sup>37</sup> Talvez um bom exemplo do processo descrito por Canclini seja a forma como a rede de *fast food* McDonald's incorpora, nos diferentes países, produtos e características locais. Ou, numa analogia mais sutil, sugerida por Rial (1996, p.6), temos que, nos diversos

A autora marca que data de 1808 a primeira geografia gastronômica do território francês, ponderando que

a vulgarização da representação do território se faça, tão cedo, através de uma resenha das especialidades culinárias regionais, é uma indicação do estatuto que lhes será outorgado no imaginário e nas representações simbólicas da nação e da identidade nacional. (CSERGO, 1998, p.811)

Tendo, assim, presente a importância, social e historicamente construída, da comida no imaginário social francês – a partir do que, sugiro, poderemos interpretar a expressiva rejeição dessa sociedade aos alimentos geneticamente modificados –, cabe, ainda, chamar a atenção para um estudo referente a um período mais recente. Trata-se do trabalho de Gachet (1998), que, a partir de uma enquête etnográfica – realizada em Paris, entre 1991 e 1993 – sobre as modalidades de preparação e consumo de refeições na *alta cozinha* francesa, se interroga sobre as relações entre tradição e inovação.

Entre outros aspectos, a autora destaca que, no momento atual da *alta cozinha* francesa, ocorre a exaltação da natureza, que passa a orientar escolhas estéticas e técnicas para a confecção e serviço dos alimentos<sup>38</sup>. Gachet pondera que essas escolhas podem ser legitimadas por explicações de ordem dietética, mas que, de fato, suas razões estariam relacionadas à busca de alta qualidade, associada à preservação das características físico-químicas dos alimentos (GACHET, 1998, p.37-41).

Gachet afirma a existência, entre os chefes de cozinha, de grande resistência aos alimentos produzidos a partir de técnicas industriais e

---

países, as cadeias de *fast food* costumam apresentar sugestões de combinações de itens que tendem a se aproximar das refeições locais usualmente servidas.

<sup>38</sup> Segundo a autora, os chefes da atual *alta cozinha*, numa ruptura com a *nova cozinha* dos anos 1960-70 – que, por sua vez, representara uma ruptura com a *grande cozinha* francesa dos séculos XVIII e XIX –, agem no sentido de uma revalorização da tradicional *grande cozinha* (GACHET, 1998, p.31, 38). A demarcação dessas diferentes fases é interessante para a apreensão dos valores enfatizados a cada momento, especialmente no que se refere ao valor atribuído ao que hoje é percebido como *natural* e artesanal, tema a ser analisado no Capítulo 4.

científicas – mencionando, entre outras, as manipulações genéticas –, bem como sua preferência pelos produtos artesanais.

Citando um chefe de cozinha entrevistado, a autora comenta que ele se propõe a “privilegiar uma economia rural artesanal, que considera como um patrimônio a salvaguardar”. Produtores, atacadistas e compradores seriam, então, escolhidos em função das características qualitativas dos produtos que fabricam ou compram, sendo, assim, preferidos os pequenos produtores artesanais em detrimento das grandes redes de supermercado (GACHET, 1998, p.44-45).

É interessante observar que, como afirma Fischler (1998, p.860), na Europa, os modelos tradicionais apenas são considerados autênticos quando se reportam à civilização rural<sup>39</sup>. Mas também que esse *tradicional* produz uma reinvenção do rural, como podemos perceber a partir do estudo de Champagne (1987), que analisa a festa de uma aldeia francesa. Esse autor mostra como, a partir da revalorização, pelo mundo urbano, da cultura e da produção de uma agricultura camponesa tradicional, a aldeia e os agricultores se transformam, recriando suas tradições – roupas, comidas, músicas, móveis e produtos modernos são substituídos pelos *tradicionais* – e, assim, realizando a festa *como as de antigamente*, mas agora produzida para os cidadãos<sup>40</sup>.

Voltando ao estudo de Gachet, não podemos, obviamente, supor que a visão, os gostos e as atitudes dos chefes da *alta cozinha*, que têm por público a elite da sociedade, sejam os mesmos encontrados na população francesa em geral.

---

<sup>39</sup> Vale mencionar que, no Rio Grande do Sul, entre os elementos constitutivos do gauchismo está a referência ao campo (OLMEN, 1991).

<sup>40</sup> Nos países europeus – especialmente no Sul da Europa, e particularmente na França –, verifica-se um interesse crescente nos produtos agrícolas e alimentares tradicionais e locais, interesse que teria sido amplificado a partir de 1992, quando normas de denominação passaram a estabelecer vínculo do produto com um *terroir* e/ou com um modo de fabricação tradicional (BÉRARD; MARCHENAY, 1998, p. 47).

A propósito do deslocamento de novos produtos alimentares no interior da pirâmide social – e talvez o mesmo possamos intuir em relação às técnicas de preparação de alimentos –, Flandrin (1995), analisando, através das alterações constatadas nos livros de receitas, as mudanças dos hábitos alimentares europeus do século XIV ao XVIII, mostra ser equivocado deduzir que, por sua raridade, os novos produtos sejam inicialmente privilégio da elite, para depois se difundirem. Se assim ocorreu com as especiarias, o açúcar, as laranjas e limões, bem como com as alcachofras, esse esquema não explicaria, segundo o autor, os casos da manteiga, do creme, da carne bovina, dos champignons e de muitos legumes, que se difundiram no sentido inverso, de baixo para cima.

De toda forma, é possível sugerir que – seja a partir de imitação, movida pelo desejo de distinção social (BOURDIEU, 1988); seja a partir de um movimento de circularidade entre as culturas hegemônica e subalterna (BAKHTIN, 1993) – elementos característicos do movimento em curso na *alta cozinha*, anteriormente descritos, não sejam estranhos ao conjunto da sociedade francesa.

Um exemplo, apresentado por Gachet (1998, p.40-41), é ilustrativo, por um lado, de como a qualidade passa a ser associada à conservação das características originais do alimento e, por outro, de como uma mudança de prática na *alta cozinha* pode se difundir em outros setores da sociedade. Trata-se da mudança na técnica de cocção de batatas para a preparação do purê, que, segundo a autora, teria migrado da *alta cozinha* francesa para os bistrôs, mais populares.

Diferentemente do que sempre fizeram e do que preconizam os manuais de cozinha do século XIX e contemporâneos, os cozinheiros franceses passaram a aferventar as batatas com casca. Defendem a adoção da prática, argumentando que através da manutenção das cascas durante a cocção estaria sendo evitada a penetração da água no interior das batatas – o que as

tornaria aguadas –, sendo, assim, preservadas a consistência e qualidade originais do alimento.

Esse exemplo é particularmente interessante, pois, ao evidenciar a associação entre qualidade do alimento e conservação de suas características originais, bem como a difusão dessa classificação em diferentes camadas sociais, fornece elementos que induzem à percepção de um possível enraizamento simbólico da rejeição francesa aos alimentos geneticamente modificados. Afinal, se buscam evitar que a água da cocção altere a consistência da batata, por que os franceses aceitariam que um gene estranho fosse nela introduzido?

A maneira como as percepções particulares de ingleses e franceses em relação às diferentes aplicações da biotecnologia puderam, ao menos parcialmente, ser apreendidas a partir de elementos presentes nos imaginários dessas sociedades evidencia como promissor o caminho da análise das representações sociais para a apreensão das reações aos organismos geneticamente modificados.

Os dois casos analisados refletem condições particulares, é verdade. Mas é possível supor que as características destacadas das duas sociedades tomadas como casos paradigmáticos, embora em cada uma delas se manifestando com particular intensidade, não sejam exclusivas delas, estando presentes, em diferentes matizes, em outras sociedades complexas. Afinal, as preocupações referentes à natureza e à alimentação são temas recorrentes, em todas as partes, na virada de milênio deste mundo globalizado.

### 2.3. Transgênicos e a sacralidade do íntegro

Chegando ao final do Capítulo, buscar-se-á no aporte oferecido por Douglas (1976) em sua interpretação das restrições alimentares prescritas no texto bíblico uma outra perspectiva de análise que deverá contribuir para o aprofundamento da reflexão aqui proposta.

Para isso, tenhamos presente a pesquisa qualitativa sobre biotecnologia, realizada na Grã-Bretanha, em 1996, em que os participantes estabeleciam a distinção entre “boa” e “má” genética (BAUER et al., 1998b, p.169). Enquanto a primeira era relacionada estritamente a aplicações médicas, a segunda, associada às aplicações da biotecnologia referentes a animais e alimentação, era percebida como transgressora da fronteira entre o *natural* e o *não-natural* – e aqui temos, mais uma vez, a associação simbólica expressa no termo *Frankenfoods*. Uma parcela pequena, mas significativa, dos participantes dos grupos focais em que se realizou a pesquisa demonstraria acreditar que alimentos geneticamente modificados são maiores (monstros), uniformemente perfeitos (eugenia), e afetam os genes das pessoas (infecção).

Tomando a abordagem construída por Douglas (1976), em sua interpretação das *abominações do Levítico*<sup>41</sup>, buscaremos aqui elementos para interpretar a distinção êmica entre “boa” e “má” genética, as representações que informam essa classificação.

Por que o camelo, a lebre e o hirace seriam impuros? Por que alguns gafanhotos, mas não todos, seriam impuros? Por que seria a rã pura e o camundongo e o hipopótamo impuros? O que os camaleões, toupeiras e crocodilos têm em comum para serem arrolados juntos?

---

<sup>41</sup> O Levítico é o terceiro dentre os cinco primeiros livros do Velho Testamento – que compõem a Tora –, atribuídos a Moisés: o Gênesis, o Êxodo, o Levítico, o Números e o Deuteronômio.

Discutindo, com relação às prescrições alimentares, as diferentes interpretações até então construídas – que enfatizavam como elemento explicador a higiene, ou a estética, ou a moral, ou a repulsa instintiva, ou a afirmação distintiva de identidade –, Douglas (1976, p.57-66) aponta suas insuficiências. Destacando ser cada proibição prefaciada pelo mandamento de ser sagrado, a autora propõe buscar o sentido mais amplo de todas as restrições particulares no antagonismo entre santidade e abominação.

Na construção do argumento, partindo da compreensão da raiz de santidade – que significa “estar separado” –, a autora sugere a idéia do Sagrado como integridade, mostrando que

A maior parte do Levítico é dedicada a enfatizar a perfeição física requerida das coisas apresentadas no templo e das pessoas que dele se aproximam. Os animais oferecidos em sacrifícios não devem ter defeitos, as mulheres devem ser purificadas depois do parto, os leprosos devem ser separados e ritualmente limpos antes de que se lhes permitam se aproximar dele, uma vez curados. Todas as excreções do corpo são contagiosas e desqualificam para uma aproximação do templo. Os sacerdotes só podem entrar em contacto com a morte quando um parente próximo morre. Mas o sumo sacerdote nunca deve ter contacto com a morte. Em outras palavras, ele deve ser perfeito enquanto homem, se vai ser um sacerdote. (DOUGLAS, 1976, p.67-68)

Douglas (1976, p.68-70) explica que essa idéia de integridade física, totalidade, é também reiterada na esfera social. Dessa forma, como exemplo, evidencia que “a interrupção de novos projetos era considerada negativa tanto no contexto civil como no militar”. Na construção de seu argumento, a autora alerta que, no texto bíblico, a palavra “perversão” seria, significativamente, uma tradução incorreta da palavra incomum hebraica *tebhel*, que teria como significado mistura ou confusão.

A santidade, estendida a espécies e categorias – híbridos e “outras confusões” seriam abominados –, estaria, sugere a autora, associada à idéia de ordem, ausência de confusão. E, desse modo, requereria que diferentes classes de coisas não se confundissem, significando “manter distintas as categorias de criação” (DOUGLAS, 1976, p.68-70).

É a partir desse quadro interpretativo que Douglas se propõe a compreender as leis sobre carnes puras e impuras, considerando que “as regras dietéticas apenas desenvolvem a metáfora da santidade na mesma linha” (1976, p.70).

Não cabe, aqui, reproduzir toda a argumentação, rica em exemplos, desenvolvida pela autora. Fiquemos com o que ela identifica como princípio de classificação dos animais – excetuando os de criação, para os quais desenvolve, a partir do mesmo quadro interpretativo, outra análise –, de acordo com o modo em que vivem nos três elementos, ar, água e terra.

O princípio subjacente de pureza dos animais é que eles sejam totalmente conformes à sua classe. São impuras as espécies que são membros imperfeitos de suas classes ou cuja própria classe confunde o esquema geral do mundo. [...] No firmamento, aves de duas pernas voam com asas. Na água, peixes com escamas nadam com nadadeiras. Na terra, animais de quatro pernas pulam, saltam ou andam. Qualquer classe de criaturas que não esteja equipada para o tipo correto de locomoção no seu elemento é contrária à santidade. [...] Não há ordem neles. (DOUGLAS, 1976, p.72-73)

Retomando o tema deste estudo, poderíamos supor que a aceitabilidade dos transgênicos – organismos produzidos a partir de introdução de genes estranhos, de mistura genética e, dessa forma, organismos *Frankenstein*, aqueles mencionados como resultantes da “má” genética – estaria, de algum modo, associada às idéias de ordem, pureza e sacralização da totalidade, do íntegro?

Essa é uma das questões que teremos presente quando, ao longo deste trabalho – e mais especialmente no Capítulo 4 –, nos debruçarmos sobre as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos sobre os alimentos e cultivos transgênicos.

A lavoura da fome – poema 24

*Que um fruto caia da árvore  
é normal gravidade. Necessito  
da anormalidade da árvore*

*despencar do fruto, levíssima.  
Um fruto retirado da apetência  
é real. Quero a irrealidade*

*do sabor desentranhar-te da fome,  
Que um fruto desembarque  
do invólucro é de visível gosto.*

*Quero a escuridão inabarcável  
do viajante provador. Resmas  
de borboletas à boca molhada.*

*E debruçar-me à janela das coisas,  
deixando o chapéu de palha seca  
num prego dependurado, feito sol.*

Maria Carpi

### 3. TRANSGÊNICOS, CIÊNCIA E RISCO

[a senhora já ouviu falar dos alimentos transgênicos?] *Pois é, aquilo nunca entendi direito... que o transgênico traz doença, então aqui o Governo está bastante contra isso, mas não sei bem o que é que é aquilo, transgênico. [...] Diz que câncer, traz, né? Que tem um remédio, uma coisa tão forte, naquele produto, que traz doença. Mas eu nunca li nada sobre isso, não sei bem, também só escuto fazendo o meu crochê.* (Vanilde)

Este Capítulo pretende buscar nos debates sobre ciência e risco elementos para interpretar as manifestações dos moradores de Porto Alegre entrevistados a respeito dos transgênicos, bem como, em um segundo momento, inferir como essa abordagem pode contribuir para a apreensão das visões de agricultores sobre o tema.

Se entre agricultores – plantadores de soja – das duas regiões rurais em que se realizaria a pesquisa, o tema transgênicos seria assunto corrente nas rodas de chimarrão, não se esperaria encontrar a mesma familiaridade com o assunto entre moradores de Porto Alegre.

Ainda assim, quase todos os entrevistados da capital para esta pesquisa – mulheres e homens, de diferentes classes sociais, faixas etárias, religiões, inserções profissionais, situações familiares, locais de nascimento e de moradia, escolaridades – já haviam escutado falar dos transgênicos.

Em verdade, dos vinte e cinco informantes urbanos, apenas uma senhora declararia não ter qualquer idéia sobre o assunto:

[a senhora já ouviu falar dos alimentos transgênicos?] *Não, não vi isso aí, não. Às vezes eu passo dias sem assistir, hoje não foi nem ligado ao meio-dia, a televisão.* (Angelina)

No entanto, mesmo afirmando desconhecer o assunto, Dona Angelina demonstrava, em sua resposta – possivelmente dada a forma como fora apresentada a questão –, intuir que os alimentos transgênicos constituíssem tema passível de presença em noticiário televisivo.

Obviamente, não se pretende considerar o universo de vinte e cinco moradores de Porto Alegre entrevistados como representativo do que quer que seja. Entretanto, chama a atenção o fato de, à exceção de Dona Angelina, todos terem manifestado algum grau de familiaridade em relação ao tema.

Isso mesmo quando tomamos em conta as pesquisas de opinião pública sobre transgênicos realizadas no Brasil (BOPE, 2001, 2002), que – a partir de 2000 entrevistas – indicam ser o tema mais presente entre os habitantes dos estados do Sul do que entre os das demais regiões do País.

**Quadro 3.1– Opinião pública sobre transgênicos: dados comparativos entre a região Sul e o conjunto do Brasil (em % dos entrevistados) – 2001 e 2002**

	2001		2002	
	Brasil	Sul	Brasil	Sul
1. Já ouviu falar em produtos transgênicos	31	48	37	64
2. Os transgênicos podem trazer riscos para sua saúde				
2a. concorda parcial ou totalmente	-	-	63	72
2b. não sabe/não opinou	-	-	19	12
3. Os transgênicos podem trazer riscos para o meio ambiente				
3a. concorda parcial ou totalmente	-	-	57	65
3b. não sabe/não opinou	-	-	21	11
4. Considerando as divergências entre os cientistas, os transgênicos deveriam ser proibidos enquanto as dúvidas não forem esclarecidas	67	66	65	77

Fonte: BOPE (2001, 2002)

Analisando os resultados dessas pesquisas – alguns deles podem ser conferidos no Quadro, acima –, podemos observar que, comparando com o conjunto do País, nos estados do Sul é significativamente maior o percentual de entrevistados que afirma ter tido algum contato com o tema e que considera que os transgênicos oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente.

Vale notar, ainda, que para as questões que se repetem nas duas enquetes realizadas em anos sucessivos, enquanto no conjunto do País as variações são pequenas, nos estados do Sul, durante o mesmo intervalo, as opiniões variam significativamente, o que evidencia a ocorrência, no período, de um aprofundamento da diferenciação entre as opiniões do Sul e do Brasil.

Pode-se verificar, também, que no Sul encontra-se a menor taxa de entrevistados que abdica de responder às questões apresentadas, o que indica que, entre os brasileiros, são os sulistas os que demonstram menor dificuldade em posicionar-se acerca dos organismos geneticamente modificados.

Dos resultados apresentados pelo IBOPE, são particularmente interessantes as respostas fornecidas pelos entrevistados quando solicitados a posicionar-se em um contexto em que o tema é objeto de polêmica entre os cientistas. Enquanto em 2001 os percentuais de entrevistados que se colocavam a favor da proibição dos transgênicos eram praticamente os mesmos para o Brasil e para o Sul, em 2002 os sulistas adotariam mais enfaticamente do que o conjunto dos brasileiros uma postura de precaução.

Nessas pesquisas do IBOPE – construídas a partir de abordagem estritamente quantitativa e, portanto, apresentando limitações disso decorrentes –, os resultados disponíveis são apresentados agregados por regiões, o que torna impossível verificar especificamente os dados correspondentes ao Rio Grande do Sul.

Entretanto, como os dados são claros a indicar um comportamento diferenciado dos entrevistados do Sul, podemos, com chances razoáveis de acerto, supor que essa diferenciação seja, em boa medida, produzida a partir das respostas obtidas no Rio Grande do Sul, o Estado da Federação em que, como sabemos, a polêmica sobre os organismos geneticamente modificados vem se manifestando de forma mais intensa.

É nesse quadro que talvez possamos entender que, entre os vinte e cinco moradores de Porto Alegre que, no período compreendido entre novembro de 2001 e março de 2002, se dispuseram a conceder entrevistas a respeito de seus hábitos alimentares – tema geral das entrevistas, quando eram também indagados sobre os transgênicos –, apenas um tenha demonstrado desconhecer completamente o assunto.

Mas, mesmo que a quase totalidade deles tenha tido algum contato prévio com o assunto transgênicos, apenas nas falas de duas informantes o tema surgiria espontaneamente nas conversas.

Helena, quando indagada sobre as informações que busca em rótulos de alimentos, destacaria observar o país de origem dos produtos, afirmando evitar, dada a possibilidade de conterem transgênicos, os procedentes da Argentina, uma vez que, naquele País, produção e consumo de organismos geneticamente modificados são autorizados. Já Lourdes, mencionando alguns critérios que orientam suas escolhas ao fazer compras no supermercado, apontaria preferir sempre o tomate paulista ao longa vida, por acreditar ser o último geneticamente modificado<sup>42</sup>.

Helena e Lourdes seriam, entre os entrevistados – juntamente com Clara, que também afirmaria recusar-se ao consumo de tomates longa vida –,

---

<sup>42</sup> Como alguns informantes mencionam considerar o tomate longa vida como sendo transgênico, cabe esclarecer que existem atualmente três possibilidades de obtenção de cultivares de tomateiro do tipo longa vida, duas delas através de métodos convencionais de melhoramento genético, e a terceira através de transgenia. No Brasil, diferentemente do que acreditam vários informantes, os tomates longa vida comercializados não são obtidos a partir de modificação genética (DELLAVECHIA; KOCH, 2000).

as únicas a declarar adotar como critério de escolha de alimentos a rejeição aos transgênicos.

Nos demais depoimentos, a introdução ao tema transgênicos se daria, em resposta a questão apresentada, a partir de afirmação de incertezas diante do assunto, através de expressões que evidenciarão que os informantes não se sentem autorizados a emitir opinião.

Frente a um tema complexo e polêmico, em que o debate científico permanece em aberto, os entrevistados demonstrariam, inicialmente, constrangimento em se posicionar. É como se, em um assunto considerado de domínio do conhecimento especializado, se declarassem *leigos*<sup>43</sup>, considerando que, nessa condição, não se encontrariam habilitados a ter opinião formada a respeito.

Entretanto, esse sentimento não impediria – como faz Dona Vanilde, no trecho de depoimento reproduzido no início deste Capítulo – que os informantes manifestassem, na continuidade das conversas, seus posicionamentos sobre o tema, expressando, na maior parte das vezes, desconfiança diante dos organismos geneticamente modificados.

Mas antes de dar voz aos informantes, aprofundando essa análise, será trazido à reflexão algo das contribuições que têm sido reconhecidas como centrais no debate sobre risco, os trabalhos da antropóloga Mary Douglas e dos sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens<sup>44</sup>, assim como elementos de

---

<sup>43</sup> A distinção entre os públicos leigo e perito – em verdade, a crescente redução, nas sociedades contemporâneas, dessa separação – está presente, como se verá no próximo item deste Capítulo, nas análises dos vários autores que discutem o tema risco. Pode-se considerar que ao público perito estaria originalmente associado o conhecimento especializado, enquanto que, aos leigos, o conhecimento tradicional (GIDDENS, 1997, p.105-109).

<sup>44</sup> A respeito da centralidade das contribuições de Douglas, Beck e Giddens no debate atual sobre risco nas ciências sociais, ver, entre outros, os trabalhos das antropólogas Silva (1999), Caplan (2000a) e Martin (2003); bem como as análises de Boholm (1996), Guivant (1998) e Peretti-Watel (2000). Analisando o trabalho em risco dos três cientistas sociais, Caplan (2000a, p.2) comenta que, apesar da dedicação comum ao tema, há pouco diálogo entre a antropóloga – que menciona o trabalho de Beck e Giddens em seu

abordagens que, dedicadas a entender como os temas científicos têm sido tratados pela mídia nas sociedades contemporâneas, poderão nos auxiliar a apreender as formulações dos entrevistados diante do tema em foco.

### 3.1. Ciência e risco nas sociedades contemporâneas

O que os americanos temem? Não muito, realmente, exceto a comida que comem, a água que bebem, o ar que respiram, a terra em que moram e a energia que utilizam. No curto espaço de quinze ou vinte anos, a confiança no mundo físico transformou-se em dúvida. Antes fontes de segurança, ciência e tecnologia tornaram-se fontes de risco. (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p.10)

Tomando como ponto de partida a grande preocupação sobre poluição ambiental nos EUA, em **Risk and culture**<sup>45</sup> Douglas e Wildavsky (1982) destacam a aparente incongruência de ser exatamente no momento em que as condições de saúde e expectativa de vida estão melhores do que nunca que ocorre uma amplificação do alarme sobre riscos, estabelecendo como centro de sua reflexão a seguinte questão: uma vez que ninguém pode preocupar-se com todos os riscos potenciais ao mesmo tempo, e que há discordância sobre o que é arriscado, como é arriscado, e o que fazer a respeito, como as pessoas decidem quais riscos considerar e quais ignorar?

---

livro de 1992 (antes não era disponível) – e os sociólogos, que apenas notam o trabalho de Douglas. Com relação aos dois sociólogos, Guivant (1998, p.17) aponta que, mesmo tendo muito em comum, inicialmente – até que construíssem um diálogo aberto em publicações diversas – trabalharam de modo independente.

<sup>45</sup> O trabalho de Mary Douglas em risco – **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers** (1982, em colaboração com o cientista político Aaron Wildavsky, obra em que é exposto o argumento central da teoria cultural dos riscos), **Risk acceptability according to the social sciences** (1985) e **Risk and blame: essays in cultural theory** (1992) – é, segundo Caplan (2000a, p.7), mas também conforme a própria autora (DOUGLAS, 2001), percebido por Douglas como continuidade de seus escritos em pureza e poluição (**Pureza e perigo**, 1966). Boholm (1996, p.65), entre outros, comenta que, apesar do trabalho de Douglas em risco não ter tido grande repercussão na antropologia, teve grande impacto no campo dos estudos de percepção de risco.

Os autores negam que a resposta a essa questão possa ser encontrada a partir da perspectiva de análise que, pressupondo a separação entre fatos físicos e percepção, compreende risco como uma consequência direta dos perigos inerentes na situação física – e, considerando riscos particulares como objetivamente determináveis, propõe que a lacuna existente entre os públicos perito e leigo seja preenchida em uma única direção, a da opinião dos especialistas –, enquanto que as atitudes em relação ao risco dependeriam das personalidades individuais (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p.193-194).

Em oposição à abordagem psicológica da percepção de risco, Douglas e Wildavsky apontam a perspectiva da análise cultural dos riscos. Mostrando a inadequação da divisão do problema entre riscos físicos objetivamente calculáveis e percepções individuais subjetivamente influenciadas, os autores afirmam que “entre as percepções subjetivas privadas e a ciência física pública, há a cultura, uma área média de crenças e valores compartilhados” (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p.194).

As percepções de risco seriam, assim, determinadas pela organização social e pela cultura. Valores comuns conduziram a medos comuns, afirmam os autores, argumentando que

a escolha dos riscos com os quais se preocupar depende das formas sociais selecionadas. A escolha dos riscos e a escolha de como viver são realizadas juntas. Cada forma de vida social tem seu próprio elenco de riscos típicos. (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982, p.8)

Confiança e medos compartilhados são, para os autores citados, tidos como parte do diálogo sobre como organizar as relações sociais. Daí a aceitabilidade dos riscos ser considerada, a partir da teoria cultural dos riscos, como questão localizada no campo do debate político e moral.

A propósito, não poderíamos deixar de apresentar aqui a questão a ser retomada ao longo do Capítulo: estariam os alimentos transgênicos entre os riscos com os quais os moradores de Porto Alegre entrevistados teriam escolhido se preocupar?

Cabe introduzir a perspectiva apontada por Caus (2002), em estudo realizado em Santa Catarina sobre as representações sociais de riscos associados aos organismos geneticamente modificados. Elegendo como abordagem a análise da retórica do debate sobre o tema, o autor estabeleceria por *corpus* de análise os argumentos de profissionais da área agrônômica e de representantes de entidades e organizações não-governamentais, coletados em um debate realizado sobre o assunto em espaço universitário e através de seis entrevistas realizadas junto a profissionais e lideranças contrárias aos organismos geneticamente modificados.

Nesse estudo, Caus (2002, p.78; 146; 161), elencando as percepções de diferentes tipos de riscos associados aos transgênicos – ambientais, sanitários, sociais e econômicos –, sugere que o termo *transgênico* seja interpretado como um símbolo político. A pertinência de sua afirmação torna-se evidente ao colocá-la em diálogo com a proposição da teoria cultural dos riscos, que, como anteriormente visto, situa a percepção de riscos no campo do debate político.

Retomando as contribuições de Douglas e Wildavsky (1982), temos que esses autores reconhecem que todas as formas de conhecimento são socialmente produzidas e que todo o conhecimento é contestado. É assim que, identificando na sociedade (na sociedade norte-americana dos 1980s, tratada como caso etnográfico) diferentes visões de mundo, às quais corresponderiam diferentes percepções de risco, a teoria cultural dos riscos aponta, por um lado, para a diluição das diferenças entre as visões *leiga* e *perita* e, por outro, para a análise cultural como caminho para a compreensão das percepções de risco – construídas a partir de critérios sociais e culturais – de diferentes sociedades e diferentes grupos em sociedades complexas.

Já Ulrich Beck e Anthony Giddens – que, segundo Guivant (1998, p.17), ao deixar de manter o foco no plano das percepções, distanciam-se da perspectiva proposta pela teoria cultural dos riscos – concentram sua análise nas especificidades dos riscos contemporâneos.

Em contraste com todas as épocas anteriores (inclusa a sociedade industrial), a sociedade de risco é caracterizada essencialmente por uma *falta*: a impossibilidade de uma imputação *externa* dos perigos. Em outras palavras, riscos dependem de *decisões*; eles são produzidos industrialmente e, nesse sentido, são *politicamente reflexivos*. [...] Riscos são o reflexo das ações e omissões humanas, a expressão das forças produtivas altamente desenvolvidas. Isso significa que a fonte de perigo já não é ignorância, mas *conhecimento*. (BECK, 1992, p.183, grifos do autor)

Em **Risk society**<sup>46</sup>, Beck argumenta que a nova dimensão e natureza alcançadas pelo risco, apontadas como características da sociedade contemporânea, são resultantes do crescimento exponencial das forças produtivas, da super-produção industrial. É assim que, para esse autor, risco pode ser definido como “um modo sistemático de lidar com perigos e inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernização” (BECK, 1992, p.19-21).

A esse processo, Beck entende estar associada a amplificação da capacidade das tecnologias e a não-calculabilidade de suas conseqüências, o que as tornaria uma força dominante na história da sociedade. A sociedade altamente industrializada diferiria, dessa forma, da sociedade industrial e de classes, própria do início da modernidade.

Beck vê como marco para o surgimento da *sociedade de risco* a catástrofe de Chernobyl – em 1986 –, que teria provocado “um ‘choque antropológico’ nas populações das sociedades do Ocidente no que se refere ao desenvolvimento tecnológico” (GUVANT, 1998, p.17).

A partir dessa perspectiva, é proposta a compreensão da sociedade como *sociedade de risco*, um novo estágio da modernidade – para Beck,

---

<sup>46</sup> **Risk society**: towards a new modernity é o primeiro e mais significativo livro de Beck sobre o tema, tendo sido publicado originalmente em alemão, em 1986, e traduzido para o inglês em 1992. Já em 1988, Beck publicaria **Ecological politics in an age of risk**, traduzido para o inglês em 1995. Giddens teria seu **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age** publicado em 1991. E em 1994 os dois autores, já trabalhando em colaboração, editam com Scott Lasch o livro **Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order**.

*modernização reflexiva*; para Giddens, *alta modernidade*<sup>47</sup> –, em que os riscos ambientais e tecnológicos já não seriam meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos dessas sociedades, ameaçando todas as formas de vida do planeta.

Para esses autores, as diferentes *posições de risco social* não corresponderiam necessariamente às “antigas” divisões de classe ou região. Argumentando que as conseqüências dos atuais riscos tecnológicos e ambientais apresentam uma tendência inerente em direção à globalização, Beck (1992, p.36) atribui aos riscos um *efeito equalizador*. “pobreza é hierárquica, fumaça é democrática”.

Cabe aqui uma observação. É importante ter presente que Beck escreve **Risk society** na Alemanha, no período anterior à queda do Muro de Berlim, “uma sociedade na qual a preocupação com a satisfação das necessidades materiais básicas teria sido substituída pela preocupação com o risco potencial de autodestruição da humanidade” (GUVANT, 1998, p.17-18).

Alguns críticos dessa abordagem apontam como limitação exatamente a extensão à sociedade global de fenômenos que seriam restritos a sociedades altamente industrializadas.

No Brasil de 2003, basta assistir aos jornais televisivos para perceber ser pertinente, também aqui, a ênfase conferida por Beck e Giddens aos riscos ambientais e tecnológicos para a compreensão das sociedades contemporâneas. Entretanto, certamente não se pode afirmar que, entre os brasileiros, as preocupações com esses riscos sejam preponderantes frente àquelas referentes à satisfação das necessidades materiais básicas.

Nesse sentido, uma perspectiva interessante parece ser a que sugere, para a apreensão de casos como o da sociedade brasileira, a coexistência da *sociedade de escassez* com a *sociedade de risco* (GUVANT, 1998, 29).

Explicitada a crítica à generalização da noção, e sugerida a perspectiva que a validaria para sociedades como a nossa, temos, ainda, que para Beck e Giddens, na sociedade de risco, o futuro – e não mais o passado –, vislumbrado a partir de cenários de risco, passaria a determinar as decisões tomadas no presente. Os indivíduos, seriam, dessa forma, forçados a negociar suas escolhas – às quais estariam associados aspectos morais – em termos de estilos de vida (CAPLAN, 2000a, p.5).

Apesar da ênfase no protagonismo do indivíduo, Beck e Giddens aproximam-se da teoria cultural dos riscos ao compreender que “questões como o que é desejável e aceitável em termos de risco estão impregnadas de valores”, premissa que retiraria dos peritos seu papel específico na delimitação dos riscos (GUVANT, 1998, p.23).

Da mesma forma, para esses autores – e no mesmo sentido do que afirmara Mary Douglas –, na sociedade de risco haveriam novas relações entre os sistemas de conhecimentos leigos e peritos, dado que a anterior fé na ciência e nos cientistas teria se erodido, todo o conhecimento passando a ser contestado.

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada. (GIDDENS, 1997, p.109)

A partir do desencantamento da ciência, sugerido por Giddens, os indivíduos, em suas decisões cotidianas, se reapropriariam do conhecimento perito, “sendo esse reinterpretado e transformado pelos leigos tanto nos espaços da intimidade como nos espaços políticos” (GUVANT, 1998, p.21).

---

<sup>47</sup> Ao considerarem que ainda estaríamos na modernidade, ambos os autores se distanciam das análises pós-modernas (GUVANT, 1998, p.17; CAPLAN, 2000a, p.7).

Com a alteração da relação entre peritos e leigos – dada, simultaneamente, pela perda de confiança do público leigo na competência da autoridade científica e pela elevação do nível cultural desse público, também responsável pela redução de seu encantamento frente à ciência –, transformar-se-iam, também, as formas de construção de legitimidade do conhecimento científico. Segundo Kepplinger (1995, p.360-361) e Wolton (1997, p.10), agora já não seria suficiente, aos cientistas, a busca de legitimação de seu trabalho frente aos pares, tornando-se necessário fazê-lo também ante o público leigo.

Nesse processo, o tratamento da informação científica pela mídia também se transforma. Se antes os jornalistas especializados em ciência colocavam-se como observadores passivos, cuja cobertura dos temas científicos devia ser a mais neutra possível, cada vez mais são críticos envolvidos no debate científico (KEPPLINGER, 1995, p.361-362; WOLTON, 1997, p.10).

É assim que o tratamento da informação científica passa a estar submetido à lógica geral de funcionamento do campo jornalístico. Dessa forma, também nesse domínio a mídia tende a privilegiar o espetacular, o extraordinário, o conflituoso (CHAMPAGNE, 1999, p.37; WOLTON, 1997, p.10).

A preferência pelo escândalo científico em detrimento do paciente trabalho explicativo cotidiano guarda, ainda, correspondência com uma temporalidade que leva em conta a impaciência contemporânea frente a asserções provisórias e precárias, que desaparecem praticamente assim que enunciadas (SICARD, 1997, p.153).

A combinação entre a lógica comercial dos veículos de comunicação, que busca a fidelização dos públicos, e a concorrência entre os laboratórios de pesquisa pode, como explica Sicard (1997, p.151) – uma vez que o interesse dos veículos de comunicação é obter um “furo”, enquanto que o interesse dos laboratórios é legitimar seus resultados, levando-os ao grande público,

atraindo, assim, novos financiamentos –, incitar a práticas como a divulgação de resultados parciais ou ainda não validados pela comunidade científica<sup>48</sup>.

Os conflitos e oposições no meio científico, as incertezas, deixam aos jornalistas uma margem de manobra no tratamento da informação. O aprofundamento do debate científico é, então, suplantado pela dinâmica imposta pela mediatização, que, insistindo no evento e no espetacular, tende à afirmação de resultados positivos (CHAMPAGNE, 1999, p.39-40; WOLTON, 1997, p.11).

É assim que, como explica Sicard (1997, p.150-151), validados pela multiplicidade de reprises nos diferentes meios de comunicação, certos nós de sentido aparecem ao público como certezas. Tal mecanismo, que vai de encontro ao saber científico – que se constrói sobre a dúvida –, favorece a força de impacto da novidade: cada anúncio mediático constitui uma história em si mesmo, que será esquecida instantaneamente e recoberta pela seguinte.

Como efeito dessa fragmentação do conhecimento, produzida pela mídia, os meios de comunicação contribuem para a manutenção de uma situação de dúvida, de incerteza, que emergirá e será expressa sob a forma de risco – o que ocorre, como veremos, em relação ao tema transgênicos. É, dessa forma, através desse tipo de comunicação de um problema público identificado como risco, que a mídia traduz no imaginário social as situações de incerteza (SICARD, 1997, p.150; 154).

O entendimento aqui esboçado a respeito de ciência e risco nas sociedades contemporâneas, bem como as análises que evidenciam como a mídia – em contexto, vale lembrar, em que a autoridade da ciência é questionada, ocorrendo a diluição das fronteiras entre os públicos perito e leigo – confere um tipo de tratamento às informações científicas que contribui para a

---

<sup>48</sup> O episódio da divulgação do mapeamento parcial do genoma humano, em 2000, pode ser entendido como um exemplo ilustrativo dessa dinâmica.

produção e manutenção de situação de incerteza, nos serão úteis para entender as percepções expressas nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados.

Mas, ainda antes de retornarmos aos informantes, buscar-se-á, a seguir, evidenciar a relevância da perspectiva apresentada a partir da observação do tratamento conferido pela mídia a uma polêmica científica específica, relacionada ao milho transgênico.

### **3.2. Risco de poluição genética e mídia: a construção do efeito borboleta**

Em maio de 1999, em um artigo publicado na revista científica **Nature**, entomologistas da Universidade de Cornell (Nova Iorque), relatando os resultados de um experimento, informariam a morte de 44% das larvas de borboleta monarca (*Danaus plexippus*) que haviam ingerido pólen de milho transgênico Bt<sup>49</sup>. Em laboratório, haviam sido fornecidas às larvas – que não se alimentam de folhas de milho – folhas de uma erva que cresce às margens de campos de milho, polvilhadas com pólen do milho Bt. O experimento demonstrou que essas larvas comem menos, crescem mais lentamente e morrem de forma mais rápida do que as lagartas que não se alimentam desse pólen<sup>50</sup>.

A notícia, sob o enfoque do risco de poluição genética – o estudo indicava que poderiam ser afetadas espécies que não são alvo da tecnologia –

---

<sup>49</sup> O milho Bt é produzido a partir da introdução no DNA do milho de um gene isolado de uma bactéria que ocorre naturalmente no solo, a *Bacillus thuringiensis* – daí Bt –, que produz uma proteína de característica inseticida. A finalidade de tal modificação genética é tornar a planta resistente à espécie de lagarta que, alimentando-se de suas folhas, constitui-se em praga para as lavouras de milho (MONSANTO. Borboletas e pólen do milho Bt: pesquisas de laboratório e realidades no campo. Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br/biotecnologia/publicacoes/borboleta.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2003).

<sup>50</sup> Losey, John E.; Rayor, Linda S.; Carter, Maureen E. Transgenic pollen harms monarch larvae. **Nature**, 399 (214), 1999. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/utils/fref.cgi?http://dx.doi.org/10.1038/20338>>. Acesso em: 19 maio 2003.

, seria amplamente divulgada pela mídia internacional, provocando posicionamentos restritivos ao cultivo do milho transgênico Bt por parte de vários governos europeus, assim como manifestações de organizações de consumidores e de ambientalistas<sup>51</sup>.

Pouco mais de um ano depois, a divulgação dos resultados de um outro estudo – publicado em junho de 2000, na revista da Academia de Ciências dos EUA, a **PNAS** –, agora conduzido por entomologistas da Universidade de Illinois, viria a contestar as conclusões obtidas no experimento realizado com as larvas da borboleta monarca. No novo experimento, conduzido em condições de campo – diferentemente do primeiro, que havia sido realizado em laboratório –, os pesquisadores demonstraram que o pólen do milho Bt não causa qualquer efeito sobre as larvas de outro tipo de borboleta, a *Papilio polyxenes*, que, como a monarca, tampouco se alimenta de folhas de milho<sup>52</sup>.

A polêmica não estava ainda encerrada. Em agosto do mesmo ano, cientistas da Universidade de Iowa publicariam – na revista **Oecologia** – um novo estudo, agora a partir de resultados obtidos a campo, em que voltava a ser afirmado o efeito mortal do pólen do milho Bt sobre as larvas da borboleta monarca<sup>53</sup>.

Mas o que aqui interessa não é o desfecho da polêmica científica, e sim tê-la presente para discutir o tratamento conferido pela mídia a esse tipo de informação. Mais especificamente, a idéia é salientar algumas das

---

<sup>51</sup> Lagartas morrem em teste de transgênicos, **Gazeta Mercantil**, 20/05/1999; Europa proíbe grão transgênico da Pioneer, **Gazeta Mercantil**, 21/05/1999; Novos alimentos podem criar “poluição genética”, **O Estado de São Paulo**, 6/6/1999.

<sup>52</sup> Wraight, C. L.; Zangerl, A. R.; Carroll, M. J.; Berenbaum, M. R. Absence of toxicity of *Bacillus thuringiensis* pollen to black swallowtails under field conditions. **Proc. Natl. Acad. Sci. USA**, 97(14), p.7700-7703, 2000. Disponível em: <<http://www.pnas.org/cgi/content/abstract/130202097v1>>. Acesso em: 19 maio 2003.

<sup>53</sup> Jesse, Laura C. Hansen; Obyrck, John J. Field deposition of Bt transgenic corn pollen: lethal effects on the monarch butterfly. **Oecologia**, 125, p.241-248, 2000. Disponível em: <<http://link.springer-ny.com/link/service/journals/00442/contents/0000502>>. Acesso em: 19 maio 2003.

associações construídas em relação ao milho transgênico Bt a partir do suposto efeito letal de seu pólen entre as borboletas.

Para isso, serão comentadas, em um primeiro momento, algumas emissões da televisão francesa, explicativas da ação inseticida do milho Bt – observadas em pesquisa realizada, em abril de 2001, nos arquivos da Inathéque de France, em Paris – e, em seguida, reportagens publicadas em jornais brasileiros por ocasião da polêmica sobre a internalização no território brasileiro de milho Bt, importado.

Os extratos de cobertura jornalística aqui apresentados não se pretendem representativos do tratamento conferido pela mídia aos temas, mas ilustrativos para a reflexão sobre o assunto.

Nos arquivos da Inathéque de France, tendo como objeto de busca os “organismos geneticamente modificados”, foram encontradas dezenas de emissões, produzidas e transmitidas pelos diversos canais de televisão franceses. Foram selecionadas, através dos títulos, vinte emissões que haviam sido veiculadas durante o período 1999-2000. Naquele momento, o interesse de pesquisa estava dirigido à compreensão da repercussão, na França, de um episódio de contaminação de lavouras por sementes transgênicas – daí a maior parte das emissões selecionadas tratar desse assunto –, mas também à constituição de uma visão geral sobre o ambiente do debate sobre os transgênicos naquele País.

Assistindo às vinte emissões televisivas selecionadas, chamou atenção a recorrência, particularmente nas reportagens de caráter explicativo sobre organismos geneticamente modificados, do destaque conferido ao milho Bt, bem como o tipo de narrativa empregada para demonstrar as propriedades desse milho.

Em quatro das emissões assistidas, o assunto seria abordado sob o tom de reportagem científica, sendo que em duas delas as explicações seriam apresentadas de maneira especialmente detalhada, através de animações<sup>54</sup>.

Nessas animações, era demonstrado como, depois de se alimentar de folhas de milho transgênico, uma lagarta morria quase que instantaneamente. Na seqüência, apareciam pessoas que, imediatamente após ingerir daquele milho, apresentavam sintomas de doença.

Enquanto as imagens indicavam claramente que o milho Bt apresentaria efeitos nocivos não apenas às lagartas – impedindo que se alimentassem das folhas do milho, objetivo da tecnologia –, mas também para as pessoas que viessem a consumi-lo, a narração comentava o desconhecimento da ciência sobre os possíveis efeitos da ingestão do milho geneticamente modificado no organismo humano.

Retornaremos a essas emissões televisivas, mas antes situemos a polêmica brasileira referente à importação de milho Bt.

No Brasil, a partir de junho de 2000, ocorreria uma nova onda de disputas judiciais referentes aos transgênicos. De um lado, organizações de consumidores e ambientalistas, de outro, Governo Federal, empresas importadoras e associações de criadores de aves e suínos. Em questão, a autorização para a internalização de cargas de milho, importadas de países em que os cultivos geneticamente modificados não sofrem quaisquer restrições – especialmente Argentina, mas também EUA.

Enquanto os navios aguardavam em portos brasileiros, tendo seu descarregamento protelado por liminares judiciais, os resultados de testes

---

<sup>54</sup> As duas emissões mencionadas são: “Enquête: aliments transgéniques”, M6, 12/9/1999, 20:15:08, 00:05:24; “Evaluation: risques et périls”, Arte, 9/5/2000, 19:20:43, 00:04:46. Cabe mencionar que, em estudo em que analisa o tratamento conferido por diferentes canais de televisão franceses às notícias sobre meio ambiente, Cheveigné (2000) evidencia que esses dois veículos – M6 e Arte – não estão entre os que se caracterizam por uma abordagem mais sensacionalista da informação.

realizados em algumas das cargas – em várias delas seria constatada a presença de milho geneticamente modificado, o milho Bt – evidenciavam a pertinência das suspeitas levantadas por organizações de consumidores e ambientalistas.

Na cobertura realizada pela imprensa brasileira do episódio, seria mencionado o fato de serem ainda desconhecidos os efeitos no organismo humano que poderiam ser provocados pela ingestão desse milho, e enfatizado o efeito, esse dado por conhecido e letal, que a ingestão de seu pólen causa nas larvas da borboleta monarca<sup>55</sup>.

Uma primeira questão nos é sugerida a partir da cronologia dos acontecimentos. Enquanto as emissões da televisão francesa comentadas haviam ido ao ar após a divulgação dos resultados da primeira pesquisa sobre os efeitos do milho Bt sobre as larvas da borboleta monarca, as reportagens publicadas em jornais brasileiros a respeito da internalização do milho Bt importado seriam publicadas já quando os resultados da segunda pesquisa – que, contestando os da pesquisa anterior, absolviam o milho Bt no que se refere à sua nocividade para outras espécies de lagartas que não aquela à qual se destina a tecnologia – haviam sido divulgados, inclusive na imprensa brasileira<sup>56</sup>.

Por que as reportagens sobre a polêmica a respeito da internalização do milho transgênico preferiam omitir a informação científica mais recente, ancorando-se nos resultados de pesquisa anterior que, naquele momento contestada, mostrara o efeito letal do milho Bt para as borboletas monarca?

---

<sup>55</sup> Entre outras reportagens, ver: Geneticamente modificados, **Jornal do Brasil**, 10/7/2000.

<sup>56</sup> Cabe observar que as notícias relacionadas a polêmicas científicas – como é o caso das diversas aplicações da biotecnologia, dentre elas os cultivos e alimentos transgênicos, mas também, por exemplo, as referentes a clonagem – têm, na mídia brasileira, veiculação simultânea à realizada na mídia internacional. Sobre o assunto em foco, ver: Borboleta sobrevive a pólen transgênico, **Folha de São Paulo**, 6/6/2000.

Talvez essa questão possa ser respondida ao mesmo tempo em que buscamos compreender a abordagem desenvolvida nas emissões de televisão comentadas.

Consideremos que ambos os casos sejam manifestações de um mesmo fenômeno, produzido pela mídia a partir da polêmica científica, o “efeito borboleta”, que estenderia aos humanos o risco de poluição genética, apontado pelos cientistas como controverso para diferentes espécies de insetos.

Vimos, no Capítulo anterior, como entre os franceses a particular importância por eles atribuída à comida pode ser relacionada a uma expressiva resistência aos alimentos geneticamente modificados, detectada em pesquisas de opinião.

Podemos entender o destaque conferido, nas emissões televisivas comentadas, ao efeito letal da ingestão de milho Bt para as lagartas, e, especialmente, à extensão da validade desse “efeito borboleta” a seres humanos, interpretando-as como objetivação, em imagens animadas, de um medo existente no imaginário daquela sociedade.

Dessa forma, seriam – a partir da “comprovação científica”, resultante da mediatização da informação científica, transformada em espetáculo – reforçadas as desconfianças constitutivas das representações sociais referentes aos alimentos transgênicos.

Se assim podemos interpretar as emissões de televisão francesas focalizadas, não há porque supor que essa abordagem deva ser restrita a esse caso. Ou então, como compreender o destaque conferido aos malefícios do milho Bt para as borboletas nas reportagens de jornais brasileiros em que é analisada a polêmica sobre a importação de milho transgênico?

Poderíamos inferir que tais reportagens, ao omitirem os resultados de pesquisa científica mais recente e afirmar o efeito letal às larvas da borboleta monarca da ingestão do pólen do milho transgênico, estariam sugerindo a

extensão do risco de poluição genética aos seres humanos, a partir de uma suposta validade do “efeito borboleta” às pessoas, captando, assim, significados presentes também no imaginário da sociedade brasileira?

É o que seria indicado, poucos meses depois da polêmica sobre a importação de milho Bt, nos depoimentos de alguns dos moradores de Porto Alegre entrevistados para esta pesquisa, dentre os quais Dona Vanilde, que – em trecho reproduzido no início deste Capítulo – explicitaria sua desconfiança diante dos alimentos transgênicos, identificando como causa de seu receio exatamente a “força” resultante da introdução, no alimento, de algo – na fala de Dona Vanilde, um “remédio” – decorrente da modificação genética.

Também Denise e Clara perceberiam risco no consumo de alimentos transgênicos a partir dessa “força” introduzida a partir da modificação genética, que conferiria resistência ao que seriam pragas naturais aos cultivos.

*Uma coisa tão resistente, tão forte... tu imagina um transgênico, que tem que ser resistente desde a semente, depois todo o tempo que ele estiver na lavoura... algum efeito forte ou ruim deve ter. (Denise)*

*Dizem que eles fazem uma mutação na semente, prá não pegar inço, e broca. [...] Eu acho que se um bicho não consegue entrar naquilo ali, como é que eu vou comer? Que veneno que botaram ali, né? (Clara)*

Para essas informantes – que muito provavelmente sequer chegaram a tomar conhecimento da existência da polêmica científica a respeito dos efeitos nocivos da ingestão de pólen de milho Bt para larvas da borboleta monarca, e que tampouco devem ter ciência dos debates sobre risco de poluição genética associados aos cultivos transgênicos –, a resistência às pragas, conferida pela modificação genética, é associada a possíveis danos à saúde humana, que seriam decorrentes do consumo de plantas transgênicas.

Dessa forma, assim como no caso das emissões televisivas francesas comentadas, podemos afirmar que as reportagens publicadas em jornais brasileiros a respeito da controversa importação do milho Bt dialogavam com representações existentes na sociedade.

E, ao fazê-lo do modo como aqui analisado, ilustram como o tratamento conferido pela mídia à informação científica age na manutenção de situação de incerteza – no caso, referente aos alimentos transgênicos –, que, por sua vez, é expressa sob a forma de risco.

### **3.3. Incerteza científica e percepções de risco: leigos com a palavra**

Tendo por instrumental interpretativo as perspectivas oferecidas pelas abordagens que se dedicam à compreensão das percepções de risco, anteriormente apresentadas, o foco da análise a ser aqui desenvolvida estará centrado nas visões expressas pelos moradores de Porto Alegre entrevistados quando o tema em pauta seriam os organismos geneticamente modificados.

Dona Angelina, que como vimos no início deste Capítulo, manifestaria desconhecimento sobre o tema transgênicos, não estará entre os informantes a quem será aqui dada a palavra.

Tampouco estará incluído Jorge, que, na condição de biólogo – convidado a opinar sobre o assunto, expressaria dúvida, indicando expectativa diante dos avanços da ciência –, não poderia ser classificado como *leigo*.

Há os casos de Helena e Lourdes, que, como anteriormente comentado, abordariam espontaneamente, a partir das narrativas sobre critérios de escolha de alimentos, o tema transgênicos.

E há, ainda, Luisa. Diferentemente dos demais vinte entrevistados de Porto Alegre, que, quando indagados se já haviam escutado falar dos transgênicos, expressariam certo constrangimento em opinar a respeito de tema sobre o qual pairam incertezas – cabe mencionar que, com relação ao tema focalizado, a controvérsia científica tem sido, particularmente no Rio Grande do Sul, amplificada a partir de sua inserção em um debate mais amplo, em que, como apontado no Capítulo 1, e a ser aprofundado no Capítulo 6, a

dinâmica é dada pela polarização política –, Luisa afirmaria sua confiança na ciência e nos cientistas.

*Tem uma coisa que eu tenho cá comigo, que o ser humano, e todo o ser vivo, ele se adapta, ele faz mutação. Eu sei que a mutação é uma coisa de longo prazo... então acho que isso aí, devagarinho, não ia causar tanto prejuízo não... Essa é a minha opinião... Eu olho com o olho espiritual, o olho no futuro, que nós não temos só uma vida, então numa vida futura, poderá ter chegado a outras conclusões... Então acho que nada assim vem tão errado, até mesmo o clone, como eles falam, deixa fazer o clone! Prá que proibir? Então esse tipo de coisa, criam certos tabus, se a ciência vai avançando, deixa avançar. [...] Veja bem, voltando lá no tempo do Osvaldo Cruz, quando ele falou da vacina, quase mataram ele, que tinha que tomar vacina... É a mesma coisa agora. Falam “ah, o transgênico, isso é aquilo”, e o pessoal vai contra... mas não sabem se é verdade! Então deixa, deixa primeiro as experiências acontecerem, não sei, não acho que seja tão nocivo não, eles não iam jogar uma coisa tão nociva assim, que os próprios descendentes deles [dos cientistas] iam sofrer, eu não acredito.*  
(Luisa)

Luisa é médium, definindo-se como espiritualista, praticante da umbanda conhecida como de “linha branca”. Daí o “olho espiritual” a que ela se refere, e que fornece a chave para a compreensão de sua análise.

É através da fé na reencarnação do espírito que Luisa constrói seu argumento em defesa da ciência e dos cientistas. Ela alia à idéia de evolução espiritual, que se daria através de sucessivas vidas, um certo evolucionismo biológico, relacionado à capacidade de adaptação da espécie humana às mudanças – que impediria, inclusive, que a ingestão de alimentos transgênicos pudessem vir a ter efeitos nocivos à saúde –, e, ainda, uma espécie de evolucionismo científico, justificador de sua confiança no desfecho positivo de controvérsias científicas do presente a partir de comprovações que deverão – ela não deixa margem para quaisquer dúvidas – ocorrer no futuro.

Traçando um paralelo com a polêmica dos transgênicos, Luisa busca no episódio conhecido como Revolta da Vacina argumento para demonstrar os acertos das descobertas científicas, mesmo quando contestadas em sua época.

Esse episódio ocorreu no Rio de Janeiro de 1904, em que a falta de saneamento básico deixava a população exposta a epidemias de febre amarela, varíola e outras doenças<sup>57</sup>.

Oswaldo Cruz chefiava o Departamento Nacional de Saúde Pública, conduzindo campanhas para a eliminação de ratos e mosquitos, destinadas a controlar a transmissão de doenças. À época, essas campanhas encontravam forte oposição na sociedade, sendo ridicularizadas pela imprensa, que considerava absurdo, por exemplo, a responsabilização de um mosquito pela febre amarela.

Diante do crescimento dos casos de varíola na capital, em outubro de 1904, o Congresso Nacional aprovaria a lei que tornava obrigatória a vacinação contra a doença em todo o território nacional.

Com o estímulo de setores oposicionistas ao governo – inclusive uma insurreição militar, que se propunha a depor o Presidente da República –, por mais de uma semana as ruas do Rio de Janeiro seriam tomadas por manifestações populares contra a obrigatoriedade da vacina, que, então, viria a ser suspensa.

A menção, por Luisa, ao episódio da Revolta da Vacina parece ter o sentido de demonstrar que, mesmo quando os avanços científicos são contestados, a perspectiva científica evidenciar-se-ia acertada.

Esse otimismo com relação aos avanços científicos seria, à primeira vista, compartilhado por Dona Olga, que, ao ser indagada a respeito dos transgênicos, responderia:

---

<sup>57</sup> Para mais informações sobre a Revolta da Vacina, ver: <<http://www2.prossiga.br/Ocruz/Trajectoria/diretoriageral/31campanha>>, <<http://members.tripod.com/~omotim/Vacina.htm>>, <<http://geocities.yahoo.com.br/vinicrashbr/historia/brasil/revoltadava>>. Acesso em: 17 jun. 2003.

*Já ouvi falar, e não dou minha opinião sobre isso [transgênicos]. Que tudo quando é novo sempre é combatido. A gente sabe disso. Agora, daqui há uns anos, talvez seja provado que é bom, então todo mundo está de acordo e bate palmas. Por enquanto, essa luta contra e a favor, eu não tenho conhecimento prá dar opinião. (Olga)*

Mas alguma coisa parecia estranha nesse discurso, proferido na sala do apartamento da senhora de quase 80 anos, decorado de forma que provocava a sensação de que havíamos retornado no tempo uns quarenta anos.

E não era apenas com a decoração que a indicação do triunfo do novo não combinava. Quando perguntada se possui forno de micro-ondas, a senhora afirmaria não ter micro-ondas, computador ou televisão a cabo, explicando: “*todas essas novidades assim não me atraem*”.

Diferentemente de Luisa, que durante toda a entrevista sustentaria – mesmo diante das intervenções do marido, presente à conversa, que indicavam uma atitude mais precavida – uma posição otimista frente às inovações científicas, Dona Olga, apesar da visão positiva expressa na introdução do tema transgênicos, assumiria, ao longo da conversa, no desenvolvimento de seu argumento, uma postura bem mais cautelosa diante do assunto.

*Eu acho que não há esclarecimento suficiente para as pessoas se convencerem de que o transgênico não faz mal. Não há conhecimento suficiente. As pessoas arriscam a plantar, arriscam a comer, mas elas não sabem o efeito. Não há tempo de saber o efeito que pode produzir com o correr dos anos... Então eu acho que deve ser estudado mais, essa é a minha opinião. (Olga)*

Assim, talvez sua afirmação inicial seja melhor compreendida pelo que expressa de dúvida, e não de certeza. Dona Olga é categórica, sim, mas no indicar a volatilidade das certezas científicas.

E é a partir da constatação da atual insuficiência de conhecimento sobre o tema que ela – mencionando como riscos o plantio e o consumo de transgênicos nessa situação de incerteza – afirma não ter uma opinião formada a respeito.

Excetuando-se Luisa – que, como visto, associa confiança, e não risco, às controvérsias científicas – os demais informantes compartilhariam, em algum grau, da postura de precaução assumida por Dona Olga diante da situação de incerteza.

*Como o transgênico é uma polêmica recente, a maioria das pessoas não sabem o que é o transgênico, e ninguém sabe até hoje o que um transgênico pode causar ou não. (Karen)*

Mas a maior parte dos entrevistados seriam mais enfáticos do que Dona Olga ou Karen – ou Jorge, que, como biólogo, mostrar-se-ia pouco impressionável diante das indefinições da ciência – ao expressar sua desconfiança em relação aos alimentos geneticamente modificados.

Alguns dos informantes demonstrariam intranqüilidade diante do tema, evidenciando a origem de sua inquietação na insuficiência de informações sobre o assunto, deixando entrever como fonte da situação de incerteza os meios de comunicação.

*Acho que não faz bem, né? Não pode fazer bem, tenho a impressão que não, pelo que eles falam, né? Não fizeram uma pesquisa, assim, mesmo, prá se saber sobre eles [transgênicos], mas eu tenho a impressão que não faz bem. (Zélia)*

*Não se sabe se faz mal prá saúde ou não, eu não me decidi, porque eu não sei bem a verdade de tudo isso, não acho nada ainda, eu não sei. [...] Como é que nós vamos saber, se faz mal? Olha, já li tanto sobre esse transgênico! O que eles fazem? Eles modificam lá não sei o quê... mas como é que vai fazer mal, se é um vegetal também? (Nilza)*

*Eu ainda não conheço, só escuto, li aí, não vi... só ouvi falar... não sei qual é o efeito disso aí, não acompanhei, eu só escuto, vi em jornal, na televisão. [...] uns dizem que faz mal, outros dizem que não, que é o contrário, então a gente não sabe, eu não tenho uma idéia. (Armando)*

*Sobre isso eu não sei nada, pouco tenho visto. A gente ouve muita notícia, alguma coisa a gente ouve... Eu, no meu ponto de vista, às vezes eu acho que é perigoso mesmo, é perigoso abalar a saúde do povo, né? (Marta)*

Como Dona Marta, muitos dos entrevistados indicariam creditar aos alimentos transgênicos riscos à saúde.

Do mesmo modo que nas pesquisas sobre as percepções a respeito da biotecnologia, realizadas na Europa e comentadas no Capítulo anterior, em alguns dos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados a transgenia seria associada a outras técnicas – clonagem e radiação – que despertam medo e rejeição, ou a procedimento tecnológico – utilização de rações produzidas a partir de farinhas animais – que, comprovadamente, é causa de doença fatal em seres humanos.

*Ah, sei lá... eu não sei falar... parece um clone. Pega duas coisas e bota numa só, e modifica ali. Eu não sei se é legal... Por que é que não vai continuar sendo como sempre foi? Por que mudar? Valor maior acho que não vai ter. (Dirce)*

*Eu vejo esse transgênico como a radiação. A radiação faz mal prá nós, e esses produtos transgênicos também podem fazer mal. Mas eu não tenho assim uma opinião formada a respeito, porque eu não tenho conhecimento de causa... (Gilberto)*

*Eu ainda não sei o que vai fazer, mas é uma coisa que é uma modificação genética, né? E aquele problema de vaca louca, na Inglaterra, foi exatamente por causa disso, foram mutações genéticas, feitas através das rações dos animais, né? (Helena)*

Outros informantes apontariam como conseqüências possíveis da ingestão de alimentos transgênicos a má-formação fetal e a ocorrência de câncer.

Clone, radiação, vaca louca, mutação, má-formação fetal, câncer. Aí temos uma bela lista de medos contemporâneos – recordemos, ainda, o “efeito borboleta”, analisado anteriormente –, que seriam mencionados pelos informantes em associação aos transgênicos.

Enquanto a doença da vaca louca e as técnicas de clonagem de mamíferos surgiram na última década, os demais “perigos” listados são mais antigos.

Entretanto, todos têm algo em comum. Mesmo quando suas causas – ou conseqüências, no caso da clonagem e da radiação – não são objetivamente completamente conhecidas, têm sido percebidos como decorrências dos tempos modernos. E, nessa condição, têm sido, em diferentes sociedades contemporâneas, objeto de lendas e rumores.

É o que mostra o trabalho de Zonabend (1993), que aponta os rumores correntes – entre outros, o nascimento de bebês deformados, ou de bezerros com duas cabeças – entre os habitantes dos arredores de uma usina francesa de reciclagem de resíduos nucleares.

No mesmo sentido, Darmon (1993) indica como a crescente incidência de câncer vem, há mais de um século, sendo percebida, na Europa, como decorrente de hábitos – são mencionados, entre outros, o aumento do consumo de carne e a ingestão de alimentos industrializados – advindos com a civilização e o progresso.

Temos, ainda, as inúmeras lendas urbanas analisadas por Champion-Vincent e Renard (1998). Esses autores, evidenciando a predisposição, conferida pelo medo diante de novas tecnologias, das sociedades contemporâneas em acolher tais lendas, narram as mais fantásticas histórias – e outras nem tão fantásticas – que relacionam como causa de câncer, ou má-formação fetal, ou mutações, o emprego de tecnologias modernas, algumas delas cujos riscos que oferecem permanecem sendo, ainda hoje, objeto de controvérsias científicas.

Retomando os depoimentos recolhidos entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, temos que, ao equiparar o perigo representado pela transgenia ao oferecido pela radiação, ou ao associar à modificação genética males como o câncer ou a má-formação fetal, vários dos informantes estariam identificando – em uma situação de incerteza científica, perpetuada pela mídia e amplificada pelo debate público, politicamente polarizado – os alimentos transgênicos como mais um dos artefatos da ciência a merecer desconfiança.

Entretanto, cabe destacar que a existência desse medo não nos permite concluir que ele se faça presente no momento em que os informantes se vêem diante das prateleiras dos supermercados, selecionando os produtos a serem consumidos à sua mesa.

É assim que podemos intuir a ocorrência, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados – do mesmo modo que sugerido por Bauer (1998b, p.167), em seu estudo sobre as percepções a respeito da biotecnologia na Grã-Bretanha –, de uma disjunção entre seus posicionamentos enquanto cidadãos e seus comportamentos enquanto consumidores.

Nas entrevistas realizadas, a maior parte dos informantes, quando colocados diante de uma situação hipotética, em que deveriam optar entre um produto transgênico e um não-transgênico, declarariam forte rejeição ao alimento geneticamente modificado, mesmo que seu preço fosse significativamente inferior ao do alimento convencional.

Mesmo tendo em conta as limitações decorrentes da excessiva importância das entrevistas na obtenção de dados entre os informantes de Porto Alegre – diante das restrições à observação participante, impingidas pelas circunstâncias –, especialmente no que se refere a suas práticas alimentares, é possível afirmar que a postura que assumem diante da situação imaginária proposta parece não guardar correspondência com seu comportamento cotidiano.

Afinal, muitos dos entrevistados haviam mencionado, em seus depoimentos, serem cientes de que, nas prateleiras dos supermercados brasileiros, podem ser encontrados alimentos contendo transgênicos, que, dessa forma, já estariam sendo consumidos.

Porém, como dito anteriormente, apenas Helena, Lourdes e Clara – as duas primeiras espontaneamente, a terceira após indagada sobre os transgênicos – afirmariam a rejeição aos alimentos geneticamente modificados como critério efetivamente empregado na seleção de produtos alimentícios.

É bem verdade que, dada a não-regulamentação da lei que obriga a rotulagem de produtos contendo transgênicos, a presença de componentes geneticamente modificados nos alimentos, não sendo identificada, não pode, até o presente, ser verificada, e, portanto, ser objetivamente praticada como critério para a escolha de produtos.

Não há como prever em que medida a rotulagem dos alimentos geneticamente modificados, possibilitando sua identificação, provocaria, entre os informantes – que, quando indagados, declaram rejeição a esses alimentos, ao mesmo tempo em que desconsideram essa rejeição em sua prática cotidiana de escolha –, uma maior correspondência entre seu posicionamento e seu comportamento.

Mas há como, mesmo nos limites das entrevistas, observar algumas contradições que evidenciam que o medo existente de eventuais malefícios advindos da ingestão de alimentos transgênicos talvez não se substancie em risco a ser considerado no momento da decisão a respeito de o quê consumir. Da mesma forma que a visão crítica em relação aos organismos geneticamente modificados não necessariamente se expressa no ato de consumo.

Vejamos o que narram Cleusa e Lourdes. Ambas são mães – a primeira de um casal de crianças, a segunda de duas pré-adolescentes –, extremamente criteriosas com relação à alimentação de suas famílias, especialmente no que se refere aos filhos – entre todas as mães entrevistadas, as duas demonstrar-se-iam as mais disciplinadoras no que concerne aos hábitos alimentares de suas crianças.

*O que eu sei, que eu ouvi falar, é que eles [os alimentos transgênicos] fazem mal prá saúde, que a gente não deveria comer, que não deveriam existir alimentos transgênicos. E eu sei que tem certos doces, também, tipo essas pastilhinhas, com chocolate... que isso aí tem transgênicos... Eu ouvi falar, não sei se é verdade, também. As crianças, às vezes, comem.*  
(Cleusa)

Assim, mesmo sendo bastante restritiva em relação ao consumo de doces pelos filhos, e acreditando serem os alimentos transgênicos prejudiciais à saúde, Cleusa admite que suas crianças ingerem, eventualmente, exatamente o tipo de confeito suspeito de conter ingredientes geneticamente modificados.

Já Lourdes – a mesma que, espontaneamente, afirmara a rejeição aos alimentos geneticamente modificados como critério de escolha, e que declarara considerar, por acreditar transgênico, cancerígeno o tomate longa vida – confessaria ter “enganado o marido”, utilizando como ingrediente de uma refeição bifes de soja.

Geraldo tem sua formação e inserção profissional na área ambiental, e parece, na visão da esposa, ter um posicionamento ainda mais firmemente contrário aos organismos geneticamente modificados do que ela.

*Enganei direitinho meu marido, fiz um à parmegiana... Mas eles [o marido e as duas filhas] comeram! O Geraldo dizia assim “como é que essa carne é tão macia?”. “Ah, é um bife que eu comprei, é carne, eu que fiz”. Mentira! Eu comprei os bifes já com a farinha aquela por cima, mas é de carne de soja! Então ele vem que é uma delícia, e tu jura que é carne, tu jura que é, e não é. Vem embaladinho, cada um vem embalado num saquinho. O gosto é ótimo, é o gosto da fritura. Tu não sabe, porque é o gosto da fritura... Até eu não acho tão ruim a soja, que a soja tem suas vantagens. Mas o Geraldo não gosta, que ele acha que a soja é transgênica, então que a gente não deve comer coisa com soja... por causa do transgênico. Então o Geraldo é muito ligado nessas coisas, também. E eles adoraram, ninguém dizia que não era carne. Ele desconfiou pela maciez da carne, tu cortava e “tchuc”, não tinha um nervinho, não era dura. (Lourdes)*

Se Geraldo comeu seu bife de soja acreditando ser carne, ou se preferiu fingir acreditar, jamais saberemos. Mas temos na fraude confessa de Lourdes alguns elementos interessantes para a análise.

Ao afirmar que também Geraldo “é muito ligado nessas coisas”, Lourdes faz referência à importância que ela própria, assim como o marido, atribui ao *natural* enquanto valor, seja no que diz respeito à qualidade da alimentação<sup>58</sup>, seja em relação à qualidade de vida, em geral. E é a partir dessa visão que ela estrutura sua crítica aos transgênicos.

Assim, ao ceder à praticidade do bife de soja pré-preparado, ela não apenas contraria as convicções que afirma, mas o faz com a determinação necessária para sustentar a farsa ante o marido.

Como entender que, acreditando na nocividade da ingestão de alimentos geneticamente modificados, Cleusa não impeça seus filhos de consumir os confeitos suspeitos, e Lourdes ofereça à família, de forma camuflada, a soja proibida?

Talvez ambas – possivelmente da mesma forma que a grande maioria dos informantes, que declaram rejeição aos transgênicos, mas não a levam em conta quando selecionam seus alimentos – tenham decidido que esse, entre tantos riscos com que se deparam em seu dia-a-dia, não seja um dos efetivamente escolhidos como objeto de preocupação.

### **3.4. No campo, em risco o controle das sementes**

*Já tem técnicos que dizem que [o cultivo da soja transgênica] não é tão barato. (Vitor)*

*Também ouvi dizer que depois vai dar fungo. (Neusa)*

*É, eles [as empresas] vêm com a gravata, o terno, tudo bonito. (Inácio)*

*É que nem o [milho] híbrido. (Vitor)*

*Se é bom prá eles [as empresas], prá nós não é bom. (Inácio)*

*Prá ninguém é bom, porque vão ter que comer esses transgênicos. (Vitor)*

---

<sup>58</sup> A valorização do *natural* na alimentação será um dos aspectos aprofundados no próximo Capítulo.

A conversa, cujo trecho é reproduzido acima, ocorreu em agosto de 2000, durante a pesquisa de campo realizada entre agricultores da região norte do Estado, em visita, na companhia de Neusa e Inácio, a Vitor e sua esposa.

A análise dos elementos expostos nessa conversa servirá, aqui, de ponto de partida para a discussão a respeito da preocupação que – ao lado do temor ante a ação fiscalizadora do Estado, a ser analisada no Capítulo 6 –, se constituiria, entre os agricultores ouvidos, em centro da ansiedade relativa aos transgênicos: o receio de perda de controle das sementes.

Contextualizando a conversa que será aqui analisada, vale mencionar que, defensor de práticas agroecológicas na agricultura e liderança local do Partido dos Trabalhadores – tendo a visita se realizado no período que antecedia às eleições municipais, na fachada de sua casa era exibida uma bandeira do PT –, Vitor manifestaria posições bastante críticas a respeito dos métodos da agricultura intensiva, o que conformaria o tom da conversa.

Cabe, ainda, esclarecer que as práticas agroecológicas baseiam-se nos princípios da agroecologia, que seriam, durante a gestão 1999-2002 do Governo Estadual, incorporados à “Missão” da Emater/RS<sup>59</sup>, empresa dedicada à extensão rural no Rio Grande do Sul. Segundo Altieri (1998, p.18), a agroecologia pode ser definida como “uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e sócio-econômicos à compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas”, tendo por objetivo o manejo de sistemas agrícolas complexos, em que “as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção dos cultivos”.

---

<sup>59</sup> Disponível em: <javascript:abrir\_geral(docs/agroeco/marco\_referencial.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2003.

Entabulando a conversação posta aqui em foco, Vitor colocaria em dúvida a alegada redução de custos proporcionada pela soja transgênica, ao que Neusa agregaria a suspeita de maior incidência de doenças nas plantas geneticamente modificadas.

Na seqüência da conversa, Inácio introduziria sua desconfiança no que se refere à adesão à tecnologia, expressando entender que os agricultores estariam sendo maliciosamente atraídos pelas aparentes vantagens por ela oferecidas. Assim como teria ocorrido, complementaria Vitor, no caso da introdução do milho híbrido.

Inácio explicitaria, então, a oposição entre os interesses econômicos de empresas controladoras da tecnologia e os de agricultores, ao que Vitor afirmaria que os riscos à saúde, representados pelos alimentos transgênicos, atingiriam a todos.

Nos depoimentos de agricultores, nas duas regiões rurais em que foi realizada a pesquisa etnográfica, quando o tema em foco eram os cultivos transgênicos, a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos seria quase que totalmente ausente.

*Ela [a transgênica] agüenta o Roundup... e se a gente come, e tem uma doença, será que os remédios vão fazer efeito? [...] É mais resistente à lagarta, a lagarta não quer ela. A natureza é sábia: por que a lagarta rejeita? (Ruben)*

*Eu não plantei. A gente escuta que vai nascer criança sem cérebro. (João)*

Além do alerta de Vitor, anteriormente comentado, apenas Ruben e João – esses da região centro-sul do Estado – expressariam temor com relação aos riscos que os alimentos transgênicos podem representar à saúde humana, sendo que João seria o único a justificar a partir desses riscos sua não-adesão ao cultivo da soja geneticamente modificada.

Ao contrário, nos poucos depoimentos de agricultores em que aspectos relacionados à saúde são mencionados, a tecnologia seria absolvida.

É o que podemos observar nos trechos, reproduzidos a seguir, de depoimentos coletados em visitas a dois agricultores, o primeiro da região norte, o segundo da região centro-sul, ambos – viria a saber por intermédio de outros informantes – plantadores de soja transgênica.

*Dizem que faz mal, mas que comprovem, até hoje não provaram. Tem tomate, porco, não tem tudo transgênico? (Ivo)*

*Eu não acredito que faz mal. [...] O que dizem é que a alteração não prejudica. Quanto à parte da saúde, eu não sei, mas o que interessa pra gente é a diminuição do custo, a planta é tudo igual. (Milton)*

Seu Milton coloca em palavras o que parece ser a idéia predominante entre agricultores das duas regiões, que convivem com as lavouras transgênicas. Entre eles, o tema, perpassado por inquietações referentes à ilegalidade do cultivo, remeteria, principalmente, ao debate sobre aspectos relacionados à produção dos grãos, especialmente os econômicos.

A baixa incidência, entre os agricultores entrevistados, de menção a aspectos relacionando à tecnologia em foco suas possíveis conseqüências à saúde – e, ainda, o fato de que, quando tal referência ocorre, na maior parte dos casos a tecnologia é inocentada –, bem como a relevância conferida à dimensão produtiva, evidenciam que, quando o assunto é transgenia, esses agricultores estão falando de lavouras, não de alimentos.

Cabe aqui destacar o que vem de ser formulado, pois é a partir do entendimento de que, para esses agricultores, o tema organismos geneticamente modificados remete principalmente à roça, e não à mesa, que se torna clara não apenas o porquê da diferenciação entre as perspectivas de análise empregadas, ao longo deste Capítulo, para a apreensão das percepções de risco relacionadas aos transgênicos de consumidores e de agricultores, mas também a pouca participação que terão os agricultores no próximo Capítulo, centrado nas visões e práticas referentes à alimentação.

A ênfase no produto em detrimento do alimento não deve causar surpresa, uma vez que a soja colhida é destinada ao mercado, situando-se entre as principais atividades comerciais desses agricultores. Ainda assim, sua explicitação pode ser interessante para a análise de sua visão sobre o tema.

A perspectiva produtivista do modelo agrícola dominante – e aí Vitor, adepto da agroecologia, apresenta-se como exceção – não confere importância a aspectos referentes aos impactos sociais ou ambientais das tecnologias, ou à qualidade dos alimentos produzidos, valorizando centralmente os ganhos de produtividade e rentabilidade.

As vantagens apontadas como advindas do cultivo da soja transgênica – que possibilita a restrição da utilização de herbicidas a um único, o *Roundup*, mais barato do que os herbicidas pós-emergentes utilizados no cultivo convencional – seriam a redução dos custos de produção e, ainda, do trabalho demandado para o controle de plantas invasoras.

Cabe aqui um parêntese. Contrariando o que têm afirmado os defensores dos cultivos geneticamente modificados, estudos têm evidenciado que os plantios transgênicos podem requerer maior, e não menor, utilização de herbicidas. Em pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Agronomia da Universidade do Estado de Iowa (EUA), foi demonstrado que, nos últimos sete anos, cinco espécies de ervas daninhas tornaram-se resistentes ao glifosato, princípio ativo do herbicida *Roundup*<sup>60</sup>.

Dessa forma, eventuais vantagens advindas com a adoção dos cultivos transgênicos, referentes à redução de custos de produção e de trabalho demandado para o controle de plantas invasoras, seriam benefícios contabilizados apenas nos primeiros anos de adoção da tecnologia. Mas, para os agricultores observados, o curto prazo em que se esgotariam essas vantagens parece ou não ser um dado considerado ou avaliado a partir de uma

---

<sup>60</sup> Ervas daninhas tornam-se resistentes a herbicida que transgênicos suportam, **O Globo**, 24/6/2003.

temporalidade própria. Daí a transgenia ser, entre eles, predominantemente percebida como positiva.

Tomando emprestada a classificação estabelecida em pesquisa qualitativa realizada na Grã-Bretanha – comentada no Capítulo anterior –, em que é analisada a diferenciação das percepções correspondentes a diferentes aplicações da biotecnologia (BAUER, 1998b, p.169), podemos intuir que, para a maior parte dos agricultores ouvidos, a utilização da modificação genética no cultivo de soja seria percebida como “boa” genética.

Diferentemente do que, podemos supor, se daria caso as críticas ao modelo agrícola dominante alcançassem mais amplo e profundo enraizamento<sup>61</sup>, como parece ocorrer, no caso francês, entre agricultores vinculados à *Confédération Paysanne*, que, ao se contrapor aos métodos da agricultura intensiva, destaca como tema central a qualidade dos alimentos produzidos<sup>62</sup>.

É também a partir dessa perspectiva que podemos compreender que, no que concerne aos cultivos transgênicos, o temor que mais expressivamente se manifestaria entre os informantes seria o referente à ameaça representada pela possibilidade de sua perda de controle sobre as sementes de soja.

Cabe aqui esclarecer que, conforme relatado por inúmeros agricultores, mas também segundo reportagens publicadas na imprensa<sup>63</sup>, ou, ainda, como evidenciado em estudos sobre o tema (WILKINSON; GERMAN, 2000, p.50), no Rio Grande do Sul, apenas cerca de 60% das sementes necessárias ao cultivo de

---

<sup>61</sup> A respeito das condições de produção dessas críticas, a partir dos anos 1980, no Rio Grande do Sul, no meio da agricultura familiar, ver Menasche (1996). E, para a análise da constituição, no Sul do Brasil, de movimentos sociais contestatórios a partir das novas sensibilidades em relação ao fazer agrícola, ver Almeida (1999). Ainda, para uma análise que propõe compreender a conformação da “resistência à difusão dos transgênicos no Brasil” a partir das idéias conformadoras desses movimentos, ver Pelaez e Schmidt (2000).

<sup>62</sup> O perfil dessa organização sindical rural francesa, bem como a centralidade programática que, para ela, tem o tema alimentação, serão comentados no Capítulo 5.

<sup>63</sup> Soja: RS tem semente convencional. **Correio do Povo**, 26/6/2003.

cada safra são adquiridas no mercado, sendo prática costumeira entre produtores de soja, especialmente entre os que cultivam áreas menores, a produção própria de sementes, ou a troca de sementes entre parentes e vizinhos.

Essa prática não é recente, ou peculiar à soja e, tampouco, a agricultores gaúchos ou brasileiros. A seleção dos melhores grãos para o plantio da safra seguinte, bem como a circulação dessas sementes através de redes de sociabilidade, constitui-se em método de melhoramento de plantas praticado há milhares de anos.

Inúmeros estudos – alguns deles são relacionados por Richards (1989) – apontam que até o século XIX, quando ocorre a institucionalização da pesquisa agrícola, o progresso científico na agricultura era resultado dos processos empíricos, e aí se destacam as práticas, realizadas pelos próprios agricultores, de melhoramento através da seleção de sementes, não havendo razões para acreditar que eles tenham, desde então, deixado de realizar suas experiências.

Ao contrário, esses estudos evidenciam que agricultores, inclusive os considerados “tradicionais”, realizam-nas habitualmente, sendo inventivos e inovadores no desenvolvimento da experimentação agrícola (RICHARDS, 1989).

É a partir desse espírito investigativo dos agricultores, particularmente relacionado às sementes, que podemos interpretar a resposta de Seu Jorge, quando indagado sobre como a soja transgênica teria chegado à região.

*Foi semente. Tem um pé de jabuticaba de sessenta anos. Uma tia trouxe [a semente], sei lá de onde, escondida no sutiã. Essa soja, diz-se que veio dos EUA, que foi uma semente roubada em pequena quantidade, e foi sendo reproduzida. (Jorge)*

O mesmo tipo de expediente, associando à curiosidade o “roubo” de sementes – ou mudas –, seria, conforme relatado por diferentes agricultores, a forma de introdução de novas espécies ou variedades, por exemplo, de arroz, ou trigo mourisco, ou pastagem.

Pode-se, assim, intuir ser condição, para a realização do espírito investigativo do agricultor experimentador, seu controle sobre a circulação das sementes. Temos aí um dos elementos que pode nos levar a apreender o receio, expresso pelos informantes, ante a possibilidade de perda de controle sobre as sementes de soja, uma vez adotada a transgenia.

*Falam que o transgênico mesmo não nasce, tem que comprar semente todo ano... Mas o pessoal guardou sementes e nasceu. [...] Eles estão cevando, prá depois botar alguma coisa. (Nilton)*

A informação, obtida por Nilton ao participar em dia-de-campo promovido pela Cooperativa, de que os grãos colhidos em lavoura cultivada a partir de sementes transgênicas não poderiam ser utilizados como sementes, é referente à tecnologia – já há alguns anos de domínio de empresas que comercializam sementes transgênicas, mas ainda não implementada – conhecida como *Terminator*, que conferiria infertilidade aos grãos<sup>64</sup>.

O termo empregado para descrever a tecnologia faz referência ao filme norte-americano *The Terminator*, dirigido por James Cameron, cujo título seria traduzido para o português como *O Exterminador do Futuro*.

Na trama narrada no filme – lançado em 1985 – que inauguraria o que viria a se constituir, hoje, em uma trilogia, Arnold Schwarzenegger é um *cyborg* que vem de um futuro dominado por máquinas, para eliminar a mulher que se tornaria mãe daquele que viria a ser, no futuro, o líder da resistência humana ao domínio planetário pelas máquinas<sup>65</sup>. Dessa forma, enquanto, no filme, as chances de futuro para a humanidade seriam eliminadas a partir do extermínio de uma potencial progenitora, a tecnologia *Terminator* teria como característica a produção de grãos estéreis.

---

<sup>64</sup> A respeito da tecnologia *Terminator*, ver: PENGUE, Walter A. Seguridad alimentaria: agricultores, sin semillas?. Disponível em: <[http://www.gepama.com.ar/pengue/pdf/AGRICULTORES\\_SINSEMILLASpengueELDPLOSET2000.pdf](http://www.gepama.com.ar/pengue/pdf/AGRICULTORES_SINSEMILLASpengueELDPLOSET2000.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2003.

<sup>65</sup> Disponível em: <[http://www.cemportovideo.com.br/vendas/detalhe.asp?fil\\_codigo=4169](http://www.cemportovideo.com.br/vendas/detalhe.asp?fil_codigo=4169)>. Acesso em: 29 jul. 2003.

A tecnologia *Terminator* foi desenvolvida com o objetivo de propiciar às empresas detentoras de patentes de cultivares transgênicos garantia na obtenção da remuneração dos *royalties* pela utilização – por agricultores – da tecnologia de sua propriedade, já que tal controle é mais difícil em situação em que agricultores são aptos a reproduzir suas próprias sementes, situação que, em outros países – especialmente nos EUA e Canadá –, tem provocado cada vez mais freqüentes disputas judiciais<sup>66</sup>.

*Quando tiver só transgênico, esse produto vai ser caro. Isso é que nem o milho: quem detém a tecnologia do milho? No segundo ano, vai ter que comprar a semente da Monsanto. Vai transformar a semente em híbrido, a semente não vai reproduzir. (Ruben)*

Retomando a conversa na casa de Vitor, apresentada na abertura deste item do Capítulo, é a respeito do risco de perda de controle sobre as sementes de soja que falam Inácio – quando dá a entender que as supostas vantagens dos cultivos transgênicos constituir-se-iam em armadilha – e Vitor, ao indicar que ocorreria com a soja transgênica o mesmo que acontecera com o milho híbrido, que, oferecendo maior produtividade, foi introduzido em substituição às variedades crioulas, trazendo, em contrapartida, sob pena de baixa produtividade a partir da segunda geração de grãos, a obrigatoriedade de aquisição de sementes a cada safra.

O sentido expresso no diálogo entre Inácio e Vitor, bem como a comparação com a perda de controle sobre as sementes ocorrida com a introdução do milho híbrido, seriam recorrentes nos depoimentos dos informantes, nas duas regiões rurais em que foi realizada a pesquisa.

---

<sup>66</sup> Uma disputa judicial que pode ser considerada emblemática do tema é o processo da Monsanto contra o agricultor canadense Percy Schmeiser, condenado a pagar indenização à empresa por ter tido seus campos de canola involuntariamente contaminados por lavouras de canola transgênica de vizinhos (Disponível em: <[http://www.biotech-info.net/percy\\_schmeiser.htm](http://www.biotech-info.net/percy_schmeiser.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2003). A respeito do debate sobre a cobrança de *royalties* de lavouras ilegais de soja transgênica no Brasil, ver Marques (2003).

*O que será se isso [as sementes de soja transgênica] tomar conta? O saquinho de semente de milho está a 100 reais! E a soja transgênica, vai ser assim também. (Adriano)*

No entanto, talvez por referir-se a um movimento econômico mais amplo e, nessa medida, aparentemente não subordinado às atitudes individuais de agricultores, esse receio mostrar-se-ia insuficiente enquanto inibidor da adesão ao cultivo da soja transgênica.

*Será que depois não vamos ter que comprar semente? Hoje, quem está plantando está levando vantagem, tem menos custo. Vai tudo misturado, e os bobos estão seguindo a lei. (Carlos)*

É, ainda, a partir da adesão aos transgênicos enquanto componente da aceitação social de um agricultor por seus pares – apenas “os bobos” deixariam de aderir –, que talvez possamos compreender que Seu Adriano, um dos agricultores que, à época da pesquisa de campo, mais se mostrara preocupado com os riscos, trazidos pelo cultivo geneticamente modificado, de perda de controle sobre as sementes de soja, na safra seguinte semearia o grão transgênico.

Seu receio de que viesse a ocorrer com as sementes de soja o mesmo que se dera com as sementes de milho não impediria, então, que também ele aderisse ao cultivo transgênico.

E aqui talvez possamos identificar, do mesmo modo que no caso dos moradores de Porto Alegre entrevistados, a existência de uma disjunção entre dois papéis exercidos por produtores. Enquanto cidadãos, tendo por referência os interesses gerais dos agricultores, a adesão aos cultivos transgênicos ameaçaria sua autonomia, através do risco de perda de controle sobre as sementes. Entretanto, na esfera individual, sob o efeito da pressão social, muitas vezes acabariam por deixar-se seduzir pelas alegadas vantagens da soja geneticamente modificada.

Vimos que, no que se refere aos cultivos transgênicos, o principal temor presente entre agricultores não diz respeito a quaisquer de seus possíveis impactos sobre o meio ambiente ou a saúde humana ou animal, mas à perda de controle sobre o processo de produção – que, ainda, fragilizaria as redes de sociabilidade, alimentadas pelas trocas de sementes –, ou, mais especificamente, à transferência desse controle, e correspondentes perdas econômicas, às empresas proprietárias da tecnologia.

E que, à medida em que sua visão sobre os cultivos transgênicos é conformada, predominantemente, a partir da perspectiva produtivista do modelo agrícola dominante, é forte o apelo representado pelas supostas vantagens do cultivo da soja transgênica, quais sejam, ainda que a curto prazo, a redução de custos de produção e de trabalho demandado para o controle de plantas invasoras.

Como a principal mudança técnica decorrente da introdução da soja transgênica é referente à utilização de herbicidas, cabe analisar, neste final de capítulo, quais as percepções desses agricultores acerca do uso de agrotóxicos, e como elas podem ser relacionadas à aceitabilidade dos cultivos geneticamente modificados.

### **3.5. Agrotóxicos, percepções de risco e ética do trabalho**

Para entender as visões e práticas dos agricultores observados a respeito da utilização de agrotóxicos, de modo a buscar verificar como estariam relacionadas à aceitabilidade dos cultivos transgênicos, tomaremos como ponto de partida uma situação narrada por Neusa, a agricultora que me hospedaria durante a realização da pesquisa de campo na região norte do Estado.

Neusa contaria que quando a horta é capinada, mais especificamente quando é seu marido quem realiza o trabalho, conhecidos que passam pela estrada, junto à propriedade – de onde se pode avistar a horta –, buzinam, gritando “*joga fora essa enxada!*”, e caçoam, dizendo “*o que você quer com essa enxada?*”

Buscaremos aqui interpretar o que faz com que, entre esses agricultores, a cena de um homem capinando a horta junto a sua casa seja percebida como motivo de deboche.

A utilização de agrotóxicos na produção agrícola é afirmada por esses agricultores não apenas como necessária, mas como condição mesmo de viabilidade da atividade. Assim, como declararia Nilton, “*se não é prá passar veneno, não adianta nem plantar*”.

Ainda, o emprego intensivo de pesticidas seria justificado a partir de alegada redução, ao longo do tempo, da eficácia desses produtos.

*Estão mais fracos os inseticidas, ou as borboletas e as lagartas estão mais resistentes?* (Ruben)

Alguns dos depoimentos expressariam o entendimento de que os agrotóxicos utilizados atualmente, considerados menos eficientes, seriam também menos perigosos do que os produtos empregados em época anterior: “*aquilo era veneno mesmo, DDT, não era esses tonteador*” (Carlos).

Ao argumento utilitário, que justificaria o emprego dos agrotóxicos, somar-se-ia outro, uma espécie de *ética do trabalho invertida*, identificada como responsável pela generalização do uso de herbicidas.

A idéia de uma *ética do trabalho invertida* é aqui formulada em reflexo ao que, como proposto por Seyferth (1986), em um estudo sobre a etnicidade em grupos de origem européia no Sul do Brasil, seria considerado marcador da identidade étnica de alemães, italianos ou poloneses na construção da categoria “colono”. Segundo a autora, nesses grupos a representação da

etnicidade teria por base um *ethos* do trabalho, que se contrapõe à visão estereotipada do brasileiro (caboclo) “preguiçoso”.

*A mentalidade do pessoal, hoje, é fazer pelo mais fácil. Se vai carpir uma semana, com uma hora de serviço está pronto.*  
(Nilton)

Nilton contaria que até recentemente costumava, com uma turma de peões, carpir os 50 hectares de propriedade de seu pai. Mas que, nos últimos anos, não mais encontrando trabalhadores dispostos a serem contratados para a realização do serviço, tem se visto obrigado a abandonar a prática, aderindo ao uso de herbicidas. Narrando que por muito tempo escutara críticas acerca de sua persistência em empregar o método mecânico de controle de plantas invasoras – “*Vocês são loucos! Passem veneno e deem na sombra!*” –, Nilton tornaria evidente a pressão social exercida por seus pares no sentido da adoção do método químico de controle de plantas invasoras, poupador de trabalho.

Também Vitor – que, como já visto, se propõe a adotar práticas agroecológicas –, identificaria no que aqui interpretamos como uma *ética do trabalho invertida* a base da resistência entre seus pares à adoção de tecnologias que, buscando a redução ou eliminação da utilização de agroquímicos, acabam por demandar maior intensidade de trabalho: “*o pessoal pensa pelo mais fácil*”.

Assim, enquanto a utilização de agrotóxicos é, entre esses agricultores, afirmada como condição de viabilidade da produção agrícola, o trabalho decorrente de sua não-utilização parece ser percebido como inútil, insensato, passível de ridicularização. Por que seria esse trabalho tão desvalorizado?

Enquanto que, nas regiões em que predomina a agricultura familiar do Sul do Brasil, é comum haver participação de homens e mulheres no trabalho nas várias fases e atividades da lavoura, a aplicação de agrotóxicos parece ser a única atividade estritamente masculina.

É possível supor que a exclusão das mulheres especificamente dessa atividade encontre legitimidade em justificativas construídas no imaginário social desses agricultores. Em vários dos depoimentos coletados, alguns agricultores e agricultoras, referindo-se a plantas, relacionariam o contato com agrotóxicos à idéia de perda da capacidade de frutificação:

*O roundup, diz que não é veneno, fica só 140 dias na terra. Passaram embaixo do parreiral, e terminaram com o parreiral. Eu disse que fazia mal. Hoje em dia, não tem mais parreiral na nossa região. (Ivo)*

*Ali, antes havia pés de pêssego, que deixaram de dar frutas. (Neusa)*

*Umás horas, o soja já nem produz mais, porque está tão queimado de veneno. (Nilton)*

Assim, é possível pensar – e aqui levanto esta idéia, que não será desenvolvida nos marcos deste trabalho – que talvez a negação às mulheres da participação nas atividades agrícolas que exigem contato direto com agrotóxicos esteja associada à busca de preservação de sua função reprodutiva.

Essa relação me foi sugerida a partir da suposição apresentada por Inácio, quando conversávamos com um de seus vizinhos a respeito da atual generalização da utilização de agrotóxicos na região em que vivem: “*hoje em dia, a dificuldade prás mulheres terem filho, não pode ter a ver?*”.

Há alguns anos, Inácio e Neusa, tendo já os filhos adolescentes, haviam decidido conceber uma outra criança. Seus planos seriam, entretanto, frustrados, dado que suceder-se-iam vários abortos espontâneos. Inácio encontra na idéia expressa na suposição anteriormente explicitada – em que associa redução da fertilidade feminina à utilização de agrotóxicos<sup>67</sup> – a

---

<sup>67</sup> É interessante notar que, em um estudo realizado na Argentina, por médicos, é apontada a existência de relação entre utilização de pesticidas e infertilidade, mas não feminina, e sim masculina (OLVA et al., 2001).

explicação para o insucesso que tiveram, ele e a esposa, na concepção do bebê desejado.

Temos, ainda, que, diferentemente das áreas de lavoura, dedicadas prioritariamente aos cultivos comerciais, espaço de controle eminentemente masculino, a horta, reservada a produtos destinados ao auto-consumo da família, é domínio feminino<sup>68</sup>.

Na horta, afirmam freqüentemente os agricultores observados, a utilização de agrotóxicos é inexistente, sendo muitas vezes substituída por outros métodos de controle de pragas – como a utilização de cinza ou fumo –, ou reduzida ao mínimo inevitável, através, por exemplo, de produtos que em sua ação prescindem do contato com as plantas – como as iscas utilizadas no combate a formigas –, ou, quando imprescindível, submetida a normas de segurança, particularmente à obediência a prazos de carência recomendados para o consumo de alimento em que tenha sido aplicado algum “veneno” enquanto cultivado.

Afinal, como argumenta Dona Lúcia – que, a propósito, justifica a opção pelo óleo de girassol em detrimento do óleo de soja por saber que a soja é produzida a partir da utilização intensiva de agrotóxicos –, afirmando preferir abster-se de verduras a utilizar nelas agrotóxicos, “*eles [os homens da família] já lidam com veneno na soja, e se chegam em casa e tem veneno na mesa, onde é que fica a saúde?*”.

Mas não são apenas as mulheres que afirmam ser a horta – onde se produzem alimentos destinados ao consumo da família agricultora – um espaço a ser preservado do contato com agrotóxicos. “*Se tiver que usar veneno, deixe que termine*” (Ruben), ou “*naquilo que come, a gente não usa*” (Teo) são alguns dos comentários proferidos por agricultores durante a pesquisa.

---

<sup>68</sup> A respeito da divisão sexual do trabalho na agricultura camponesa, ver Heredia et al. (1984).

Mas se, como parece, é unanimemente condenada a utilização de agrotóxicos na horta, como explicar o deboche de que é vítima o marido de Neusa quando capina aquele espaço?

Talvez o ridículo seja percebido não no ato de carpir a horta, mas sim por ser a tarefa realizada por um homem. É possível supor que a cena em que Inácio capina a horta provoque reação semelhante à que poderíamos observar se vizinhos o flagrassem junto ao tanque, ao lado da casa, lavando a roupa da família. Uma e outra tarefa seriam, dada a divisão sexual do trabalho existente nessa agricultura, estabelecida a partir de papéis de gênero socialmente construídos, tarefas consideradas femininas. Dessa forma é que podemos interpretar que sua realização por um homem encontre rejeição entre seus pares, tornando-se, assim, motivo de piada.

Temos, ainda, que enquanto na horta a utilização de agrotóxicos é condenada, fora desse espaço – feminino – seu emprego é legitimado e generalizado. E, assim sendo, chama atenção o fato de que entre todos os informantes, das duas regiões rurais em que o trabalho de campo foi realizado, um único tenha admitido ter tido algum tipo de intoxicação decorrente do manuseio de pesticidas.

Mais comuns seriam comentários que remetem a casos distantes, sempre referentes a outros: “*um lá do [nome do município vizinho], que estava lidando com veneno, ficou bem mal*” (Nilton); ou a negação de qualquer efeito nocivo comprovado – “*nunca deu problema*” (Gustavo) –; ou a desconfiança de que tais efeitos possam existir, mas não sejam reconhecidos – “*pode ser que morria, e se dizia que era de outra coisa*” (Carlos) –; ou ainda, como na resposta oferecida por um deles, quando indagado se já havia tido algum problema de saúde relacionado ao manuseio desses produtos, o receio de que esses efeitos possam ainda, num futuro longínquo, vir a se manifestar: “*até hoje nada, mas talvez com o tempo...*” (Teo).

Estima-se que, no Brasil, cerca de dois terços dos agricultores já tenham sofrido intoxicação aguda em razão do uso de agrotóxicos<sup>69</sup> (GUVANT, 1994). Como, então, entender a laconicidade dos informantes a respeito de casos de intoxicação?

Certamente, não podemos atribuir a esses agricultores desconhecimento quanto à toxicidade dos “venenos” com que lidam cotidianamente. Vejamos o que dizem alguns deles.

Seu Milton, referindo-se aos inseticidas, declararia:

*É veneno puro, às vezes [as lagartas] começa a morrer em cinco minutos. É uma judiaria, mata passarinho.*

Ao que sua esposa acrescentaria: “até as galinhas que estão no pátio!”.

Valter, narrando um episódio recente, contaria que “o veneno prá lagarta, andou dando problema no açude, morreu peixe, veio até o IBAMA”.

Já Seu João, distinguindo inseticidas e herbicidas, explicaria que “o inseticida é mais perigoso, a pessoa pode se intoxicar; o herbicida é perigoso, mas só se for ingerido”; enquanto que para Seu Milton “inseticida é prá matar seres vivos; o herbicida, ele vai matando aos poucos”.

Mas se associam aos agrotóxicos a idéia de perigo mortal – veneno –, por que se calam a respeito do risco com que se deparam cotidianamente em seu manuseio? Haveria entre eles um sentimento de *imunidade* a esse risco?

O estudo etnográfico realizado por Zonabend (1989) junto a trabalhadores e moradores dos arredores de uma usina francesa de reciclagem de resíduos nucleares, bem como a análise realizada por Guivant

---

<sup>69</sup> Vale notar que segundo evidenciado na dissertação de mestrado de Alfredo Benatto (Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas) e reportado na revista do Idec, o herbicida glifosato, ao qual a soja transgênica *Roundup Ready* é resistente, foi o principal causador de intoxicação no Brasil entre 1996 e 2000, com 11,2% das ocorrências. (IDEC. Perigo no herbicida da soja transgênica: glifosato foi o principal agrotóxico causador de intoxicações no Brasil entre 1996 e 2000. **Consumidor S.A.**, agosto/setembro 2003. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/paginas/materia.asp?id=114>>. Acesso em: 15 ago. 2003).

(1994) a partir de pesquisa junto a olericultores catarinenses utilizadores de agrotóxicos – ambos os trabalhos centrados na análise das *percepções de risco* – apresentam pistas interessantes para a reflexão que aqui se desenvolve.

Nesses dois estudos, as autoras concluem ser condição de conforto moral a não-admissão da condição de convivência cotidiana com o perigo. Já Douglas (1985), discutindo a noção de *imunidade subjetiva*, mostrara que os indivíduos tendem a ignorar os perigos cotidianos, de forma que seu mundo imediato lhes pareça mais seguro do que é.

Ainda em consonância com o que apontara Douglas (1985), os dois trabalhos aqui tomados por referência identificam, nos grupos sociais que focalizam, a existência de conjuntos de normas culturalmente estabelecidas de cuidados, a serem observadas quando do manuseio das tecnologias perigosas em suas atividades de trabalho.

Voltando aos agricultores aqui analisados, podemos observar entre eles a existência de algo como um conjunto de “medidas profiláticas”, a ser respeitado de forma a garantir sua *imunidade* contra possíveis efeitos decorrentes da utilização de agrotóxicos.

É assim que Inácio, voltando para casa na hora do almoço, após ter passado a manhã aplicando herbicida em uma área em que pretende semear milho, comenta: “*agora o jeito é tomar um banho, prá terminar com o veneno*”. Sem qualquer equipamento de segurança, vestia as mesmas roupas de trabalho de sempre, que, após o banho, seriam deixadas no tanque, para serem lavadas.

Já Seu Mário, contando que, como sempre fora cuidadoso, jamais tivera qualquer problema ocasionado pelo manuseio de agrotóxicos.

*Por 20 anos, nunca deu nenhuma dor de cabeça. Meu irmão teve, mas eu não. Mas sempre me cuidei. Lavava as mãos, não fumava. Mas tem gente que é relaxado. (Mário)*

Retomando os trabalhos de Zonabend e Guivant, ambos evidenciam que, em casos de acidente, a tecnologia perigosa tende a ser absolvida como fonte de risco – assim como parecem fazer os agricultores aqui observados.

E que, uma vez inocentada a tecnologia, a “culpa” pela contaminação ou intoxicação recairia sobre a pessoa que a teria provocado (e sofrido) – seja por não ter agido com a necessária cautela, seja por ter tido azar, seja por ter apresentado insuficiente habilidade ou força física.

No que se refere à insuficiente habilidade ou força física como “causa” da contaminação/intoxicação, ambas as autoras apontam que a omissão em relação aos riscos estaria associada à *afirmação de masculinidade*. Podemos supor – e aí, talvez, tenhamos a explicação para a laconicidade dos informantes no que se refere a casos de intoxicação – que essa associação faça parte também do imaginário dos sojicultores aqui em foco, uma vez que, como anteriormente analisado, o manuseio de agrotóxicos é restrito à esfera masculina, sendo, ainda, sua não-utilização percebida como passível de ridicularização.

Já no que diz respeito à ausência ou insuficiência de cautela como “causa” de acidente, a forma – anteriormente apresentada – como os informantes se refeririam aos cuidados necessários na utilização da tecnologia é bastante sugestiva, permitindo inferir que, em seu sistema de representações, o risco de intoxicação decorrente do manuseio de agrotóxicos se apresentaria apenas àqueles que, burlando as medidas de cautela tidas por eficazes para contornar o perigo, seriam considerados “relaxados”.

Chegando ao final do Capítulo, recordemos que, como visto no item anterior, uma vez que a visão dos agricultores observados sobre os cultivos transgênicos seria predominantemente conformada através de um viés produtivista, as alegadas vantagens do cultivo da soja transgênica, representadas pela redução de custos de produção e de trabalho demandado para o controle de plantas invasoras, encontrariam, entre eles, forte apelo.

No item que agora se conclui, tendo presente que a principal mudança técnica decorrente da introdução da soja transgênica é a referente à utilização de herbicidas, nos propusemos a, analisando as percepções desses agricultores acerca do uso de agrotóxicos, buscar elementos para refletir como podem ser relacionadas à aceitabilidade dos cultivos geneticamente modificados. A esse respeito podemos, agora, tecer algumas considerações.

A partir da análise aqui desenvolvida a respeito de como são, entre os informantes, percebidos os riscos relacionados ao manuseio de agrotóxicos, ou, mais especificamente, da identificação da existência, entre esses agricultores, de uma valoração positiva de seu emprego nas lavouras, não há porque supor que a adoção da soja transgênica, diretamente associada à utilização de herbicidas, encontre, por essa razão, qualquer resistência.

Por outro lado, uma vez reconhecida a manifestação, entre eles, disso que interpretamos como uma *ética do trabalho invertida*, é possível sugerir que, mais fortemente determinante para a adoção da soja transgênica do que eventuais ganhos em rentabilidade, talvez seja a possibilidade que o cultivo geneticamente modificado oferece de redução do trabalho demandado para o controle de plantas invasoras.

A lavoura da fome – poema 7

*A palavra não desce do pensamento.  
É sopro de voz não alteada à fome.  
Da voz táctil aos neurônios da epiderme.  
De sua pletora de sílabas e saliva.*

*E os filetes de sangue e sonhos  
que pulsam-lhe à boca. A palavra  
tão somente é ouvida. E a mão  
febril que a escreve reivindica-lhe,  
inútil, a origem, desconhecendo-lhe  
da torrente a latência subterrânea,  
já aérea. A lentidão do tumulto.  
Entre as letras, pega a fome  
e acrescenta-lhe três medidas  
de farinha. Fisga um sonho  
e acrescenta-lhe três medidas  
de tua fome. Eis o pão vivo.*

Maria Carpi

#### 4. RISCO À MESA: alimentos transgênicos, no meu prato não?

*Eu acho que a gente já comeu [alimentos contendo transgênicos], sem saber. Eu acho que nós já comemos, alguma coisa tu acaba consumindo. Mas, em pequena quantidade, o organismo vai absorver. Claro, quando eles começarem a exagerar, aí acaba dando problema, com certeza. (Álvaro)*

Ao menos desde 1999, os meios de comunicação têm veiculado notícias que atestam a presença, nas prateleiras de supermercados brasileiros, de alimentos em cuja composição fazem parte organismos geneticamente modificados.



**Figura 4.1—Produtos importados contendo transgênicos, disponíveis em supermercados brasileiros**  
Fonte: *Veja*, março/1999. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/300699/p\\_066.html](http://veja.abril.com.br/300699/p_066.html)>. Acesso em: 19 mar. 2003

### Transgênico entra ilegalmente no país

Testes feitos em laboratórios europeus a pedido do Greenpeace e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) detectaram presença de até 8,7% de organismos geneticamente modificados (OGMs) na composição de 10 produtos nacionais e importados comercializados no Brasil. Com base no resultado, o grupo ambientalista e o Idec vão solicitar ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura que os produtos sejam retirados das prateleiras dos supermercados.

Entre os alimentos em que foi encontrada a presença de OGMs estão os salgadinhos Bac'Os, com 8,7% de soja transgênica, a sopa Knorr (4,7% de milho transgênico) e o macarrão instantâneo Cup Noodles (4,5% de soja transgênica). A Lei de Biossegurança brasileira (8.974/95) proíbe a comercialização de produtos transgênicos no país.

Violação – “Os testes mostram que há empresas infringindo a lei”, disse Mariana Paoli, coordenadora da campanha de transgênicos do Greenpeace no Brasil. Segundo o consultor técnico do Idec, Sezifredo Paz, a venda de produtos à base de organismos geneticamente modificados também viola o Código de Defesa do Consumidor, que exige a especificação da composição no rótulo dos alimentos. “Estes produtos não indicavam a presença de OGMs em suas embalagens”, contou. Ao todo foram analisados 42 produtos.

“O que nos surpreendeu foi encontrar alimentos nacionais com transgênicos. Talvez a importação de matéria-prima de países onde os transgênicos são liberados, como a Argentina e os Estados Unidos, sejam a origem da ‘contaminação’”, disse Mariana. Além de pedir que os fabricantes retirem os alimentos de circulação, o Idec vai pedir que o governo federal notifique as empresas sobre a proibição da venda dos produtos e vai exigir fiscalização mais rigorosa dos produtos importados.

Rotulagem – O representante do Ministério da Agricultura na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Paulo Borges, disse que a CTNBio, órgão ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia que responde pelos transgênicos, vai avaliar o resultado dos testes para tomar as devidas providências. Ele acredita que o resultado irá agilizar a aprovação do projeto de lei que prevê a rotulagem de produtos transgênicos. Na União Européia, os produtos que apresentam composição acima de 1% de OGMs devem indicar a presença de transgênicos no rótulo.

Na segunda-feira, o juiz federal Hélio Silvio Ourem Campos concedeu liminar a uma ação impetrada pela Procuradoria Federal, proibindo a descarga de 38 mil toneladas de milho, supostamente transgênico, vindas da Argentina. [...]

Riscos – Os riscos causados pelo cultivo de transgênicos à saúde humana e à natureza são motivo de polêmica. Aqueles que os defendem alegam que a biotecnologia pode acelerar a produção agrícola e acabar com a fome no mundo. Os contrários aos OGMs alegam que a alteração genética dos grãos pode criar resistência a remédios.

O milho BT, por exemplo, tem um gene que o deixa resistente a certos antibióticos. Em pessoas e animais que comem produtos feitos com este milho, tais antibióticos podem simplesmente não surtir efeito. O milho também produz uma toxina que mata insetos, podendo causar desequilíbrio no ecossistema.

**Quadro 4.1 – Alimentos contendo transgênicos são denunciados por Greenpeace e Idec**

Fonte: **Jornal do Brasil**, 21/06/2000

Como reportado na notícia reproduzida acima, em junho de 2000, pela primeira vez, Greenpeace e Idec identificariam, através de análises encomendadas a laboratórios estrangeiros, a presença de transgênicos não apenas em produtos importados, disponibilizados pela rede varejista aos consumidores brasileiros, mas também em alimentos industrializados em território nacional.

Tais denúncias conformariam o eixo da campanha de opinião pública, conduzida, então, por Greenpeace, sob o lema “Alimentos transgênicos: no meu prato não!”, que inspira o título deste Capítulo.

Em diversas manifestações dos moradores de Porto Alegre entrevistados para esta pesquisa – como Álvaro, cujo trecho de depoimento é reproduzido na abertura do Capítulo –, há evidências de que são cientes da possibilidade da presença de transgênicos nos alimentos que consomem, sendo que alguns chegariam mesmo a mencionar as denúncias realizadas por Greenpeace.

*O Greenpeace tem feito muita pesquisa em cima disso, e quem [as empresas] está usando já os transgênicos, sem avisar que está usando, eles denunciaram. (Helena)*

É, então, no contexto, em que a presença de organismos geneticamente modificados na alimentação dos informantes é já uma possibilidade, que se desenha este Capítulo. Tomando por abordagem as perspectivas de análise propostas pela antropologia da alimentação, o objetivo deste Capítulo consiste em, através do estudo das visões e comportamentos dos informantes em relação à comida, buscar apreender suas percepções sobre os alimentos geneticamente modificados.

Cabe mencionar que, neste Capítulo, os agricultores observados durante a realização da pesquisa etnográfica estarão quase ausentes. Isso porque, como evidenciado no Capítulo anterior, para eles, quando o assunto é transgenia, estão falando de lavouras, não de alimentos.

#### 4.1. **Somos o que comemos: a cultura na alimentação**

É sabido que a satisfação das necessidades nutricionais é condição indispensável para a sobrevivência dos seres humanos. Mas, ao mesmo tempo, que os significados da alimentação não podem ser apreendidos apenas a partir de indicadores nutricionais. Como dito por Fischler (1979, p.1), e já mencionado no Capítulo 2, o homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário.

Assim, o ato alimentar implica também em valoração simbólica. Dessa forma é que podemos entender que o que é considerado comestível em uma sociedade – ou em um grupo social – não o é em outra.

A aparente obviedade dessa afirmação pode, facilmente, ser contestada por inúmeros programas destinados a melhorar a situação alimentar de populações carentes, levados a cabo em países do Terceiro Mundo – entre os quais o Brasil –, cujos usuais fracassos seriam, como apontado por Fischler (1993a, p.155), melhor explicados se atribuídos à “ignorância de seus executores, que, desconhecendo o peso da cultura na alimentação, privilegiam exclusivamente os aspectos bioquímicos e nutricionais”, ao invés de, como geralmente o são, creditados às “superstições”, “pré-julgamentos” e “ignorância” das populações locais.

Qual a boa comida? O que se come em dias comuns, finais de semana, dias de festa? Que alimentos são considerados perigosos? Quais os alimentos tidos por saudáveis? E quais os proibidos? Homens, mulheres, idosos(as), jovens e crianças: quem come o quê?

A fome e a sede, necessidades vitais, são formuladas e satisfeitas em termos culturais, sociais e históricos. Daí a diferenciação, estabelecida por DaMatta (1987, p.22), ao analisar o caso brasileiro, entre alimento e comida: “toda substância nutritiva é *alimento*, mas... nem todo alimento é *comida*”.

Ou, como explica Maciel (2001, p.149),

A escolha do que será considerado “comida” e do como, quando e por que comer tal alimento, é relacionada com o arbitrário cultural e com uma classificação estabelecida culturalmente. A cultura não apenas indica o que é e o que não é comida, estabelecendo prescrições (o que deve ser ingerido e quando) e proibições (fortes interdições como os tabus), como estabelece distinções entre o que é considerado “bom” e o que é considerado “ruim”, “forte”, “fraco”, ying e yang, conforme classificações e hierarquias culturalmente definidas.

Assim, o quê se come, com quem se come, quando, como e onde se come, as escolhas alimentares, enfim, são definidas pela cultura: “o homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence” (GARINE, 1987, p.4).

*Dize-me o que comes, e eu te direi quem és.* O adágio de Brillat-Savarin (1995), datado do início do século XIX – que, segundo Aymard et al. (1993, p.16), teria origem em um antigo ditado alemão, *Der Mensch ist was er isst*, cuja tradução seria “o homem é aquilo que come” –, indica que, perpassada por valores simbólicos, as escolhas dos alimentos podem indicar o *status* de um indivíduo em uma sociedade, assim como a cozinha de um grupo social, agindo na conformação da relação de pertencimento de seus membros, expressa sua identidade. Ou, nas palavras de Millán,

Na alimentação humana se materializa a estrutura da sociedade, se atualiza a interação social e sócio-ambiental, as representações sócio-culturais (crenças, normas, valores) que dão significado à ação social... dos que têm em comum uma mesma cultura. A abstração conceitual da *cultura* se concretiza no *prato*. (MILLÁN, 2002, p.277-278, grifos do autor)

Mas, se as classificações, práticas e representações que caracterizam um sistema culinário agem na incorporação do indivíduo a um grupo social, também se pode afirmar que, ao se alimentar, o indivíduo incorpora as propriedades do alimento. Temos aí o *princípio da incorporação*, como proposto por Fischler (1993a, p.66-70). Para esse autor, a *incorporação*

é o movimento através do qual fazemos o alimento transpor a fronteira entre o mundo e nosso corpo... incorporar um alimento é, em um plano real, como em um plano imaginário, incorporar todas ou parte de suas propriedades: tornamo-nos o que comemos. [...] É certo que a vida e a saúde da pessoa que se alimenta estão em questão cada vez que a decisão de incorporação é tomada. Mas também está em questão seu lugar no universo, sua essência e sua natureza, em uma palavra, sua própria identidade: o objeto incorporado intempestivamente pode lhe contaminar, lhe transformar... (FISCHLER, 1993a, p.66; 69)

Dessa forma, sugere Fischler (1993a, p.70), se o alimento constrói a pessoa que o ingere, é compreensível que esta busque se construir no ato alimentar. Daí o autor deduz a necessidade vital de identificação dos alimentos, fonte principal da atual ansiedade em relação à alimentação, indagando:

Se não sabemos o que comemos, não se tornaria difícil saber não somente o que nos tornaremos, mas também o que somos? (FISCHLER, 1993a, p.70)

É a partir desse quadro interpretativo, refletindo sobre a comida industrializada das sociedades contemporâneas, que Fischler (1993a, p.218) cunha a expressão Objeto Comestível Não Identificado (OCNI), uma transposição jocosa, para o tema alimentação, do termo utilizado em referência a discos voadores, artefatos produzidos por seres de outros planetas, Objetos Voadores Não Identificados (OVNI).

E será através da análise de alguns exemplos que evidenciam a ansiedade dos moradores de Porto Alegre entrevistados ante a presença de elementos desconhecidos nos alimentos a eles disponibilizados, ou, mais precisamente, através de associações construídas a partir desses exemplos, que buscaremos, ao longo deste Capítulo, analisar suas percepções referentes aos alimentos transgênicos.

## 4.2. O paradoxo do onívoro e o desconhecido na comida

A ansiedade humana em relação à alimentação teria origem, segundo Fischler (1993a, p.62-66), no *paradoxo do onívoro*, manifestando-se através da ambivalência entre neofilia e neofobia.

Ou seja, o ser humano, para satisfazer suas necessidades nutricionais, precisa introduzir alimentos variados em sua dieta. Mas, ao mesmo tempo, depara-se com os perigos oferecidos por novos alimentos. Inovação e prudência seriam, desse modo, características contraditórias do onívoro em suas escolhas alimentares.

Cabe aqui uma precisão, explicitada por Ferrières (2002, p.13), em seu estudo sobre a história dos medos alimentares a partir da Idade Média. Enquanto o medo seria referente a um objeto conhecido e claramente identificado, a angústia, a ansiedade, mais difusas e difíceis de suportar, seriam suscitadas pelo desconhecido.

A inquietação diante dos alimentos modernos, gerada por acréscimos em sua composição – conservantes, corantes, agrotóxicos, aditivos etc – ou por novos processos de transformação, é atestada pela multiplicação, nas últimas décadas, de rumores alimentares (FISCHLER, p.218).

O caso do forno micro-ondas parece constituir um bom exemplo disso, como demonstram Champion-Vincent e Renard (1998, p.223-227), ao analisar a difusão de lendas urbanas sobre o tema.

Esses autores identificam na rapidez do cozimento, no aquecimento dos alimentos do interior em direção ao exterior e na invisibilidade das ondas, que caracterizariam a ação do forno micro-ondas como inversa ao modo de funcionamento dos fogões convencionais; bem como no fato de as recomendações de emprego do equipamento serem precedidas por uma série

de restrições – como o não emprego de metais e a não introdução de ovos ou outros alimentos com cascas, sem que perfuradas, sob risco de explosão –, os elementos que conformam a usual desconfiança em relação ao forno micro-ondas.

Essa desconfiança, sugerem, poderia ser considerada uma metonímia da desconfiança em relação aos hábitos alimentares modernos: os pratos congelados seriam, assim, contestados em nome dos pratos tradicionais (CAMPION-VINCENT; RENARD, 1998, p.224-225).

Em pesquisa etnográfica realizada na França, Colette (2000), discutindo as representações relacionadas ao uso do forno micro-ondas, evidencia o receio, entre usuários do equipamento entrevistados, de absorção de alimentos tornados nocivos sem que o aparentem.

Em rápida investigação na internet, pode-se encontrar alguns *sites* brasileiros que mostram que o mesmo tipo de temor – e de rumor – está presente também entre nós.

É o que se pode observar na nota, reproduzida a seguir, que alerta quanto ao risco de acidentes que, supostamente, seria decorrente da utilização do equipamento no aquecimento de água<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> O tema perigos oferecidos pelo aquecimento de água em forno micro-ondas apareceria em vários outros *sites*. Ver, por exemplo: <[http://www.bombeiros.com.br/micro\\_agua.php](http://www.bombeiros.com.br/micro_agua.php)> e <<http://www.netmarkt.com.br/aprendendo/apre1.html>>. Acesso em: 26 jul. 2003.

**Esta informação é importante para alertar qualquer pessoa que utilize o forno micro-ondas para aquecer água**

O seguinte relato ocorreu com um jovem em Inglaterra: Há cerca de 5 dias o meu filho, de 26 anos de idade, decidiu tomar um café instantâneo. Colocou, para aquecer no micro-ondas, um copo com água (algo que ele já tinha feito muitas vezes). Não sei ao certo para quanto tempo programou o cronômetro do micro-ondas, mas ele queria tirar a água a ferver. Quando o cronômetro desligou, abriu o forno e retirou o copo. Quando olhou para interior do copo, reparou que a água não estava a borbulhar, mas subitamente, a água "explodiu". O copo manteve-se intacto e a água saltou, atingindo a sua cara, que ficou com queimaduras de 1º e 2º grau, podendo vir a ficar desfigurada. Pode também vir a perder parte da visão da sua vista esquerda. No hospital, o médico que o assistiu confirmou que esta é uma ocorrência bastante comum.

Explicação científica: A água explode porque o forno micro-ondas aquece-a a uma temperatura superior a 100°C. Quando a água é aquecida numa chaleira, no fogão, o fundo está a uma temperatura superior a 100°C, desencadeando a formação de bolhas de vapor que sobem até à superfície, aumentando as trocas de calor, e permitindo que a água se mantenha a 100°C. No forno micro-ondas, a água é aquecida, mas o recipiente não é, pelo que não se desencadeia a formação de bolhas que permitiriam arrefecer a água. Assim, a água é aquecida a uma temperatura bastante superior a 100°C, ficando à espera que algo desencadeie a formação de bolhas. (Se aparecerem algumas bolhinhas significa que a água está a uma temperatura de tal forma acima de 100°C, que as bolhas se formam espontaneamente). Quando, por agitação ou adicionando açúcar ou café, se desencadeia a formação de bolhas, isso ocorre com tal intensidade que resulta numa explosão da água, a uma temperatura elevadíssima, que pode provocar queimaduras graves.

Recomendação: Nunca se deve aquecer no micro-ondas recipientes só com água, sem mais nada. Deve colocar-se alguma coisa dentro do recipiente para difundir a energia, tal como uma colher de pau ou um saco de chá, etc. Mesmo assim, a opção mais segura continua a ser aquecer água no fogão!

**Passe esta informação para a sua família e amigos**

**Quadro 42 – Relato de acidente supostamente ocorrido a partir da utilização de forno micro-ondas**  
Disponível em: <<http://www.vivematural.com.br/cuidados/micro.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2003

Ao mesmo tempo em que manuais de instrução de fornos micro-ondas disponíveis no mercado brasileiro empenham-se em remarcar como saudáveis os alimentos preparados nesses aparelhos, encontra-se, por exemplo, *site* que, entre os “quarenta itens para uma vida natural”, recomenda a restrição do uso de forno micro-ondas, explicando que, diferentemente do que ocorreria nos processos de cocção tradicionais, sua utilização seria não apenas ineficaz na higienização dos alimentos, como também responsável por transformações que lhes confeririam toxicidade.

O forno de micro-ondas pode desenvolver aminoácidos tóxicos para o rim e o fígado em alimentos como o queijo, leite, carne e peixe. Ele não dá aos alimentos uma temperatura uniforme capaz de eliminar todas as bactérias<sup>71</sup>.

Não cabe aqui analisar os princípios de funcionamento do forno micro-ondas, ou eventuais riscos oferecidos pelo uso da tecnologia, mas sim perceber as inquietações geradas por um método de processamento de alimentos cuja ação é, para seus usuários, não familiar.

Retomando o estudo de Colette (2000, p.121-122), a autora resgata uma pesquisa que mostra que, entre os franceses<sup>72</sup>, em aproximadamente 80% dos casos, os fornos micro-ondas são utilizados apenas no aquecimento de líquidos ou pratos anteriormente preparados, ou no descongelamento, indicando que esse tipo de emprego do equipamento parece ser percebido como “um mal menor frente ao receio de um cozimento em profundidade”, considerado “fonte de todos os perigos”.

Como expresso por uma das informantes entrevistadas por essa autora:

*Penso que, de algum modo, é nocivo. Os nêutrons, ou sei lá o quê, eles penetram no interior da carne... eu não quero que isso entre no interior dos alimentos. É por isso que eu apenas aqueço rapidamente, de manhã, o café. (COLETTE, 2000, p.121)*

Haveria, assim, nesse tipo de utilização do forno micro-ondas – aquecimento e descongelamento –, o que Colette (2000, p.121-122) interpreta como uma acomodação com a angústia: “as ondas maléficas utilizadas por alguns segundos não poderiam causar tanto mal, em comparação com sua utilização por longo tempo, em sua ‘força’ máxima”.

---

<sup>71</sup> Disponível em : <<http://www.orientacoesmedicas.com.br/40%20itens%20vida%20melhor.asp>> Acesso em: 30 jun. 2003.

<sup>72</sup> Em 1998, estimava-se que metade dos lares franceses eram equipados com forno micro-ondas (COLETTE, 2000).

O estudo comentado, que analisa as representações de franceses a respeito do forno micro-ondas, é particularmente interessante à análise que aqui se desenvolve pelas coincidências que apresenta em relação às visões expressas pelos moradores de Porto Alegre entrevistados para esta pesquisa.

*Eu não tenho micro-ondas, eu não tenho computador, eu não tenho Net, todas essas novidades assim, não me atraem. Micro-ondas não me atrai. (Olga)*

*Dizem que dá, como é que é, catarata? (Cleusa)*

*Não uso, nunca usei, e não pretendo usar. Não gosto... prá mim altera o gosto, congelar. Não tenho micro-ondas em casa. Não gosto de micro-ondas, acho muito artificial. Acho que a comida tem que ter seu tempo de maturação no cozimento. (Gilberto)*

Assim, seja por tecnofobia, seja por receio de possíveis danos à saúde, seja por desagrado diante de processo de cocção diferente do convencional, o forno micro-ondas seria, para alguns dos entrevistados, alvo de desconfiança e mesmo rejeição.

Dos vinte e cinco informantes de Porto Alegre, dezesseis possuem – ou já possuíram – fornos micro-ondas, sendo que, dentre esses, uma única entrevistada declararia utilizá-lo, eventualmente, na preparação de pratos, todos os demais afirmando empregá-lo estritamente para aquecer ou descongelar alimentos.

*Cada um come num horário aqui em casa, e fica difícil, uns que nem querem esquentar a comida, de preguiça... Então optei em comprar... prá resolver esse problema. Mas preparar outras coisas, não. Cada um faz seu prato e aquece... Só prá isso. (Luisa)*

*A minha mulher faz a comida, e põe na geladeira. Aí eu vou ali... sirvo um pouco de cada um, gelado. Põe no micro, num minuto está aquecidinho. A base do micro-ondas aqui em casa é isso aí, prá esquentar. (Armando)*

*Prá dar uma esquentada em uma coisa, tipo assim um pratinho de sopa só prá mim, quando eu estou sozinha em casa. Se eu quero descongelar alguma coisa rápida, eu descongelo. Mas prá cozinhar, por exemplo, fazer uma comida lá dentro, como tem gente que faz bolo, pudim, eu não uso, não faço. (Lourdes)*

*É mais prá aquecer... Não se tem o hábito de usar micro-ondas como uma ferramenta prá cozinha. Prá fazer a comida, não.*  
(Jorge)

*Só prá esquentar comida. Comida ou leite. Fazer a comida, eu não gosto. A comida, não. Até porque se tu faz na panela, tu já pode botar um temperinho ali, tu já mexe, na hora. No micro não, tu tem que botar ali, espera aquele tempo, vai lá, vira... Eu não gosto. E não fica tão gostoso. E dizem que não é muito saudável, também, fazer comida no micro-ondas. Já ouvi várias vezes. Eu não sei o que é que tem, agora não me lembro mais, mas diz que não é saudável fazer comida ali dentro. Nem muito esquentar, mas esquentar é só botar ali um pouquinho.*  
(Margarida)

A utilização do micro-ondas parece, assim, entre os informantes, estar associada a uma forma de individualização da alimentação, relacionada a uma temporalidade em que, em meio à correria do dia-a-dia, os diferentes membros da família se alimentam isoladamente<sup>73</sup>. Para os moradores de Porto Alegre entrevistados, o micro-ondas parece não ser adequado à preparação propriamente dita das refeições, ato que estaria relacionado à comensalidade familiar.

Ainda, como evidenciado na fala de Margarida, que considera que utilizando o micro-ondas apenas “um pouquinho”, para aquecer os alimentos, estaria evitando os malefícios que o equipamento causaria caso empregado na preparação de pratos, as restrições ao uso do equipamento, expressas em alguns dos depoimentos dos moradores de Porto Alegre, seriam extremamente semelhantes às manifestadas pelas entrevistadas de Colette (2000).

---

<sup>73</sup> Diferente da individualização das práticas alimentares descrita por Chevalier (1997, p.74), em seu estudo sobre o caso inglês. Nele, a autora destaca observar que os membros de uma família, sentando-se juntos à mesa, consomem refeições cujos cardápios podem ser diferentes.

*Eu tinha um, mas eu me desfiz logo... Dizem também, quando abrir, não ficar exposto na frente, não tenho explicação... Você tem [forno micro-ondas]? [Eu tenho, faz pouco tempo] Tem que cuidar muito, e também sempre tapar quando põe dentro, porque os raios pegam. [...] Tenho o forninho Fischer [forno elétrico]. Esse eu gosto. Eu faço pão. Asso minha carne, também. (Vanilde)*

O depoimento de Dona Vanilde, que se desfizera do eletrodoméstico por considerá-lo perigoso, parece ser particularmente ilustrativo das representações em torno do forno micro-ondas. Enquanto o forninho elétrico realiza a cocção de forma similar à realizada pelos fogões tradicionais, a gás ou a lenha, o mesmo não se pode afirmar em relação aos “raios” do micro-ondas, cuja ação sobre os alimentos não é familiar.

Temos, assim, que, no processo de transformação dos alimentos, o elemento desconhecido presente na ação do forno micro-ondas, seria, também entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, motivo de ansiedade.

O mesmo tipo de reação seria verificada em relação a vários produtos alimentícios, ofertados atualmente nos supermercados. Vejamos.

*Extrato de tomate, eu não compro. Eu vou na polpa de tomate, se eu quero engrossar meu molho... porque tem muito aquelas porcarías. Quer ver? Já te digo, olha aqui [a informante mostra a embalagem, que buscara no armário, embaixo da pia]. Eu compro a polpa de tomate. [...] Aqui não diz a composição? Vamos ver: tomate, açúcar e sal! Mas se tu pegar um extrato de tomate no supermercado, tu olha o quê que tem! Um monte de coisa: conservantes, acidulantes, expectorantes [sic], não sei mais o quê. (Lourdes)*

*Os enlatados, eu compro, mas morro de medo! [...] Parece assim que eu penso “ah, aquela coisa ficou ali dentro tanto tempo!”. Que nem o milho verde, que eu adoro, prá por numa salada. Às vezes eu abro, e dá vontade... [gesto significando ato de jogar fora]. (Clara)*

*O amaciante de carne... na verdade, a base dele é semente de mamão. Mas tem outras coisas misturadas. Porque nada que tu compra engarrafado, ou num vidro fechado, é totalmente natural (risos). (Karen)*

*Até que chega no supermercado, até que o cara compra, o produto passa por muitas coisas, e o cara não sabe por onde ele passou [...] Muitas coisas eles botam ali no produto [inscrições nos rótulos], porque a lei exige, mas quem me garante aquilo lá? Eu não tenho condições de analisar. Eu sou um cara muito desconfiado. (Álvaro)*

*Teria que se ver a proveniência de certos produtos. A carne, por exemplo, a qualidade, se vem de abatedouros clandestinos, sabe Deus como é que é isso! (Carla)*

*O Carrefour, tudo é marca Carrefour. Eu não sei quem produziu aquele óleo, não sei quem produziu aquele iogurte, é tudo marca Carrefour. O Big também, já está fazendo isso, o Nacional também. Então as marcas estão sumindo atrás de um rótulo, então eu não sei quem produziu aquilo. Eu não compro, eu vou atrás da marca. Não vou no Carrefour porque eu não gosto de comprar o que eu não sei o que estou comprando. (Luisa)*

A composição dos alimentos, seu processamento e procedência, bem como a trajetória que percorrem até serem colocados à disposição dos consumidores, ou, mais precisamente, o fato de serem obscuros, seriam, assim, como apontado pelos informantes, fonte de desconfiança.

Nas sociedades urbanizadas, em que ocorre o aprofundamento da separação entre produtor e consumidor, o processo de produção é, cada vez mais, distante do *consumidor puro* (CAZES-VALETTE, 1997, p.212).

Aqui cabe uma observação. Referente não a qualquer morador de Porto Alegre entrevistado, mas a uma das famílias de agricultores – e, assim, não *consumidores puros* – com quem conviveria durante a pesquisa de campo na região norte do Estado, a família de Neusa.

Demonstrando como se faz a polenta, e lembrando como era feita na época de sua infância, Neusa contaria que sua filha não suporta o prato. De modo perspicaz, a agricultora relacionaria a recusa da moça ao alimento à sua rejeição à vida rural.

Em um meio em que, como escutei contar, uma moça amaldiçoa outra dizendo “*tu há de casar com colono*”, pode-se perceber, na geração que pretende deixar o campo, a rejeição não aos alimentos industrializados, mas sim àqueles que, como a polenta, condensariam a *identidade colona*.

Do mesmo modo, Dona Lúcia, a agricultora que me hospedou em sua casa, durante a pesquisa realizada na região centro-sul do Estado, ao preparar para a janta a sopa de legumes, acrescentaria aos vegetais, colhidos na horta, um resto de sopa de pacote, comentando a respeito: “*a gente não sabe o que eles põem dentro, mas são boas essas sopas!*”.

A menção, aqui, à rejeição da filha de Neusa à polenta, bem como ao entusiasmo de Dona Lúcia em relação à mistura pronta para sopa, tem por objetivo indicar a diferenciação entre as percepções de agricultores e citadinos – esses *consumidores puros* – diante dos alimentos industrializados.

Voltando ao processo – urbano – de constituição do *consumidor puro*, temos que ocorre ao mesmo tempo em que, ao longo do século xx, intensificava-se a transformação industrial dos produtos agropecuários e a indústria agroalimentar torna-se capaz de, através de técnicas e métodos desenvolvidos, criar novos produtos, “cuja forma física e aparência disfarçam suas origens industriais e os põem em competição direta com produtos de safras prontamente identificáveis e alimentos *in natura*”. Esse processo – que tem na margarina um caso exemplar – foi denominado, por Goodman et al. (1990, p.77), de *substitucionismo*.

Temos, ainda, a considerar, a crescente expansão, a partir dos anos 1960, da variedade de produtos alimentícios disponibilizados ao consumo (WARDE, 1997, p.178-179). E, também, como sinalizado por Rial (1996), referindo-se às populações urbanas dos países desenvolvidos, as significativas alterações ocorridas no modo alimentar.

No passado, a alimentação era fortemente determinada geograficamente (por exemplo, produtos regionais dificilmente encontráveis em outros lugares), temporalmente (produtos de estações do ano) e simbolicamente (imperativos religiosos que determinavam tabus alimentares). As ocorrências alimentares serviam para pontuar a jornada, interrompendo o trabalho e instaurando uma atmosfera de sociabilidade, freqüentemente familiar. [...] Estamos longe dos imperativos sazonais e religiosos que limitavam o leque de opções e a multiplicação dos contatos alimentares se fez acompanhar das opções colocadas a nossa disposição. Assistimos a uma ampliação da variedade de produtos e da possibilidade de encontrá-los em lugares muito distantes de sua origem e em qualquer período do ano. Por outro lado, a dualidade simples trabalho-reposo parece ultrapassada no mundo moderno. [...] O número de vezes em que se absorve alimentos ultrapassa de longe o número de refeições de outrora. (RIAL, 1996, p.95)

Dessa forma, a partir da multiplicação das opções alimentares e alterações ocorridas no modo alimentar, da constituição do *consumidor puro*, bem como do processo de *substitucionismo*, ou melhor, da atualização que acarretam ao *dilema do onívoro*, podemos apreender a ansiedade urbana contemporânea diante da alimentação moderna.

O que é misturado ao pó, que se transforma em sopa? O que é acrescentado aos grãos de milho verde, para que se conservem por tanto tempo na lata? Ou ao leite de caixinha, para que demore tanto a estragar? Com o quê é alimentada a galinha, cujos pedaços congelados são oferecidos ao consumo, acondicionados em bandejas, envoltas por filme plástico?

Fontes de desconfiança e ansiedade, os Objetos Comestíveis Não Identificados são, freqüentemente, apontados como causa de doenças.

*Os produtos, em geral, sempre eles têm produtos químicos, que nem conservantes. Isso bem não faz. Então, tu pode cuidar que, hoje em dia, tudo que tu compra no supermercado, a maioria tem conservante. Tu vai ver as doenças que existem hoje em dia, são doenças que há cinqüenta, cem anos atrás, não existiam. (Denise)*

*A pessoa, às vezes, anda com problema na cabeça, não sabe o que é, sente tontura, sabe lá o quê... Esse negócio mesmo, essa coisa do coração, esse sangue grosso... isso tudo vem a ser dessa coisa. Tem a ver com a comida, com a alimentação... essas coisas que intoxicam muito, é muito grosseiro essas ração que dão [para as galinhas]. Não se sabe o que é que tem, não se sabe mesmo. (Angelina)*

Temos que entre os produtos alimentícios geradores de desconfiança, a galinha parece ser, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, um dos principais objetos de preocupação, o que talvez possa ser interpretado levando-se em conta que sua carne é uma das mais amplamente consumidas<sup>74</sup>, e considerando-se que as carnes estão situadas entre os elementos que cumprem papel mais decisivo na alimentação, uma vez que conferem “especificidade, continuidade e estabilidade ao sistema alimentar” (ARNAIZ, 2002, p.36).

*As galinhas ficam ali, presas, só comem ração, então não têm vitamina, os ovos não têm muito valor. [...] Galinha do super, a gente não compra. [...] Coitadas, as galinhas não têm liberdade. A gente vai comer uma galinha triste? Por causa disso que a gente não come. (Dirce)*

*Tanto eu como as minhas filhas, a gente até prefere o ovo colhido. [E por que a senhora acha que esse ovo é melhor que o do supermercado?] Ah, não tem dúvida, porque a galinha, as galinhas de casa, ela come um prato mais selecionado, e a do mercado, essa ração, que já vem com tantas misturas, que é só prá produzir mais, ou coisa assim. [...] Até a geminha do ovo, desse de casa, é mais vermelhinha. É outra coisa, não tem dúvida. (Laura)*

*A própria carne de galinha... a gente vai fritar uma carne, fazer uma galinhada, quando vai ver, está tudo desmontado, né? (Vanilde)*

*Galinha de supermercado, eu não gosto. Ela [a esposa] às vezes compra, mas eu não como. Posso comer uma asinha, coxa e sobrecoxa eu não como. Peito eu como, mas as coxas e sobrecoxas têm um gosto! A carne que está grudada nos ossos, tem uma cor preta, estranha. Tem um gosto horrível! (Armando)*

---

<sup>74</sup> No Brasil, o consumo anual *per capita* de carne de frango é estimado em 30 quilos, sendo inferior apenas ao consumo de carne bovina, estimado em 36 quilos/habitante/ano (GAGLEAZZI et al., 2002).

É bem verdade que esses quatro trechos de depoimentos seriam proferidos por informantes que têm sua origem no meio rural, o que nos poderia levar a interpretar seu desgosto ante os ovos e galinhas “de supermercado” como expressão de um sentimento de nostalgia – de fato, presente – de uma época e lugar em que as galinhas, criadas soltas, teriam fornecido carnes mais consistentes e saborosas, e, aos olhos de algum dos entrevistados, teriam sido, talvez, mais alegres.

É interessante observar que a crítica às condições em que são criados e abatidos os animais destinados ao consumo humano tem sido, há muito tempo, como já comentado no Capítulo 2, um dos argumentos utilizados por adeptos do vegetarianismo, chegando a se constituir, mais recentemente, em tema de mobilizações ocorridas em países desenvolvidos.

O bem-estar desses animais é tema de presença incipiente no debate brasileiro, mas nem por isso deixa de constar entre as sensibilidades dos entrevistados para esta pesquisa, como manifestado por Dirce, incomodada pela falta de liberdade das galinhas criadas confinadas, ou por Dona Angelina, ao comentar como o churrasco, seu prato predileto, imprescindível nas comemorações em família, teria, para ela, perdido o encantamento.

*[Como é a comida de festa?] Aí a gente faz churrasco, geralmente. Eu fazia churrasco toda semana, mas aí eu quis mudar, então eu disse assim que eu ia fazer economia. Mas não é que seja mais econômico, é que eu quis parar um pouco. Nós estivemos num matadouro por aí, e eu vi como é que mata o gado. Aquilo ali, eu não fiquei mais encantada pela carne. [...] Eu vi o jeito de eles matarem o gado. A gente se apavora. Eu acho que por isso tem gente que não come carne, porque a carne, sempre foi sacrificado o animal, pro bem da gente, né? Eles botam, guria, dão um choque na vaca, ah, eles encerram todas elas assim... tem um homem assim com um pau, na ponta do pau, tem um fio de luz, então eles vêm com aquele fio, e toca no boi. Eles vêm com aquele fio, e toca na vaca aquele fio elétrico, dá aquele choque! Ela dá um berro assim, e vem, e vem, e vem, e vai caindo lá naquele negócio lá, e fica daquele jeito, assim, prá morrer. E eu vi aquilo, e não me encantei mais por carne, não pude mais. Não me encantei mais por carne depois que eu vi isso aí. E todo bicho. Tu vê o peixe, o peixe é um bicho enganado. Porque botam a isca lá, coisa de comer! Pegar pela comida o animal! Ele está com fome, ele vem prá*

*pegar aquilo ali, e pegam ele, o peixe. A galinha, está ali caminhando, cantando, quando vê, ela está deslocada, está morrendo prá gente comer ela (risos). Então a ovelha, coitadinha, diz que sempre que a ovelha vai morrer, ela berra ali, aqueles gritos. O porco, nem se fala, é daquele jeito, o porco. Então, eu acho certo, eu não vou passar sem comer carne, mas não morro de amores mais pela carne. Mas se é tempo de festa, a gente faz churrasco, sempre. Ah, sempre que estamos juntos [a família], é churrasco, e muita alegria. (Angelina)*

Retomemos as desconfianças em relação às galinhas “de supermercado”.

*Eu procuro comprar frango de granja [granja em que não são empregados métodos intensivos de criação], que é bem mais caro. Esse frango da [nome da empresa], a gente sabe que as galinhas são tratadas com hormônios. Elas antes demoravam seis meses prá tu matar. Agora, tu come em 30 dias uma galinha, desse tamanho! Por que? (Lourdes)*

*Ah, coisa boa! Aqueles [ovos] são ótimos, caseiros. Tem uma mãe de um colega da Gisele [filha da informante] que tem. Volta e meia, eu pego dela. Ah, é bem laranja, aquela geminha! Fazer uma maionese, fica bem amarela! O bolo, bem amarelão, muito mais! (Sônia)*

A aversão às *galinhas modernas* estaria, assim, também presente em depoimentos de informantes nascidos em Porto Alegre – como Lourdes e Sônia –, mas, ainda, em programa televisivo de audiência nacional, exibido em horário nobre, pela emissora de televisão de maior audiência do País.

Refiro-me, aqui, ao programa humorístico semanal “A Grande Família”, especificamente ao episódio exibido, pela Rede Globo, em 10 de abril de 2003.

O conteúdo veiculado nesse episódio seria objeto de contestação pelo Presidente da União Brasileira de Avicultura, em carta dirigida ao ator Marco Nanini, datada do dia 14 do mesmo mês e ano, divulgada – especialmente

entre médicos veterinários – através da internet<sup>75</sup>, cujos principais trechos são reproduzidos a seguir.

Prezado Senhor,

No programa "A Grande Família" levado ao ar no dia 10-04-03, o personagem interpretado por Vossa Senhoria fez referências ao frango de granja [granjas em que são empregados métodos intensivos de criação], que seria o responsável pelo aumento dos seios de outra personagem e que isso seria devido à utilização de hormônios na criação dessa ave, o que é absolutamente falso.

Reconhecemos que pessoas mal informadas, e até mesmo profissionais da área médica, às vezes fazem esse tipo de afirmação, sendo que isso é resultado do desconhecimento de como os frangos de corte são produzidos atualmente. O rápido crescimento dessas aves se deve ao trabalho de seleção genética apurada, alimentação balanceada e manejo adequado e não à utilização de hormônios. Estes, além de proibidos no Brasil, seriam completamente ineficazes se fossem utilizados na criação de frangos, uma vez que não haveria tempo hábil para a sua atuação, devido ao período de vida curto dessas aves que, geralmente, são abatidas com cerca de 42 a 45 dias de idade. Acresce-se ainda a inviabilidade do ponto de vista econômico, devido ao alto custo dos hormônios em relação ao preço do frango.

Assim, uma afirmação como esta, feita em um programa de alta audiência, como é o caso da "Grande Família", e por um personagem Médico Veterinário com atuação em Saúde Pública, certamente gera mal-entendidos nos telespectadores, com prejuízos para a avicultura brasileira, que é uma atividade altamente tecnicizada e competitiva. [...]

Diante do exposto, apelamos para o espírito público de Vossa Senhoria para que o mal-estar causado na comunidade avícola seja, de alguma forma, reparado em programas futuros, desfazendo esse equívoco, a fim de evitar deseducar a população e causar prejuízos para a produção dessa fonte de proteína de qualidade, barata e tão importante para a alimentação de nosso povo. [...]

**Quadro 4.3– Trechos da carta do Presidente da União Brasileira de Avicultura, contestando informação veiculada sobre suposta utilização de hormônios na alimentação de frangos**

No episódio mencionado, teria havido, então, referência à utilização de hormônios – contestada na carta – na criação industrial de galinhas, bem como a supostos efeitos que a ingestão dessa carne teria no organismo humano.

<sup>75</sup> SAÚDE Animal. Lista mantida pela Associação Brasileira de Saúde Animal, no Yahoo Grupos Brasil. Disponível em <saudeanimal@yahoogrupos.com.br>. Mensagem enviada em: 15 abr. 2003.

Tal ocorrência em programa televisivo evidencia a difusão, na sociedade brasileira, do receio existente em relação às galinhas ofertadas nos supermercados, mais especificamente no que se refere à composição de sua alimentação, ou melhor, ao que seria acrescido a ela e que, a partir da ingestão da carne, seria incorporado por quem a come.

Cabe esclarecer que, como afirmado na carta do presidente da União Brasileira de Avicultura, a utilização de hormônios não é permitida, no País, na criação de galinhas. Entretanto, a mesma carta omite que, na criação dessas aves, são correntemente utilizados antibióticos – que crescentemente vêm sendo banidos por mercados consumidores de vários países, como o Japão, e, a partir de 2006, o bloco europeu –, que, dependendo da dosagem empregada, agem como promotores de crescimento<sup>76</sup>.

As desconfianças – não totalmente desprovidas de fundamento, então – referentes ao que seria acrescido à alimentação das aves são tanto mais compreensíveis se levarmos em conta as impressões causadas pelo produto final.

Afinal, atingindo peso de abate em tempo muito inferior ao necessário às galinhas criadas soltas, as galinhas produzidas industrialmente oferecem carnes cuja textura e sabor são semelhantes, mas não iguais, às de suas antecessoras.

Talvez tenhamos aqui algo semelhante ao descrito por Cazes-Valette (1997), em seu estudo sobre as representações de consumidores franceses a partir da crise da vaca louca.

Analisando o comportamento dos consumidores em relação à carne bovina a partir da crise, a autora sugere que, convencido de tornar-se o que come, não é de se duvidar que o consumidor não deseje tornar-se “louco” (Cazes-Valette, 1997, p.208).

Como indicado por Millán (2002, p.291-292), também em estudo sobre o caso da vaca louca, a integração de novos alimentos – ou, poderíamos acrescentar, as alterações ocorridas nos alimentos – pode causar a desestruturação do sistema classificatório êmico e das características atribuídas aos objetos que compreende, repercutindo na cultura alimentar. Dessa forma,

Quando as coisas deixam de ser o que eram, se produz uma ruptura. A ambigüidade inquieta por sua indefinição, que obstaculiza a identificação do objeto e... do sujeito. [...] emerge a insegurança do ambíguo, tornando-se presente a angústia da mudança...

É bem verdade que, no que se refere às galinhas aqui comentadas, a situação seria distinta daquela analisada por esses autores, um contexto de crise alimentar, e em que há comprovação dos malefícios causados pela ingestão de carne infectada.

Entretanto, a ansiedade em relação às *galinhas modernas*, que tem como componente a desconfiança ante a presença do desconhecido enquanto ingrediente em sua alimentação, ou melhor, o temor decorrente dos supostos efeitos advindos de sua incorporação ao organismo humano, essa parece ser bem semelhante.

É assim que, em seu depoimento, Helena, natural de Porto Alegre, creditaria o fim precoce da infância da filha ao consumo de carnes contendo hormônios, alertando para os riscos da alimentação moderna, formulando, com suas próprias palavras, o que aqui foi descrito como *princípio da incorporação*.

*Os hormônios que dão prás galinhas, é uma coisa que me preocupa muito. Acho que por isso que eu tenho tanto nojo de galinha. Sabe, a Flávia [uma das filhas da informante] está com nove anos, e está aparecendo seio na Flávia, está com pêlo, está com tudo, e é muito cedo. Então eu não sei se essa alimentação que a gente está dando não tem a ver com isso. Todos esses hormônios que as galinhas, as vacas, tudo tem,*

---

<sup>76</sup> Frango sem aditivo ganha mercado: exportações da Alltech cresceram 30% com produtos de origem animal, **Gazeta Mercantil Sul**, 12 e 13/02/2002.

*né? [...] Eu noto que as crianças de hoje, elas estão com os hormônios... a adolescência delas está sendo muito precoce. [Tu achas que pode ter a ver?] Acho não, cientificamente está provado, que desde a ração do gado, hoje tem antibiótico, e tem hormônio. Essa resistência que nós estamos tendo... está provado isso, a tuberculose voltou com tudo, e voltou porque os antibióticos não fazem mais efeito, porque os antibióticos estão na alimentação do gado, na alimentação da galinha... Eu gostaria que a infância das gurias fosse mais longa, eu gostaria, né? Eu não posso mudar as coisas, mas... acho que tem que ter cuidado com isso aí, porque entra pela boca da gente, e vai prá todo o corpo, acho que a gente tem que ter mais cuidado. (Helena)*

É, ainda, interessante observar que um dos comentários de Helena, referente à suposta ingestão, também pelas vacas, de hormônios, chama a atenção. Isso porque, diferentemente do que se daria em relação às galinhas, pouquíssimos seriam os informantes a apresentar desconfiança em relação à carne bovina.

A insuspeição da carne bovina entre os moradores de Porto Alegre entrevistados poderia ser interpretada como decorrente dos métodos extensivos de criação de gado, amplamente empregados no Rio Grande do Sul.

Ainda, entre os gaúchos prato preferencial do almoço de domingo em família, o churrasco, também definido pela comensalidade, talvez deixe de ser objeto de suspeita exatamente por marcar as ocasiões festivas, sendo, assim, um prato carregado de afetos.

Como evidenciado por Eizner (1995, p.12), ao comentar a atualização, nas sociedades contemporâneas, da dualidade entre comida cotidiana e festiva, a alimentação festiva se distingue cada vez mais da alimentação cotidiana, não somente em termos de tipo de comida – o que não seria novo –, mas, na comensalidade e, sobretudo, em termos da *qualidade* dos produtos consumidos: o fresco em oposição ao industrializado, o cozido por oposição ao preparado rapidamente.

Ou, de outro modo, pode-se intuir que a principal causa dessa ausência de desconfiança esteja associada à emblematicidade do churrasco, prato que caracteriza o Rio Grande do Sul (MACIEL, 1996).

Sendo o churrasco condensador da identidade gaúcha, podemos supor que a contestação de sua integridade – decorrente de eventuais suspeitas dirigidas à carne bovina – corresponderia ao questionamento mesmo da identidade regional.

Se, como visto até aqui – mais detalhadamente através da análise das representações em relação ao forno micro-ondas e às galinhas “de supermercado” –, e interpretado a partir do *princípio da incorporação*, a presença de elementos desconhecidos na comida moderna gera, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, desconfiança e ansiedade, não é de surpreender que encontremos o mesmo tipo de reação diante dos alimentos transgênicos, resultantes, através de modificações genéticas, da introdução de genes estranhos aos vegetais habitualmente consumidos.

#### **4.3. Sujo e limpo: representações sobre a comida industrializada**

*Às vezes tu nem sabe o que está comprando. Não sabe de onde vem, se tem agrotóxico, não sabe o que eles colocam prá produzir. Não sabe se é limpo, não sabe se é sujo. (Cleusa)*

Como na fala de Cleusa, moradora de Porto Alegre, temos que à presença do desconhecido no alimento é associada a idéia de sujeira, associação que buscaremos, neste item do Capítulo, evidenciar e analisar.

Para tanto, iniciaremos o percurso da análise retomando o tema das galinhas. Mas, agora, galinhas criadas soltas, mais especificamente as que habitam o pátio de Dona Lúcia, a agricultora que foi minha anfitriã durante a pesquisa etnográfica realizada junto a agricultores da região centro-sul do Estado.

O almoço de domingo seria especial, pois contaria com a presença dos filhos do casal e suas famílias, que, residindo na região metropolitana de Porto Alegre, viriam comemorar com Dona Lúcia e Seu Adriano seu aniversário de casamento. Por isso, ela pedira ao marido que carneasse três galinhas.

Tendo em mãos as aves abatidas e depenadas, enquanto, na cozinha, desempenhava com habilidade as tarefas de limpeza e preparação das aves, Dona Lúcia conversava comigo. Foi então que, pela primeira vez, escutaria ser necessário “*limpar a galinha*” antes de seu abate.

Diante de minha surpresa perante tal afirmação, Dona Lúcia explicaria que, como a galinha, solta no pátio, “*come tudo que é porcaria*”, deve-se prendê-la, no mínimo um dia antes de sua morte, alimentando-a, então, com milho e restos de comida da casa.

Ela contaria que sua mãe costumava prender a galinha por três dias, ou por uma semana, antes que fosse abatida. E que, presa, alimentada com milho e restos de comida – ao invés de com o que conseguisse ciscar no terreiro –, a ave ganhava peso.

Indagada se essa seria uma prática usual nas redondezas, Dona Lúcia, com expressão de nojo, responderia que não, argumentando que, por isso, evita comer galinha em casa alheia: “*tem gente que pega a galinha no pátio e mata, o que é uma porcaria*”. O gosto, afirmaria, se sente na carne.

Foi então que escutei uma história. A história de um homem que, em visita a conhecidos, e tendo declarado que, para ele, a melhor parte da galinha era o pescoço, se veria em uma situação difícil. A galinha que seria servida no almoço fora pega no pátio. Um elemento importante: a história se passava “*no tempo que não tinha banheiro, que o pessoal fazia as coisas atrás da moita*”. À mesa, a galinha seria partida, e o pescoço, com deferência, servido ao convidado. Dona Lúcia não explicita verbalmente, mas deixa claro que o pescoço da galinha encontrava-se “recheado”, com excrementos humanos. Diante da situação no mínimo desagradável, o convidado lançaria mão de uma

artimanha. “*Naquele tempo*”, costumava-se atirar os ossos aos cachorros, que ficavam à soleira da porta, aguardando. Foi assim que ocorreria ao infeliz convidado chamar a atenção da família para algo que supostamente se podia avistar da janela, situada, na cozinha, do lado oposto ao que abrigava a porta. Enquanto todos olhavam pela janela, o pescoço de galinha seria atirado aos cachorros, porta afora.

A história narrada por Dona Lúcia – que, por seu enredo, características do protagonista e desfecho, bem poderia ser uma das aventuras de Nanetto Pipetta, personagem que parece ser emblemático das desventuras dos imigrantes de origem italiana no Rio Grande do Sul, e que será apresentado na análise desenvolvida no Capítulo 6 – evidenciava a pertinência da prática adotada por Dona Lúcia, e, antes dela, por sua mãe, de “limpeza da galinha”.

Presas alguns dias antes de seu abate, a ave teria sua alimentação controlada e, dessa forma, deixaria de ingerir “tudo que é porcaria” que pudesse encontrar no pátio, caso estivesse solta.

E, comendo apenas o que lhe seria fornecido – e, por conseqüência, conhecido e, assim, dentro da ordem –, tornando-se limpa, a galinha seria, também, mais saborosa.

Assim, para Dona Lúcia, agricultora, a presença do desconhecido na alimentação das galinhas seria associada à sujeira.

Do mesmo modo que, para Cleusa, moradora de Porto Alegre – cujo trecho de depoimento é reproduzido no início deste item –, podem ser sujas, impuras, as frutas e verduras que adquire no supermercado, cuja procedência e métodos empregados em sua produção desconhece.

No entanto, como evidenciado anteriormente, quando comentada a forma com que Dona Lúcia se refere à sopa de pacote – “*a gente não sabe o que eles põem dentro, mas são boas essas sopas*” –, para a agricultora essa associação entre desconhecido e sujeira não seria transposta para os produtos industrializados.

Já entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, muitos seriam os que manifestariam considerar sujos os produtos trazidos do supermercado.

*Chego em casa, tiro, lavo... Bah, não consigo nem ver! Nem um frango e nem outra carne sem lavar! Meto na pia, corto tudo, tiro, limpo, lavo direitinho e separo. [...] Eu tenho uma mania, eu passo um paninho umidozinho em tudo o que é saquinho, tudo o que é latinha, tudo que é coisa que eu trago [do supermercado]. Mas isso aí vai bem rapidinho, ainda. O que demora mais é ficar cortando as carnes, lavando, separando. (Margarida)*

No que se refere, particularmente, às frutas e verduras, inúmeros seriam os informantes que apontariam o descascamento e/ou lavagem como “medidas profiláticas” para evitar eventuais efeitos nocivos causados pela presença de impurezas – especialmente resíduos de agrotóxicos – nos alimentos.

*Eu tenho assim um pouquinho de pavor de alface, o alface cresce assim livremente, não sei em que horta, então lavar bem alface. [...] No restaurante [a informante almoça diariamente em restaurante a quilo], eu como pepino, rabanete, isso tudo é lavado, isso tudo é descascado, então ali não tenho medo. Agora, da alface eu tenho. [...] Eu não como uma fruta que eu não lave ela primeiro... Batatas, a [nome da empregada] faz batatas, eu faço ela lavar primeiro, antes de descascar. Então esse cuidado especial, da sujeira, de tudo que possa vir da horta, da terra, talvez contaminada, que a gente evita que isso entre em contato com as mãos, e também com a verdura. (Olga)*

*Meu pai não come, se ele vê tu comer um tomate com casca! Meu pai cuida muito isso aí, prá gente tirar, porque a concentração [dos agrotóxicos] está na casca. [...] Do tomate, eu tiro a casca, porque acho que fica meio indigesto. [mesmo prá salada?] Se eu fizer prá casa, eu tiro, se eu tiver visita, aí eu deixo... fica feio. Não é bem rigoroso o que eu controlo, mas se eu puder, eu dou uma controladinha. Isso aí eu aprendi com meu pai. Então eu lembro dele e faço. (Rosane)*

*O tomate me preocupa, que eles usam muito veneno, então a gente lava bem e, se eu faço molho de tomate, eu descasco, ponho na água quente, aí solta a casca, e tiro a casca. (Jorge)*

*As verduras, deixo de molho um pouco, prá sair o veneno. Eu ponho um pouquinho de vinagre, às vezes deixo só na água, porque a água elimina o veneno, né? Aí deixo de molho. (Marta)*

*As frutas que a gente compra no super, eu lavo tudo com sabão de glicerina. Pêssego, uva, essas coisas que a gente come assim. Banana eu não lavo, mas o resto, eu lavo tudo com sabão de glicerina. (Dirce)*

Descascando e lavando, os informantes considerariam ter, assim, expurgadas – física, mas também simbolicamente – as impurezas das frutas e verduras que consomem.

A força dessa noção pode ser percebida no depoimento de Rosane, que, creditando à ingestão de alimentos contaminados por agrotóxicos o fracasso de uma gravidez, atribui o êxito da gravidez que se sucederia aos cuidados então adotados, que consistiriam basicamente na eliminação das cascas dos alimentos.

*Tiveram que me tirar o nenê, tinha más-formações, mais de uma, uma síndrome. [...] Então, geneticamente, eles [os médicos] não acharam explicação, na medicina não acharam. Aí a única coisa que me disseram é que estava acontecendo muita coisa por motivo da alimentação, que eles não sabiam explicar, que deveria ser. [...] Na época, eles acharam que era pelo uso de agrotóxicos que estava nascendo crianças sem cérebro. [...] Aí quando eu tive a Jeanine [a filha caçula, com 14 anos à época da entrevista], eu comia tudo sem casca! Prá não ter agrotóxicos. [o médico mandou?] Mandou. Tudo, tudo sem casca. Aí da Jeanine eu tive esse cuidado, de tirar a casca de todos os alimentos, e cuidar bastante o que eu comia. Procurava comer tudo mais saudável. (Rosane)*

Cabe aqui esclarecer que, no que se refere aos agrotóxicos, em muitos casos sua ação é sistêmica, não se restringindo, desse modo, às partes externas das frutas e verduras. Assim é que, para cada pesticida, é estabelecido – mas comumente não respeitado – um prazo de carência, período que deve se interpor entre a aplicação do agroquímico e a colheita, tempo considerado suficiente para que seja atingido o nível de tolerância, isto é, a concentração máxima permitida de resíduos no alimento<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Métodos de controle usados no MIP. Disponível em: <<http://www.den.ufia.br/Professores/Ronald/ Disciplinas/Notas%20Aula/MIPFlorestas%20metodos%20controle.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2003.

Em seu depoimento, Rosane explicita que, ao descascar as frutas e verduras, eliminando, assim, suas impurezas, estaria tornando os alimentos saudáveis.

Inúmeros são os estudos – particularmente os que tomam por objeto a alimentação nos países desenvolvidos – que vêm apontando a crescente preocupação com a saúde nas escolhas dos alimentos, mas também com a boa forma, ou a adesão a novas morais alimentares<sup>78</sup>.

Mas o que aqui importa remarcar é que, como no depoimento de Rosane, o desconhecido, impuro, sujo, seria identificado pelos informantes também como não-saudável. Da mesma forma, podemos sugerir, que na interpretação construída por Douglas (1976) das prescrições alimentares contidas no texto bíblico, discutida no Capítulo 2.

Também Cleomar, que, adepta do Adventismo do Sétimo Dia, citaria o Levítico para explicar as restrições que sua religião estabelece em relação ao consumo de carnes, separando animais “limpos” de animais “imundos”, associaria a pureza do alimento – decorrente da ausência de “produtos químicos” – à saúde.

*Deus, desde o início, quando criou o mundo, se preocupou que as pessoas vivessem bem, e vivessem felizes, e com saúde. Que não adianta tu viver, mas sem saúde. Aí não teria alegria nenhuma. [...] Eu tenho como prá mim, que eu aprendi, o que eu acho que é errado em termos alimentares, o que eu acho que é certo. Acho assim que qualquer pessoa entende que os produtos químicos não fazem bem prá saúde. [...] Os produtos químicos, nossa! É super prejudicial, causa câncer, doenças as mais variadas, eu acho. Eu não entendo assim, que nem, uma pessoa que sabe, por exemplo, um agrônomo, ele sabe que aquele produto vai ser prejudicial pro alimento. E será que ele consome aquele alimento, que ele mesmo manda colocar esse produto químico? Então acho que isso é um crime contra a saúde do povo, né? (Cleomar)*

---

<sup>78</sup> Ver, entre outros: Pialt (1989), Fischler (1993a, 1994), DeFrance (1994, 1996), Nemeroff et al. (1996), Caplan (1997), Ossipow (1997a), Cohen (1998) e Ouédraogo (1998).

O desconforto de Cleomar ante a idéia de alimentos prejudiciais à saúde é tão significativo, que, afirmando considerar “*um crime contra a saúde do povo*”, expressa sua condenação aos que promovem a produção de alimentos contendo “produtos químicos”. A mesma indignação que estaria presente em seu comentário sobre os alimentos transgênicos:

*Eu já ouvi falar que é muito prejudicial prá saúde... acho que é uma mistura, não sei se é uma mistura... [...] É brabo, né? Não estão nem preocupados com a saúde do ser humano, é o ser humano destruindo o próprio ser humano. (Cleomar)*

Essa visão pode ser melhor entendida se levarmos em conta que, como evidenciado por Pacheco (2001) – no trabalho em que analisa, em duas diferentes comunidades da capital baiana adeptas do Adventismo do Sétimo Dia, as relações entre prática religiosa e hábitos alimentares –, na cosmologia adventista o alimento é

um meio para a conquista/manipulação da saúde do corpo tomado como templo do Espírito Santo, instrumento físico a serviço de Deus. Esta “máquina” precisa ser cuidada para funcionar bem, cumprir sua meta. A alimentação deve ser pautada pela necessidade e não pelo desejo, devendo o controle racional do comer subjugar os elementos emocionais. Assim, os princípios de alimentação fazem parte de um projeto mais amplo de racionalização da conduta com vistas a transformar o homem em instrumento de Deus e prova de sua glória. (Pacheco, 2001, p.158)

É assim que, tendo por norma que àquilo que se come cabe garantir a saúde do corpo, Cleomar afirmaria que a presença de “produtos químicos” nos alimentos – assim como a modificação genética – comprometeria sua função, tornando-os possíveis causadores de doenças.

Para melhor apreender a associação entre pureza do alimento e saúde, será interessante, ainda, analisarmos o caso relatado por Luisa e Paulo, a respeito do leite longa vida.

Mas antes, vale comentar que se, no Brasil, até o início dos anos 1990, o leite era predominantemente comercializado em embalagens plásticas – em 1990, 95% do leite fluido industrializado chegava aos consumidores

acondicionado em saquinhos –, em 2002, as embalagens longa vida responderiam por 74% de todo o leite fluido comercializado no País<sup>79</sup>.

A diferença dos processos de fabricação de um e outro produto, segundo a Associação Brasileira do Leite Longa Vida (ABLV), estaria na temperatura a que o leite é submetido. Enquanto que o leite de saquinho é pasteurizado, o leite de caixinha é submetido, no processo de ultrapasteurização, a temperaturas mais elevadas – e por isso denominado leite УНТ (Ultra High Temperature).

A essa diferença são atribuídas as propriedades de conservação do leite longa vida, que dispensa a fervura prévia e, antes de aberto, conserva-se por até 120 dias fora da geladeira.

Ainda, segundo consta no *site* da ABLV,

A ultrapasteurização e o envase asséptico permitem, que o Leite Longa Vida tenha um prazo de validade maior, *sem adição de qualquer agente conservativo*. Contrariando falsa crença popular, o formol e os antibióticos não são utilizados na conservação dos alimentos, nem do Leite Longa Vida, nem de qualquer outro alimento. O estabilizante é o único aditivo alimentar permitido no Leite Longa Vida natural. Algumas marcas de Leite Longa Vida utilizam Citrato de Sódio no produto, como estabilizante. O estabilizante não é conservante, e *não faz mal à saúde*. É um aditivo alimentar inócuo, que funciona como coadjuvante tecnológico na produção do Leite Longa Vida. A função do citrato de sódio é evitar a sedimentação do leite, sendo adicionado ao leite antes da ultrapasteurização. A adição é facultativa, ou seja, uma opção do fabricante. O citrato é um ácido orgânico presente naturalmente no leite. (grifos no original)

É interessante notar que, dialogando com as suspeitas, presentes na sociedade, de que ao leite longa vida seriam adicionados conservantes, a ABLV,

---

<sup>79</sup> Conforme informações da Associação Brasileira do Leite Longa Vida. Disponível em: <<http://www.ablv.org.br/index.cfm?fuseaction=sic>>. Acesso em: 4 jul. 2003.

que representa os fabricantes, agrega ao produto e ao estabilizante, cujo emprego é autorizado<sup>80</sup>, o adjetivo *natural*.

A grande maioria dos moradores de Porto Alegre entrevistados declararia sua adesão ao leite longa vida, vários deles citando como vantagens a possibilidade de estocagem do produto – que permite que a aquisição do leite seja incluída no rancho, a compra semanal ou mensal, realizada em supermercado – e, uma vez aberta a embalagem, sua maior durabilidade.

Entretanto, alguns deles manifestariam considerar o leite fluido oferecido em saquinhos de melhor qualidade, ou mais saudável.

*Gosto muito de leite, tomo semi-desnatado. [De caixinha?] De caixinha, porque eu posso estocar. Até faço iogurte em casa, mas daí eu prefiro fazer daquele leite de saquinho, não sei porque. [Fica melhor?] Fica, não sei porque, mas fica melhor. Eu acho melhor. (Nilza)*

*Leite? Leite eu prefiro o de saquinho. O de caixa a gente está comprando porque é desnatado. Hoje até a gente está com duas caixinhas de leite, por que? Porque o leite de saquinho não tem mais em todo lugar. No supermercado Santa Rita não tem, aqui perto. Eu tenho que ir no Zaffari ou no Nacional pra comprar leite de saquinho, então tem que pegar o carro pra comprar. Na padaria, lá embaixo, também não tem leite de saquinho. As padarias não vendem mais leite de saquinho. [E por que tu prefere o saquinho?] Porque não tem nenhum aditivo dentro, né? O outro, dizem que não tem conservantes, mas tem. Imagina, como é que um leite dentro de um troço não vai ter? Porque o outro é mais natural, é só pasteurizado, é o leite praticamente que está ali pra ti. (Lourdes)*

*[vocês compram de caixinha?] Não, o saquinho, que eu acho que é mais saudável, da vaquinha. Esses de saquinho. [...] Eu acho que esses outros, de caixinha, têm mais conservantes. Sabe porque não entra caixinha em casa? Não é por ser mais caro. É porque eu sinto um gosto de leite de soja, que eu não sei, eu acho que eles misturam. E porque a minha filha, ela tinha uns quatro, cinco meses, quando ela começou, eu amamentava... [...] Uma época que ia no Big, eu comprava duas, três caixas. E daí a minha filha começou a ter diarreia. E o outro menino começou a não se adaptar, também, com o de caixinha, e eu nunca gostei. E ele azedava assim mais rápido,*

---

<sup>80</sup> Observando o rótulo de uma caixinha de leite longa vida, da marca Piá, fabricado em maio de 2003, pode-se notar que, de fato, contém o estabilizante citrato de sódio.

*também. [O de caixinha?] O da caixinha. Quando eu fervia assim, eu sentia um gosto diferente, um gosto amargo, não gostei. Aí eu cheguei à conclusão... na caixinha, tem aqueles negócios assim de “H”, “V”, não sei o quê, aqueles conservantes, assim, eu nem sei o que é isso aí. E eu procuro sempre pelo mais saudável, né, consumir o que eu acho mais seguro assim prá saúde. Eu já nem consumo, já nem entra dentro de casa, o leite de caixinha. Eu prefiro o outro, eu acho que é um leite mais fresco, mais saudável, não vai tanto conservante [Mesmo que tenha que toda hora estar comprando?] Mesmo que tenha que toda hora, todo dia dois litros de leite, sempre, sempre. [...] Então eu sempre busco assim as coisas mais saudáveis, menos conservante, mais natural possível. (Cleomar)*

Dessa forma, para algumas das informantes, o leite de saquinho, especialmente a partir da ausência presumida de aditivos suspeitos – e nisso diferenciado do leite de caixinha –, seria considerado mais puro, saudável e natural. Cleomar chega a mencionar que esse seria o leite “da vaquinha”, como se o leite acondicionado em embalagens longa vida não o fosse.

Vejamos o caso narrado por Luisa e Paulo, cabendo mencionar que ambos definem-se como espiritualistas. Ele é kardecista, enquanto ela é umbandista, médium.

Segundo seu relato, toda a família, mas especialmente Paulo e uma das filhas do casal, manifestavam um problema de pele, de causa desconhecida.

Buscando diagnóstico para o problema, Luisa realizaria uma consulta espiritual.

*Eu trabalho numa casa espírita, eu sou umbandista, e lá eu perguntei, que tem a parte dos médicos também, entra na parte kardecista, mas eu perguntei não foi prá um médico, foi prá Mãe Oxum, uma entidade da umbanda. Aí eu perguntei prá ela, falei de umas coceiras, umas alergias, falei “não sei se vem dos cachorros, ou de alguma coisa que nós estamos comendo”. Eu até não estava sentindo coceira nenhuma, eu procurava pulga e não via, não via nada, mas como era muito seco, podia ser uma poeira, um cimento, nós estávamos mexendo com cimento. Aí ela disse que era do leite, que tinha um conservante que estava fazendo mal. O leite de caixinha, ele tem uns conservantes, umas coisas a mais ali, né? Então eles [o marido e a filha] observaram. Eu troquei de marca, mas não adiantou. Aí ele [o marido] comprovou, passou a tomar leite em pó, a Julia também. Eu continuei no leite de caixinha, porque não estava sentindo nada. (Luisa)*

*Na verdade, esse leite de caixinha, ele não azeda, não estraga. A gente deixa fora da geladeira, e ele não estraga. Então ele tem que ter conservantes fortes. (Paulo)*

No diagnóstico espiritual, a doença de pele teria sua causa, então, em algo que teria sido acrescentado ao leite longa vida, para garantir sua conservação.

Conforme narrado pelo casal, seguindo a recomendação de Mãe Oxum, o leite de caixinha seria eliminado da dieta de Paulo e Julia, que, assim, ver-se-iam curados do problema de pele.

Temos, assim, que não apenas os informantes identificariam no elemento adicionado ao leite a causa da doença, como o fariam a partir do parecer da entidade espiritual, o que indicaria, é interessante notar, que também a partir do plano espiritual, simbólico, a comida moderna seria identificada como contendo substâncias estranhas, sendo, então, percebida como potencialmente maléfica.

Dessa forma, tendo anteriormente evidenciado que a presença de elementos desconhecidos nos alimentos industrializados gera, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, desconfiança e ansiedade, pode-se agora, a partir da análise que acaba de ser apresentada, precisar que essa ansiedade é substanciada a partir da associação entre desconhecido e sujeira

– ou impureza, desordem –, por sua vez percebida como não-saudável, fonte de doenças.

Do mesmo modo – e, podemos sugerir, no campo do imaginário, a partir da mesma construção –, a maior parte desses informantes referir-se-ia aos alimentos geneticamente modificados como potencialmente prejudiciais à saúde.

#### 4.4. O natural e as representações do rural

*O molho, eu gosto de fazer, que daí faz do gosto. O molho pronto, geralmente tem uns gostos meio estranhos, eu não gosto. Gosto de pegar o tomate, cortar, fazer. [...] Não gosto muito de enlatados. [Por que?] Não sei, acho que o gosto não é tão bom. Acho que às vezes o gosto não é bom. Não é que tem gosto ruim, mas a gente nota que não é um gosto natural, altera o gosto do produto, isso eu não gosto. Gosto de sentir o gosto natural dos alimentos. (Gilberto)*

Como no depoimento de Gilberto – bem como nos de muitos outros moradores de Porto Alegre entrevistados, cujos trechos vêm sendo reproduzidos ao longo deste Capítulo –, a valorização do *natural* seria construída como reflexo da crítica ao *artificial*, qualificativo atribuído aos alimentos industrializados.

Ou, como sugerido por La Soudière (1995, p.158-160), temos que, como reflexo da desconfiança ante o *moderno*, o *natural* e o *rural* seriam identificados como autênticos.

As possibilidades de análise oferecidas por essa contraposição serão, neste item do Capítulo, exploradas.

Entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, as verduras adquiridas em supermercados seriam percebidas como “muito grandes”, “sem gosto”. A galinha congelada, “parece palha, fica desidratada”. Do leite, “tiram todos os nutrientes”. Os ovos, seriam considerados cópia dos “de galinha mesmo”.

Talvez algumas das declarações que afirmam a superioridade do sabor dos alimentos não-industrializados se constituam em reação a que poderia ser caracterizado como “gosto médio”, excludente de sabores fortes, proposto – como sugere Eizner (1995, p.14) – pela indústria agroalimentar.

Ou, como evidenciado por Álvarez e Pinotti (2000), em seu estudo sobre as mudanças e permanências nos hábitos alimentares dos argentinos,

a insipidez dos alimentos oferecidos pela indústria alimentícia e a sensação de insegurança provocada pela perda de controle sobre a cadeia de operações de produção e elaboração da comida, provocam o resgate de variedades vegetais, animais locais ou regionais e produtos artesanais... (ÁLVAREZ; PINOTTI, 2000, p.272)

Assim é que molhos e temperos prontos, pratos congelados, bolos e sopas pré-preparados, pães e massas industrializados, alimentos enlatados e refrigerantes, seriam – juntamente com outros itens, anteriormente mencionados – reiteradamente condenados.

Em detrimento desses, as preferências declaradas indicariam os molhos, iogurtes, doces, bolos, pães e massas caseiros; galinhas e ovos caipiras; água e sucos; milho em espiga, vegetais e temperos frescos; verduras orgânicas.

*Hoje em dia é tudo mais, assim, coisas de mercado. Antes não, antes era tudo mais natural, coisas mais de casa, plantadas em casa, colhidas em casa. O leite, os ovos, carne, frutas, verduras, feijão, todas essas coisas, pão. (Denise)*

*A gente sabe como é bom um peixe fresquinho. Aí, esse peixe de super, não conseguimos comer. É tão bom, Renata, tu pegar uma traíra, e limpar, e comer! O sabor dela! É como pegar uma laranja do pé e comer! É outra coisa! (Rosane)*

O *natural, fresco, caseiro, próximo, tradicional* seria, dessa forma, afirmado em oposição ao *artificial, processado, distante, industrializado, moderno*.

Os alimentos industrializados seriam percebidos como excessivamente manuseados, e, ainda, provenientes de lugares distantes – em alguns depoimentos seria manifestada a preferência por produtos locais, gaúchos –, de origem não conhecida.

Como no trabalho de Cazes-Valette (1997, p.224), seria valorizada a identificação da origem do produto, que, muitas vezes, passa por um ser

humano, alguém conhecido – no caso estudado pela autora, que analisa o consumo de carne bovina na França pós-crise da vaca louca, o criador ou o açougueiro.

*Se tu vai olhar bem, um ou outro produto, ele está junto, né, o químico. Então, sempre quando é possível, onde eu sei, quando eu vou pros interior aí, se tiver condições, eu compro e trago. Fruta, e tudo, aipim, verdura. De gente conhecida lá, tu acaba comprando. [E tu notas diferença?] Com certeza! (Álvaro)*

*Eu procuro ter, geralmente, coisa de qualidade. Procuro, geralmente, saber a procedência. Às vezes, é difícil, mas eu tento. [A procedência, como?] Por exemplo, carne. Se passou pela fiscalização, se tem o carimbinho, se o açougue tem a licença. Hoje mesmo eu estava olhando, ainda, “essa casa trabalha com carne do frigorífico tal”. Está lá escrito, tem certificado, eu olho a procedência. Tanto é que, aqui na região, tem muita gente que vende carne, porco, essas coisas, direto, né? Eu não compro assim, eu procuro ver se tem licença, se tem controle sanitário. [aí temos uma exceção: nesse caso, o alimento comprado “direto” do produtor, sem fiscalização, é considerado suspeito] E procuro saber se tem agrotóxico ou não. Quando tem feirinha desses produtos sem agrotóxicos, eu vou lá e compro. Se tem aqui perto, ou quando eu ia lá pro Menino Deus... [E tu notas diferença?] Ah, é mais gostoso! Tem mais sabor, tem sim. É que nem o ovo, tu sente aquele gostinho, tu sente diferença, sim. A própria verdura, né? Até nas folhas, tu vê que é diferente. (Sônia)*

*Ah, naquela época [quando a informante vivia no meio rural, na casa da família] tudo o que a gente colhia da horta era tudo sem agrotóxico, sem veneno, né? Era uma coisa saudável, pura. Frutas também, o meu pai tinha, assim, em quantidade, árvores frutíferas, tudo colhido ali, na hora. Eu me lembro que a gente colhia de manhã. E tinha uma fonte de água natural. A gente botava dentro do balde, aquela água geladinha. Aí deixava lá dentro aquele balde, até a hora de comer. De tarde, aquelas frutas geladinhas! É uma coisa pura, não tinha o medo que a gente tem hoje na alimentação, né? Mas eu vou, ao sábados, ali na Redenção, no Brique, que tem aquela feirinha ecológica. Eu compro sempre coisas ali. (Carla)*

O alimento *natural* não seria apenas considerado o de melhor gosto. Em oposição ao alimento industrializado, seria apontado como puro e, dessa forma, saudável.

Os adjetivos relacionados ao *natural* seriam atribuídos aos alimentos frescos, ou aos provenientes da feira, ou aos orgânicos, ou aos trazidos *de fora*.

Como lembra Maciel (2001, p.51),

a comida envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos. As expressões “comida da mãe”, ou “comida caseira” ilustram bem este caso, evocando infância, aconchego, segurança, ausência de sofisticação ou exotismo. Ambas remetem ao “familiar”, ao próximo, ao frugal. O toque “da mãe” é uma assinatura, e implica tanto no que é feito, como na forma pela qual é feito, que marca a comida com lembranças pessoais.

É assim que, especialmente nos casos em que os moradores de Porto Alegre entrevistados têm origem no meio rural, mas, como se pode observar no depoimento de Karen, a seguir, não somente entre esses, os adjetivos relacionados ao *natural* seriam também atribuídos aos alimentos que remetem à memória da infância, da comida da mãe, ou da avó.

*A minha avó materna, que era italiana, a família quando veio da Europa se estabeleceu na zona rural, na colônia, eram colonos. E a minha avó, que está viva até hoje... ela é uma pessoa muito ligada à terra, sempre foi. E mesmo depois de vir morar na cidade, depois de uma certa idade ela veio morar com meus pais... ela manteve aquela profunda ligação com a terra. [...] Eu lembro da minha avó italiana, fazia uma polenta! A polenta, eu já adorava. Mas depois, no dia seguinte, ela cortava a polenta em fatias, quando ela estava já seca, e fazia em cima de uma chapa. E eu comia aquilo com mel! Como era bom! Ai, como era maravilhoso! Polenta brustolada, como ela diz. Com mel. Que o mel, isso é uma coisa gozada, porque minha avó é italiana, meu avô é alemão, e alemão mistura muito doce com salgado, os italianos já não... Eu me lembro dos pães que a minha avó fazia, também. Eu ajudava ela, que eu aprendi a fazer pão com ela. E faço pão, e gosto, adoro fazer pão. Me lembro do perfume dos pães, do cheiro da massa crua. (Karen)*

É interessante remarcar que todos os informantes urbanos, inclusive os nascidos em Porto Alegre, expressariam, de algum modo, uma *memória culinária rural*, vivida ou herdada, isto é, experienciada diretamente ou a partir do vivenciado por seus antepassados.

A *ruralidade*, mais que qualquer outro atributo, parece condensar todas as vantagens que distinguem o alimento desejável do alimento industrializado.

Nem mesmo os vegetais orgânicos seriam, segundo vários informantes, tão isentos de suspeitas.

Dois deles, que não se conhecem, vivem e trabalham em regiões diferentes da cidade, não havendo qualquer relação entre eles, chegariam a narrar – e, pelas semelhanças e características das narrativas, pode-se supor que estejamos diante de um rumor – que a empresa comercializadora de alimentos orgânicos mais reconhecida de Porto Alegre, uma cooperativa, abastecer-se-ia na Ceasa (Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul), a partir da seleção de “*verduras estragadas, prá parecer que são sem agrotóxico, prá vender depois no mercadinho, ou prá fazer na comida*”.

Já os alimentos orgânicos oferecidos em feiras – mesmo as organizadas pela cooperativa considerada suspeita por alguns –, esses seriam considerados “mais garantidos”, uma vez que comercializados diretamente por produtores.

*De fora* são os alimentos que vêm do interior, do meio rural, cuja origem é associada diretamente ao produtor. *De fora*, podem ser os alimentos trazidos pelo informante, ou por alguém de sua família, quando em visita à região natal, ou por algum conhecido ou parente que de lá vem. Podem, também, ser os alimentos produzidos em chácara de algum conhecido, perto da cidade. Ou os adquiridos em alguma viagem, de produtores que os ofertam, à beira da estrada. Ou os comercializados em feiras – de produtos orgânicos ou não –, supostamente pelos próprios produtores. Ou, ainda, aqueles que, de algum modo – como os ovos, trazidos *de fora* pelo “pessoal do estacionamento”, para vender –, vindos do campo, chegam à cidade por canais outros que os formalmente constituídos.

Os alimentos que vêm *de fora* são considerados os melhores. Das verduras, é dito que “*até a folha é mais macia*”. A galinha, a carne e o leite,

“*não têm comparação*”, “*é outro gosto*”, as do supermercado não chegam “*nem a seus pés*”. Os ovos “*daquelas galinhas criadas com milho, a gema é super-vermelha, bem diferente*”.

Podemos, assim, supor que, em relação aos alimentos, ocorra o correspondente ao indicado por Mathieu e Jollivet (1989, p.11-12), que, na França, debruçando-se sobre o tema representações da natureza, evidenciam que o senso comum urbano tende a associar ao campo, ao rural, os valores atribuídos à natureza e ao natural.

Ou, ainda, processos semelhantes aos apontados por autores que, na Europa, vêm se dedicando ao estudo da comida enquanto patrimônio – e aí o caso dos produtos de *terroir* franceses são particularmente significativos –, mostrando como produtos alimentícios e pratos, associados a uma região, e referidos a uma natureza e a um campo, a uma identidade, tornam-se, a partir das representações do mundo rural, bens de consumo especiais (BONNAIN, 1991; BÉRARD, 1999; DELBOS, 2000; RAUTENBERG et al., 2000).

Temos, assim, que o *rural* tende a ser qualificado como *natural*, mesmo quando, dadas as características intensivas da produção agropecuária – que inclui a utilização de agroquímicos dos mais diversos tipos –, não o é.

Do mesmo modo que indicado por Eizner (1995, p.14) para o caso francês, talvez possamos identificar, nessa valorização do *natural* e do *rural*, mitos do *natural* e do *artesanal*, algo como a busca do consumo de “imagens dos sabores perdidos”.

A idealização do rural, transposta aos alimentos *de fora*, torna-se evidente em alguns dos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados nascidos no meio rural. Os mesmos informantes que, em outros momentos, destacariam as delícias da comida do campo, ao descrever a composição das refeições de sua infância mencionariam a pouca variedade de alimentos disponíveis, ou mesmo a pobreza à mesa.

Chegando ao final do Capítulo, merece ser destacado que, no que se refere aos hábitos alimentares, a imagem de uma ruralidade idealizada não seria a única disjunção perceptível entre as visões expressas pelos moradores de Porto Alegre entrevistados e suas práticas.

Embora cada um desses informantes declarasse, em algum momento, como visto ao longo deste Capítulo, algum grau de desconfiança e ansiedade em relação à comida moderna, as descrições de seus cardápios cotidianos evidenciaria não apenas a inexistência, entre eles, de adeptos de dietas como o vegetarianismo e a macrobiótica, ou regidas pelo consumo de vegetais exclusivamente orgânicos – dietas que, como indicado por Ouédraogo (1998, p.18-19), em seu estudo das visões e práticas de consumidores parisienses adeptos da alimentação orgânica, seriam parte integrante de um estilo de vida, regido por uma ética “que valoriza extremamente a vida simples, a natureza e o natural, o artesanal e o rústico... associados à saúde, à ecologia, à pureza, à solidariedade” –, mas, e nem se poderia esperar que fosse de outro modo, o amplo consumo de alimentos industrializados.

Cabe aqui uma observação. Como indicado por Darmon (1993, p.77) – no estudo em que mostra que, há mais de um século, a crescente incidência de câncer vem sendo percebida, na Europa, como decorrente de hábitos, aí inclusos os alimentares, advindos com a civilização –, é comum, nas representações que as sociedades constroem sobre seu progresso, que os aspectos positivos do mundo moderno sejam omitidos.

Assim é que, talvez, possamos compreender que, embora o consumo de alimentos industrializados em geral, e pré-preparados em particular, seja bastante difundido, muito poucos seriam os informantes que remarcaria a praticidade, facilidade ou economia de tempo decorrentes de sua utilização, a maioria preferindo ater-se a comentar, como visto, o que percebem como seus efeitos negativos.

Observando as descrições de refeições e de listas de compras, relatadas pelos informantes, pode-se notar algumas combinações interessantes.

Gilberto – cujo trecho de depoimento é reproduzido na abertura deste item do Capítulo –, por exemplo, que prefere preparar seu próprio molho de tomates, evitando o produto industrializado, artificial, consome diariamente, no almoço, uma coca-cola *light*.

Já na geladeira de Carla, em que só entram vegetais orgânicos, adquiridos na feira freqüentada semanalmente, a coca-cola, presença obrigatória, não é a *light*.

A preocupação com a dieta faria com que Lourdes fosse menos rígida em relação ao refresco que coloca à mesa do que com os ingredientes que utiliza na preparação das refeições.

*Agora eu comprei o suco, aquele [nome do produto], com aspartame, eu acho. Então, como ele não engorda, eu gosto de tomar um suquinho assim, eu faço. É esse aqui ó, esse aqui é Tea de Limão. Bah! [olhando o rótulo] Tem quantidade de coisa aqui! Tudo artificial! Acidulante... edulcorante... lálálá... um monte de porcaria. Mas não tem açúcar! Então, isso aqui é liberado. Criança gosta, né? Essas porcariazinhas, a gente está tendo que ter. (Lourdes)*

Inúmeros seriam os exemplos equivalentes, referentes não apenas às bebidas, mas aos mais diversos produtos. É assim que Dirce, a mesma que prefere as verduras orgânicas, lava com sabão de glicerina as frutas, e declarara não consumir as *tristes* “galinhas de supermercado”, manifestaria entusiasmo diante das misturas pré-preparadas para sopas: “*Eu adoro sopa de pacotinho, aquele sopão. Ah, eu amo!*”.

Do mesmo modo, teríamos pessoas que, preferindo fazer seus próprios doces, consomem freqüentemente macarrão instantâneo; recusando alimentos congelados ou embutidos, têm por costume utilizar bolos de caixinha; alimentando-se preferencialmente de vegetais orgânicos, consomem chocolates cotidianamente; negando-se a incluir enlatados em seus pratos,

servem, em refeições familiares, pratos pré-elaborados. Ou, ainda, que acrescentam cebolas e tomates ao molho comprado pronto; ou utilizam as misturas pré-preparadas para sopa para “incrementar” seus próprios caldos.

Retomemos, aqui, a questão posta no início deste Capítulo: o que as visões e práticas dos informantes em relação à alimentação nos sugeririam a respeito de suas percepções sobre os alimentos transgênicos?

Vale lembrar que a pequena presença de agricultores neste Capítulo deve-se ao entendimento de que, quando o tema é transgenia, para eles(as) o foco estaria dirigido à lavoura, não à mesa. Da mesma forma que minha atenção, nessa fase do trabalho de campo, privilegiaria os assuntos da roça, não os da cozinha. Ainda assim, serão aqui apresentadas algumas considerações a partir da observação dos hábitos alimentares desses agricultores.

É possível afirmar que, entre as famílias agricultoras observadas durante a pesquisa etnográfica, ao mesmo tempo em que grande parte dos itens servidos nas refeições tinham origem na própria unidade de produção, esses dividiriam a mesa com inúmeros produtos industrializados, sem que a presença destes – diferentemente do que, como vimos, ocorreria entre os moradores de Porto Alegre entrevistados – se constituísse em objeto de crítica.

Da mesma forma que observaríamos, junto ao fogão a lenha, o fogão a gás, e também a cafeteira elétrica, de usos complementares, veríamos à mesa, lado-a-lado, o pão artesanal e a *schmier* industrializada; o salame feito em casa e o macarrão comprado pronto; o queijo colonial e a mistura pré-preparada para sopa; a polenta e a mortadela; a salada colhida na horta e a sardinha retirada da lata.

O cozimento no fogão a lenha, a utilização de banha de porco na preparação dos pratos, assim como a polenta – respectivamente, modo de preparo, ingrediente e prato –, seriam alguns dos itens que poderiam, na

alimentação, ser referenciados como emblemáticos de uma *identidade colona*. Entretanto, essa afirmação parece não se constituir preponderantemente em oposição aos alimentos industrializados, mas sim a partir do vínculo com um tempo e temporalidade passados.

Assim, entre esses agricultores, não se pode notar, por reflexo à afirmação de sua identidade ou, mais especificamente, dos alimentos a ela relacionados, a existência de desconfiança em relação aos alimentos provenientes da indústria agroalimentar. Ao contrário, o que se percebe – não só, mas predominantemente – é a valorização, entre agricultores, dos alimentos industrializados, possivelmente correspondente a um processo de depreciação, material e simbólica, do rural.

Se, para esses agricultores, os alimentos industrializados não parecem ser fonte de ansiedade, não há porque supor que o seriam os alimentos transgênicos. No entanto, tampouco podemos afirmar o contrário.

Já no que se refere aos informantes de Porto Alegre, podemos concluir que se, por um lado, os elementos que, compondo sua ansiedade – urbana – diante da *comida moderna*, desqualificam os produtos industrializados, tornando preferíveis os percebidos como *naturais*, conformariam uma disposição à rejeição aos alimentos geneticamente modificados; por outro lado, podemos supor que, da mesma forma como ocorre em relação aos alimentos ofertados pela indústria agroalimentar, a rejeição aos alimentos transgênicos, *frankenfoods*, não conduziria, linearmente, a um comportamento de recusa a seu consumo.

A lavoura da fome – poema 13

*Uma fome que não se veste  
de outras fomes, uma sombra  
de outras sombras, lacunosa,  
que brilha de tão escura.*

*Não a invadam, não a saqueiem  
em seus muros de néctar.  
Não silenciem seus olhos,  
fora das órbitas de açúcar.*

*Uma fome nunca escrita  
em laudas, nem sequer proferida  
ao ouvido. Nem sequer gemido.  
Uma fome fora da fome.*

*Não de carências que essas  
se bastam. Ou de cegueiras  
que se tateiam. Uma fome  
em saciedade de estrelas.*

*O vazio sideral do estômago  
na vacuidade dos signos.  
A acuidade cetim do vazio  
no arco sobre as cordas.*

Maria Carpi

## 5. OS GRÃOS DA DISCÓRDIA E O TRABALHO DA MÍDIA

*Até o Bové, aquele, veio aí, e tocou fogo, destruiu tudo, só não sei também porque que destruiu, não sei porque que ele não gostou disso aí, porque que tem uns políticos que são contra, outros que são a favor... eu não sei se tem algum interesse de empresas grandes no meio, por causa de adubo, por causa disso, aquilo outro, acho que até é por aí... (Armando)*

Entendendo, como propõe Champagne (1991, p.65; 69), que os meios de comunicação, parte integrante da realidade e criadores de uma visão mediática da realidade, agem fabricando coletivamente representações sociais, buscaremos, neste Capítulo, analisar o trabalho realizado pela mídia gaúcha na construção de imagens que conformam a polarização política sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul.

Para isso, serão focalizados dois episódios, ocorridos nos municípios de Não-Me-Toque e Cachoeirinha. Os tratamentos conferidos pelos veículos de comunicação a esses episódios serão evidenciados visando possibilitar a apreensão das características da ação da mídia gaúcha na construção de representações sociais referentes ao tema. Pressupondo o diálogo entre a produção da notícia e as interpretações presentes na sociedade, tal abordagem deverá fornecer elementos para a análise das representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos sobre os organismos geneticamente modificados, objeto deste estudo.

### 5.1. Não-Me-Toque e o francês: um episódio lembrado

*Até o francês, aquele, esteve aí no ano passado, e estragou uma lavoura, dizimou. Deu uma polêmica sem tamanho!*  
(Gilberto)

Nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados para esta pesquisa, a partir da menção da polêmica sobre os transgênicos um episódio apareceria de forma recorrente. Trata-se da manifestação contrária aos organismos geneticamente modificados realizada no município gaúcho de Não-Me-Toque, no início de 2001.

A análise a ser aqui desenvolvida, possibilitando a apreensão do processo que levaria à permanência desse episódio na memória dos informantes, buscará evidenciar algumas características do trabalho de construção de representações sociais realizado pela mídia gaúcha em relação ao tema transgênicos.

Para isso, o ponto de partida é a observação de que o episódio em questão, ocorrido em 26 de janeiro de 2001, seria responsável pelo deslocamento do foco e da amplitude da cobertura jornalística conferida ao Fórum Social Mundial, o primeiro, que então se realizava em Porto Alegre. E a identificação da presença do ativista francês José Bové entre os protagonistas da manifestação de Não-Me-Toque como razão da expressiva repercussão alcançada por esse episódio.

A notoriedade de Bové, bem como da *Confédération Paysanne*, organização sindical camponesa da qual é um dos fundadores e dirigentes, tem como marco o 12 de agosto de 1999. É nessa data que, em Millau, pequena cidade do Sul da França, produtores de queijo Roquefort, entre eles José Bové, realizaram o protesto que os conduziria às manchetes dos jornais do mundo: o desmonte simbólico da loja, então em construção, da rede de *fast food* McDonald's, escolhida como símbolo, a um só tempo, da ordem econômica globalizada e da comida standartizada, a *mal-bouffe*.

*Mal-bouffe* é o termo empregado para designar comida de má qualidade, considerada não-sadia, associado à homogeneização e à produção em larga escala, características dos processos de industrialização dos alimentos e de intensificação da produção agrícola. A noção é construída em oposição aos alimentos de qualidade, associados à produção em escala artesanal, de procedência conhecida, em que são valorizadas as características regionais.

O Roquefort pode ser considerado emblemático na construção dessa classificação, uma vez que é o primeiro queijo de denominação controlada, produzido a partir de regras precisas, de modo a apresentar uma qualidade inquestionável (MARQUES; BLEIL, 2000).

Na categoria *mal-bouffe* estariam incluídos os alimentos transgênicos, o que explica que em uma das paredes da loja McDonald's de Millau tenha sido pichada a frase "não queremos comida Frankenstein"<sup>81</sup>.

A ação de Millau teve por objetivo protestar contra a sobretaxação de alguns produtos da gastronomia francesa, entre os quais o queijo Roquefort, autorizada pela Organização Mundial do Comércio após recusa da União Européia em importar carne de gado norte-americana, em cuja produção são utilizados hormônios.

---

<sup>81</sup> É interessante notar que o protesto de Millau ocorre poucos dias após a organização de agricultores e industriais produtores do Roquefort, a *Confédération de Roquefort*, posicionar-se contrária à presença de organismos geneticamente modificados no queijo que produzem, mais precisamente no alimento fornecido às ovelhas que fornecem o leite utilizado na produção desses queijos (Le roquefort génétiquement correct: les producteurs du fromage ne veulent plus d' aliments transgéniques pour nourrir leurs brebis, **Libération**, 2/7/1999; Le Larzac, terreau du combat idéologique: les intellectuels-paysans y ont semé leurs idées. **Libération**, 30/6/2000).

A crítica à *mal-bouffe* é ponto programático da *Confédération Paysanne*. Minoritária e vista como de esquerda, a *Confédération Paysanne* diverge da perspectiva predominante no sindicalismo rural francês, considerando-a produtivista e corporativista. Em sua visão, a agricultura camponesa teria condições de suprir três dimensões, tidas como essenciais para a sociedade. Uma seria a dimensão social, relacionada à preservação de um grande número de agricultores e à solidariedade internacional entre as organizações camponesas. Outra, a dimensão econômica, que pressupõe que produzir significa também garantir uma remuneração adequada aos agricultores, a partir da produção de alimentos de qualidade, com alto valor agregado. E, por fim, uma dimensão ecológica, que propõe a preservação da paisagem, do meio-ambiente e da saúde dos cidadãos, assim como o equilíbrio entre grandes e pequenas cidades (MARQUES; BLEIL, 2000)<sup>82</sup>.

A detenção de José Bové, que se seguiria ao episódio de Millau, provocaria manifestações de solidariedade na França e no exterior. Alguns meses mais tarde, em Seattle (EUA), nos protestos realizados durante a Conferência Interministerial da Organização Mundial do Comércio – a chamada Rodada do Milênio –, o ativista francês ver-se-ia consagrado ícone da luta anti-globalização. Desde então, cada vez que, em algum canto do planeta, Bové se faz presente a uma manifestação, esta alcança repercussão internacional.

Temos, assim, que a figura de José Bové seria investida de uma carga simbólica, personificando valores que se tornariam emblemáticos de organizações e setores que, em várias partes do mundo, vêm se contrapondo ao processo de globalização protagonizado por corporações transnacionais e governos dos países de capitalismo avançado. Entre esses valores, traduzidos no lema adotado pelo Fórum Social Mundial através da fórmula “um outro

---

<sup>82</sup> Para mais informações acerca da *Confédération Paysanne* e do episódio de Millau, ver Bové e Dufour (2000), Martin (2000) e Bruneau (2001). Para uma visão geral do sindicalismo rural francês, ver Hubscher e Rinaudo (1992).

mundo é possível”, estaria a crítica à *mal-bouffe* e a defesa de uma *agricultura sustentável*, nos moldes da proposta pela *Confédération Paysanne*, além da condenação dos alimentos e cultivos transgênicos<sup>83</sup>.

Vale aqui menção à análise de Champagne (1998), que parece anunciar o que se tornaria marca das manifestações organizadas pela *Confédération Paysanne* na França, bem como das que, em outros países, têm contado com a participação de José Bové, entre as quais a realizada em Não-Me-Toque.

Há muito tempo, sabíamos que as manifestações eram feitas, de alguma forma, “pela” imprensa; o que é novo é vermos a multiplicação de manifestações que são explicitamente concebidas “para” a mídia, isto é, ações que, em última análise, não existiriam sem a mídia. [...] O desenvolvimento da mídia... modificou o que podemos designar por “economia geral das manifestações” e, de forma genérica, a do jogo político. (CHAMPAGNE, 1998, p.191, 233)

E, ainda, ao estudo em que Steil (1998) analisa a construção da identidade negra por uma comunidade de agricultores descendentes de quilombolas do sertão baiano, evidenciando que acontecimentos externos ao grupo, entre os quais a imagem construída pela imprensa, agiriam na conformação da nova identidade do grupo.

Podemos, assim, intuir que as manifestações anti-globalização, do modo como são produzidas “para” a mídia, teriam em sua repercussão um dos elementos conformadores da identidade dos grupos que as protagonizam, e em um de seus símbolos a figura de José Bové, erigido pela mídia como uma versão contemporânea do herói gaulês Asterix.

No Brasil, como apontado por Medeiros (2002, p.51), a ênfase em ações espetaculares marcaria a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Talvez essa característica se constitua em um dos elementos que galvanizariam a identidade comum entre MST e *Confédération Paysanne*,

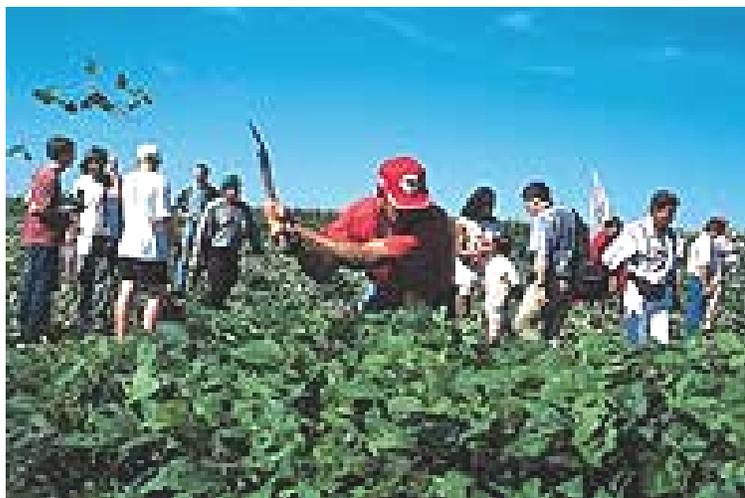
---

<sup>83</sup> Para compreender o lugar da luta contra os organismos geneticamente modificados na constituição recente dos movimentos contestatórios à globalização, que tem como marco as manifestações ocorridas em Seattle, ver Purdue (2000).

membros de uma mesma organização camponesa internacional, a Via Campesina.

É assim que podemos compreender a aparição, em janeiro de 2001, de Não-Me-Toque nas páginas dos jornais do mundo.

Mais de 800 pequenos agricultores e colonos sem-terra liderados pelo MST destruíram ontem aproximadamente 2,5 hectares de soja e milho pertencentes à empresa Monsanto que estavam plantados em uma área experimental no município de Não-Me-Toque. Segundo os manifestantes, que invadiram a sede da empresa quinta-feira à noite, as lavouras eram de sementes geneticamente modificadas. [...] Stédile, acompanhado pelo líder camponês francês José Bové, 80 representantes da Via Campesina, Ives Dinicoli, do Partido Comunista Francês, e cerca de 40 jornalistas, chegou ao local da área invadida no início da manhã. Todos participam do Fórum Social Mundial.<sup>84</sup>



**Figura 5.1 – Ação do MST em Não-Me-Toque, em 26/01/2001**

Disponível em: <<http://www.terra.com.br/planetanaweb/reconectando/agrandeteia/forum.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2003

---

<sup>84</sup> MST destrói lavoura experimental, **Correio do Povo**, 27/01/2001.

Nos dias que se seguiriam ao episódio – e a partir de sua repercussão internacional –, Bové seria caracterizado pela mídia como o principal protagonista da destruição das lavouras experimentais de soja e milho geneticamente modificados pertencentes à Monsanto, sendo que tal imagem seria consolidada a partir de medida da Polícia Federal brasileira, que determinava a saída do ativista francês do País em um prazo de 24 horas<sup>85</sup>.

É a partir de tal repercussão que podemos entender o destaque e a recorrência com que o episódio apareceria nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados para este estudo. O episódio em que Bové é percebido como protagonista seria comentado por treze dos vinte e cinco informantes de Porto Alegre. Em dez desses depoimentos, o episódio surgiria espontaneamente, como primeira referência a partir da simples menção da polêmica sobre os transgênicos.

É bem verdade que dos dez informantes que mencionam espontaneamente o episódio, sete seriam entrevistados no período que imediatamente se seguiu ao II Fórum Social Mundial, ocorrido em final de janeiro e início de fevereiro de 2002. Naquele momento, diante da presença do ativista francês na nova edição do Fórum, através de especulações acerca de possíveis novas ações espetaculares de José Bové a mídia encarregar-se-ia de reavivar a memória do público. O contexto não reduz, no entanto, a importância do destaque conferido ao episódio de Não-Me-Toque por tantos informantes, especialmente se tomamos em conta que, no Rio Grande do Sul, não foram poucas as cenas de impacto repercutidas pela mídia relacionadas ao tema organismos geneticamente modificados.

---

<sup>85</sup> A medida da Polícia Federal, que viria a ser anulada pela concessão de um salvo-conduto, alimentaria local, nacional e internacionalmente a polêmica a respeito das diversas interpretações sobre a participação do dirigente camponês no episódio.

Em alguns dos depoimentos, quando da lembrança do episódio seria evidenciada desaprovação ao método empregado na realização do protesto. Por vezes, seria explicitada opinião que considera particularmente inadequada a participação de Bové no episódio. À impropriedade da ação do “francês” seria relacionada a idéia de que ele se intrometera em assunto que não lhe dizia respeito. E a essa intromissão apareceria associada a referência à sua nacionalidade, ou, mais precisamente, ao fato de ser estrangeiro.

*Eu acho que ele não tem nada que se meter aqui também, ele que fique lá na terra dele, e deixe o pessoal aqui, afinal não é terra dele. (Vanilde)*

Entretanto, nos depoimentos, nem sempre a hostilidade ao que é estrangeiro seria dirigida à figura do ativista francês. Ao contrário, por vezes essa hostilidade seria direcionada exatamente àquilo que se configurava como alvo da manifestação ocorrida em Não-Me-Toque, os alimentos e cultivos transgênicos, bem como as empresas que os promovem.

*Produto argentino, eu não compro. Por causa dos transgênicos, que eles estão liberados, os transgênicos, lá. [...] É nacional? Se eu vou ver a goiabada, de onde que é a goiabada? Goiabada geralmente é. Toda a goiabada é boa, o princípio dela é bom, entende? (Helena)*

*Eu acho que aqui no Brasil eles deixam fazer tudo, né, se é um produto, transgênico, que tem informação científica de que faz mal, por que eles não fazem no país deles, vêm fazer aqui? (Sônia)*

José Bové e os cultivos transgênicos teriam, assim, em comum, mais do que o fato de serem estrangeiros. Pessoa e plantas evidenciar-se-iam como objetos de hostilidade pelo fato de serem não-familiares, exóticas, estrangeiras.

Nesse ponto, podemos observar semelhanças com a análise desenvolvida por Comaroff e Comaroff (2001), em seu estudo sobre as repercussões, na África do Sul, de um gigantesco incêndio ocorrido na Cidade do Cabo no período que se segue à virada do milênio. Os autores mostram como a presença de “plantas invasoras estrangeiras” seria, na interpretação

das causas daquele episódio, crescentemente afirmada como motivo da catástrofe. Evidenciam, ainda, que à dominância dessa interpretação corresponderia um processo de “naturalização do fluxo da xenofobia” naquela sociedade e que, nesse movimento, a presença da “natureza alienígena” tornar-se-ia veículo de temas relacionados à própria constituição da nação no debate público daquela sociedade.

No entanto, se bem podemos identificar manifestações de hostilidade ao estrangeiro, planta e pessoa, tanto no estudo realizado na África do Sul como em depoimentos de consumidores gaúchos coletados para esta pesquisa, temos no segundo caso um antagonismo que não encontra correspondência no primeiro.

A ação de José Bové teria por alvo as plantas transgênicas, o que colocaria, nesse caso, pessoa e plantas estrangeiras em campos opostos de um debate público específico. Esse antagonismo nos apresenta uma contradição, que poderá ser melhor evidenciada a partir do seguinte trecho de depoimento:

*O Bové esteve aí se manifestando contra, porque existe um grande interesse das indústrias, principalmente norte-americanas, contra esses transgênicos, porque eles são mais resistentes a uma série de pragas, não necessitam tantos agrotóxicos, então se todo mundo passar a plantar os transgênicos, vai usar apenas um tipo de agrotóxico prá limpar a terra, e os não-transgênicos necessitam outros tipos de agrotóxicos, em uso muito maior. (Paulo)*

Para esse informante, em cuja fala aparece implícito um dos principais argumentos utilizados em defesa do plantio da soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul – à utilização de um único tipo de herbicida seria associada a suposta redução de custos, bem como de danos ao meio ambiente –, os estrangeiros José Bové e empresas norte-americanas estariam lado a lado, contrapondo-se aos cultivos geneticamente modificados, cuja origem não é mencionada.

Dessa forma, o informante coloca em um mesmo pólo do embate aquilo que é estrangeiro. Ao fazê-lo, ignora que a soja geneticamente modificada, bem como o herbicida empregado em seu cultivo, são produtos da empresa norte-americana Monsanto. Ainda, distorce um outro argumento utilizado pelos defensores dos cultivos transgênicos, que advogam que as restrições impostas pelos países europeus à utilização da biotecnologia na agricultura teriam como fundamento disputas comerciais com empresas norte-americanas. Entretanto, ao construir sua interpretação, o informante soluciona uma contradição. Afinal, de outro modo, como explicar o combate do ativista francês às igualmente estrangeiras plantas transgênicas? Ou, ainda, como interpretar a crítica a Bové mesmo entre aqueles que manifestariam rejeição aos cultivos e alimentos geneticamente modificados?

Como já mencionado, à época do episódio de Não-Me-Toque, e especialmente a partir da repercussão da ação da Polícia Federal, ocorrera acalorada disputa entre as diferentes interpretações a respeito da participação do ativista francês no protesto. Enquanto Bové era aclamado herói pelo Fórum Social Mundial, a mídia, especialmente a local, assumia um tom de indignação nacionalista na crítica à ação de Bové, estendendo-a ao Fórum.

Imagine-se o que ocorreria se um brasileiro invadisse uma área de parreirais na França e os destruísse. Cadeia, na certa. Tratam assim os bagunceiros por lá. No Brasil, o remédio é mais brando. O líder camponês José Bové deve ter-se sentido muito à vontade para fazer arruaças sob o manto de impunidade que o Fórum Social Mundial poderia lhe conferir. Enganou-se. O mundo é imenso. “Monsieur” que vá fazer baderna, mas em outra freguesia.<sup>86</sup>

Pode-se perceber na visão do colunista expressa no trecho destacado acima uma nota de xenofobia que guarda correspondência com a forma como, à época, o episódio seria narrado pela mídia. Ali, vale notar, Bové não é retratado como um estrangeiro qualquer: é também um “baderneiro”. Desse modo, à crítica ao suposto protagonista da ação – que, na condição de

---

<sup>86</sup> Aqui não é quintal, **Correio do Povo**, 30/01/2001.

estrangeiro, estaria *fora do lugar* – se somaria a crítica ao método utilizado na realização do protesto.

Um ano após o ocorrido em Não-Me-Toque, a julgar pelos depoimentos de alguns informantes, parece ser dessa visão que se aproxima a interpretação do episódio consolidada como dominante. Um único informante consideraria justificada, apesar de “ato extremo”, a destruição das plantas geneticamente modificadas:

*Até o francês, aquele, esteve aí no ano passado, e estragou uma lavoura, dizimou. Deu uma polêmica sem tamanho! Não sei, foi um ato extremo, mas não estava tão errado assim, tem que chamar a atenção mesmo, senão daqui há uns dias nós estamos comendo veneno aí... (Gilberto)*

Ao contrário, em depoimentos de vários dos informantes, mesmo entre aqueles que manifestariam resistência aos alimentos e cultivos transgênicos, o protesto seria objeto de desaprovação. Em alguns deles seria, ainda, conferido destaque à violência com que teria sido realizado.

*Eles quebraram todo o laboratório! Todos os equipamentos! Tudo quebrado, e arrancaram todos os pés plantados. Então foi muito violento. Eu acho que foi uma anti-propaganda. (Karen)*

Quebrar, arrancar, estragar e dizimar seriam, então, alguns dos verbos empregados pelos informantes para descrever o episódio. Os mesmos termos que, entre outras expressões de sentido equivalente, encontraríamos nas reportagens registradas nos veículos da mídia impressa local.

Entretanto, cabe notar que no trecho de depoimento acima transcrito a dimensão da violência seria superlativa não apenas em relação ao episódio como ocorrido, mas também quando contrastada com as reportagens publicadas na época.

Talvez possamos intuir que esse exagero encontre correspondência no tratamento conferido pela televisão ao episódio. Afinal, como explica Champagne (1991, p.65), a televisão exerce um forte efeito de dominação entre os meios de comunicação, o que pode ser atribuído, por um lado, à difusão mais ampla que proporciona à notícia e, por outro, ao efeito de dramatização da informação quando colocada em imagens.

Podemos, ainda, supor que o superdimensionamento da violência na fala da informante seja decorrente do efeito provocado pelo que Champagne (1991, p.65-66) nomeia de *lógica do precedente*. Explicando o trabalho de produção da notícia, esse autor aponta que, dada a necessidade de pensar rápido e sobre assuntos muito diversos, decorrente da concorrência entre os jornalistas e entre os veículos de comunicação, fatos atuais são, muitas vezes, apresentados a partir de esquemas já utilizados em fatos passados. Dessa forma, o desconhecido seria tratado como conhecido.

Assim, o que havia de inédito, no Brasil, no protesto de Não-Me-Toque, parece ter sido encoberto, no tratamento conferido pela mídia, por referências a ações aqui já ocorridas, mais precisamente as realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também protagonista do episódio em foco.

No que se refere ao tratamento conferido pela mídia ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Guareschi et al. (2000) evidenciam, para o caso gaúcho, a realização de um trabalho de construção simbólica, que tem se dedicado à caracterização das ações do MST como “atos criminosos, violentos e desprovidos de base legal”. A reportagem reproduzida a seguir cabe como exemplo.

### **Sem-terra voltam a empunhar foices e facões**

A invasão dos prédios da Receita Federal e do Incra marcou o reaparecimento das armas nas ações realizadas pelos sem-terra na Capital. Foices, facões, machados e porretes de madeira eram empunhados pela maioria dos colonos, incluindo adolescentes.

Porto Alegre estava livre de colonos armados desde 1995. Naquele ano, a Secretaria da Segurança orientou a Brigada Militar a vistoriar os ônibus com colonos na entrada da cidade e impedir a entrada de ferramentas.

Na invasão de ontem, os sem-terra garantiram que não haveria violência.

– Foice é ferramenta de trabalho. Porrete é a mesma coisa. É para garantir a nossa segurança – disse Ailton Croda, da coordenação do MST.

O ex-secretário da Justiça e Segurança José Fernando Eichenberg afirmou que no governo passado as ferramentas eram apreendidas para evitar que se tornassem armas em um confronto. Em 1990, durante conflito entre PMs e sem-terra no Centro, o soldado Valdeci de Abreu Lopes foi degolado por uma foice. No episódio de ontem, a Brigada não revistou os ônibus na entrada de Porto Alegre. [...]

**Quadro 5.1 – Trecho de reportagem que exemplifica o tratamento conferido pela mídia gaúcha ao MST**

Fonte: **Zero Hora**, 12/09/2000

É assim que, estabelecida a associação entre o episódio de Não-Me-Toque e as ações do MST, construída pela mídia através do recurso à *lógica do precedente*, podemos apreender a existência, entre os informantes, mesmo entre aqueles que manifestariam rejeição aos alimentos e cultivos transgênicos, de uma visão negativa sobre o episódio ocorrido em Não-Me-Toque.

No entanto, a predominante visão negativa sobre o episódio, ou mesmo eventuais reticências manifestadas por alguns dos informantes em relação à orientação política do Governo Estadual, parece não interferir no que se caracterizaria como uma atitude predominante de desconfiança ante os alimentos geneticamente modificados. Entre todos os depoimentos de moradores de Porto Alegre recolhidos, em um único a dimensão política apareceria como determinante de opinião e comportamento frente alimentos transgênicos.

Trata-se do caso de Airton, marido de uma entrevistada. Há alguns anos, ele tivera um problema sério de saúde, e desde então seria extremamente cuidadoso e metódico em sua alimentação, que consistiria basicamente em peixes, legumes e frutas, sendo rigorosamente evitados todos os tipos de alimentos apontados como potencialmente nocivos à saúde. Entretanto, segundo sua esposa, Airton optaria pelo tomate longa vida exatamente por acreditar ser geneticamente modificado, opção que seria determinada por sua convicção política. Vejamos o que diz a informante, esposa de Airton:

*Eu odeio esse tomate longa vida, diz que é isso [transgênico]. [...] E tu sabe que o Airton, depois que eu comecei a dizer que é [transgênico], ele só come o longa vida? [Mas por que?] Porque ele é do contra comigo. Ele diz que isso é coisa de PT, que vem esses marginais arrancar... ele come só o longa vida! Eu compro, prá mim e prá Aida [filha] o paulista, o gaúcho, ele compra o longa vida. Ele é duro na queda! Ele diz “só porque aqueles marginal vieram arrancar aí, diz que não presta”. [...] Se uma lagarta não vai conseguir contaminar, furar, eu vou comer aquilo ali na boa? Eu não! Eu não como os tomates! [...] E eu digo prá ele. [...] E ele diz que “isso é evolução, esses PT são uns retrógrados”. Não tem quem faça a cabeça dele!*

Retomando o destaque e a recorrência com que o episódio de Não-Me-Toque aparece nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados, podemos supor que talvez seja a partir dele – ou, mais precisamente, da imagem dele criada e repercutida pela mídia – que parcelas significativas da população da cidade tenham tido contato com o tema transgênicos.

De fato, na maior parte dos depoimentos, esse episódio se sobreporia a qualquer outro entre os vários relacionados à polêmica em torno dos organismos geneticamente modificados ocorridos no Rio Grande do Sul até o início de 2002, quando foi concluída a pesquisa de campo em Porto Alegre.

No campo das representações sociais, o episódio de Não-Me-Toque parece, então, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, condensar toda uma história anterior de conflitos – cujos desdobramentos seguem ocorrendo em 2003 –, que tivera, como visto no Capítulo 1, seus momentos de maior tensão em 1999.

Vimos que, se isso ocorre entre os informantes de Porto Alegre, é, em boa medida, devido ao tratamento conferido pela mídia ao episódio, associado à violência atribuída às ações do MST.

Já no que se refere ao meio rural, podemos identificar um outro episódio como emblemático do trabalho da mídia na construção de representações em que a idéia de destruição seria associada aos setores contrários aos transgênicos. Trata-se da queima, em abril de 1999, do arroz transgênico de uma área experimental situada no município gaúcho de Cachoeirinha. Ou, mais precisamente, da constituição a partir desse episódio da ameaça de queima de lavouras transgênicas clandestinas pelo Governo Estadual, objeto da análise a ser desenvolvida no item que se segue.

## **5.2. Os usos da fogueira: o trabalho da mídia na amplificação do conflito**

Como caminho para a introdução do tema a ser aqui analisado, vejamos a reportagem que, no início de 2003, traria o posicionamento em relação aos transgênicos do então Secretário de Agricultura do Estado. Note-se que à época o Governador do Rio Grande do Sul era já Germano Rigotto, sucessor de Olívio Dutra.

Após cerca de cinco audiências com entidades ruralistas esta semana, o secretário da Agricultura, Odacir Klein, afirmou ontem à tarde que irá pedir que o judiciário apresse o julgamento do recurso que impede a liberação dos transgênicos. [...] Klein avalia que, se houver julgamento imediato e favorável à liberação, a Polícia Federal não teria mais razões para agir contra o plantio, que hoje é crime. [...] O secretário avalia que seria desastroso para a economia gaúcha se a produção fosse colocada sob suspeita. Klein disse ser favorável à pesquisa e não à queima a lavouras.<sup>87</sup>

Em uma de suas primeiras manifestações sobre o tema à imprensa, o Secretário de Agricultura assumiria a defesa da legalização do cultivo comercial da soja geneticamente modificada, afirmando ser favorável à pesquisa e contrário à queima de lavouras.

Um leitor que se deparasse com essa notícia seria facilmente levado a concluir que as lavouras cultivadas ilegalmente com sementes de soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul estivessem sob ameaça de serem queimadas.

No entanto, como visto no Capítulo 1, diferentemente do ocorrido em relação a áreas utilizadas para pesquisa agrícola ou a sementes contrabandeadas apreendidas, a queima de lavouras transgênicas clandestinas não seria implementada ou proposta por qualquer órgão governamental, estadual ou federal, que tivesse por responsabilidade o controle dessas áreas de produção.

Ainda assim, a *ameaça da fogueira* tem rondado o debate sobre os cultivos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul desde 1999, permanecendo atual ainda em 2003, como visto na reportagem em que o novo Secretário de Agricultura se posiciona. É assim que a *ameaça da fogueira* seria incorporada ao discurso de diferentes agentes sociais envolvidos no processo.

---

<sup>87</sup> Klein pede pressa na liberação de transgênicos, **Zero Hora**, 13/02/2003.

O presidente do Clube dos Amigos da Terra de Tupanciretã, Almir Rebello, acredita que poderá frear as fiscalizações em busca de semente de soja transgênica. [...] ZH: Vocês não temem a destruição de lavouras? Rebello: Não acreditamos nesse tipo de ação, até porque seria uma catástrofe estadual queimar lavouras de 500 ou mil hectares.<sup>88</sup>

O que diz Adelar Portela, da direção estadual do MST: “É preciso deixar claro que nós não anunciamos que vamos ocupar fazendas ou queimar plantações. Essas são apenas hipóteses, caso o governo demore em desapropriar fazendas improdutivas e agir contra os transgênicos. Defendemos, sim, que o governo dê aos transgênicos o mesmo tratamento que dispensa às plantações de maconha. Ambos os cultivos são proibidos”.<sup>89</sup>

Se bem é verdade que o tema queima de lavouras transgênicas clandestinas aparece nas falas de diferentes agentes sociais, é possível afirmar que sua consolidação no debate se dá a partir da ação dos meios de comunicação.

Para evidenciar o trabalho da mídia gaúcha na construção da fogueira como ameaça e em sua consolidação no debate público sobre os transgênicos no Estado, reconstituiremos um dos episódios que marca esse debate, observando o tratamento a ele conferido pela mídia.

Esta narrativa tem como ponto de partida o 22 de abril de 1999. No foco, uma área experimental, de propriedade do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), situada em Cachoeirinha, em que era testada uma variedade de arroz geneticamente modificado, resistente ao herbicida *Libert Link*, da empresa AgrEvo.

Constatada a inadequação do isolamento da área experimental de Cachoeirinha, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, determinaria e executaria, naquele 22 de abril, a queima dos 300 pés de arroz geneticamente modificado do experimento.

---

<sup>88</sup> Entrevista: Almir Rebello, **Zero Hora**, 10/11/1999.

Recordemos que, como visto no Capítulo 1, em março daquele ano o Governador Olívio Dutra assinara o decreto que determinava a notificação ao poder público estadual das áreas em que houvesse pesquisas com cultivos transgênicos, estabelecendo a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental como condição prévia para a realização de experimentos. E que, amparada nesse decreto, a Secretaria de Agricultura do Estado interditaria dezenas de áreas experimentais, sendo a primeira delas a área de Cachoeirinha, aqui em foco.

A notificação dessa área pelo Governo Estadual se daria em 15 de abril. Alguns dias antes, portanto, da destruição do experimento, executada pela CTNBio, em 22 de abril. Entretanto, é importante destacar que as ações dos governos Federal e Estadual nesse episódio não estavam concatenadas. Veremos que esse é um ponto de fundamental importância para a percepção de como se daria o trabalho da mídia gaúcha na construção da fogueira como ameaça e em sua consolidação no debate sobre os transgênicos.

Mas, mesmo não estando as duas instâncias agindo de forma combinada, o Governo Estadual não fazia segredo de sua satisfação ante a constatação, pela CTNBio, da inadequação do isolamento da área experimental de Cachoeirinha. Afinal, ela evidenciava a pertinência do decreto estadual, que estabelecera como pré-requisito para a realização de experimentos com variedades transgênicas a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.

É nesse contexto, em que o Governo Estadual comemora o rigor – não corriqueiro – adotado pela CTNBio nessa ação, que encontramos, naquele 22 de abril, o Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul em Cachoeirinha, ao lado do monte de pés de arroz transgênico, que ardia em chamas.

---

<sup>89</sup> Farsul ameaça recorrer ao Exército, **Zero Hora**, 21/12/1999.

As imagens dessa fogueira, observada de perto pelo Secretário de Agricultura, seriam reprisadas inúmeras vezes nos jornais televisivos. No dia seguinte, as fotos do Secretário ao lado das plantas transgênicas em chamas ilustrariam as manchetes dos jornais impressos. O episódio teria destaque não apenas nos veículos de comunicação gaúchos, mas também na mídia nacional.

Nada há de surpreendente na repercussão dessas imagens pela mídia. Afinal, como afirma Champagne (1991, p. 68-70), na busca pela elevação dos índices de audiência, a lógica do trabalho jornalístico, em consonância com as representações e expectativas ordinárias do grande público, conduz o foco para o que parece excepcional e fora do comum. Excepcional e fora do comum parece ser uma classificação de fácil aplicação para o caso de um experimento agrícola que se termina em chamas.

Temos, ainda, como indica Moirand (1997, p. 43), que o efeito de dramatização produzido pela informação colocada em imagens, mais intenso do que o gerado a partir do discurso, pode ser melhor apreendido tomando em conta que enquanto esquemas, gráficos e mapas atingem mais diretamente o cognitivo, filmes e fotos reforçam o emotivo. É assim que a utilização recorrente pela mídia de imagens espetaculares como as da fogueira de Cachoeirinha pode ser entendida como uma das características da lógica de funcionamento do campo jornalístico.

Dessa forma é que podemos entender a intensa exposição das imagens da fogueira de Cachoeirinha realizada pelos veículos de comunicação, particularmente os gaúchos. Mas quais seriam os significados da ênfase conferida à presença do Secretário de Agricultura na cena?

Para buscar resposta a essa questão, cabe destacar que o trabalho de construção de representações sociais realizado pelo campo jornalístico é fortemente dependente dos interesses próprios a esse setor de atividade. E, ainda, que esse trabalho tende a exercer forte influência no funcionamento do campo político (CHAMPAGNE, 1991, 1999).

Temos que, no Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra, veículos de comunicação, particularmente os pertencentes ao grupo Rede Brasil Sul de Notícias (RBS), entre os quais está o jornal **Zero Hora**, assumiriam postura oposicionista ao Governo Estadual<sup>90</sup>.

No que se refere ao episódio em foco, mais precisamente à autoria da fogueira, o fato da ação na área experimental de Cachoeirinha ter sido determinada e executada pela CTNIBIO, órgão vinculado ao Governo Federal, seria encoberto pelos veículos de comunicação. A mídia o substituiria – e isso será evidenciado adiante – por uma outra versão do episódio, em que o ato de destruição passava a ser associado ao Governo Estadual. Daí o destaque conferido à presença do Secretário na cena.

A versão criada seria, ainda, relacionada a uma ação previamente realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que em 1º de março de 1999, no assentamento Rondinha, município de Jóia, destruíra uma lavoura de um hectare de soja. Dessa forma, podemos identificar também no tratamento conferido pela mídia ao episódio de Cachoeirinha o recurso à *lógica do precedente* no trabalho de construção da notícia. Do mesmo modo como anteriormente verificamos em relação ao episódio de Não-Me-Toque.

---

<sup>90</sup> A respeito, ver a análise de Guareschi (2002, p.67-68, grifos do autor), que evidencia a *campanha sistemática* empreendida pela RBS contra o Governo Estadual, apontando que sua ação criaria “uma *representação social* fortemente negativa, desacreditada e pejorativa” do Governo Olívio Dutra, representação que se tornaria “a *realidade* política do RS”.

Cabe ainda mencionar um outro episódio relacionado à queima de plantas transgênicas, ocorrido apenas alguns dias antes desse que se passou em Jóia. Em 25 de fevereiro, em Júlio de Castilhos, na estação experimental da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), agricultores – a imprensa não especifica que agricultores – queimaram 67 pés de soja suspeita de transgenia. Mesmo tendo sido esse o primeiro episódio relacionado à queima de plantas transgênicas no Estado, teve pouca repercussão, o que talvez possa ser atribuído à pequena quantidade de plantas destruídas, ou, ainda, à pouca utilidade que apresentaria para a mídia na construção de sua versão da fogueira de Cachoeirinha.

Um detalhe da cena de Cachoeirinha: o Secretário trajava um colete vermelho. Nas imagens divulgadas, esse talvez tenha sido o detalhe que, transformado em evidência simbólica, conferiria veracidade à versão do episódio produzida pela mídia. Afinal, o vermelho da roupa era o mesmo encontrado nas bandeiras do MST e do Partido dos Trabalhadores, partido então à frente do Governo Estadual.

Entre os comentaristas de vários veículos de comunicação, especialmente emissoras de rádio e televisão, haveria aqueles que, reproduzindo o tom do debate que se dava entre lideranças políticas, comparariam a suposta ação da Secretaria de Agricultura às fogueiras da Inquisição, ou às fogueiras de livros do nazismo, estabelecendo os pólos do debate: de um lado, o autoritarismo e o obscurantismo, de outro, o conhecimento, a ciência.

A partir de então, inúmeras seriam as referências, na mídia, ao episódio de Cachoeirinha, o episódio da fogueira. Nos meses que se seguiram, a repetida alusão à suposta ameaça de queima de lavouras transgênicas contribuiria para um crescente tensionamento entre Governo Estadual e produtores de soja pró-transgênicos.

Em outubro, um novo episódio viria a contribuir para o aprofundamento desse tensionamento, que em novembro, quando os produtores se

mobilizariam para impedir a fiscalização de lavouras pelo Governo Estadual, se transformaria em confronto aberto. Cumprindo decisão judicial inédita no País, a Polícia Federal incineraria, em 19 de outubro de 1999, as 22,5 sacas de soja transgênica que haviam sido apreendidas, em Júlio de Castilhos, em outubro de 1998. Note-se que essa apreensão se realizara antes de Olívio Dutra ser Governador do Estado.

A reportagem “A soja pirata”, publicada em 15 de outubro pelo jornal **Zero Hora**, é particularmente ilustrativa do trabalho da mídia na consolidação da *ameaça da fogueira*, e do ambiente de tensionamento que ela contribuía para acirrar. Vejamos alguns trechos dessa reportagem.

A ameaça da Secretaria da Agricultura de que lavouras clandestinas podem ser queimadas faz com que produtores como R.\*, de Cruz Alta, armem um esquema de cinema para dar um depoimento sobre o assunto. No meio da tarde de uma terça-feira, preferiu marcar a entrevista em um posto de gasolina na beira da estrada. Como referência, apenas a caminhonete preta.

O agricultor A.\*, de Cruz Alta [...] no ano passado, não resistiu. Comprou sementes transgênicas de um contrabandista e plantou. A produtividade foi igual aos cultivos tradicionais. O que mudou foi o custo. Agora, o produtor tem sementes guardadas, mas ainda não sabe se vai plantar nos seus 220 hectares: “Dizem que as lavouras podem ser queimadas. Vou esperar para ver o que a vizinhança vai fazer”.

Vale lembrar que até aquele momento eram quatro os registros relacionados à queima de material geneticamente modificado no Rio Grande do Sul: em 25 de fevereiro, Júlio de Castilhos, realizada por agricultores; em 1º de março, Jóia, pelo MST; em 22 de abril, Cachoeirinha, pela CTNBio; em 19 de outubro, Júlio de Castilhos, pela Polícia Federal<sup>91</sup>. E que nenhum deles ocorrera sob responsabilidade do Governo Estadual. No entanto, é ao Governo Estadual que as ações seriam atribuídas pela mídia.

---

<sup>91</sup> Em relação ao último desses registros, a ação seria realizada em 19 de outubro, portanto após a publicação da reportagem aqui comentada. Entretanto, seu anúncio precedera a publicação da referida reportagem.

As retrospectivas sobre o tema, produzidas pelo jornal **Zero Hora**, são interessantes para perceber como a versão construída pela mídia consolidar-se-ia, com o passar do tempo, como versão dominante. E isso independentemente da ausência de fidelidade em relação aos fatos.

É assim que, no final de 1999, tínhamos uma reportagem em que a queima de soja em Júlio de Castilhos – presumivelmente a primeira, ocorrida em fevereiro, realizada por agricultores – seria, com todas as letras, atribuída ao Governo Estadual. Na mesma reportagem, o Executivo Estadual seria, ainda, culpabilizado pela destruição do arroz transgênico da área experimental de Cachoeirinha, realizada pela CTNBio. Vejamos.

O ano foi do transgênico. Nos tribunais e nas lavouras. Os primeiros *rounds* entre o governo estadual e os produtores foram travados ainda no início do ano, quando técnicos da Secretaria da Agricultura queimaram pés do produto modificado geneticamente em Júlio de Castilhos, na região central do Estado. Uma lavoura experimental do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), em Cachoeirinha, foi destruída por ordem da CTNBio, e os produtores culparam o governo estadual.<sup>92</sup>

No final do ano seguinte, comentando as ações realizadas pelo Governo Estadual em relação ao tema durante o ano de 1999, **Zero Hora** afirmaria: “o Estado interdita mais de 70 áreas experimentais e queima lavouras de arroz, milho e soja”<sup>93</sup>.

Refletindo o que parecia ter se consolidado como interpretação dominante, a mesma frase seria reproduzida, já na metade do ano de 2001, em reportagem de título sugestivo: “agricultor pretende ampliar lavoura clandestina”<sup>94</sup>.

Na história como contada pela mídia, a imagem construída do Governo gaúcho seria a de um agente implacável na fiscalização e destruição de áreas

---

<sup>92</sup> Transgênicos na boca do povo, **Zero Hora**, 24/12/1999.

<sup>93</sup> Procuradora alerta para crime de desobediência, **Zero Hora**, 29/11/2000.

<sup>94</sup> **Zero Hora**, 27/7/2001.

cultivadas ilegalmente com sementes transgênicas. À ação governamental era, assim, atribuída a possibilidade de interrupção do ciclo natural de desenvolvimento das plantações. A ameaça de queima de lavouras conferia à ação do Estado um poder de destruição só encontrado em catástrofes naturais. Daí a força do argumento construído, pelo que carrega de simbólico.

Nesse quadro interpretativo, não é difícil concluir que a imagem de um Governo incendiário de lavouras tenha contribuído para um maior tensionamento e polarização entre os agentes sociais envolvidos, acirrando o conflito referente aos transgênicos no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, a partir da análise do trabalho da mídia gaúcha na construção da fogueira como ameaça e em sua consolidação no debate sobre os transgênicos, pôde-se perceber o lugar ocupado pela mídia nesse debate. Mas, se é fato que essa imagem é fabricada através do trabalho realizado pela mídia, sabemos que essa construção não ocorre a partir do nada, em um vazio de práticas e símbolos.

Afinal, dado que os meios de comunicação, sendo parte integrante da realidade e criando uma visão mediática da realidade, agem fabricando coletivamente representações sociais, temos que a interpretação produzida pela mídia muitas vezes não faz mais do que reforçar as interpretações espontâneas, mobilizando os pré-julgamentos existentes na sociedade (CHAMPAGNE, 1991, p.65; 69).

Podemos, assim, identificar, com relação à *ameaça da fogueira*, fenômeno semelhante ao evidenciado por Kepplinger (1995), para o caso da energia nuclear na Alemanha. Discutindo a relação entre cobertura jornalística e opinião pública ao longo de duas décadas, esse autor aponta a correspondência existente entre elas, sugerindo a ocorrência de um processo de reforço mútuo: uma vez induzidos os medos da população, as expectativas então geradas exerceriam pressão para a publicação de reportagens negativas em relação ao tema.

Assim, se a *ameaça da fogueira*, constituída e consolidada pela mídia no debate gaúcho, não pode ser justificada a partir da presença do Secretário de Agricultura na cena da fogueira – ou da ênfase do Governo Olívio Dutra em sua posição contrária à produção, cultivo e consumo de alimentos geneticamente modificados em território gaúcho –, podemos supor que ela encontre correspondência no imaginário social de agricultores que convivem com a soja transgênica clandestina, em seu temor diante de possíveis ações punitivas por parte do Governo Estadual. Esse temor será objeto de análise no próximo Capítulo.

A lavoura da fome – poema 25

*As árvores ainda não despertaram  
e eu como-lhes os frutos. As árvores  
feneceram e eu como-lhes os frutos.*

*Tudo o que colherás ou colheste,  
tenho-o na garganta. A estéril me gera.  
Alimento-me da ausência das plantas.*

*Sou a pedra expulsa do ventre da terra.  
Uma pedra no descampado, mesa, altar,  
entre folhas e urzes. A densidade*

*que o profundo não mais suportou  
e expôs. Um delírio em repouso,  
marmóreo, era toda uma história*

*interior e, de repente, sobejou  
do escuro. Fome não escolhida,  
acolhe-me a predestinação das raízes*

*pondo escrita a perder de vista.  
E arranca com os lábios as ervas  
do transcendente, ruminando-o.*

Maria Carpi

## 6. AGRICULTORES, ESTADO E ESTRATÉGIAS: deboche, malandragem e legitimidade dos cultivos ilegais

*É a impunidade... Tomam uma xingada, mas já ganharam. Se arriscam, vão experimentando.* (Neusa)

No Capítulo 1, percorrendo os principais fatos referentes à polêmica dos transgênicos no Rio Grande do Sul ocorridos no período recortado neste estudo, tivemos delineado o campo do debate sobre o tema no Estado e a apresentação dos agentes sociais que nele tomariam parte. Esse quadro seria completado ao longo do Capítulo 5, quando, através da análise do trabalho de construção de representações sociais pela mídia gaúcha, seria evidenciada a constituição disso que denominamos de *ameaça da fogueira*. Ali indicamos caber supor encontrar no imaginário social de agricultores que convivem com a soja transgênica clandestina, em seu temor diante de possíveis ações punitivas por parte do Governo Estadual, correspondência a tal *ameaça*, construída pela mídia. Esse será o ponto de partida deste Capítulo.

Alguns dos receios referentes aos transgênicos encontrados entre os agricultores observados na pesquisa etnográfica foram, a partir da perspectiva de análise das percepções de risco, abordados no Capítulo 3. Este Capítulo será dedicado a evidenciar seu temor ante a ação do Estado e, a partir daí, a apreender as estratégias construídas para, tendo em vista que a adesão ao cultivo da soja geneticamente modificada em alguma medida ia se conformando como requisito para sua aceitação social, lidar com esse medo. Ao final do Capítulo, veremos ainda que essas estratégias, construídas no cotidiano de agricultores, encontrariam correspondência no modo como as

lideranças pró-transgênicos gaúchas conformariam sua argumentação no embate político com o Governo Estadual.

### **6.1. O Estado percebido como ameaça**

O propósito deste item consiste em evidenciar a presença, entre os agricultores observados na pesquisa etnográfica, de temor diante de possíveis ações punitivas por parte do Governo Estadual em relação às lavouras transgênicas clandestinas.

No início de junho de 2000, quando seria realizada a primeira fase do trabalho etnográfico junto a agricultores da região centro-sul do Estado, a soja acabava de ser colhida, sendo que a maior parte dela ainda não havia sido comercializada pelos produtores. A safra que então vinha de ser colhida era a mesma que, à época de seu plantio, fora objeto, na região centro-norte do Estado, dos embates entre Governo Estadual e produtores pró-transgênicos.

Sabia-se da ocorrência, na região centro-sul, de lavouras de soja transgênica, ainda que em intensidade bem menor do que a observada na região centro-norte do Estado. Vale, ainda, mencionar que, na região aqui focalizada, os informantes evidenciar-se-iam cientes dos episódios transcorridos, no final de 1999, nos municípios próximos a Tupanciretã e Júlio de Castilhos, região à qual se refeririam como “Serra”.

Durante a realização da pesquisa de campo, Dona Lúcia – que, juntamente com o marido, Seu Adriano, me hospedava em sua casa –, organizaria uma pequena reunião, convidando alguns de seus conhecidos para que apresentassem à pesquisadora sua visão a respeito da situação da agricultura da região. Participariam da conversa sete produtores, todos

homens, dentre eles cinco proprietários e dois jovens irmãos, que vivem e trabalham na casa paterna<sup>95</sup>.

Na reunião, em que o assunto proposto era a história, características e situação da agricultura local, o tema transgênicos surgiria prontamente na conversa. O tema seria objeto dos mais diversos comentários, nunca referidos à própria experiência. Entre os aspectos mencionados, estariam as vantagens advindas com a redução dos custos de produção, as desconfianças no que se refere à possível futura dependência de compra de sementes<sup>96</sup>, a comparação de características de plantas e grãos transgênicos e convencionais.

A conversa fluiria em tom impessoal, até que um dos lavoureiros – esse é um dos termos mais freqüentemente utilizado por esses produtores para se designarem – mencionasse o tema segregação de grãos<sup>97</sup>.

Em seu depoimento, Ruben narraria que escutara de um caminhoneiro que, em uma empresa compradora de soja localizada na região e bastante conhecida dos presentes, o teste estaria sendo realizado com a utilização de um liquidificador. Uma vez identificados grãos transgênicos e não-transgênicos, seriam destinados a moegas diferentes.

---

<sup>95</sup> Tendo se apartado da roda de produtores, um grupo de mulheres estava também presente no salão da comunidade, onde se realizava a reunião. Era uma tarde de sábado, e a reunião acontecia após a missa, e elas aguardavam que seus maridos, pais ou filhos estivessem prontos para retornar a suas casas.

<sup>96</sup> Tema analisado no Capítulo 3.

<sup>97</sup> O tema segregação entre grãos transgênicos e não-transgênicos é referente ao processo de rastreabilidade do produto, por sua vez relacionado à sua certificação. A certificação do produto não-transgênico tem sido colocada como requisito para a comercialização em mercados que estabelecem restrições ao consumo de organismos geneticamente modificados, sendo a separação dos grãos no momento em que o produtor os vende o primeiro passo em uma cadeia de operações, que incluiria, por exemplo, no caso da soja, o esmagamento para extração do óleo em moegas diferentes.

Três meses mais tarde, já na segunda fase da pesquisa de campo realizada nessa região, o tema segregação de grãos – que pressupõe a identificação do produto transgênico e, portanto, do produtor que semeara grãos clandestinos – apareceria de forma recorrente nas entrevistas com produtores. E o mesmo ocorreria no norte do Estado, a outra região em que seria realizada a pesquisa de campo junto a agricultores.

Aqui cabe esclarecer que, decidido a impedir a estocagem de grãos transgênicos na rede de armazenagem da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), o Governo Estadual estabeleceu, em outubro de 1999, que seriam realizados testes de transgenia no recebimento do produto, sendo os grãos identificados como transgênicos recusados. Ainda, algumas poucas empresas e cooperativas gaúchas, não localizadas nas regiões estudadas, realizariam a segregação do produto, buscando garantir seu acesso ao mercado de grãos não-transgênicos.

Nos depoimentos, o tom com que os informantes se refeririam ao tema da segregação da soja transgênica denotaria inquietação. As frases formuladas demonstravam incerteza em relação ao que estaria verdadeiramente ocorrendo, evidenciando que não sabiam se a identificação dos grãos transgênicos era fato ou boato.

É assim que, ao narrar que a empresa compradora de soja, ou a Cooperativa, ou a CESA, estaria realizando, no recebimento da soja, testes de transgenia para possibilitar a segregação dos grãos, seriam utilizadas expressões como “*eu ouvi falar que...*”, “*disseram que...*”, “*tem um aparelhinho lá...*”, “*eu ouvi na rádio...*”, “*lá no [nome de município vizinho] iam tirar amostra...*”.

Um único produtor – o maior de sua localidade, e também o único, de todos os informantes, que declararia cultivar soja transgênica – demonstraria segurança em relação ao tema, afirmando categoricamente: “*hoje não se separa, vai tudo junto*”.

É interessante notar que a forma de circulação das informações sobre o tema da segregação da soja transgênica assumia características semelhantes às identificadas nos estudos sobre *rumor* (KAPLAN, 1982; MORIN, 1997; ROUQUETE, 1990; CAMPION-VINCENT e RENARD, 1990, 1998).

Assim, enquanto no caso relatado por Ruben na reunião, anteriormente comentado, o tema ganhava forma de *proposição a crer*, em vários dos depoimentos mencionados o tema se apresentaria de maneira *menos definida*, com certo ar de mistério. Do mesmo modo, então, que na classificação dos traços invariantes do rumor, proposta por Reumaux (1990).

Retornando à reunião de produtores, e lembrando que ela se realizava no momento em que a soja acabava de ser colhida, temos que é nesse contexto, em que o destino da safra era ainda incerto, que podemos compreender que o *boato do liquidificador* tenha conduzido a conversa ao tema cultivo ilegal da soja transgênica.

A partir do relato de Ruben da história que escutara do caminhoneiro, Seu Gustavo – proprietário de 300 hectares de terra, o que lhe confere certa distinção na localidade – prontamente afirmaria não ter plantado a soja transgênica por “ter pé atrás”. Diante da desconfiança expressa, um rapaz, o mesmo que anteriormente destacara o menor custo de produção do grão geneticamente modificado, agregaria sua explicação para a considerada ainda pequena expansão da soja transgênica naquela região: “a maioria estava com medo de cadeia”.

Nesse ponto, o centro da conversa se deslocaria para o Governo Estadual. Seu Gustavo, referindo-se à posição de Olívio Dutra – cuja fisionomia é marcada por um farto bigode – declararia que “o Bigode disse que ia arrancar tudo”, no que seria secundado por Ruben, que afirmava que o Governador dissera que “arrancaria” qualquer lavoura transgênica.

Em ocasião anterior a essa reunião, em conversa com Seu Adriano, havia me sido reportado que, segundo os comentários correntes, a soja transgênica só não havia se difundido mais na região “*por culpa do Bigodudo*”.

O medo de ter suas lavouras destruídas pelo Governo Estadual parecia explicar, naquele momento, a baixa adesão à tecnologia que, embora aparentemente promissora, era ilegal.

Em setembro, o mesmo Seu Adriano expressaria esse medo. Mencionando vários conhecidos que teriam semeado a soja geneticamente modificada – em junho ele não se referira abertamente a nomes –, Seu Adriano, proprietário de 25 hectares, diferenciava-se dos demais afirmando-se “pequeno”, lastimando: “*se me pegam e perco tudo, o que será?*”.

Era evidente, assim, a existência de temor por parte desses produtores diante da possibilidade de destruição das lavouras ilegais pelo Estado. Mesmo a discrição e impessoalidade com que o tema era tratado, especialmente em espaços públicos, como a reunião comentada, atestavam esse temor. Dessa forma, a *ameaça da fogueira*, analisada no Capítulo anterior, encontrava, sim, correspondência nesse imaginário social.

Entretanto, temos que esse medo seria relativizado por certa incredulidade no que se refere à capacidade do Governo Estadual garantir o cumprimento da lei. É o que veremos, a seguir.

## **6.2. Deboche, malandragem e a construção da impunidade**

Convivendo com a ameaça das ações punitivas do Governo Estadual em relação às lavouras transgênicas clandestinas, mas, ao mesmo tempo, com uma certa pressão social no sentido da adesão a elas, os agricultores observados conformariam estratégias para driblar o medo.

Para a apreensão dessas estratégias, objetivo deste item, cabe lembrar o contexto em que a incredulidade ante a ação do Governo gaúcho atenuava, crescentemente, o temor por ela gerado.

Como visto no Capítulo 1, diante dos protestos realizados na região centro-norte do Estado por produtores pró-transgênicos, o Governo Estadual suspenderia, no final de 1999, a fiscalização das lavouras suspeitas de transgenia. A partir de então, por força de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa Estadual, o Executivo gaúcho permaneceria impedido de realizar vistorias até o final de 2000. E quando essa ação fiscalizadora deixaria de sofrer qualquer cerceamento legal, sua retomada seria impedida por constrangimentos de outra ordem, dado o ambiente de tensionamento em que se encontrava o campo gaúcho<sup>98</sup>. Dessa forma, as vistorias, suspensas no final de 1999, jamais seriam retomadas pelo Governo Olívio Dutra.

Delineados os acontecimentos do período, temos evidenciado o contexto em que o temor ante a força de coerção exercida pelo Governo Estadual seria, passo a passo, substituída por uma incredulidade frente à ação governamental. Esse processo seria observado na pesquisa etnográfica. Vejamos.

Ainda que timidamente, em junho de 2000, quando era incerto o destino da safra de soja que apenas acabava de ser colhida na região centro-sul do Estado, essa incredulidade já se fazia perceber entre produtores.

Naquele momento, logo após ter relatado que a soja transgênica só não havia se difundido mais na região até então “*por culpa do Bigodudo*”, Seu Adriano, indagado se acreditava que os conhecidos tivessem medo da fiscalização, responderia que “*eles dão é risada*”, argumentando:

---

<sup>98</sup> Como já relatado, entre os fatores que contribuiriam, naquele momento, para um ambiente desfavorável à retomada pelo Governo Estadual da fiscalização das lavouras transgênicas estariam a intensificação dos conflitos em torno do tema Reforma Agrária, a incidência de uma crise de febre aftosa e, ainda, a seca.

*Pois se ninguém foi pego! Nem lá em Tupã [Tupanciretã], quem é que foi pego? E lá por Tupã e Júlio [Júlio de Castilhos], é tudo transgênico!.*

Já em setembro, na segunda fase da pesquisa de campo nessa região, quando a safra seguinte era planejada, essa incredulidade, por vezes expressa em tom de deboche, apresentar-se-ia, em conversas ocorridas em visitas a produtores, mais intensa e generalizada. Vejamos alguns depoimentos:

*Lá prá Serra, os fiscais não acharam uma carga! Passam uma bolinha, que nem fazem com a Polícia Rodoviária Federal... (Valter)*

*Eu achei que ia dar rolo lá em Rio Grande, na exportação. Mas não deu nada! (Élcio)*

*Fizeram que iam fiscalizar, e não fizeram nada. Onde está essa soja toda? Não ouvi falar de nenhum navio que foi parado na Europa. E sei que lá eles não querem. (João)*

*Vai ter que vir Porto Alegre inteira prá fiscalizar. (Milton)*

O mesmo Seu Milton, que, afirmando ser necessário “*vir Porto Alegre inteira prá fiscalizar*”, expressando assim entender que a soja transgênica se disseminaria na safra seguinte sem que o Governo Estadual pudesse impedir, forneceria a receita de como burlar a fiscalização.

Explicando que o procedimento dos fiscais consistia em aplicar, em um quadro de lavoura de soja crescida, o herbicida *Roundup*, retornando no dia seguinte para verificar o resultado – sendo a soja transgênica, as plantas não morreriam –, Seu Milton ensinaria o truque:

*Eu posso ir lá durante a noite, e passar o 2,4 D [um outro herbicida, ao qual a soja geneticamente modificada não é resistente], e aí morre também a transgênica.*

A incredulidade ante a possibilidade do Governo Estadual, punindo os plantadores de soja transgênica, assegurar o cumprimento da lei, manifestava-se, então, em tom de deboche, em um ambiente de desobediência – publicamente estimulado pelas lideranças pró-transgênicos – e impunidade.

Aqui cabe lembrar a distinção entre as duas regiões rurais em que foi realizado o trabalho etnográfico. Diferentemente dos agricultores familiares do norte gaúcho, os produtores da região centro-sul do Estado entrevistados identificavam-se com os produtores da região de Tupanciretã em vários aspectos. As semelhanças iriam do tamanho de propriedade, passando pelo modelo tecnológico, chegando à posição política majoritariamente oposicionista ao Governo Estadual e correspondente referência às posições expressas pelas lideranças pró-transgênicos. Ainda, segundo alguns informantes, daquela região – da “Serra” – eram originárias as sementes transgênicas semeadas na região centro-sul.

Essa distinção permite interpretar o tom de ironia de Seu Milton, que em seu depoimento expressaria uma visão bastante crítica ao Governo Estadual. Vale mencionar que, à época da realização da pesquisa de campo, período que antecedia a ocorrência de eleições municipais – *tempo da política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) –, podia-se observar em muitas fachadas de casas de agricultores, bem como em seus galpões, carros e máquinas, símbolos que evidenciavam sua adesão a partidos políticos, prática corriqueira no interior gaúcho. É assim que, no galpão de máquinas de seu Milton era exibida a bandeira de um dos partidos do bloco oposicionista ao Governo Olívio Dutra, signo de pertencimento do agricultor às facções que, localmente, se contrapunham ao partido que governava o Estado.

Tendo presente a diferenciação, também política, entre as duas regiões em que se realizaria a pesquisa, seria possível perceber que, se em ambas estava presente a incredulidade frente a eventuais ações punitivas do Governo Estadual, essa incredulidade assumiria tom de deboche apenas naquela mais permeável à desobediência estimulada pelas lideranças pró-transgênicos.

Assim, entre os informantes da região norte do Estado, que em boa medida se referenciavam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e que majoritariamente manifestavam simpatia pela orientação política do Governo Estadual – esta seria, em 2002, uma das regiões do Rio Grande do Sul em que o Partido dos Trabalhadores atingiria seus melhores índices de votação –, a incredulidade frente à ação governamental assumiria um outro formato, não-hostil ao Governo, algo que poderíamos associar a uma *malandragem colona*. Vejamos.

Em visita a Nilton – acompanhada por Neusa, que, com o marido Inácio e o casal de filhos, Eduardo e Ana, constituíam a família de agricultores que me hospedava em sua casa –, chegaríamos ao tema transgênicos a partir de seu relato de uma reunião sobre agroecologia em que estivera no dia anterior, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

A partir de seus comentários críticos a respeito da utilização de agrotóxicos, Nilton seria indagado se haveria vantagens nos cultivos transgênicos, ao que responderia prontamente: “*por aqui ninguém planta*”. Mas seu tom não era sério, e como ele percebera que eu não acreditara em sua afirmação, rimos. A partir daí, falaríamos sobre o assunto.

Declarando sua desconfiança ante a tecnologia, que poderia gerar dependência dos agricultores no que se refere às sementes de soja, dado que supostamente passariam a ser obrigatoriamente compradas, e não mais reproduzidas pelos próprios agricultores<sup>99</sup>, Nilton afirmaria que “*todo mundo não planta porque não é liberado*”, para logo em seguida contar que no município vizinho, “*de vinte, vinte plantaram transgênico*”, explicando: “*é fácil de plantar, tu passa o herbicida e está feito o serviço*”.

---

<sup>99</sup> Esse tema é analisado no Capítulo 3.

É interessante notar como o informante construiria seu argumento. Nilton apresentaria o arrazoado que embasa a rejeição à tecnologia para, no momento seguinte, afirmar suas vantagens. Da mesma forma, da negação absoluta da existência de lavouras transgênicas, ele passaria a admitir sua presença – que só não era maior devido à proibição –, para, na seqüência, declarar sua completa generalização, mas não ali, e sim no município vizinho, como se fosse um local distante, e não exatamente contíguo à própria comunidade em que vive e cultiva sua lavoura.

O informante explicitava que as lavouras transgênicas eram sabidamente ilegais, e, ao mesmo tempo, que entre alguns, agricultores do município vizinho, seu cultivo era generalizado, deixando implícito que entre outros – aí se incluía – o mesmo não ocorria.

Nesse ponto, ao ser indagado do porquê, diante da ilegalidade, se arriscariam esses que aderiam aos cultivos transgênicos, o agricultor, sem qualquer vacilação, responderia: *“isso é que nem a maconha”*.

Em outra oportunidade, conversando com Neusa e Inácio, eu viria a saber que, pouco tempo antes de minha estada na comunidade, em um município vizinho, a polícia havia identificado uma plantação de maconha. Daí a associação apresentada por Nilton.

Mas, no momento da conversa com Nilton, diante de meu espanto frente à inusitada comparação, Neusa intercederia na conversa, explicando:

*É a impunidade, que nem a água no leite. Tomam uma xingada, mas já ganharam. Se arriscam, vão experimentando.*  
(Neusa)

Mais tarde, retomaria esse tema em conversa com Neusa, que, orgulhosa de suas bem cuidadas vacas, demonstraria indignação ante agricultores que, *“sem fazer pasto, nem nada”*, conseguiam produzir mais leite: *“Como é que pode? Dava até raiva!”*.

Neusa contaria que isso ocorrera já há algum tempo, explicando que na Cooperativa, até então a única empresa compradora de leite naquela região, o fato de a medição da gordura do leite ser realizada apenas uma vez por semana, e a provável “*combinação com gente lá de dentro*”, possibilitara a difusão da prática de adição de água ao leite. Segundo a informante, essa prática apenas viria a se reduzir a partir do momento em que, com base em denúncias de produtores que não a adotavam, “*a Cooperativa começou a apertar*”.

A adição de água ao leite, expediente obviamente ilícito, empregado por produtores que desejam, sem esforço, ver sua renda ampliada a partir da venda de um maior número de litros de leite, é apenas um dos exemplos que evidenciam uma das facetas da visão de mundo daquela comunidade de agricultores – mas que certamente não é específica a ela –, que, em alguma medida, convive em um *ambiente trapaceiro*.

Em uma noite fria, reunindo na cozinha, em torno do fogão a lenha, o marido (Inácio), o filho (Eduardo) e a visita (eu), Neusa forneceria mais elementos para a apreensão dessa *malandragem colona*.

Ela trazia um livro, já bastante surrado, escrito em italiano, que narrava, de forma cômica, as peripécias de um imigrante italiano – lembremos que a família que me hospedava, assim como a grande maioria dos agricultores daquela região, são descendentes de imigrantes italianos – que, recém-chegado ao Brasil, não tinha quaisquer bens, apenas iniciava a trabalhar, mas queria resultados rápidos: planejava enriquecer, mas sem muito esforço.

O enredo, características do protagonista, desfecho e humor das histórias narradas por Neusa naquela noite em tudo se assemelhavam às aventuras de Nanetto Pipetta<sup>100</sup>, personagem que parece ser emblemático das

---

<sup>100</sup> BERNARDI, Aquiles. **Vita e storia de Nanetto Pipetta**: nassuo in Itália e vegnudo in Mérica par catare la cucagna. Porto Alegre: Vozes, 1975 (4ª edição), 207p.

representações dos imigrantes de origem italiana em sua chegada ao Rio Grande do Sul.

Escritas pelo frei Aquiles Bernardi (1975) em dialeto vêneto, as aventuras de Nanetto Pipetta foram originalmente publicadas, entre 1924 e 1925, no jornal dos padres Capuchinhos, *Staffetta Riograndense*, hoje *Correio Riograndense*. Seus leitores eram colonos italianos, que recebiam seus jornais aos domingos, nas capelas do interior gaúcho. À época, eram cinco mil assinantes, que com suas famílias muito possivelmente divertiam-se com as peripécias do personagem à beira do fogão... tal qual ocorreria, algumas décadas mais tarde, na cozinha de Neusa.

Nanetto Pipetta é um imigrante italiano que viera à América em busca da *cuccagna*. A Cocanha, segundo Franco Júnior (1998, p.10), seria

uma terra imaginária, maravilhosa, uma inversão da realidade vivida, um sonho que projeta no futuro as expectativas do presente... uma utopia.

Aqui podemos emprestar a abordagem sugerida por Darnton (1986, p.21), que estudando contos populares como eram narrados “em torno às lareiras, nas cabanas dos camponeses, durante as longas noites de inverno, na França do século XVIII”, se propõe a buscar compreender o universo mental do “homem comum” daquele período.

Pretendessem elas divertir os adultos ou assustar as crianças... as histórias pertenciam sempre a um fundo de cultura popular, que os camponeses foram acumulando através dos séculos, com perdas notavelmente pequenas. (DARNTON, 1986, p. 32)

O livro de Neusa, assim como as aventuras de Nanetto Pipetta, que permanecem ainda hoje sendo lidas por agricultores das regiões de colonização italiana do Sul do País, evidenciam a difusão, há várias gerações, desse gênero de literatura, o que permite intuir seu herói como constitutivo do imaginário social desses colonos.

A caracterização construída do personagem insinua a figura do *malandro*, que, segundo DaMatta (1997, p.263),

é um ser deslocado das regras formais, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido... como totalmente avesso ao trabalho e individualizado pelo modo de andar, falar e vestir-se.

Ainda segundo esse autor, que registra ter encontrado entre os índios Apinayé uma versão bastante completa das histórias de Pedro Malasartes, cujo mito é apontado como o paradigma de todos os malandros, a narrativa popular das aventuras do malandro é difundida em todo o Brasil (DAMATTA 1997, p.271-273).

É assim que podemos sugerir que as histórias narradas na cozinha de Neusa se constituam em uma “versão colona” das aventuras de Pedro Malasartes.

Retornemos à beira do fogão a lenha, na cozinha da família que me hospedava naquela noite de inverno. Em um dos trechos do livro, selecionados e lidos em voz alta por Neusa – que traduzia para mim –, era relatado, de forma divertida, o estratagema formulado pelo herói e seu sócio para ganhar dinheiro fácil. Venderiam uma pomada para curar feridas de vacas, e para garantir a freguesia bastaria que, furtivamente, munidos de uma pequena faca, provocassem ferimentos nas vacas dos vizinhos.

Diferentemente do que ocorria em várias histórias da vida real que me seriam narradas – referentes, por exemplo, a fraudes em financiamentos bancários, ou desvios de dinheiro em cooperativas, ou à água adicionada ao leite –, na ficção, o malandro era o herói. Da mesma forma que quando eram contados pequenos deslizes e mentiras, ou, ainda, quando o ato ilícito, praticado por alguém próximo, era narrado em tom menos impessoal. A desonestidade era, então, separada da esperteza, essa socialmente aprovada.

É nesse *ambiente trapaceiro* que se disseminaria a soja transgênica clandestina. Como explicara Neusa, ao estabelecer a comparação com a adição de água ao leite, ciente da ilegalidade do ato, em ambiente de impunidade o infrator persiste, desfrutando dos benefícios de sua malandragem, que, percebida como ousadia seria não apenas aceita socialmente, mas mesmo estimulada.

Entre esses agricultores familiares, no que se refere aos cultivos transgênicos, a transgressão da lei realizava-se, então, subterraneamente, sem expressão no debate. Dessa forma, a adesão aos cultivos transgênicos ocorria sem que houvesse manifestação de defesa da ilegalidade, o que, de outro modo, implicaria em assunção de atitude de conotação hostil em relação ao Governo Estadual.

O mesmo argumento nos permite compreender a difusão da soja geneticamente modificada também entre assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – reconhecidamente opositor das lavouras transgênicas –, que seria, em março de 2003, denunciada pela mídia e confirmada por lideranças do próprio MST<sup>101</sup>.

De forma diversa ocorria na região centro-sul do Estado, em que os informantes se referenciavam nas posições dos setores que, argüindo a legitimidade da ilegalidade, colocavam suas máquinas na rua em movimento de defesa dos cultivos transgênicos.

Chegando ao final deste Capítulo, temos agora um caminho percorrido que nos permite apreender um ponto central no debate sobre os cultivos transgênicos no Rio Grande do Sul: a afirmação do ilegal como sendo legítimo. Essa discussão deverá agregar elementos para o entendimento da diferenciação entre as estratégias de agricultores das duas regiões estudadas, aqui analisadas.

### 6.3. A legitimidade da ilegalidade

Explorando o processo de construção da argumentação das lideranças gaúchas pró-transgênicos, o propósito deste item consiste em substanciar a polarização política que marca o debate público sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul.

Esse percurso terá como ponto de partida o final de 1999, quando, diante de estradas bloqueadas por caminhonetes e tratores, na região centro-norte do Estado, o Governo Estadual suspendera as vistorias das lavouras suspeitas de transgenia.

Naquele momento, buscando solução negociada para o impasse, o Governo gaúcho criaria uma linha especial de crédito bancário, destinada à substituição, através de replantio, de lavouras de soja transgênica por convencional.

Sob alegação de recear que fossem identificados os plantadores de soja transgênica que efetivassem o financiamento e afirmando sua convicção em relação à adoção dos cultivos transgênicos, lideranças pró-transgênicos declarariam sua rejeição à linha de crédito oferecida pelo Governo Estadual.

A reportagem publicada pelo jornal **Zero Hora**, reproduzida a seguir, evidencia o tom em que ocorria esse debate.

---

<sup>101</sup> Lavouras limpas denunciam transgênicos em assentamentos: assentados e MST admitem plantio de soja modificada, **Zero Hora**, 13/03/2003; Agricultores ligados ao MST no RS têm lavouras com soja transgênica, **Folha de São Paulo**, 13/03/2003.

**Produtores rejeitam replantio de soja**  
Crédito não estimula troca de lavouras transgênicas

Os agricultores que estão cultivando soja transgênica em Cruz Alta, Jóia e Tupanciretã não pretendem utilizar a linha de crédito de R\$ 10 milhões oferecido pelo governo estadual para o replantio de áreas com sementes convencionais.

Produtores e dirigentes rurais dos três municípios são unânimes ao justificar a intenção: estão convictos da escolha pelo produto modificado, não querem assumir novos empréstimos e temem ser identificados no momento da retirada. O dinheiro estará disponível a partir de amanhã nas agências do Banrisul em todo o Estado.

– Ninguém seria louco de mexer na plantação – avaliou o presidente do Sindicato Rural de Cruz Alta, Décio Teixeira.

Além do risco de destruir o que já está cultivado e não ter tempo de semear outra lavoura, o fator econômico também está pesando nas decisões. O presidente do Sindicato Rural de Jóia, Pedro Olinto da Silva, argumentou que os produtores não querem assumir mais dívidas.

Em Jóia, faltou chuva em praticamente todo o município durante um mês, e apenas 40% da área foi cultivada. Quando o plantio ocorrer, provavelmente será com a semente já armazenada no galpão. Segundo o prefeito Jandir Andreatta (PPB), que trocou idéias com diversos agricultores sobre a liberação do crédito, a proposta está sendo encarada como uma gozação.

– Os produtores estão dando risada, porque sempre houve dificuldade de crédito – explica Andreatta, acrescentando que os agricultores de Jóia não devem modificar as lavouras já implantadas.

No município de Tupanciretã, a situação é semelhante. O presidente do Clube Amigos da Terra, Almir Rebello – um dos líderes do movimento que defende a suspensão das vistorias estaduais – garantiu que nenhum produtor fará o replantio. Rebello calcula que os produtores deixarão de economizar R\$ 80 por hectare não podendo optar pela soja alterada. Na projeção do dirigente de que existem 600 mil hectares cultivados com semente transgênica no Rio Grande do Sul, o total chegaria próximo a R\$ 50 milhões.

– O produtor não é bobo de captar um recurso e liberar seu nome para uma posterior punição legal – alertou Rebello.

A possibilidade da incriminação dos agricultores que se identificarem para tomar o empréstimo no Banrisul – também levantada pela Federação da Agricultura (Farsul) – foi descartada ontem pelo Ministério Público Estadual (MPE). A procuradora de Justiça Sílvia Capelli garantiu que a listagem dos tomadores do crédito não será requerida pelo MPE. [...]

O presidente da Organização das Cooperativas (Ocergs), Vicente Bogo, considerou importante a liberação do montante para o replantio. Lamentou apenas que a medida não tenha sido anunciada antes. [...]

Suspensa temporariamente até hoje em Tupanciretã por determinação judicial, a fiscalização de propriedades rurais suspeitas de cultivo de soja geneticamente modificada será tratada hoje, às 9h, no fórum do município. Representantes da Procuradoria-Geral do Estado e do Sindicato Rural do município realizam uma audiência de conciliação na tentativa de resolver o impasse entre sojicultores e fiscais do Departamento de Produção Vegetal (DPV) da secretaria.

**Quadro 6.1 – Produtores rejeitam replantio de soja**

Fonte: Zero Hora, 7/12/1999

Estimulado, assim, pelas lideranças pró-transgênicos, o boicote, não haveria qualquer adesão de produtores à medida governamental proposta.

O presidente da Farsul – órgão de classe que agrega os Sindicatos Rurais, patronais – já havia, imediatamente após o anúncio da medida, manifestado reservas em relação à nova linha de crédito. Declarando acreditar que à época da colheita já teria ocorrido, em âmbito federal, decisão judicial que autorizasse os cultivos transgênicos – o que passaria a conferir legalidade às lavouras que, no final de 1999, eram objeto de polêmica –, afirmara considerar solução ideal para o impasse a suspensão das vistorias até o início da colheita, quando então, na eventualidade de ainda não terem sido legalizadas, “a aplicação de um agroquímico revelaria as lavouras ilegais”<sup>102</sup>.

Enquanto que a afirmação das vantagens econômicas supostamente advindas da tecnologia proibida parecia inocentar aqueles que a adotavam, a presunção da provisoriedade da ilegalidade dos cultivos transgênicos era também recorrente nas declarações de lideranças pró-transgênicos, registradas pela imprensa, no período. Somavam-se à confiança expressa pelos veículos de comunicação, também em consonância com a omissão do Governo Federal diante das lavouras clandestinas, que afirmavam insistentemente a inevitabilidade da adoção da transgenia no País.

A alegada provisoriedade da proibição constituía-se, então, em um dos elementos que conformava a legitimidade das lavouras ilegais. Afinal, como poderiam ser destruídas as lavouras clandestinas, se antes de sua maturação era previsto que deixassem de ser ilegais?

Mas se esse era um dos elementos explicativos da conformação da legitimidade das lavouras clandestinas, sua superação temporal não tornaria a soja transgênica ilegal menos legítima.

---

<sup>102</sup> Suspensas vistorias em Tupanciretã até amanhã: Governo gaúcho anuncia R\$ 10 milhões para replantio, **Zero Hora**, 5/12/1999; Juiz busca acordo em Tupanciretã, **Correio do Povo**, 7/12/1999.

É o que podemos depreender das declarações do presidente do Sindicato Rural de Cruz Alta que, em março de 2000, já à época da colheita daquela safra, apontando considerar medida discriminatória a realização de testes de transgenia no recebimento do produto, expressaria indignação ante a impossibilidade de estocagem dos grãos transgênicos – que permaneciam sendo ilegais – nos armazéns da Companhia Estadual de Silos e Armazéns<sup>103</sup>.

Mas será focando o debate sobre a fiscalização das lavouras suspeitas de transgenia, ocorrido no final de 1999, que chegaremos ao que parece constituir simbolicamente o centro da legitimidade da soja transgênica.

Para as lideranças pró-transgênicos, a ação fiscalizadora do Governo Estadual era, essa sim, considerada ilegítima. Isso mesmo no período anterior à aprovação da lei estadual que a impediria (dezembro de 1999), bem como no período posterior a sua suspensão pelo Supremo Tribunal Federal (novembro de 2000), quando a fiscalização era atribuição legal do Executivo gaúcho.

Entidades ligadas à cadeia produtiva da soja e representantes do governo reuniram-se no auditório da Fepagro e firmaram um pacto de proibição do plantio de soja transgênica nesta safra no Rio Grande do Sul. O acerto, no entanto, não teve a adesão da Farsul. A entidade considera ilegais e improcedentes as vistorias e apreensões de produtos geneticamente modificados realizadas pela Secretaria da Agricultura. O consultor jurídico da Farsul, Nestor Hein, argumenta que, além de infringir uma lei federal, que delega aos ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente a competência para fazer as inspeções, o kit utilizado pela secretaria não é homologado pelo laboratório do Ministério da Agricultura. “Os produtores rurais só devem aceitar a vistoria se houver mandado judicial”, reiterou.<sup>104</sup>

À medida em que as lideranças pró-transgênicos afirmavam considerar a fiscalização das lavouras suspeitas de transgenia como competência

---

<sup>103</sup> Cesa testa carga de soja e sindicato faz críticas, **Correio do Povo**, 23/03/2000; Produtores de soja prometem boicotar armazéns da Cesa, **Zero Hora**, 24/3/2000.

<sup>104</sup> Produtores e governo mantêm impasse sobre os transgênicos, **Correio do Povo**, 12/11/1999.

exclusiva da União, as vistorias realizadas pelo Governo do Estado seriam consideradas *invasão de propriedade*.

É o que podemos perceber na declaração do presidente do Sindicato Rural de Cruz Alta, reproduzida em reportagem veiculada pela mídia: “eles [os fiscais] estão invadindo galpões, sem pedir licença”<sup>105</sup>.

Ou, ainda mais claramente, nas palavras do dirigente de um dos Clubes Amigos da Terra daquela região:

*Como eles não tinham poder, não tinham legitimidade prá vir invadir as propriedades, nós não deixamos eles fazerem isso. Nós atacamos. E aí o senhor Secretário da Agricultura se juntou com o Secretário de Segurança, e mandaram o pelotão de choque da polícia, para dar garantia para que seus funcionários invadissem nossa propriedade. Nós não deixamos.*<sup>106</sup>

Excluindo do Governo gaúcho a possibilidade de realização de vistorias nas lavouras, a mesma liderança argumentaria, ainda, que a competência dos órgãos estaduais seria restrita à fiscalização de sementes. Mas não à fiscalização de quaisquer sementes. Estabelecendo distinção entre as sementes produzidas por produtores e as sementes adquiridas no mercado, essa liderança atribuiria aos dois tipos de sementes estatutos diferenciados. Assim, “a soja que nós temos em casa, a semente própria do produtor” não poderia, segundo seus parâmetros, ser considerada semente. E, dessa forma, não seria passível de se constituir em objeto de fiscalização. Daí afirmar que o Governo Estadual teria, ao realizar vistorias dessas sementes, “*invadido as propriedades*”.

A utilização do termo *invasão de propriedade* remetia, em verdade, a outro conflito, mais antigo e generalizado. Vejamos mais alguns depoimentos:

---

<sup>105</sup> Fiscais gaúchos apreendem soja e interditam lavouras, **Zero Hora**, 9/11/1999.

<sup>106</sup> Este trecho de depoimento – bem como alguns outros que, sempre assinalando a origem, reproduzirei neste item do Capítulo – é parte do conjunto de entrevistas realizadas, em julho de 2000, pelo cineasta francês Jean-Bernard Andro, como já mencionado na Introdução deste trabalho.

*No fundo, a questão dos transgênicos está sendo usada de fachada para que as áreas, as lavouras produtivas do Rio Grande do Sul, sejam passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, para o MST, uma vez que o Secretário de Agricultura do nosso Estado é um representante do MST. [...] O Secretário também montou um esquema de disque-denúncia. Então um empregado que não gostava do patrão, esse funcionário denunciava o patrão, que o patrão tinha soja transgênica [...] O Governo do Estado... colocou pessoas na fiscalização, pessoas sem a menor competência prá isso, provocadores. Eles vinham e diziam pros nossos produtores que eles iam invadir, tomar as terras dos nossos produtores, que iam botar os nossos produtores na cadeia. (dirigente de um Clube Amigos da Terra, em entrevista concedida a J.B. Andro, em julho/2000)*

*O Governo do Estado anda procurando prá denunciar, prá punir, prá prender... anda de caça às bruxas, procurando achar onde tem transgênico, prá criar dificuldade para aquele produtor, prá empresa ou entidade que eventualmente tenha produto transgênico. [...] O Governo do Estado estava se arvorando a fazer a fiscalização das lavouras, e não estava se atendo à questão dos transgênicos, mas a outras questões, como trabalhista, prá dificultar ainda mais a vida do nosso produtor. E isso estava sendo uma arma para o Governo do Estado usar contra a agricultura empregadora, a agricultura empresarial, que nós representamos. O Governo do Estado, na ideologia dele, não aceita a agricultura que não seja a familiar. (dirigente sindical patronal, em entrevista concedida a J.B.Andro, em julho/2000)*

Dessa forma, na visão dessas lideranças, o Governo do Estado estaria utilizando o combate à ilegalidade das lavouras de soja transgênica como pretexto para uma suposta luta política contra os grandes proprietários. À ação fiscalizadora das lavouras clandestinas estariam sendo associados o receio da aplicação da legislação trabalhista e, principalmente, a ameaça de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária.

Assim sendo, a polarização em torno do tema transgênicos no Rio Grande do Sul pode ser interpretada como reflexo de uma outra polarização, que tem por centro a propriedade da terra. Também, e não coincidentemente, essa polarização tem por protagonistas Farsul e MST, tendo se acirrado a partir da assunção do Partido dos Trabalhadores, identificado com os sem-terras, ao Governo do Estado.

O episódio que ocorreria, em setembro de 2000, durante a inauguração da Expointer – tradicional feira agropecuária, que se realiza anualmente, em Esteio –, seria ilustrativo do acirramento dessa polarização. Vejamos um trecho da reportagem que narra o episódio:

Nunca a Expointer teve uma inauguração oficial tão política e tensa como ontem. A pista de julgamento de animais se transformou em uma batalha ideológica que por pouco não descambou para a violência protagonizada por militantes de esquerda e produtores ligados à Federação da Agricultura do Estado (Farsul). [...]

Desde as 9h30min, representantes dos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Atingidos por Barragens (MAB), além do PT, começavam a ocupar as arquibancadas erguidas pela Farsul para abrigar os associados de sindicatos rurais. Centenas de manifestantes chegaram ao parque. Não demorou para que os ruralistas, portando bonés verdes da Farsul e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), passassem a dividir espaço nas arquibancadas. Vieram ônibus de todo o Estado.

Quando o ato começou, homens, mulheres e crianças portando bandeiras vermelhas saíram das arquibancadas e se colocaram no gramado em frente à tribuna de honra, onde estavam autoridades nacionais e estrangeiras. A turma dos ruralistas, portando faixas contra o governo estadual, seguiu o mesmo caminho. Durante os discursos, as duas facções alternaram vaias e aplausos para os oradores. [...]<sup>107</sup>

É a partir dessa polarização que podemos, também, interpretar as inúmeras declarações, contrárias aos transgênicos, de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre as quais a deliberação, aprovada em seu 17º Encontro Estadual, em dezembro de 1999, que estabelecia como alvo de futuras ocupações todas as terras cultivadas com transgênicos no Estado<sup>108</sup>.

A partir do exposto, cabe propor que a dramaticidade dos conflitos e do debate público em torno do tema transgênicos no Rio Grande do Sul talvez possa ser melhor interpretada através da noção de *transvalorização*, construída

---

<sup>107</sup> Tensão no parque de Esteio, **Zero Hora**, 2/9/2000.

<sup>108</sup> Sem-terra preparam invasões em lavouras de transgênicos, **Zero Hora**, 18/12/1999; MST ameaça área com transgênicos, **Correio do Povo**, 18/12/1999.

por Tambiah (1997, p.20-21). No estudo em que analisa os tumultos, envolvendo muçulmanos e cingaleses, ocorridos no Sri Lanka, o autor explica que a noção de *transvaloração* remete ao

processo paralelo de assimilação das circunstâncias particulares a uma causa ou interesse mais amplo, coletivo, duradouro e, portanto, menos dependente de condições contextuais... [que contribuiria para uma] ... progressiva polarização e dicotomização dos problemas e das posições políticas.

Nesse processo, explica o autor, os microeventos seriam distorcidos e supervalorizados. Ocorreria, assim, “um despojamento da especificidade dos eventos em suas situações de origem e sua tradução e incorporação em princípios mais gerais, desvinculados do contexto”, levando a que os resultados fossem percebidos como “ratificações de antigos danos causados pelo inimigo” (TAMBAH, 1997, p.20-21).

O argumento aqui apresentado, que sugere que a polarização do debate sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul seja interpretada a partir da polarização – mais ampla e menos conjuntural – em torno do debate sobre a Reforma Agrária, acirrado com a presença do Partido dos Trabalhadores no Governo Estadual, encontraria respaldo nas declarações de lideranças de ambos os lados, anteriormente comentadas, mas também em algumas das ações promovidas por esses agentes sociais.

Recordemos a propósito, a título de exemplo – já que diversos outros acontecimentos poderiam ser aqui mencionados –, o episódio de Não-Me-Toque, ocorrido no início de 2001. Como registrado pelos veículos de comunicação e lembrado pelos moradores de Porto Alegre entrevistados, o episódio teria sido protagonizado por José Bové, mas, de fato, tivera no militante francês um coadjuvante da ação promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também, o episódio, ocorrido na região centro-norte do Estado, no final de 1999, quando, bloqueando estradas com caminhonetes e tratores, produtores pró-transgênicos impediram que fiscais da

Secretaria de Agricultura estadual realizassem vistorias nas lavouras suspeitas de transgenia.

Dada a coincidência de protagonistas e métodos, torna-se aqui interessante comentar o tema vistorias de terras, realizadas pelo INCRA com o objetivo de identificar propriedades passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Ou, mais especificamente, as ações dos ruralistas visando impedir a realização dessas vistorias.

Antes, é interessante notar que o termo “ruralistas”, utilizado no Rio Grande do Sul pelos veículos de comunicação, bem como por grandes proprietários de terra identificados com a Farsul ao se auto-designarem, está também presente no debate sobre os transgênicos. Esse termo tem sua origem, com os significados que atualmente lhe são atribuídos, na hoje oficialmente extinta União Democrática Ruralista (UDR) que, formada em 1985, teve atuação expressiva no Congresso Constituinte.

Considerada um “divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil e na valorização do produtor rural”, a UDR, “reorganizadora de novos símbolos e do agir dos grandes proprietários de terra e empresários rurais”, se constituiu a partir de uma crise de representação do patronato rural brasileiro, mostrando-se capaz de galvanizar a unidade entre os diversos setores que o compõem. Dessa forma, forjando uma “nova identidade de classe” dos produtores rurais, a UDR fragilizaria as críticas sobre o latifúndio, que, colado aos setores ligados aos agronegócios, ganhava ares de modernidade (BRUNO, 1997, p.78-81).

Como evidencia Bruno (1997, p.82-83), o emprego da violência, a partir de uma lógica “assentada no argumento da legítima defesa da propriedade”, constituir-se-ia em uma das principais características da ação da UDR. É assim que, já em 1987, a organização pleiteava o uso da força para impedir as vistorias do INCRA.

No Rio Grande do Sul, as lideranças da Farsul – que participaram da UDR, e em cujo discurso é possível identificar os principais pontos programáticos daquela organização – também obteriam êxito na unificação, em uma mesma organização, de latifundiários e empresários rurais.

É assim que, em 1999, poderíamos observar métodos semelhantes nas ações protagonizadas por pecuaristas de Bagé – em conflito que resultaria na suspensão das vistorias do INCRA, que visavam identificar, a partir de índices de produtividade, terras passíveis de desapropriação naquela região<sup>109</sup> – e por sojicultores de Tupanciretã – em manifestação que provocaria a suspensão das vistorias, pelo Governo Estadual, das lavouras suspeitas de transgenia.

Essa coincidência torna-se ainda mais interessante ao notarmos que, no Paraná, a organização representativa do patronato rural, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), manifestaria, em relação ao tema transgênicos, posicionamentos muito diversos dos de sua co-irmã gaúcha.

[...] Precisamos ter maturidade quando se trata de mercado internacional e saber o que o mercado quer. Europa e Japão, que compram 70% da soja paranaense e brasileira, fazem sérias restrições ao consumo de produtos transgênicos. A prova disso é o crescimento das exportações brasileiras para esses dois pólos importadores. [...] Em produtos nobres, a exemplo da lecitina, o mercado é nosso. Antes, pertencia aos norte-americanos. Cooperativas paranaenses, através de acordos comerciais, possuem o compromisso de assegurar o abastecimento europeu exclusivamente com soja convencional. Os europeus nos pedem para não produzirmos soja com sementes geneticamente modificadas. Por que contrariar os nossos compradores? [...] se os contrariarmos, podem simplesmente rejeitar ou depreciar nossas colheitas. Precisamos usar o bom senso e não perder mercados duramente conquistados. [...] Na medida em que formos inteligentes para atender às expectativas e necessidades de nossos importadores, que atuam de acordo com os interesses de seus consumidores, estaremos favorecendo não apenas produtores de soja, como também de milho, carne bovina, de aves e suínos. Precisamos melhorar a renda do agronegócio e isto se faz tendo nossos compradores como parceiros. Quem

---

<sup>109</sup> A Campanha não será um novo Pontal. **Zero Hora**, 8/05/2002.

paga pode exigir o que compra. Afinal, quem manda é o mercado.<sup>110</sup>

Na citação, que contém os principais trechos da entrevista concedida por Ágide Meneguette, então presidente da Faep, podemos observar que o posicionamento da organização em relação aos transgênicos seria pautado por considerações a respeito das exigências do mercado internacional de grãos e alimentos.

O mesmo argumento que dera o tom a uma outra entrevista, essa concedida por Deni Schwartz, então titular da Secretaria de Agricultura do Paraná, que, como a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, promovera vitorias de áreas suspeitas de transgenia.

É uma questão discutida em nível científico no mundo inteiro. Se o governo federal autorizar, não poderemos deixar de plantar. Mas isso de maneira controlada, com identificação da origem, certificação etc. Nosso consumidor está cada vez mais exigente. E está deixando bem claro o que quer comer. Isso vai nortear o plantio. O que nos preocupa muito é outra área, que não é a científica nem a ambiental. É a questão do mercado. Recentemente consultei a Sadia sobre transgênicos. A empresa não aceitaria aves alimentadas com esse tipo de produto, pois vai perder mercado na Ásia e na Europa. Se perdermos mercado por conta dos transgênicos, teremos uma crise social no Paraná. É por isso que eu acho que essa questão tem de ser entendida no contexto social.<sup>111</sup>

Temos, assim, que, no período em foco, governantes paranaenses e gaúchos, pertencentes a partidos políticos diferentes, manifestavam-se – com ênfases bastante diferenciadas, é verdade – favoráveis a restrições ao cultivo dos organismos geneticamente modificados.

Não se pode afirmar que os conflitos fundiários sejam mais agudos no Rio Grande do Sul do que no Paraná. E, tampouco, que a Farsul não seja dinâmica na defesa dos interesses de setores dos agronegócios gaúchos junto ao mercado internacional. Ainda, não há porque supor que a rentabilidade da

---

<sup>110</sup> Faep alerta para plantio de transgênicos, **O Diário de Maringá**, 12/7/2002.

<sup>111</sup> Transgênico pode reduzir exportações, **Gazeta do Povo**, 24/03/2002.

soja geneticamente modificada seja mais elevada no Rio Grande do Sul do que no Paraná.

O que faria, então, com que a Farsul e demais setores pró-transgênicos gaúchos, que bem sabem da preferência do mercado internacional pelos grãos não-transgênicos, colocassem em risco os interesses comerciais de sua base social, agindo de forma militante no estímulo às lavouras transgênicas, que, assim, tornar-se-iam muito mais amplamente difundidas no Rio Grande do Sul do que no Paraná?

A resposta possível a essa questão, e que seria, em última instância, explicativa da polarização do debate público gaúcho sobre o tema, é que, diferentemente do que ocorria no Paraná, no Rio Grande do Sul havia, naquele período, um Governo cujo projeto político contemplava centralmente a Reforma Agrária, ou, de modo mais amplo, a prioridade à agricultura familiar.

Daí podermos perceber como, de parte a parte, o debate público sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul teria sua constituição marcada pela disputa política e ideológica.

Assim, da mesma forma que para o Governo gaúcho e seus aliados, entre os quais o MST, tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos era questão de princípio, para as lideranças gaúchas pró-transgênicos, a legitimidade da defesa das lavouras transgênicas – ilegais – teria seus alicerces na contraposição a uma outra legitimidade, há mais tempo forjada, também através de ações de enfrentamento: a legitimidade das ocupações – ilegais – de terra, promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Dessa forma, a partir da polarização política que vem de ser explicitada, podemos melhor apreender a diferenciação existente entre as estratégias ante a ação do Estado dos agricultores observados das duas regiões em que foi realizada a pesquisa etnográfica, anteriormente apontada. Enquanto entre agricultores familiares do norte do Rio Grande do Sul a transgressão da lei ocorria silenciosamente, malandramente, sem que a ilegalidade fosse defendida abertamente, na região centro-sul, produtores identificados com as lideranças estaduais pró-transgênicos, teriam no argumento da legitimidade das lavouras transgênicas ilegais a correspondência no debate público de sua atitude de desobediência à lei e deboche do Governo que a procurava fazer cumprir.

A lavoura da fome – poema 29

*Quando lavo o arroz  
para o cozimento, dá-me  
muita pena dos grãos  
que são retidos na peneira.*

*Prenso-os com os dedos  
Úmidos e devolvo-os à fervura.  
Dá-me lástima dos grãos  
que escorrem ao sumidouro,*

*que se desviam de serem,  
da floração, o alimento.  
Neles percebo-me ser  
mais do que perdi-me,*

*o que escorri no ralo  
de águas da escuta, do que  
retive-me na cozedura.  
Valha-me, pois, diverso*

*verbo para suprir-te a fome!*

Maria Carpi

## CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a analisar as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados.

Para isso, as visões e práticas de consumidores e agricultores observados foram interrogadas a partir de perspectivas de análise que buscaram apreender suas percepções de risco, suas representações referentes à alimentação e suas interpretações e estratégias diante de uma das dimensões presentes no debate sobre o tema, a política, constitutiva da legitimidade das lavouras transgênicas ilegais. A partir de cada uma dessas abordagens, as noções de medo e risco evidenciar-se-iam centrais para a reflexão.

O desenvolvimento do estudo tornou evidente a pertinência do pressuposto que norteou a delimitação do objeto, na medida em que privilegiando perspectivas de análise que se dedicam à apreensão de valores e representações sociais – aí inclusas as percepções de risco – pudemos apreender os elementos que, entre os informantes, conformam suas visões e comportamentos acerca dos alimentos e cultivos geneticamente modificados.

Vale aqui destacar como rica e promissora a abordagem, empregada neste trabalho mas ainda pouco presente nos estudos brasileiros, que integra à análise das representações sobre alimentação a perspectiva oferecida pela análise das percepções de risco.

Cabe ainda mencionar que mesmo tendo desde o princípio claro que as representações sociais de consumidores e agricultores gaúchos sobre alimentos e cultivos transgênicos não poderiam ser apreendidas como somatório de suas percepções a partir das diferentes dimensões em que o tema é imerso, a realização do exercício analítico impôs sua fragmentação. Pretende-se aqui, resgatando e sistematizando as principais conclusões apontadas ao longo do trabalho, tentar integrá-las, de modo a superar, ao menos em parte, a segmentação construída no transcorrer dos Capítulos.

Iniciemos pelos moradores de Porto Alegre entrevistados. Apresentar-se-ia como tentadora a possibilidade de buscar estabelecer algo como uma classificação dos informantes, construída a partir de possíveis correspondências entre suas visões frente às incertezas científicas e percepções de risco relativas aos transgênicos, os perfis de relação com a alimentação e as interpretações e posicionamentos ante o debate político sobre o tema. Entretanto, as tentativas de identificar tais padrões evidenciariam sua inexistência.

Para entender o que vem de ser afirmado, recordemos o caso do marido de uma entrevistada, comentado no Capítulo 5. Extremamente zeloso em relação a sua alimentação, evitando todos os tipos de alimentos apontados como potencialmente nocivos à saúde, Airton opta pelos tomates longa vida exatamente por acreditar serem geneticamente modificados. Opção que, segundo a esposa, é determinada pela convicção política do marido.

Entre todos os depoimentos de moradores de Porto Alegre recolhidos, esse seria o único em que a dimensão política aparece como determinante de opinião e comportamento frente alimentos transgênicos. Nos demais, mesmo quando os informantes manifestam reticências diante da orientação do Governo Estadual ou, como visto no Capítulo 5 – quando da análise do episódio de Não-Me-Toque, o mais lembrado entre os informantes –, quando manifestações de setores contrários aos transgênicos são condenadas, essa

dimensão parece não interferir no que se caracterizaria como uma atitude predominante de desconfiança ante os alimentos geneticamente modificados.

Observou-se que para os consumidores entrevistados os alimentos transgênicos são percebidos como incluídos em uma série de medos contemporâneos, sendo associados a clone, radiação, vaca louca, mutação, má-formação fetal e câncer. Entretanto, mesmo considerando os transgênicos potencialmente nocivos e declarando sua rejeição a esses alimentos, mostrou-se que os consumidores entrevistados não adotam a restrição a alimentos geneticamente modificados como critério de escolha de alimentos. Assim, ao mesmo tempo em que os alimentos transgênicos são afirmados como perigosos, entre tantos riscos com que se deparam em seu dia-a-dia os moradores de Porto Alegre entrevistados parecem não eleger esse como um dos riscos com os quais efetivamente se preocupar.

Pôde-se também identificar entre os moradores de Porto Alegre entrevistados a existência de ansiedade diante da *comida moderna*. Os produtos industrializados são desqualificados, ao mesmo tempo em que são afirmados como preferíveis os percebidos como *naturais*, associados a uma imagem idealizada do campo. Esses elementos indicariam uma disposição à rejeição aos alimentos transgênicos. No entanto, os mesmos alimentos produzidos pela indústria agroalimentar desqualificados nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados são por eles cotidianamente consumidos, o que leva a supor que o mesmo possa ocorrer com os alimentos geneticamente modificados.

Assim, seja a partir da perspectiva que busca apreender suas percepções de risco, seja a partir da perspectiva que se dedica a analisar suas representações em relação à alimentação, foi possível identificar que se entre a maior parte dos consumidores entrevistados os alimentos transgênicos (*frankenfoods*) são objeto de rejeição, esta não necessariamente encontra correspondência em suas atitudes diante das prateleiras dos supermercados e à mesa.

Já no que se refere aos agricultores observados, ao contrário do que talvez se pudesse esperar encontrar em um movimento de afirmação de sua identidade – ou, mais especificamente, dos alimentos a ela relacionados –, não foi identificada a existência de desconfiança em relação aos alimentos provenientes da indústria agroalimentar. Ao contrário, o que predominantemente se pode perceber entre esses agricultores é a valorização de alimentos industrializados, possivelmente correspondente a um processo de depreciação material e simbólica do rural. Dessa forma, se para eles os alimentos industrializados não parecem ser fonte de ansiedade, não há porque supor que o seriam os alimentos transgênicos. No entanto, tampouco podemos afirmar que não o sejam.

O fato é que em seus depoimentos são muito poucas as menções a aspectos relacionando à transgenia suas possíveis conseqüências à saúde. Diferentemente do que ocorre em relação aos agrotóxicos, tema a partir do qual é possível perceber a existência de disjunção entre o que plantam e o que comem, na medida em que na produção para auto-consumo os pesticidas, utilizados intensivamente nas lavouras, são evitados.

A baixa incidência entre os agricultores observados de menção a aspectos relacionando transgenia e saúde, somada à relevância conferida à dimensão produtiva, evidencia que quando o assunto é transgenia as preocupações dos agricultores observados estão centralmente voltadas para as lavouras, não para a mesa.

E à medida em que sua visão sobre os cultivos transgênicos é predominantemente conformada a partir da perspectiva produtivista do modelo agrícola dominante, temos indicada a força do apelo representado pelas supostas vantagens do cultivo da soja transgênica, quais sejam, a redução de custos de produção e de trabalho demandado para o controle de plantas invasoras.

A principal mudança técnica decorrente da introdução da soja transgênica é referente à utilização de herbicidas. Analisando como são percebidos pelos agricultores observados os riscos relacionados ao manuseio de agrotóxicos, evidenciou-se a existência de uma valoração positiva de seu emprego nas lavouras. Assim, não há porque supor que a adoção da soja transgênica encontre, no que se refere aos aspectos relacionados à utilização de herbicidas, qualquer resistência. Ainda, uma vez apontada a manifestação, entre esses agricultores, disso que neste trabalho interpretou-se como uma *ética do trabalho invertida*, cabe sugerir que mais intensamente determinante para a adoção da soja transgênica do que eventuais ganhos em rentabilidade encontra-se a possibilidade que o cultivo geneticamente modificado oferece de redução do trabalho demandado para o controle de plantas invasoras.

Observou-se, também, que o principal temor presente entre agricultores no que se refere aos cultivos transgênicos não diz respeito a quaisquer de seus possíveis impactos sobre o meio ambiente ou a saúde humana ou animal, mas à perda de controle sobre o processo de produção – que, ainda, fragilizaria as redes de sociabilidade, alimentadas pelas trocas de sementes –, ou, mais precisamente, à transferência desse controle, e correspondentes perdas econômicas, às empresas proprietárias da tecnologia. Entretanto, o receio de ter ameaçada sua autonomia através do risco de perda de controle sobre as sementes não se evidencia como fator suficiente para impedir que, sob efeito da pressão social existente em favor da adoção da tecnologia, esses agricultores se deixem seduzir pelas alegadas vantagens da soja geneticamente modificada.

Verificou-se que no Rio Grande do Sul o trabalho de construção de representações sociais realizado pela mídia contribui para o aprofundamento do conflito em torno do tema transgênicos. E, também, que a polarização do debate estadual sobre o tema pode ser interpretada a partir de outra polarização existente, mais ampla e menos conjuntural, em torno do debate sobre a Reforma Agrária. O debate público estadual sobre o tema é, assim, marcado pela disputa política e ideológica. Enquanto que para o Governo gaúcho e seus aliados, tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos tornar-se-ia questão de princípio, do mesmo modo o seria para as lideranças gaúchas pró-transgênicos afirmar a legitimidade da defesa das lavouras transgênicas, ilegais.

Essa polarização marcaria uma diferenciação entre as estratégias ante a ação do Estado de agricultores observados das duas regiões em que foi realizada a pesquisa etnográfica. Enquanto entre agricultores familiares do norte do Rio Grande do Sul a transgressão da lei ocorria silenciosamente, malandramente, sem que a ilegalidade fosse defendida abertamente, na região centro-sul, produtores identificados com as lideranças estaduais pró-transgênicos, tinham no argumento da legitimidade das lavouras transgênicas ilegais a correspondência no debate público de sua atitude de desobediência à lei e deboche do Governo que a procurava fazer cumprir. Assim, entre os agricultores observados, o diálogo entre a adesão à tecnologia enquanto componente de sua aceitação social e a ameaça representada pela ação do Governo Estadual no sentido de assegurar o cumprimento da legislação, que veta os cultivos transgênicos em escala comercial no País, gera estratégias diferenciadas entre diferentes tipos de agricultores.

Se bem é verdade que os organismos geneticamente modificados estão já bem mais presentes nas mesas e lavouras gaúchas do que gostariam os setores contrários aos transgênicos, temos que as contradições entre visões e práticas de consumidores e de agricultores observados, evidenciadas neste estudo, indicam que as certezas a respeito dos alimentos e cultivos transgênicos permanecem bastante aquém do que desejariam os setores pró-transgênicos. Não chegamos ao fim da história.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 214p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. 110p.

ÁLVAREZ, Marcelo; PINOTTI, Luisa. **A la mesa**: ritos y retos de la alimentación argentina. Buenos Aires: Grijalbo, 2000. 316p.

ARNAIZ, Mabel Gracia. Introducción: la alimentación en el umbral del siglo XXI, una agenda para la investigación sociocultural en España. In: \_\_\_\_\_ (coord.). **Somos lo que comemos**: estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002. p.15-38.

AYMARD, Maurice; GRIGNON, Claude; SABBAN, Françoise. A la recherche du temps social. In: \_\_\_\_\_. **Le temps de manger**: alimentation, emploi du temps et rythmes sociaux. Paris: MSH, 1993. p.1-37.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Anthropos-Homem**, 5. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p.296-331.

BAGES, Robert. Permanences et innovations dans l'alimentation paysanne: du repas quotidien au menu de fête. In: EIZNER, Nicole (org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.113-127.

BAILEY, Frederick George. Gifts and poison. In: \_\_\_\_\_. **Gifts and poison**: the politics of reputation. Chicago: Aldine, 1968. p.1-25.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1993. 419p.

BAUER, Martin. Controversial medical and agri-food biotechnology: a cultivation analysis. **Public Understanding of Science**, London, 11(2), p.93-111, 2002. Disponível em <<http://www.iop.org/EJ/toc/0963-6625/11/2>>. Acesso em: 11 abr. 2003.

BAUER, Martin; DURANT, John; GASKELL, George. Biotechnology in the public sphere: a comparative review. In: DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology in the public sphere: a european sourcebook**. London: Science Museum, 1998a. p.217-227.

BAUER, Martin; DURANT, John; GASKELL, George; LIKOPOULOS, Miltos; BRIDGMAN, Eleanor. United Kingdom. In: DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology in the public sphere: a european sourcebook**. London: Science Museum, 1998b. p.162-176.

BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology: the making of a global controversy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 411p.

BAUER, Martin; KOHRING, Matthias; ALLANDOTTIR, Agnes; GUTTELING, Jan. The dramatisation of biotechnology in elite mass media. In: GASKELL, George; BAUER, Martin (ed.). **Biotechnology 1996-2000: the years of controversy**. London: Science Museum, 2001. p.35-52.

BECK, Ulrich. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage, 1992. 260p.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (ed.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. 264p.

BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe. Patrimoine et modernité: les produits de terroir sous les feux de la rampe. **Journal des anthropologues**, Paris, 74, p.47-66, 1998.

BERNARDI, Aquiles. **Vita e storia de Nanetto Pipetta: nassuo in Itália e vegnudo in Mérica par catare la cucagna**. Porto Alegre: Vozes, 1975 (4ª edição), 207p.

BESCOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: HUCITEC, 1986, 220p.

BOHOLM, Åsa. Risk perception and social anthropology: critique of cultural theory. **Ethnos**, Stockholm, 61(1-2), p.64-84, 1996.

BONNAIN-MOERDIJK, Rolande. L'alimentation paysanne en France entre 1850 et 1936. **Études rurales**, Paris, 58, p.29-49, 1975.

BONNAIN, Rolande. Des produits regionaux rehabilites ou redécouverts. ALIMENTATION et lien social. **Pour**, Paris, 129, p.113-117, 1991.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 319p.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción**: criterio y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus Humanidades, 1988. 597p.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **Le monde n'est pas une marchandise**: des paysans contre la malbouffe. Paris: La Découverte, 2000. 319p.

BOY, Daniel; CHEVEIGNÉ, Suzanne. Biotechnology: a menace to French food. In: GASKELL, George; BAUER, Martin (ed.). **Biotechnology 1996-2000**: the years of controversy. London: Science Museum, 2001. p.181-190.

BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 352p.

BRISEBARRE, Anne-Marie. A propos des vaches folles. **Journal des anthropologues**, Paris, 68-69, p.201-209, 1997.

BRUNEAU, Ivan. La Confédération Paysanne: la voix dissonante d'un syndicate agricole de gauche. Paris, 2001 (mimeo).

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 161p.

BRUSEKE, Franz Josef. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: UFSC, 2001. 216p.

CÁCERES, Juanjo; ESPEITX, Elena. Riesgo alimentario y consumo: percepción social de la seguridad alimentaria. In: ARNAIZ, Mabel Gracia (coord.). **Somos lo que comemos**: estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002. p.317-348.

CAMPION-VINCENT, Veronique; RENARD, Jean-Bruno. Présentation. **Communications**, Paris, 52, p.5-9, 1990.

\_\_\_\_\_. **Légendes urbaines**: rumeurs d'aujourd'hui. Paris: Payot & Rivages, 1998. 347p.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 266p.

CANTARERO, Luis. Preferencias alimentarias y valores de los "neorrurales": un estudio en Aineto, Ibort y Artosilla en el Serrablo oscense. In: ARNAIZ, Mabel Gracia (coord.). **Somos lo que comemos**: estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002. p.151-177.

CAPLAN, Pat (ed.). **Food, health and identity**. London: Routledge, 1997. 280p.

\_\_\_\_\_. Introduction: risk revisited. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Risk revisited**. London: Pluto Press, 2000a. p.1-28.

\_\_\_\_\_. "Eating British beef with confidence": a consideration of consumers' responses to BSE in Britain. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Risk revisited**. London: Pluto Press, 2000b. p.184-203.

CARGNELUTTI FILHO, Alberto. **Técnicas experimentais e produção vegetal**. 2001. 152f. Trabalho para Exame de Qualificação (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001. (mimeo)

CARPI, Maria. **A migalha e a fome**: poemas. Petrópolis: Vozes, 2000. 166p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 229p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 424p.

CAUS, Cesar Antônio. **Organismos geneticamente modificados e alimentos transgênicos**: um estudo das representações sociais do risco entre agrônomos e representantes de ONGS. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAZES-VALETTE, Geneviève. La vache folle. CULTURES, nourritures. **Internationale de l'imaginaire**: nouvelle série, Arles, 7, p.205-233, 1997.

\_\_\_\_\_. Le comportement du consommateur décodé par l'Anthropologie : le cas des crises de la vache folle. LE MARKETING face aux peurs alimentaires. **Revue Française du Marketing**, Paris, 183-184, p.99-113, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. La fête au village. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, 17/18, p.73-84, 1987.

\_\_\_\_\_. La construction médiatique des "malaises sociaux". **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, 90, p.64-75, 1991.

\_\_\_\_\_. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998. 291p.

\_\_\_\_\_. Les médias et les risques. In: SÉMINAIRE DU PROGRAMME RISQUES COLLECTIFS ET SITUATIONS DE CRISE. Paris: École Nationale Supérieure des Mines, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, 11(5), p.173-191, 1991.

CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. **Les sombres précurseurs**: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque. Paris: EHESS, 1999. 476p.

CHEVALIER, Sophie. L'idéologie culinaire en Angleterre: ou comment séparer le blanc du jaune. **Ethnologie française**, Paris, 27(1), p.73-79, 1997.

CHEVEIGNÉ, Suzanne de. La science médiatisée: le discours des publics. In : \_\_\_\_\_ (coord.). Sciences et médias. **Hermès: cognition, communication, politique**, Paris, 21, p.95-106, 1997a.

\_\_\_\_\_. La science médiatisée: les contradictions des scientifiques. In : \_\_\_\_\_ (coord.). Sciences et médias. **Hermès: cognition, communication, politique**, Paris, 21, p.121-133, 1997b.

\_\_\_\_\_. **L'environnement dans les journaux télévisés**: médiateurs et visions du monde. Paris: CNRS, 2000. 161p.

CHEVEIGNÉ, Suzanne de; BOY, Daniel; GALLOUX, Jean-Christophe; BERTHOMIER, Anne; PRAT, Hélène Gaumont. France. In: DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology in the public sphere: a european sourcebook**. London: Science Museum, 1998. p.51-62.

COHEN, Patrice. Un "champ" urbain de l'alimentaire: la vente de produits liés au souci du corps et de la santé. **Journal des anthropologues**, Paris, 74, p.29-45, 1998.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. **ANTROPOLOGIA POLÍTICA. Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, 7(15), p.57-106, 2001.

CONTRERAS, Jesús. Los aspectos culturales en el consumo de carne. In: ARNAIZ, Mabel Gracia (coord.). **Somos lo que comemos**: estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002. p.221-248.

CROCCQ, L.; DOUTHEAU, C. La psychosociologie des paniques. **La revue du praticien**, Paris, 38 (11), p.684-688, 1988.

CSERGO, Julia. A emergência das cozinhas regionais. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p.806-824.

DACHEUX, Éric. Greenpeace: entre médias, espace public et marché, quelle logique communicationnelle?. In : CHEVEIGNÉ, Suzanne de (coord.). Sciences et médias. **Hermès: cognition, communication, politique**, Paris, 21, p.191-201, 1997.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, Edson (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.

\_\_\_\_\_. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, 15(7), p.22-23, 1987.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350p.

DANZIGER, Claudie (dir.). *NOURRITURES d'enfance: souvenirs aigres-doux. Mutations*, Paris, 129, 1992. 208p.

DARMON, Pierre. Le mythe de la civilisation cancérogène (1890-1970). *PEURS. Communications*, Paris, 57, p.71-85, 1993.

DARNTON, Robert. Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso. In: \_\_\_\_\_. **O grande massacre de gatos** e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.21-93.

DAVIS, Bernard. The issues: prospects versus perceptions. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **The genetic revolution: scientific prospects and public perceptions**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991. p.1-8.

DEAK, André. Transgênicos: as raízes do problema. *Novae*, 2003. Disponível em: <<http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/transgenicos.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2003.

DEFRANCE, Alyette. Les grandes étapes du discours alimentaire. **Cahiers de l'Ocha**, Paris, 4, p.16-63, 1994.

\_\_\_\_\_. 25 ans de discours alimentaire dans la presse. **Cahiers de l'Ocha**, Paris, 7, p.58-60, 1996.

DELBOS, Geneviève. Dans les coulisses du patrimoine. In: CHEVALLIER, Denis (dir.). **Vives campagnes: le patrimoine rural, projet de société**. Paris: Autrement, 2000. p.97-128.

DELLA VECCHIA, Paulo Tarcísio; KOCH, Paulo Sergio. Tomates longa vida: o que são, como foram desenvolvidos?. **Horticultura Brasileira**, Brasília, 18(1), p.3-4, 2000.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 232p.

\_\_\_\_\_. Les structures du culinaire. **Communications**, Paris, 31, p.145-170, 1979.

\_\_\_\_\_. Standard social uses of food: introduction. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Food in the social order: studies of food and festivities in three american communities**. New York: Sage, 1984. p.1-39.

\_\_\_\_\_. **Risk acceptability according to the social sciences**. New York: Sage, 1985. 115p.

\_\_\_\_\_. A distinctive anthropological perspective. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Constructive drinking: perspectives on drink from anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p.3-15.

\_\_\_\_\_. **Risk and blame: essays in cultural theory**. London: Routledge, 1996. 323p.

\_\_\_\_\_. Deciphering a meal. In: COUNIHAN, Carole; VAN ESTERIK, Penny. **Food and cultures: a reader**. New York: Routledge, 1997. p.36-54.

\_\_\_\_\_. Postface. In: \_\_\_\_\_. **De la souillure: essai sur les notions de pollution et de tabou**. Paris: La Découverte, 2001. p.191-201.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **The world of goods: towards an anthropology of consumption**. New York: Penguin Books, 1980. 169p.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1982. 221p.

DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology in the public sphere: a european sourcebook**. London: Science Museum, 1998. 308p.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: **Durkheim, Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.71-161.

EIZNER, Nicole. Préface. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.11-16.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador I: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 277p.

FERRIÈRES, Madeleine. **Histoire des peurs alimentaires: du Moyen Âge à l'aube du xx<sup>e</sup> siècle**. Paris: Seuil, 2002. 473p.

FISCHLER, Claude. Présentation. **Communications**, Paris, 31, p.1-3, 1979.

\_\_\_\_\_. Gastro-nomie et gastro-anomie: sagesse du corps et crise bioculturelle de l'alimentation moderne. **Communications**, Paris, 31, p.189-210, 1979.

\_\_\_\_\_. **L'omnivore: le goût, la cuisine et le corps**. Paris: Odile Jacob, 1993a. 440p.

\_\_\_\_\_. Le corps ingouvernable, ou le complexe alimentaire moderne. **Communications**, Paris, 53, p.207-224, 1993b:.

\_\_\_\_\_ (dir.). MANGER magique: aliments sorciers, croyances comestibles. **Mutations**, Paris, 149, 1994. 201p.

\_\_\_\_\_. A "McDonaldização" dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p.841-862.

\_\_\_\_\_. La peur est dans l'assiette. LE MARKETING face aux peurs alimentaires. **Revue Française du Marketing**, Paris, 183-184, p.7-10, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis. L'innovation alimentaire du  $xiv^e$  au  $xviii^e$  siècle d'après les livres de cuisine. In: EIZNER, Nicole (org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.19-36.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. Hoje e amanhã. In: \_\_\_\_\_ (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p.863-869.

FLORIT, Luciano Felix. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 2003. 176f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FONSECA, Claudia. **Família, fococa e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 245p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**: várias faces de uma utopia. Cotia: Atêlie Editorial, 1998. 182p.

GACHET, Nathalie. Présentation et préparation des mets dans la restauration classée française: changements, innovations et résistances. *DYNAMIQUE des pratiques alimentaires*. **Techiques & culture**, Paris, 31-32, p.31-45, 1998.

GAGLEAZZI, Uilde Alessandro; GARCIA, Farah Tramentosa; BUSKA, Flávia Maria de Mello; ARIMA, Hana Kiyoko. Caracterização do consumo de carnes no Brasil. **Revista Nacional da Carne**, São Paulo, 310, 2002. Disponível em: <[http://www.dipemar.com.br/carne/310/materia\\_arttec\\_carne.htm](http://www.dipemar.com.br/carne/310/materia_arttec_carne.htm)>. Acesso em 30 jun. 2003.

GARINE, Igor de. Culture et nutrition. **Communications**, Paris, 31, p.70-92, 1979.

\_\_\_\_\_. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, 15(7), p.4-7, 1987.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: BATAILLE-BENIGUI, Marie Claire; COUSIN, Françoise (org.). **Cuisines**: reflets des sociétés. Paris: Sépia, 1996. p.9-28.

GARRIGUES-CRESSWELL, Martine; MARTIN, Marie Alexandrine. L'alimentation: entre mondialisation et expression identitaire. *DYNAMIQUE des pratiques alimentaires*. **Techiques & culture**, Paris, 31-32, p.1-16, 1998.

GASKELL, George; BAUER, Martin; DURANT, John. The representation of biotechnology: policy, media and public perception. In: DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.), **Biotechnology in the public sphere**: a european sourcebook. London: Science Museum, 1998a. p.3-12.

\_\_\_\_\_. Public perceptions of biotechnology in 1996: Eurobarometer 46.1. In: DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). **Biotechnology in the public sphere**: a european sourcebook. London: Science Museum, 1998b. p.189-214.

GASKELL, George; ALLUM, Nick; STARES, Sally. **Europeans and biotechnology in 2002**: a report to the EC Directorate General for Research from the project Life Sciences in European Society QLG7-CT-1999-00286. London: London School of Economics, 2003. 46p.

GASKELL, George; ALLUM, Nick; WAGNER, Wolfgang; NIELSEN, Torben Hviid; JELSØE, Mathias Kohring; BAUER, Martin. In the public eye: representations of biotechnology in Europe. In: GASKELL, George; BAUER, Martin (ed.). **Biotechnology 1996-2000**: the years of controversy. London: Science Museum, 2001. p.53-79.

GASKELL, George; BAUER, Martin (ed.). **Biotechnology 1996-2000**: the years of controversy. London: Science Museum, 2001. 339p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323p.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (ed.). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997. p.73-133.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192p.

GOUIN, Stéphane; CORDIER, Jean. Les stratégies des distributeurs face aux risques alimentaires. LE MARKETING face aux peurs alimentaires. **Revue Française du Marketing**, Paris, 183-184, p.199-212, 2001.

GREENPEACE. **Monsanto**: out of our food. Amsterdam: Greenpeace, 2003. 4p.

GUARESCHI, Pedrinho. Outra Comunicação é possível: meditações. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Uma nova Comunicação é possível**: mídia, ética e política. Porto Alegre: Evangraf, 2002. p.67-71.

GUARESCHI, Pedrinho; MAYA, Paulo Valério; POSSAMAI, Hélio. "Essa gentinha infeliz": a representação social dos Sem Terra segundo Mendelski. In: GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000. p.199-231.

GUILLOU, Anne. Du congélateur à la table. In: EIZNER, Nicole (org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.291-304.

GUIVANT, Julia. Percepção dos olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, 22(82), p.47-57, 1994.

\_\_\_\_\_. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB**, Rio de Janeiro, 46, p.3-38, 1998.

\_\_\_\_\_. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, 2000a.

\_\_\_\_\_. Cross alliances: lay and expert knowledge facing food risks. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000b, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000b. paper 1479. 1 CD-ROM.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HEREDIA, Beatriz; MENASCHE, Renata. Cultivos transgênicos e cidadania. **Democracia viva**, Rio de Janeiro, 5, p.107-108, 1999.

HUBSCHER, Ronald; RINAUDO, Yves. France. In: HERVIEU, Bertrand; LAGRAVE, Rose-Marie (dir.). **Les syndicats agricoles en Europe**. Paris: L'Harmattan, 1992. p.93-113.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre transgênicos**: Brasil, julho 2001, OPP081. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/>>. Acesso em: 3 abr. 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de opinião pública sobre transgênicos**: Brasil, dezembro 2002, OPP573. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/>>. Acesso em: 3 abr. 2003.

JOLY, Pierre-Benoit; MARRIS, Claire. Mise sur agenda et controverses: une approche comparée du cas des OGM em France et aux Etats-Unis. In: COLLOQUE RISQUES COLLECTIFS ET SITUATIONS DE CRISE: BILAN ET PERSPECTIVES. Paris: CNRS, 2001.

KAPLAN, Steven. **Le complot de famine**: histoire d'une rumeur au XVIII<sup>e</sup> siècle. Paris: Armand Colin, 1982. 77p.

KEPLINGER, Hans Mathias. Individual and institutional impacts upon press coverage of sciences: the case of nuclear power and genetic engineering in Germany. In: BAUER, Martin (ed.). **Resistance to new technology**: nuclear power, information technology and biotechnology. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.357-377.

KREZIAK, Dominique; JOLY, Pierre-Benoît. Vision experte et vision profane du risque : le cas des Organismes Génétiquement Modifiés. **LE MARKETING face aux peurs alimentaires**. **Revue Française du Marketing**, Paris, 183-184, p.21-35, 2001.

LACONTAGION. **Communications**, Paris, 66, 1998. 191p.

LA SOUDIÈRE, Martin de. Dis-moi où tu pousses: questions aux produits “locaux”, “régionaux”, de “terroir”, et à leurs consommateurs. In: EIZNER, Nicole (org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.155-166.

LAGADEC, Patrick. Les médias en situations de crise: constats et questionnements à partir de couvertures d’actes de terrorisme. In: SÉMINAIRE DU PROGRAMME RISQUES COLLECTIFS ET SITUATIONS DE CRISE. Paris: École Nationale Supérieure des Mines, 1999.

LAHLOU, Saadi. **Penser manger**: alimentation et représentations sociales. Paris: PUF, 1998. 239p.

LAJOLO, Franco Maria; NUTTI, Marília Regini. **Transgênicos**: bases científicas da sua segurança. São Paulo: SBAN, 2003. 110p.

LEFEBVRE, Georges. **La grande peur de 1789**. Paris: Armand Colin, 1988. 271p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Le triangle culinaire. **L’Arc**, Aix-en-Provence, 26, 1965.

\_\_\_\_\_. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. p.1-36.

\_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989. 323p.

LIMA, Nei Clara de. A Festa de Babette: consagração do corpo e embriaguês da alma. **COMIDA. Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, 2(4), p.71-83, 1996.

LUNDIN, Susanne. The boundless body: cultural perspectives on xenotransplantation. **Ethnos**, 64(1), p.5-31, 1999.

MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à gaúcha. **COMIDA. Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, 2(4), p.34-48, 1996.

\_\_\_\_\_. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **NATUREZA E CULTURA. Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, 7(16), p.145-156, 2001.

MACIEL, Maria Eunice; MENASCHE, Renata. Alimentação e cultura, identidade e cidadania: você tem fome de quê?. **ESPECIAL SEGURANÇA ALIMENTAR. Democracia viva**, Rio de Janeiro, 16, p.3-7, 2003.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; BLEIL, Susana Inez. A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, 15, p.158-177, 2000.

MARQUES, Vicente. Soja ilegal: direitos de propriedade. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org/amazonia2003/meio-ambiente/meio-ambiente-33.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2003.

MARTIN, Denise. **Riscos na prostituição**: um olhar antropológico. São Paulo: Humanitas, 2003. 246p.

MARTIN, Jean Philippe. La Confédération Paysanne et José Bové: des actions médiatiques au service d'un projet?. **Ruralia**, Paris, 6, p.129-150, 2000.

MASSARANI, Luisa. **Admirável mundo novo**: a ciência, os cientistas e a dupla hélice sob o olhar de estudantes. 2001. 464f. Tese (Doutorado em Bioquímica Médica) – Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MATHEU, Nicole; JOLLIVET, Marcel . De la “question de la nature” à la “question de l'environnement”: repères anciens pour des questions nouvelles. In: \_\_\_\_\_ (dir.). **Du rural à l'environnement**: la question de la nature aujourd'hui. Paris: ARF, 1989. p.11-19.

MÉCHIN, Colette. Le four à micro-ondes: usages et représentations. **Revue des sciences sociales**, Strasbourg, 27, p.117-124, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo. **Movimentos sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. 127p.

MENASCHE, Renata. **Percepções e projetos**: agricultura familiar em mudança – o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul. 1996. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma cronologia a partir de recortes de jornais. **DOSSIÊ TRANSGÊNICOS. História, ciências, saúde**, Rio de Janeiro, 7(2), p.523-540, 2000a.

\_\_\_\_\_. Frankenfoods e representações sociais. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000b. paper 419. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Le soja, cheval de Troie du transgénique?. **L'Écologiste**, 1(2), p.10, 2000c.

\_\_\_\_\_. Legalidade, legitimidade e lavouras transgênicas clandestinas. In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecologia política**: naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.217-247.

MILLÁN, Amado. Malo para comer, bueno para pensar: crisis en la cadena socioalimentaria. In: ARNAIZ, Mabel Gracia (coord.). **Somos lo que comemos**: estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002. p.277-295.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.89-111.

MORAND, Sophie. Formes discursives de la diffusion des savoirs dans les medias. In : CHEVEIGNÉ, Suzanne de (coord.). Sciences et médias. **Hermès: cognition, communication, politique**, Paris, 21, p.33-44, 1997.

MORIN, Edgar. **La rumeur d'Orleans**. Paris: Seuil, 1997. 253p.

MORT et mise à mort des animaux. **Études rurales**, Paris, 147-148, 1999. 189p.

NIELSEN, Torben Hviid; BERG, Siv Froydis. Goethe's homunculus and Shelley's monster: on the romantic prototypes of modern biotechnology. **Politeia: rivista di etica e scelte pubbliche**, Milano, 17(63), p.37-50, 2001.

OLIVA, Alejandro; SPIRA, Alfred; MULTIGNER, Luc. Contribution of environmental factors to the risk of male infertility. **Human Reproduction**, 16(8), p.1768-1776, 2001. Disponível em: <<http://humrep.oupjournals.org/cgi/content/abstract/16/8/1768>>. Acesso em: 8 set. 2001.

OLIVEN, Ruben George. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 6(15), 1991.

OSSIPOV, Laurence. **La cuisine du corps et de l'âme: approche ethnologique du végétarisme, du crudivorisme et de la macrobiotique em Suisse**. Neuchâtel: L'Institut d'Ethnologie, 1997a. 341p.

\_\_\_\_\_. La viande, c'est comme du chewing-gum. **CULTURES, nourritures. Internationale de l'imaginaire: nouvelle série**, Arles, 7, p.235-252, 1997b.

OUÉDRAOGO, Arouna P. Manger "naturel": les consommateurs des produits biologiques. **Journal des anthropologues**, Paris, 74, p.13-27, 1998.

PACHECO, Sandra Simone Queiroz de Moraes. **Alimentação e religião: a influência da orientação religiosa na formação de hábitos alimentares de adventistas do Sétimo Dia**. 2001. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PALMEIRA, Moacir. Prefácio. In: LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário antropológico/94**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p.31-94.

PASSARIELLO, Phyllis. Anomalies, analogies, and sacred profanities: Mary Douglas on food and culture, 1957-1989. **Food & foodways**, London, 4(1), p.53-71, 1990.

PELAEZ, Victor; SCHMIDT, Wilson. A difusão dos OGM no Brasil: imposições e resistências. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, 14, p.5-31, 2000.

PERETTI-WATEL, Patrick. **Sociologie du risque**. Paris: Armand Colin, 2000. 286p.

PIAULT, Fabrice (dir.). NOURRITURES: plaisirs et angoisses de la fourchette. **Mutations**, Paris, 108, 1989. p.207.

PINTO, Luis. Le consommateur: agent économique et acteur politique. **Revue française de sociologie**, Paris, 31(2). p.179-198, 1990.

\_\_\_\_\_. La gestion d'un label politique: la consommation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, 91-92, p.3-19, 1992.

PURDUE, Derrick. **Anti-GenetiX**: the emergence of the anti-GM movement. Aldershot: Ashgate, 2000. 153p.

RAUTENBERG, Michel; MICOUD, André; BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe (dir.). **Campagnes de tous nos désirs**. Paris: MSH, 2000. 191p.

REUMAUX, Françoise. Traits invariants de la rumeur. **Communications**, Paris, 52, p.141-159, 1990.

RIAL, Carmen Silvia Moraes. Fast-foods: a nostalgia de uma estrutura perdida. COMIDA. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, 2(4), p.94-103, 1996.

RICHARDS, Paul. Agricultores experimentadores e pesquisa agrícola. In: CHAMBERS, Robert; RICHARDS, Paul; BOX, Louk. **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

RICROCH, Agnès. Du génétiquement modifié au génétiquement identique. VÉGÉTAUX transgéniques. **Pour**, Paris, 159, p.11-18, 1998.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. Publicidade e razão prática: uma discussão de produção e consumo. In: \_\_\_\_\_. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.62-73.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Le syndrome de rumeur. **Communications**, Paris, 52, p.119-123, 1990.

SCIENCE & Environmental Health Network. **Wingspread Statement**: a common sense way to protect public health and the environment. Wingspread, January 25, 1998. Disponível em: <<http://www.healthytomorrow.org/pdf/wingspread.pdf>>. Acesso: 3 ago. 2003.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 29, p.57-71, 1986.

SICARD, Marie-Noële. Pratiques journalistiques et enjeux de la communication scientifique et technique. In: CHEVEIGNÉ, Suzanne de (coord.). Sciences et médias. **Hermès: cognition, communication, politique**, Paris, 21, p.149-155, 1997.

SILVA, Gláucia Oliveira da. **Angra I e a melancolia de uma era**: um estudo sobre a construção social do risco. Niterói, EDUFF, 1999. 284p.

SILVEIRA, Cristiane Amaro da; ALMEIDA, Jalcione. Significados sociais das biotecnologias. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000. paper 772. 1 CD-ROM.

STEL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, 16(24), p.93-110, 1998.

STIRLING, Andrew. **On science and precaution in the management of technological risk**: an ESTO project report. Sevilla: European Science and Technology Observatory, 2003. 61p. Disponível em: <<ftp://ftp.jrc.es/pub/EURdoc/eur19056en.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2003.

TAMBIAH, Stanley J. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no Sul da Ásia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 12(34), 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204p.

TOKAR, Brian. Monsanto: a checkered history. **The Ecologist**, sep-oct 1998. Disponível em: <<http://www.mindfully.org/Industry/Monsanto-Checkered-HistoryOct98.htm>>. Acesso: 2 ago. 2003.

TOUSSAINT-SAMAT, Maguelonne. Le dit et le non-dit de la viande et des épices. In: VIERNE, Simone (org.). **L'imaginaire des nourritures**. Grenoble: Presses Universitaires, 1989. p.15-33.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36-46.

VERONESE, Marília Veríssimo; FELIPPE, Flávia. Os transgênicos na mídia: práticas sociais e ideologia. In: GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Os construtores da**

**informação:** meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000. p.297-316.

WARDE, Alan. **Consumption, food and taste:** culinary antinomies and commodity culture. London: Sage, 1997. 231p.

WILDAVSKY, Aaron; DAKE, Karl. Theories of risk perception: who fears what and why?. **Daedalus**, Boston, 119(4), p.41-60, 1990.

WILKINSON, John; CASTELLI, Pierina German. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil:** biotecnologias, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro: ActionAid, 2000. 138p.

WOLTON, Dominique. Présentation. In : CHEVEIGNÉ, Suzanne de (coord.). Sciences et médias. **Hermès:** cognition, communication, politique, Paris, 21, p.9-14, 1997.

ZONABEND, Françoise. **La presqu'île au nucléaire.** Paris: Odile Jacob, 1989. 188p.

\_\_\_\_\_. Au pays de la peur déniée. PEURS. **Communications**, Paris, 57, p.121-130, 1993.

\_\_\_\_\_. L'innommable et l'innommé. In: BEAUNE, Jean-Claude (dir.). **Le déchet, le rebut, le rien.** Seyssel: Champ Vallon, 1999.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM PORTO ALEGRE**

### **Observações sobre a aplicação da entrevista**

Nome do entrevistado:

Dia/hora da entrevista:

Tempo de duração:

Local de realização (endereço, bairro, telefone):

### **1. Dados sócio-demográficos**

1.1. Idade:

1.2. Data de nascimento:

1.3. Cor:

1.4. Esta casa é sua mesmo?

1.5. Há quanto tempo mora no endereço atual?

1.6. Você é natural de Porto Alegre? Se não, de onde e com que idade veio prá cá?

1.7. Qual a origem de sua família (social e geográfica)? Qual o grau de escolaridade dos pais?

1.8. Você e/ou sua família têm alguma filiação religiosa? É praticante ou frequenta eventualmente? Pratica mais de uma religião/culto?

1.9. Você e/ou sua família têm alguma filiação a sindicato, associação, partido político? Com que frequência participa?

1.10. Qual a renda familiar no domicílio que você mora? Que pessoas contribuem para esta renda? Quem contribui com a maior parcela?

1.11. Formas de ajuda/dependência com a(s) família(s) de origem (onde faz as refeições, onde lava roupas, cuidado de filho, pagamento de aluguel ou moradia cedida)

1.12. Como, onde e quando conheceu o(a) parceiro(a) (se através de amigos, escola, vizinhança, etc.)?

1.13. Mapear pessoas que moram na casa:

Nome, relação com ego, idade, ocupação, escolaridade, refeições que faz em casa

Descrever sinteticamente a rotina de cada um dos membros da família, incluindo refeições

## **2. Abastecimento**

2.1. Descrever a rotina de abastecimento de alimentos da casa: quem compra o quê, onde e com que frequência

2.2. Itens adquiridos em maior volume

2.3. Itens adquiridos com maior frequência

2.4. Itens que mais pesam no orçamento

2.5. Como os alimentos são armazenados? Faz estoque? Prá quanto tempo?

2.6. Compra novos produtos? Que tipo?

2.7. Que tipo escolhe / que características busca no produto / como decide entre duas marcas de (se fosse pedir prá alguém comprar prá ti, como explicaria):

Macarrão? Arroz? Feijão? Leite? Iogurte? Ovos? Galinha? Carne? Queijo? Frios? Molhos? Enlatados? Sopas? Biscoitos? Salgadinhos? Doces? Bebidas? Café? Erva? Temperos? Pães? Bolos pré-preparados? Coisas prá passar no pão? Congelados?

2.8. Que informações você busca na embalagem antes de decidir comprar?

2.9. Frutas e verduras, quais, como são preparadas, horta

2.10. Como mudou o que se compra hoje?

2.11. Com o que é preciso ter cuidado?

## **3. Refeições**

3.1. Descrição detalhada do que comeu no dia anterior

3.2. Descrição detalhada do último almoço de domingo

3.3. Quem cozinha quando?

3.4. Comida/bebida de todo dia: descrever

3.5. Comidas/bebidas especiais: quando? o quê? prá quem?

3.6. Refeições nas férias

3.7. Comer fora

3.8. Recebe amigos/parentes “para comer”?

3.9. Visita amigos/parentes “para comer”?

3.10. Filhos crianças: comem em casa de amigos? Amigos vem comer em sua casa? Com que frequência?

3.11. Festas: o que se come: aniversário, aniversário de criança, Natal etc

#### **4. Preferências, prescrições e proscricões**

4.1. Qual sua comida preferida?

4.2. O que não suporta comer?

4.3. O que come por saber que faz bem?

4.4. O que come sabendo que faz mal?

4.5. O que não pode comer?

4.6. Como era a comida da mãe?

4.7. Comida da infância: do que mais gostava e do que menos gostava?

4.8. O que a mãe dizia que fazia bem? E que fazia mal?

4.9. Comparar o que come hoje com a comida da infância

4.10. Segue receitas? De onde vêm as receitas?

4.11. O que mudou: no que come e no jeito de preparar? O que se comia e não se come mais? O que se passou a comer?

4.12. Micro-ondas?

4.13. Na família: diferentes preferências / rejeições

4.14. Cozinha bem? Como aprendeu? Alguma vez fez curso de culinária?

4.15. Gosta da comida de quem? Não gosta...?

4.16. Crianças: o que se deve evitar, o que é bom, o que elas gostam

4.17. Jovens; Idosos; Mulheres grávidas

4.18. Comidas para doentes; comidas que curam

4.19. Comidas perigosas?

#### **5. Alimentos “especiais”: aprofundar**

5.1. Alimentos orgânicos

5.2. Alimentos transgênicos

Já ouviu falar? O que são? O que causam à saúde?

(identificar se e como está a par da polêmica...)